GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS:
SISTEMAS, PROCESSOS E INOVAÇÃO

LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA
JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR
(Orgs.)

EDITORA IFS

GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS:
SISTEMAS, PROCESSOS E INOVAÇÃO

GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS:
SISTEMAS, PROCESSOS E INOVAÇÃO

LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA
JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR
(Orgs.)

INSTITUTO FEDERAL
Sergipe
Aracaju
2021

Copyright© 2021 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)
Vanina Cardoso Viana Andrade

Planejamento e Coordenação Gráfica
Luiz Alberto dos Santos Júnior

Projeto Gráfico da Capa
José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Revisão
José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Diagramação
José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G393 Gestão de destinos turísticos[recurso eletrônico]: sistemas, processos e inovação. / José Wellington Carvalho Vilar; Lício Valério Lima Vieira organizadores. - Aracaju: Editora IFS, 2021.
353p. : il. color

Formato: E-book
ISBN 978-65-87114-48-4

1. Turismo. 2. Indústria do turismo. 3. Incentivo turístico I. Título.

CDU 338.486

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2021]
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)
Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.
Aracaju/SE. CEP: 49025-330
TEL.: +55 (79) 3711-3222 / e-mail: edifs@ifs.edu.br
Impresso no Brasil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS
Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Chirlaine Cristine Gonçalves

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Jaime José da Silveira Barros Neto
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

José Wellington Carvalho Vilar
Área: Ciências Exatas e da Terra

Diego Lopes Coriolano
Área: Engenharias (titular)

Herbet Alves de Oliveira
Área: Engenharias (suplente)

Adeline Araújo Carneiro Farias
Área: Ciências Humanas

Alexandre Santos de Oliveira
Área: Ciências Sociais Aplicadas

João Batista Barbosa
Área: Ciências Agrárias

Manoela Falcon Gallotti
Área: Linguística, Letras e Artes

Sheyla Alves Rodrigues
Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Odélsia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Lucas Molina - UFS

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Eliane Maurício Furtado Martins - IF Sudeste MG

Zélia Soares Macedo - UFS

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Josilene de Souza - IFRN

Charles dos Santos Estevam - UFS

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Produção Visual

Jéssika Lima Santos - Diagramador

Júlio César Nunes Ramiro - Técnico em Artes Gráficas

Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.

(Fernando Pessoa, Passagem das Horas, 1916)

Dedicamos essa obra aos nossos queridos professores!

SUMÁRIO

Apresentação ---- **15**

Prefácio ---- **18**

Capítulo 1

GOVERNANÇA TURÍSTICA: PROCESSO DE CRIAÇÃO DO APLICATIVO GTUR ---- **21**

Leylane Meneses Martins
José Wellington Carvalho Vilar

1 Introdução ---- 22
2 Aspectos relevantes do APP Gtur ---- 25
3 Processo de desenvolvimento do Gtur ---- 33
4 Considerações finais ---- 45
Referências ---- 47

Capítulo 2

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA INTELIGENTE ---- **51**

Fábio Berto Santos
Lício Valério Lima Vieira

1 Introdução ---- 52
2 Destinos Turísticos Inteligentes ---- 53
3 Procedimentos metodológicos ---- 60
4 Modelo de Governança Inteligente para o setor municipal de turismo ---- 61
5 Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o turismo municipal ---- 69
6 Considerações finais ---- 75
Referências ---- 76

Capítulo 3

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESTINOS: DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE TURISMO ---- 79

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio
Jaime José da Silveira Barros de Medeiros
José Augusto Andrade Filho

1 Introdução ---- 80
2 Referencial teórico ---- 82
2.1 Planejamento Turístico: uma discussão conceitual ---- 82
2.2 Tecnologias aliadas ao Planejamento e Gestão Pública do Turismo ---- 85
3 Metodologia ---- 89
4 Resultados e discussão ---- 93
5 Considerações finais ---- 104
Referências ---- 106

Capítulo 4

PLANEJAMENTO TURÍSTICO: A ANÁLISE SWOT ESCALONADA COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO DO TURISMO ---- 109

Mônica Maria Liberato
Lício Valério Lima Vieira

1 Introdução ---- 110
2 Revisão da literatura ---- 111
2.1 Aspectos conceituais do Planejamento ---- 111
2.2 Análise SWOT no Planejamento do Turismo ---- 114
3 Metodologia ---- 118
3.1 Etapas do trabalho ---- 118
3.2 Caracterização da área de estudo ---- 120
4 Resultados ---- 125
4.1 A SWOT do Turismo em São Cristóvão (SE) ---- 125
4.2 Codificação das categorias de análises ---- 128
5 Considerações finais ---- 132
Referências ---- 133

Capítulo 5

TURISMO E GEOGRAFIA: PERSPECTIVAS DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL ---- 137

Roberta Nascimento Gonçalves Soares
Lício Valério Lima Vieira

1 Introdução ---- 138
2 Metodologia ---- 140
3 Recortes Teóricos do Turismo, da Geografia e do Território ---- 141
4 Identidade Cultural, Indicação Geográfica e Turismo ---- 147
5 Indicação Geográfica como proteção do produto ---- 154
6 Considerações finaisReferências ---- 161
Referências ---- 162

Capítulo 6

FERRAMENTAS INTERPRETATIVAS PARA NOVAS PERSPECTIVAS DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA - SE ---- 167

Emanuella Santos de Carvalho
José Wellington Carvalho Vilar

1 Introdução ---- 168
2 Metodologia e procedimentos ---- 170
2.1 Caracterização da área de estudo ---- 170
2.2 Procedimentos metodológicos ---- 176
3 Unidades de Conservação e Ecoturismo no Brasil ---- 176
4 Trilhas Interpretativas: conceitos e classificação ---- 182
5 Atividade turística no Parque Nacional Serra de Itabaiana ---- 186
5.1 O Turismo no Poço das Moças ---- 186
5.2 Perspectivas para o Ecoturismo ---- 189
6 Considerações finais ---- 190
Referências ---- 191

Capítulo 7

CLUSTER GASTRONÔMICO DO SERTÃO: INOVAÇÃO SOCIOECONÔMICA NA ROTA DO CANGAÇO ---- 197

Isabelle Andrade Brito
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

1 Introdução ---- 198
2 Gastrocultura: uma inovação competitiva para o Turismo na Rota do Sertão Sergipano ---- 201
3 Resultados e discussão ---- 204
4 Considerações finais ---- 216
Referências ---- 218

Capítulo 8

INICIATIVAS DE TURISMO ACESSÍVEL EM PRAIAS NO BRASIL ---- 221

Waleska Diniz Santana
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

1 Introdução ---- 222
2 Revisão da literatura ---- 223
3 Metodologia ---- 232
4 Resultados e discussão ---- 234
5 Considerações finais ---- 245
Referências ---- 247

Capítulo 9

PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PARA COMUNIDADES RURAIS DE TOBIAS BARRETO - SE ---- 251

Rosangela Vilela Sobral Silva
Irinéia Rosa do Nascimento

1 Introdução ---- 252
2 Do Planejamento ao Planejamento Turístico Participativo ---- 255
3 Percurso metodológico ---- 260
3.1 Caracterização da área de estudo ---- 260
3.2 O caminhar da pesquisa ---- 264
4. Análise e discussão dos resultados ---- 268
5 Considerações finais ---- 278
Referências ---- 279

Capítulo 10

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS, ESTADO DE SERGIPE, BRASIL ---- 285

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro
Irinéia Rosa do Nascimento

1 Introdução ---- 286
2 Território quilombola Brejão dos Negros e o turismo ---- 288
3 Procedimentos metodológicos aplicados ---- 298
4 Análise e discussão dos resultados ---- 302
5 Considerações finais ---- 313
Referências ---- 315

Capítulo 11

VILA DO ARTESANATO CERÂMICO: UM MODELO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, SANTANA DO SÃO FRANCISCO, SERGIPE ---------- 317

Jecson Léo de Souza Araújo
Mary Nadja Lima Santos

1 Introdução ---------- 318
2 O estado da arte ---------- 320
3 O modelo TBC: Vila do Artesanato Cerâmico ---------- 324
3.1 Diagnóstico participativo local ---------- 324
3.2 Proposta de modelo Turismo de Base Comunitária ---------- 336
4 Considerações finais ---------- 339
Referências ---------- 341

Biografia dos Autores e Organizadores ---------- 345

APRESENTAÇÃO

A presente obra, intitulada **Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação**, corresponde a uma contribuição de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju, e está preocupada com aspectos teóricos e práticos da complexa atividade turística no momento atual. O referido curso está inserido no campo dos Mestrados Profissionais, cuja preocupação com um produto tecnológico final orientou a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos mestrandos.

Os trabalhos aqui apresentados são resultados de dissertações de mestrado apresentadas no PPMTUR – IFS, nos anos de 2018 e 2019, correspondentes a algumas pesquisas desenvolvidas pelas duas primeiras turmas do curso. Tal iniciativa partiu do interesse dos autores em divulgar seus trabalhos para uma comunidade mais ampla e assim possibilitar uma maior visibilidade ao conhecimento acadêmico e aos produtos tecnológicos obtidos nos trabalhos desenvolvidos.

Não foram poucas as dificuldades para se adequar a essa demanda por produtos tecnológicos na Pós-Graduação. Em primeiro lugar, é preciso considerar a formação da maioria dos professores do corpo docente do PPMTUR, voltada para os tradicionais Mestrados Acadêmicos. Em segundo lugar, o tempo de realização do curso, entre disciplinas, dissertação e a novidade do produto tecnológico, alinhou as ações para focos cada vez mais precisos, dado o prazo de praticamente dois anos para desenvolver a ideia. Por último, mas nem por isso menos importante, a própria natureza do turismo, com sua amplitude temática, convida a repensar propostas mais alinhados com um mercado em permanente e rápida transformação, tendo que se adaptar à realidade cada vez mais competitiva, mas que não pode desconsiderar a candente questão social.

Seja como for, houve um esforço enorme por parte de alunos, professores e corpo técnico para se adaptar a essa nova dimensão da Pós-Graduação Brasileira, e nesse processo de adaptação, não há dúvida que a expertise acumulada nas práticas docentes dos Institutos Federais (IF), que tem no "aprender fazendo" sua pedra angular e histórica em termos educativos e pedagógicos, jogou um papel decisivamente positivo.

Além da divulgação dos trabalhos, o objetivo do livro é discutir a gestão de destinos turísticos e comunidades receptoras, a partir da ideia de sistemas, dos processos inerentes à atividade e dos princípios de inovação. Nesse sentido, os capítulos abordam aspectos dessa temática mais ampla, que envolve uma dimensão teórica do planejamento e da gestão do turismo, mas ao mesmo tempo tem foco nos produtos resultantes dos trabalhos defendidos junto ao PPMTUR, os quais apresentam estratégias práticas consubstanciadas nos fundamentos teóricos do conhecimento científico do Turismo. Tal preocupação significa dizer que esses trabalhos apostam numa perspectiva aplicada do turismo, considerando principalmente a realidade sergipana, sem deixar de ter em mente a dinâmica de outros estados brasileiros e também a aplicação em outros cenários territoriais.

Nesse contexto, os produtos tecnológicos foram pensados sem a desvinculação dos conceitos e da lógica que a metodologia científica tem oferecido a humanidade há um bom tempo. Vale ressaltar ainda que por trás de todo produto tecnológico há uma dose imensa de discussão teórica e de revisão da literatura, sem as quais o produto perde seu lastro com a realidade e seus fundamentos. Por sua vez, o produto encerra em si uma quantidade enorme de tempo dedicado às discussões sobre a funcionalidade e viabilidade dos produtos e sua contribuição social. E é esta contribuição para o desenvolvimento do turismo que sustenta a existência do PPMTUR, com perspectivas de promover e incrementar os impactos sociais e econômicos da atividade.

Nesse sentido, os trabalhos aqui apresentados estão estruturados de forma a alinhar o produto tecnológico com a discussão teórica e vice-versa. De maneira geral, os resultados evidenciam desde a criação de aplicativos, aplicação de software, até a preocupação com a governança turística inteligente, e instrumentos tecnológicos de diagnóstico turísticos, a questão das Indicações Geográficas (IG), sem esquecer as tecnologias sociais como as ferramentas interpretativas de rotas ecoturísticas, cluster gastronômico, Turismo Inclusivo, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Turismo de Base Comunitária (TBC). É conveniente registra que essas temáticas são exemplos de elementos da cadeia produtiva do turismo analisadas no PPMTUR.

Em síntese, a preocupação teórica e com os produtos tecnológicos perpassa pelo diagnóstico, planejamento e gestão de destinos turísticos, com foco nos instrumentos, na inovação, nos processos e nos sistemas que podem ampliar a competividade do turismo, sem desconsiderar sua função social primordial.

Portanto, fazer turismo para poucos, como o modelo convencional propõe, foge ao debate da natureza histórica de um país tão desigual como é o caso do Brasil. É na rota de propostas tecnológicas alinhadas com a essência social da atividade turística que caminha a presente contribuição, não sem incertezas, mas sobretudo, cheia de vigor e energias para dinamizar o turismo numa visão mais universal e igualitária, onde todos saem ganhando, sociedade, patrimônio cultural e natureza.

Boa leitura a todos!

Aracaju, julho de 2020, em distanciamento social pela Covid19.

Lício Valério Lima Vieira
José Wellington Carvalho Vilar
(Organizadores)

PREFÁCIO

Recebi com prazer o convite para prefaciar essa coletânea, organizada pelos professores Lício Valério Lima Vieira e José Wellington Carvalho Vilar, do Instituto Federal de Sergipe, que se destacam pelo engajamento no desenvolvimento da ciência aplicada no setor de Turismo. Profissionais com experiência em gestão, tanto pública quanto privada, esses acadêmicos desenvolvem no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR, em conjunto com os alunos, uma contribuição fundamental para a gestão inteligente no setor.

Na minha visão, o grande mérito do Mestrado Profissional é a direta associação entre ciência e prática, enriquecida pelo perfil diverso da formação dos alunos. No caso presente, temos profissionais de diferentes áreas como: Geografia, Engenharia, Administração, Ciências da Computação, Jornalismo, Arquitetura, além do Turismo, o que permite a associação e desenvolvimento de conceitos científicos de origens plurais, gerando ferramentas de natureza interdisciplinar, adequadas à realidade multifacetada em que vivemos.

O Turismo vive no momento uma de suas maiores crises em decorrência da Covid19. A ciência se coloca à prova nesses momentos em que o caos derruba todas as nossas hipóteses e previsões, alterando diretamente a realidade com a qual trabalhamos. Após a crise será preciso construir um novo olhar sobre a realidade a partir dos conhecimentos obtidos durante a pandemia. Outros conjuntos de análise serão formados pela observação do que ocorre no momento atual, solidamente sistematizado em plataformas tecnológicas, as quais reunirão conhecimentos científicos, capazes de gerar respostas rápidas e eficientes para a nova realidade que irá surgir.

Será fundamental saber o que possuímos de atrativos turísticos que atendam as demandas do novo normal, suas condições reais, valor de atração, localização, condições de acesso e estado de conservação frente a demandas e

exigências do turista.

Os estudos aqui apresentados, com as devidas adaptações, permitirão avançar na solução de problemas com fundamento em explicações claras, objetivas, compreensíveis e aplicáveis pelos que operam no setor e, frequentemente, não possuem formação específica. A falta de consolidação dos dados e a descontinuidade das políticas públicas prejudicam fortemente a atividade turística em nosso país.

É preciso que existam fundamentos que possibilitem "governança participativa, contínua e sustentável" como afirmam Martins e Vilar idealizadores do Aplicativo GTUR de Governança Turística, no primeiro capítulo, complementados por Santos e Vieira que introduzem, no segundo capítulo, o PDTI - Plano Diretor de Tecnologia de Informação, em busca da governança inteligente para os setores municipais. Sampaio, Medeiros e Andrade Filho complementam essas ferramentas com a proposição de metodologia de elaboração do Plano Municipal de Turismo de forma automatizada. A proposta de Liberato e Vieira de aprimorar a análise SWOT, por meio do cruzamento dos quadrantes, avança na avaliação correta das possíveis facilidades e dificuldades que certamente serão alteradas no próximo cenário.

Os demais trabalhos destacam aspectos importantes, nem sempre considerados, na avaliação da atratividade, como é o caso da Indicação Geográfica IG, destacado por Soares e Vieira, um dos principais instrumentos de valorização do capital social desenvolvido com base na tradição. As ferramentas interpretativas que valorizam e preservam as Unidades de Conservação - UC, são trabalhadas por Carvalho e Vilar no capítulo seguinte. Na linha de valorização temos o destaque da gastronomia como diferencial, trazida por Brito e Lima. Questão fundamental: a inclusão de deficientes no turismo de praia é exposta e analisada por Santana e Lima. Os três capítulos finais trabalham o planejamento participativo local sendo que Silva

e Nascimento efetuam a aplicação nas áreas rurais, enquanto o território Quilombola é avaliado como possibilidade de uso por meio do Turismo Comunitário por Pinheiros e Nascimento, e o artesanato cerâmico é discutido por Araújo e Santos também na linha do TBC.

Como se pode ver, pelo exposto, os textos apresentados nessa coletânea se emprenham em aprofundar conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, agilizam sua aplicabilidade por meio do uso das Tecnologias de Informação - TICs. A sistematização em bases científicas das categorias e formas de planejamento, bem como as sugestões de aplicação de metodologias nos textos empíricos descritivos, fornecem elementos básicos para construção de softwares que promovam o cruzamento dos dados, análise e formulação de soluções.

As previsões existentes para o desenvolvimento do turismo antes da pandemia, como por exemplo, o aumento do turismo de experiência, viagens entre famílias, serão certamente afetadas. Mais provável será o início de deslocamentos dentro do próprio país levando em conta a situação de contaminação de cada local. A ação pós-crise terá que ser rápida e são estudos como esses, informando exatamente a situação de cada localidade, que irão permitir a sistematização e interpretação dos dados visando à formulação de medidas factíveis que possam ser realizadas tanto por grandes empreendedores como por pequenos negócios no interior do país.

Desejo a todos um ótimo recomeço e boa leitura.
São Paulo, 2 de julho de 2020.

Ada de Freitas Maneti Dencker
Dra. em Ciências da Comunicação - ECA - USP
Profª Aposentada do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi - SP

CAPÍTULO 1

GOVERNANÇA TURÍSTICA: PROCESSO DE CRIAÇÃO DO APLICATIVO GTUR

A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos.
(Fernando Pessoa - Livro do Desassossego, 2011)

Leylane Meneses Martins
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia, além ser um instrumento de apoio para o turismo, está inserido na sua forma de trabalho, resultando em novas possibilidades de vantagem competitiva e numa função importante no desenvolvimento do turismo. Ademais, acarreta uma mudança significativa no contexto mundial, sobretudo no turismo, de forma que possibilita a distribuição da informação e a grande exposição de localidades, a fim de propiciar maior competitividade entre destinos e instigar a melhoria nos serviços oferecidos, criatividade, inovação e a singularidade de cada atrativo e/ou produto turístico (NASCIMENTO; MAIA; DIAS, 2012; MARTINS; VILAR).

A tecnologia age como mecanismo para aumentar a eficiência das empresas, reduzir custos e aprimorar serviços, além de proporcionar novas possibilidades de crescimento, assim como desafios a serem enfrentados em busca de vantagem competitiva (MARTINS; FIATES; PINTO, 2016). Organizações com padrões inertes têm uma gestão limitada e arcam com a perda de posição no mercado. Para uma empresa permanecer com vantagem competitiva, faz-se necessário ser sensível às mudanças capazes de enfrentar a dinamicidade da globalização. Estas mudanças estão atreladas à aplicação de estratégias tecnológicas, ou seja, utilizar a tecnologia com fins competitivos através de recursos que forneçam os melhores produtos e serviços ao mercado (RAMOS; MENDES FILHO; LOBIANCO, 2017).

A tecnologia é formada por um conjunto de ferramentas, técnicas, processos, que de forma rápida auxiliam e transformam continuadamente a sociedade. No turismo, propicia diversas mudanças que atingem diretamente tanto os destinos emissores quanto os receptores, principalmente na transmissão de informações e tipos de serviços e produtos oferecidos, com objetivo de incrementar e inovar a atividade

turística através dos avanços tecnológicos, com influência direta no processo de gestão e governança de um produto ou destinação. Até porque, hoje, a internet e as funcionalidades existentes nos *smartphones*, através dos aplicativos, são exemplos de ferramentas rápidas, com poder de disseminação de informação e auxílio em resolução de problemáticas do dia a dia, tanto no alcance pessoal como profissional.

A função de qualquer aplicativo é a de facilitar o desenvolvimento ou solução de alguma atividade. Podem ser elaborados para uso geral ou direcionado a perfis específicos de usuários. Para fins profissionais, é um recurso que pode contribuir na melhora de resultados, na coleta e análise de dados para tomadas de decisões, além de praticidade em outras tarefas.

Este capítulo propõe apresentar, a partir da relação entre turismo, tecnologia e pesquisa de campo junto aos profissionais comprometidos com a gestão do turismo, denominados de *stakeholders*, o aplicativo (App) Governança Turística (GTur), uma ferramenta tecnológica voltada para auxiliar a organização da administração do turismo, com possibilidade de práticas para uma governança participativa, contínua e sustentável, a fim de contribuir na redução de deficiências, na maximização de aspectos positivos e na integração de múltiplos agentes. Far-se-á a descrição do GTur, considerando, sobretudo, o processo de construção das suas funcionalidades para o exercício da gestão participativa e descentralizada.

O trabalho está formado por duas partes, a primeira com os elementos básicos do GTur e a segunda com a composição do desenvolvimento das suas funcionalidades, através, principalmente, do entendimento das áreas de Engenharia de *Software* e Tecnologia da Informação, no qual são apontados processos práticos para as etapas de desenvolvimento das interfaces de uso do aplicativo. Julga-se importante salientar que cada uma destas subdivisões é dependente entre si, como forma de constituir o

caminho de criação do GTur. Assim sendo, para a realização destas ações foi necessário seguir procedimentos metodológicos para condução de resultados satisfatórios.

Para início do percurso, esse trabalho foi norteado por elementos característicos da pesquisa qualitativa, associada ao levantamento de dados a respeito das motivações e necessidades de diversos profissionais, entendimento e análise de determinados comportamentos e opiniões com perspectivas dos agentes sociais para com a organização da atividade turística.

A etapa principal empregada para desenvolver o trabalho foi a pesquisa de campo, com a utilização de técnicas de coleta de dados para auxiliar nos resultados, tais como: observações diretas, sistemáticas e não-participantes, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. O espaço territorial da pesquisa corresponde ao estuário do rio Vaza-Barris, que contempla os atrativos Orla Pôr do Sol Cleomar Brandi, Crôa do Goré, Ilha dos Namorados e demais ilhotas no Povoado Mosqueiro, na zona sul da capital sergipana, Aracaju.

Esta localidade apresenta um potencial turístico competitivo, mas com uma fragilizada administração após a sua destinação para o turismo, visto que apresenta significativos recursos naturais, infraestrutura, equipamentos de apoio e fluxo de demanda, porém com o desenvolvimento do setor de forma individualizada e desordenada.

Os agentes sociais (*stakeholders*) do produto turístico estuário do rio Vaza-Barris foram observados a partir de dois aspectos: comportamentais - a relação com os demais envolvidos; e estruturais - características dos equipamentos para oferta ao turista/visitante, detalhados no quadro 1 com a sequência de como se aplicou a técnica de observação.

Quadro 1: Sequência da técnica de observação inicial

Aspecto Comportamental	Aspecto Estrutural
1 - Análise de comportamento não verbal entre stakeholders (gestos, expressão corpórea)	1 - Equipamentos de infraestrutura básica
2 - Comunicação com clientes	2 - Equipamentos turísticos (existência e ausência)
3 - Análise de negociações com clientes	3 - Recursos naturais existentes
4 - Comportamentos no início e fim do dia de trabalho	4 - Análise dos transportes náuticos
5 - Análise de comportamento de ajuda mútua entre os stakeholders	5 - Oferta de alimentos e bebidas (preços e variedades – cardápios)

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Além da análise de cada atrativo, buscou-se unificar as relações entre ambos para compor as funcionalidades que melhor atendem a solução de organizar a atividade turística, não só dessa área, mas também de outras que necessitem do mesmo produto tecnológico para sensibilização, participação e ordenamento do turismo. É importante ressaltar que a explicação e detalhamento que segue neste capítulo, tem a tecnologia móvel em torno de um aplicativo, como solução para conduzir os *stakeholders* à integração, organização, participação e gestão de um produto ou destino turístico, em busca da divisão de responsabilidades em prol do desenvolvimento ordenado do turismo.

2 ASPECTOS RELEVANTES DO APP GTUR

O aplicativo GTur é uma ferramenta para auxiliar na organização da gestão da atividade turística, com vista a ampliar

e unificar a participação dos envolvidos com o turismo de uma destinação. O GTur foi elaborado a partir dos atrativos turísticos localizados no estuário do rio Vaza-Barris, e, de forma inovadora e competitiva, visa melhorar a qualidade do serviço oferecido aos turistas/visitantes e tornar mais transparente e cooperativa as atividades realizadas pelo governo estadual, Prefeitura Municipal de Aracaju, iniciativa privada e a comunidade local em prol do desenvolvimento do turismo.

Com o uso do GTur é possível verificar a dinâmica, a interação e a comunicação entre os agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva do turismo de cada produto, conjunto de atrativos, destinação ou *cluster* turístico, com o propósito de favorecer o envolvimento dos agentes interessados no planejamento, gestão e, principalmente, desenvolvimento local ordenado.

A utilização deste aplicativo é uma maneira transparente de executar as atividades do turismo com planos de ações, estratégias, normas e padrões em que a atividade implementada tem o envolvimento dos agentes sociais, isto é, da ação conjunta dos *stakeholders*, com monitoramento, coordenação contínua e estratégias para melhorar serviços, em busca de atender às necessidades e superar as expectativas dos turistas/visitantes.

O GTur se propõe a orientar produtos e/ou destinos turísticos através da organização e padronização em conjunto, independente da troca de gestores públicos e inserção de novos negócios, parceiros ou equipamentos, de forma participativa e inovadora, a fim de aumentar a demanda e elevar cada vez mais a sua vantagem competitiva.

O aplicativo GTur foi desenvolvido para funcionar em dispositivos móveis com Sistema Operacional *Android* e iOS, mas está disponível apenas na loja de aplicativos do *Android*, conhecida

por *PlayStore*, conforme figura 1, mantido pela SystentandoBR, conta de responsabilidade do profissional desenvolvedor que transcreveu a proposta deste trabalho e utilizou a lógica de programação apropriada para sua criação.

Figura 1: Visualização da loja de aplicativos do Android

Fonte: Captura de tela do *smartphone* feita por Leylane Meneses Martins, 2018.

A disponibilidade, por enquanto, no iOS, na loja da *Apple* (*AppStore*), não foi possível devido ao investimento financeiro, que custa aproximadamente U$100 ao ano para a manutenção de uma conta ativa, e já na *PlayStore* foi apenas um único pagamento de aproximadamente U$25, sem necessidade de custos futuros para manutenção do *app*. Para justificar esta diferença, de acordo com Paula (2013) o sistema *Android* foi desenvolvido:

> com o objetivo de ser uma plataforma flexível, aberta e de fácil migração para os fabricantes [...] para inovar e acelerar o desenvolvimento de aplicativos e serviços, com a finalidade de trazer aos consumidores uma melhor experiência em termos de recursos e menos custosa em termos financeiros para o mercado de telefonia móvel (PAULA, 2013, p. 40-41).

Lecheta (2014) complementa que anualmente são lançadas novas versões do *Android* em *smartphones*, *tablets*, relógios (*smartwaschs*), *netbooks* entre outros equipamentos, voltados a disponibilizar recursos para conexão e compartilhamento na internet, aumentar a velocidade dos navegadores de internet (*Mozilla Firefox, Google Chrome, Internet Explorer*, por exemplo), e possibilitar um sistema multitarefa, ou seja, permitir mais de um programa em funcionamento ao mesmo tempo, além de oferecer milhares de aplicativos para *download*, na forma gratuita ou paga.

O *Android* é formado por camadas, e para o aplicativo em questão é importante conhecer duas delas. A primeira é a camada visual dos aplicativos contidos nos dispositivos móveis em que os usuários podem fazer uso em várias atividades. A segunda é a *framework*, onde o profissional de *Software* tem o espaço e a permissão para criar estes aplicativos, a partir dos modelos da primeira camada, recorrendo aos recursos existentes na segunda camada para ir em busca de realizar chamadas de sistema, reduzir as dificuldades, simplificar a reutilização de procedimentos existentes e obter melhor produtividade no tempo de execução (PAULA, 2013; LECHETA, 2014).

Conforme documentação de desenvolvimento do *Android* (DEVELOPERS, 2018), a terceira camada é a abstração de *hardware* (CAH), gerenciada por este Sistema Operacional, a qual consiste em um conjunto de recursos originários dos dispositivos móveis, como câmera, GPS, *bluetooth*, *wifi*, teclado, memória, entre outros.

Segundo Sommerville (2011), o *framework* fornece apoio ao profissional de *software* na construção de códigos, para não ter a necessidade de reescrever integralmente as rotinas essenciais de execução do aplicativo com a reutilização dos recursos que são fornecidos pela

camada de abstração de *hardware*.

Dentro do processo de criação de um aplicativo a formatação dos aspectos prioritários necessita de atenção, por exemplo, sob qual plataforma ou sistema operacional ele precisa operar; e isso determinará a eliminação de algumas opções de *frameworks* presentes no mercado (GONÇALVES, 2017).

O aplicativo GTur foi construído através do *framework* Ionic que se destaca por adotar uma boa estrutura de componentes de interface gráfica de fácil entendimento para o usuário, o qual é utilizado para desenvolvimento de aplicações móveis e híbridas, ou seja, "os aplicativos híbridos são desenvolvidos com os recursos de um sistema web, que podem ser empacotados e distribuídos nas lojas de aplicativos como se fossem nativos" (GONÇALVES, 2017, p. 501-502). Barbosa et al. (2016) complementam que os aplicativos híbridos são aqueles nos quais, com base num mesmo código-fonte de um *software*, é possível produzir uma versão para executar em diferentes sistemas (*Android* ou iOS) de dispositivos móveis.

Para mantê-lo em operação também foi necessário a adequação do uso de recursos de armazenamento das informações disponibilizadas através da internet, as quais são sincronizadas em tempo real, para todos os usuários que utilizam o aplicativo. O *Google Firebase* foi o recurso escolhido, também denominado de servidor de dados, já que se trata de uma plataforma de aplicação que possibilita manter os dados de forma gratuita com algumas limitações de acordo com a quantidade de acessos mensais, mas que atende às expectativas de projetos embrionários (KHAWAS; SHAH, 2018). Por esse motivo, caso a demanda do GTur aumente significativamente a partir da utilização de milhares de usuários, este recurso será passível de cobrança.

O *Google Firebase* auxilia o Profissional de *Software* a construir

aplicativos de alta qualidade, pois além do armazenamento de dados, outros recursos estão disponíveis, como o *Firebase auth*, que fornece a identificação e validação do usuário por e-mail e senha, por *login* através das redes sociais (*facebook*, *google+*, *github* e *twitter*) (KHAWAS; SHAH, 2018). Para a produção da primeira tela do GTur foram utilizados os recursos do *Firebase auth*, onde optou-se também em inserir a rede social *google+* para o acesso do usuário, conforme apresenta a figura 2 com a tela inicial do aplicativo.

Figura 2: Tela inicial do aplicativo

Fonte: Captura de tela do *smartphone* feita por Leylane Meneses Martins, 2018.

Para identidade visual do *software* foi necessário a criação de uma marca. A marca é um elemento visual adequado para diferenciar produtos ou serviços, principalmente se houver concorrência. É importante também para fixação da imagem do serviço ou produto,

além de possibilitar a identificação para comercialização. Apresentada na figura 3, a marca do aplicativo possui elementos que traduzem o significado de participação e colaboração, visto que o aplicativo visa à governança de *clusters* turísticos, e à gestão harmônica e integrada dos agentes sociais de um determinado produto ou destino turístico em prol do desenvolvimento do turismo no local.

Figura 3: Marca do aplicativo

Fonte: Leylane Meneses Martins, 2018.

Por ser uma marca relacionada à criação de um produto inédito e com a preocupação de poder ser utilizada por terceiros para outros fins, através do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), foi possível realizar o seu registro, o qual confere o direito exclusivo ao seu titular/inventor.

Após construção do aplicativo e registros para proteção no INPI, para realizar sua divulgação foi necessário preocupar-se com a criação de pôster para veiculação digital e impressa, com foco na identidade visual através da predominância das cores da marca, apresentado na figura 4.

Figura 4: Banner de divulgação do aplicativo

Fonte: Leylane Meneses Martins, 2018.

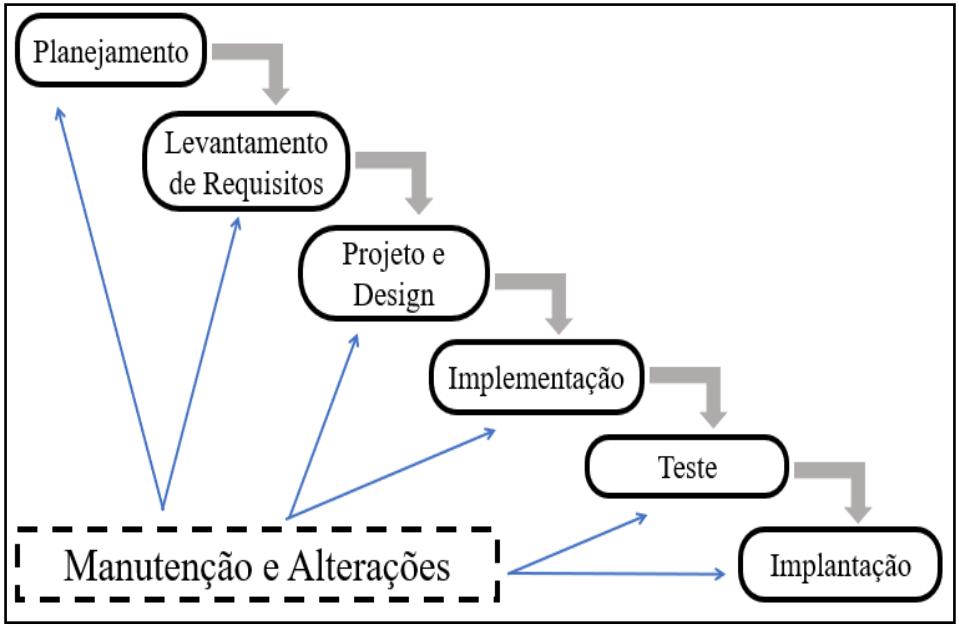
A divulgação do aplicativo é fundamental para começar a desenhar uma imagem na mente dos potenciais usuários, para que possam inclusive propagar para outras pessoas. Elaborar o GTur foi apenas a primeira etapa, o próximo passo foi seu uso pelos *stakeholders*, a partir da utilização das ferramentas de marketing para adesão, com todos os esclarecimentos de benefícios e vantagens de utilização. A divulgação é um estágio para fortalecer a adesão, com a finalidade de apresentar as suas funções específicas, auxiliar e mostrar ao público-alvo as vantagens e benefícios para o desenvolvimento da atividade turística.

3 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO GTUR

Para a construção do aplicativo foi preciso seguir um processo de desenvolvimento de *software*, iniciado a partir do planejamento de como elaborá-lo. Este processo foi importante para criar o projeto do produto tecnológico, pois através dele se determinou o fluxo de interação das telas com os usuários. Conforme Sommerville (2011), o projeto tem o objetivo de definir a estrutura processual das atividades relacionadas à concepção e produção do aplicativo, para que o profissional de *software* possa atender às necessidades do usuário.

Esse processo é como um ponto de partida para definir de qual maneira o projeto deve ser norteado, uma forma de mostrar o fluxo das atividades principais em busca de organizar como ficará o aplicativo (*software*), através da melhor forma de realizá-lo, por etapas. De acordo com esta justificativa, buscou-se o modelo de processo em forma de cascata apresentado na área de engenharia de *software* por Engholm Júnior (2010); Sommerville (2011) e Pressman e Maxim (2016). Com base nos conceitos e orientações desses autores, foi elaborado o modelo em cascata, apresentado na figura 5, para mostrar as fases projetadas para desenvolver o aplicativo GTur.

Figura 5: Modelo cascata para elaboração do aplicativo



Fonte: Elaboração própria (2019) adaptada de Engholm Júnior (2010); Sommerville (2011); Pressman; Maxim (2016).

De acordo com Engholm Júnior (2010) e Pressman; Maxim (2016), o modelo em cascata sugere uma abordagem sistemática, com execução de cada atividade sequencialmente, finalizando uma etapa antes de ir para a seguinte. É sugerido para projetos pequenos. Para Sommerville (2011, p. 20), "o modelo em cascata é um exemplo de um processo dirigido a planos - em princípio, você deve planejar e programar todas as atividades do processo antes de começar a trabalhar nelas".

Na primeira fase, planejamento, foi pensado como o aplicativo deveria funcionar e quais informações deveriam ser fornecidas. Foi projetado uma plataforma para descentralizar a gestão pública do turismo através da prática de governança em produtos ou clusters turísticos com a

finalidade de desenvolver uma atividade participativa, coesa e integrada. Para isso foi necessário delinear os objetivos do *app*:

- Propor e executar as atividades do turismo com planos de ações, estratégias, normas e padrões, em que toda atividade implementada deverá ter a participação dos agentes envolvidos;

- Alertar, orientar e beneficiar os envolvidos com o turismo do local para a possibilidade da prática de uma governança participativa, contínua e sustentável, através de uma ferramenta tecnológica que dispõe de todas as informações necessárias para esta finalidade;

- Levantar e apresentar dados estatísticos sobre a demanda do produto ou *cluster* turístico;

- Implementar temáticas para aperfeiçoamento profissional dos usuários;

- Divulgar e promover os serviços e equipamentos dos agentes sociais para o usuário visitante.

Nessa primeira etapa também foi indicado o público-alvo a atingir, ou seja, qual o usuário do GTur, quais os agentes afetados diretamente pelo uso do aplicativo, com a finalidade de buscar os requisitos necessários à sua funcionalidade, de forma a atender e solucionar a problemática do usuário e assim aumentar a sua satisfação com uso constante do *app*.

De acordo com a proposta da solução *mobile*, foram elencados no quadro 2, os agentes sociais (*stakeholders*) envolvidos diretamente com o desenvolvimento do turismo de um produto ou destino turístico. No caso específico da área de estudo, trata-se do produto estuário do Rio Vaza-Barris (SE), direcionado para os atrativos que o compõe, já que possuem características potenciais para uma formação de *cluster* turístico, mas as perspectivas estão abertas para aplicação em outros destinos.

Quadro 2: Descrição de agentes sociais (stakeholders)

Categoria	Descrição
Setor Público	Gestor público (Secretaria Municipal e/ou Estadual de Turismo); Agente regulador (Capitania dos Portos – Marinha do Brasil, IBAMA); Órgãos de apoio (ANVISA, EMSURB).
Terceiro setor	ONGs; Instituto; Fundação; Conselho; Associação; Cooperativa; CVB.
Setor Privado	Meio de hospedagem (Hotel, pousada, albergue, hostel, resort, camping, cama e café, flat); Agência de passeios/receptivo; Restaurante e afins; Vendedor ambulante; Empreendedor; Empresas de eventos; Locadora de veículo.
Sociedade	Comunidade local; Visitante; Turista.
Instituição de Ensino	Pesquisador (Universidades e Institutos); Sebrae; Senac.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Após esta primeira etapa, teve início a fase de levantamento de requisitos. Segundo Engholm Júnior 2010, p. 69), "requisitos definem as expectativas e necessidades dos envolvidos no projeto, podendo ser divididos em requisitos funcionais e não funcionais". Os requisitos de um sistema são descrições dos serviços fornecidos pelo processo, refletem as necessidades dos clientes, onde o *software* irá ajudar a resolver algum problema, definindo assim as suas funcionalidades ou ações para elaborar um sistema que atenda às expectativas dos clientes (SOMMERVILLE, 2011; PRESSMAN; MAXIM, 2016).

De acordo com Maccari et al. (2015), os requisitos são os indicadores mais importantes na condução de um processo de desenvolvimento de *software*, com possibilidade para beneficiar o usuário. Assim, Maccari et al. (2015, p. 10) afirma que "o projeto e seus requisitos têm início com as necessidades expressas e terminam apenas quando as necessidades são satisfeitas evidenciado pela validação do usuário o que o torna bem-

sucedido". Detalhar os requisitos significa identificar, analisar e definir as ações que serão realizadas a partir das necessidades levantadas pelo público alvo, resultando na conversão das funcionalidades que um *app* deve fornecer para solucionar lacunas identificadas.

Nesse momento, vale ressaltar que a coleta dos requisitos do GTur foi feita através de entrevistas com os agentes sociais envolvidos com o turismo no estuário do rio Vaza-Barris. Muitos *stakeholders* já informavam algum requisito com interesse para resolução de problemas individuais recorrentes, mas que auxiliariam os demais a partir da sua usabilidade no *app*. Por esta justificativa, e mesmo considerando a elaboração de um *software* simples, existem muitas opiniões diferentes que devem ser analisadas; a partir das transcrições foi elencada uma demanda de requisitos funcionais para o GTur (Quadro 3).

Quadro 3: Requisitos funcionais do GTur

Requisitos
Capacitação profissional aos prestadores de serviços direto ao turista/visitante.
Pesquisa de demanda para levantamento de dados estatísticos sobre a movimentação e origem dos visitantes da Orla Pôr do Sol, Crôa do Goré e Ilha dos Namorados.
Previsão do tempo e temperatura.
Previsão de tábua de marés.
Divulgação exclusiva dos passeios em lanchas e catamarãs.
Organização das atividades turísticas com regras.
Armazenamento de documentos importantes como atas de reuniões ou convites.
Comunicação única com informações transparentes para todos.
Tomadas de decisões em conjunto entre iniciativa privada, terceiro setor, poder público e comunidade.
Dados/Cadastro dos agentes que trabalham envolvidos com o turismo no estuário do rio Vaza-Barris.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os requisitos não funcionais estão relacionados ao ambiente interno do aplicativo, descrevendo particularidades do sistema para melhor atender ao usuário, pois, "como o nome sugere, são requisitos que não estão diretamente relacionados com os serviços específicos oferecidos pelo sistema a seus usuários. Eles podem estar relacionados às propriedades decorrentes do sistema" (SOMMERVILLE, 2011, p. 60). Para a elaboração dos requisitos não funcionais do GTur, foi necessário focar nos benefícios proporcionados aos usuários, com elementos para agregar várias funções importantes na composição do aplicativo (Quadro 4).

Quadro 4: Requisitos não-funcionais do GTur

Categoria	Descrição
Velocidade	Tempo de resposta menor que 3 segundos para cada evento acionado na tela do aplicativo.
Tamanho	Aplicativo menor que 10Mb (*megabyte*).
Facilidade de uso	Os menus, abas e textos são adaptados legivelmente, segundo a disposição acessível das informações para uso com clareza. A partir de um treinamento de poucas horas, os principais envolvidos já estarão aptos a utilizar os dados do aplicativo.
Confiabilidade	A transmissão dos dados dos usuários é criptografada, a partir de um protocolo de segurança para envio das informações ao servidor que hospeda a base de dados, conferindo assim maior segurança aos usuários.
Disponibilidade	O uso do aplicativo também é *offline*, a fim de proporcionar continuidade do uso e da comunicação sem o acesso à rede de internet. Ao ficar *online*, o aplicativo realiza uma atualização dos dados.
Legalidade	Exigências de conformidade do *software* com a legislação pertinente ao projeto, por exemplo, normas de procedimentos náuticos para padronizar a navegação dos barqueiros no estuário do rio Vaza-Barris.
Proporção	O aplicativo, em sua versão gratuita, tem a capacidade de ser utilizado por um quantitativo de até 100 usuários simultaneamente.
Geográfica	Ao realizar o cadastro ou o *login* no GTur, automaticamente é acionado um pedido de permissão para registrar a localização do GPS do dispositivo móvel utilizado.

Fonte: Elaboração própria (2019), adaptada de Engholm Júnior (2010) e Sommerville (2011).

A terceira fase, denominada de projeto e design, foi realizada com base no modelo de prototipação.

> Um protótipo é uma versão inicial de um sistema de *software*, usado para demonstrar conceitos, experimentar opções de projeto e descobrir mais sobre o problema e suas possíveis soluções. Enquanto o sistema está em projeto, um protótipo do sistema pode ser usado para a realização de experimentos de projeto visando à verificação da viabilidade da proposta (SOMMERVILLE, 2011, p. 30).

Em poucos dias foram criadas as interfaces iniciais (*layout*) das telas, apresentadas na figura 6, a fim de facilitar a concepção de como elas seriam conduzidas até o seu resultado, e com *design* em formato mais simples e sem implementar os devidos requisitos de funcionalidades. Mesmo assim, através desse protótipo, o GTur foi exibido e aprovado no processo de qualificação do projeto de pesquisa, para assim iniciar a implementação ou o desenvolvimento do *software*.

Figura 6: Protótipo do aplicativo

Fonte: Protótipo da tela do simulador de desenvolvimento *Android*, 2017.

Através do projeto em forma de protótipo foi possível obter novas ideias, detectar aspectos de melhoria, visualizar possíveis erros e efetuar alterações para a implementação do GTur. Segundo Magela (2006), "a prototipação permite uma divisão de responsabilidade com o usuário na definição de **O QUE** iremos construir. Dessa forma, alinhar necessidades e especificação diminui os riscos durante o desenvolvimento" (MAGELA, 2006, p. 29, grifo nosso). Assim, foi a partir dessa fase que se conseguiu a direção exata para a implementação do *app*, sem o retrabalho da construção do *design*, mas com a inserção/alteração de requisitos nas interfaces para o usuário.

A quarta fase correspondeu à implementação do GTur. Esta etapa coloca na prática as informações descritas no planejamento, nos requisitos e nos protótipos já elaborados, ou seja, é a execução de todo o levantamento já adiantado. "O estágio de implementação do desenvolvimento de software é o processo de conversão de uma especificação do sistema em um sistema executável" (SOMMERVILLE, 2011, p. 25). Nessa fase, o profissional responsável pelo desenvolvimento do aplicativo no *Android*, transcreveu em códigos todas as informações definidas após a avaliação do protótipo, com o objetivo de executar as funcionalidades exigidas pelos requisitos e alterar as interfaces voltadas para atender às necessidades dos usuários.

A etapa de teste foi inserida para avaliar o funcionamento do GTur, a fim de verificar tanto os requisitos funcionais quanto os não funcionais, atestando algum grau de dificuldade ou possíveis problemas no uso das interfaces do *app*. De acordo com Albiero (2017), a fase de teste ocorre com a validação, que é o método utilizado para indicar se o *software* atende aos requisitos do usuário, e também com a verificação, utilizada para averiguar se o aplicativo está sendo desenvolvido corretamente.

> Uma falha é o resultado de um ou mais defeitos em algum aspecto do sistema. Para tentar diminuir estas falhas nos softwares, a engenharia de software conta com processos de qualidade de software, e uma parcela destes processos são os testes. O teste do software é uma das fases do processo de engenharia de software que visa atingir um nível de qualidade de um produto e encontrar seus defeitos, para que estes possam ser corrigidos pela equipe de programadores, antes de sua entrega (BUSCH; LODI; BORBA, 2007, p. 126).

Esta etapa foi essencial para visualização de falhas e correções imediatas, pensando em oferecer uma aplicação tecnológica de qualidade para uso no turismo. Os testes foram realizados apenas com três usuários,

visto que o aplicativo estava em processo de registro no INPI, tendo que ser resguardado o sigilo das suas informações, mas foi possível analisar 5 requisitos: velocidade, usabilidade, design, conteúdo e funcionalidade. Na tabela 1 estão os resultados atingidos, a partir do critério de pontuação de 0 a 10 para cada categoria mencionada:

Tabela 1: Teste do aplicativo GTur com usuários

Usuário	Requisitos	Notas
A	Velocidade	10
	Usabilidade	7
	Design	9
	Conteúdo	8
	Funcionalidade	7
B	Velocidade	9
	Usabilidade	8
	Design	10
	Conteúdo	8
	Funcionalidade	8
C	Velocidade	8
	Usabilidade	8
	Design	10
	Conteúdo	6
	Funcionalidade	9

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Ao interpretar a tabela 1, os requisitos design e velocidade ficaram em destaque na avaliação com médias 9,6 e 9, respectivamente, resultado que auxilia na agilidade tecnológica para visualização das informações do *app*. As funcionalidades alcançaram média 8, com a justificativa de que atende ao objetivo do aplicativo, mas que precisa de divulgação para que as

pessoas possam saber da sua utilidade para o desenvolvimento do turismo.

No entanto, as categorias usabilidade e conteúdo com notas 7,6 e 7,3 respectivamente, estão na média, e precisam ser trabalhadas para melhorar a aceitação das pessoas quanto ao uso do aplicativo, com a inserção de mais conteúdo para manter o usuário no *app* por mais tempo e com um trabalho intenso de divulgação, apresentação e usabilidade direta com o cliente-alvo.

A última etapa da construção do GTur foi a de implantação, fase de inserção do *app* na loja de aplicativos *Android*. O profissional responsável pelo desenvolvimento do aplicativo no *Android* realizou o procedimento de registro na plataforma da loja junto com o pagamento único ao *Google*, sendo assim liberado o acesso ao sistema de publicação da *PlayStore* e disponibilizado publicamente. A outra etapa de implantação acontecerá com treinamentos de uso e trabalhos de sensibilização junto aos agentes sociais, a fim de demonstrar a importância de funcionamento deste *app* para a organização e trabalho coletivo no desenvolvimento do turismo no estuário do rio Vaza-Barris.

A manutenção e a alteração são procedimentos contínuos, realizados em todas as fases do desenvolvimento de *software*, depois que é entregue para uso. De acordo com Sommerville (2011, p. 170), "a manutenção de software é o processo geral de mudança em um sistema depois que ele é liberado para uso. As alterações feitas no software podem ser simples mudanças para correção de erros de codificação, ou melhorias significativas". Manter e alterar serão operações fundamentais para o aperfeiçoamento do aplicativo e serão executadas para corrigir erros que não foram detectados nas fases iniciais da construção do *software* ou para melhorar seu funcionamento.

O GTur apresenta cinco menus com elementos direcionados para organização e estruturação da governança turística de qualquer produto

ou destino turístico. A principal e a primeira tela do aplicativo, após o *login*, apresentada na figura 7, é o menu GOVERNANÇA, elaborado a partir dos estudos realizados através da coleta de dados nas entrevistas com os agentes sociais envolvidos na atividade turística do estuário do rio Vaza-Barris. Este menu oferece 6 abas de interação com o usuário, no propósito de apresentar elementos que caracterizem a organização de uma governança turística, a partir da coletividade, comprometimento e empenho de cada *stakeholder* em dividir responsabilidades e atuar de forma cooperativa e transparente nas tomadas de decisões.

Figura 7: Tela principal do aplicativo

Fonte: GTur, 2019.

As abas foram elaboradas de acordo com a vivência junto aos *stakeholders* do estuário do rio Vaza-Barris, de modo sugestivo, para

auxiliá-los na operacionalização da atividade e possível formação de *cluster* turístico, já que possuem elementos para tanto.

Como a área de estudo oferece espaços turísticos que apresentam um fluxo de demanda constante, devido aos seus atrativos, atividades esportivas, de lazer e equipamentos de apoio, faz-se necessário uma orientação, a partir do *app* GTur, para os *stakeholders* desenvolverem adequadamente o turismo na região. E o primeiro passo para esta mudança é determinar mutualidade entre eles, com respeito, igualdade, normas, direitos e deveres, na perspectiva do que se conceitua como governança turística, tendo agora na prática uma ferramenta tecnológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da atividade turística centralizado somente nas iniciativas e decisões executadas pela esfera pública resulta na geração de ações pontuais, com intermitência sem o devido envolvimento e profundidade. Nesse sentido, um modelo de governança no turismo deve ser praticado, a fim de possibilitar uma gestão mais eficiente, eficaz, cooperada e competitiva, mediante valorização e participação ativa de todos os agentes sociais (*stakeholders*) envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística.

O estudo propôs apresentar uma solução através do uso da tecnologia móvel para ajudar os agentes sociais na continuidade da atividade turística sergipana, de forma participativa, a partir de uma gestão integrada com aqueles que desenvolvem o turismo. Após levantamentos de dados empíricos, entregar uma solução tecnológica com ações e orientações que poderão contribuir para nortear a gestão e o desenvolvimento ordenado do turismo de produtos, *clusters* e destinos turísticos, à frente de outras destinações, é uma maneira de alertar, auxiliar e propor a integração dos

múltiplos *stakeholders*, a fim de mostrar que é possível a prática de uma governança participativa, contínua e sustentável.

A abordagem qualitativa das entrevistas realizadas com os *stakeholders* foi capaz de produzir conteúdo e apresentar soluções diretamente para aqueles que são responsáveis pela condução da atividade turística, trazendo solidificação e usabilidade imediata do produto gerado: o aplicativo GTur. Isto se deve ao fato de apresentação dos dados reais coletados em um produto turístico, com agentes sociais dispostos e flexíveis e favoráveis às mudanças para a organização e manutenção da atratividade da oferta turística.

Sabe-se que é uma tendência mundial o impacto positivo dos recursos tecnológicos no turismo. A ideia de unir mobilidade, informação, praticidade e funcionalidade, gerou a proposta de desenvolver o aplicativo GTur. O aplicativo desenvolvido com os requisitos funcionais elencados é uma versão inicial, visto que a partir do *feedback* dos usuários será possível realizar alterações para o seu melhor desempenho, uso no gerenciamento e organização dos *stakeholders* com o desenvolvimento da atividade turística.

Em termos práticos, o aplicativo colabora ainda com a possibilidade de pesquisadores utilizá-lo para estudos e coleta de dados de exemplos de produtos, *clusters* ou destinos que possuem na sua gestão do turismo, uma governança participativa, coletiva, integrada e unida, em prol do desenvolvimento da atividade, resultando em manutenção/aumento da demanda.

Para estudos futuros, sugere-se um trabalho focado na composição detalhada das funcionalidades do *app*, a partir das justificativas de uso para cada interface elaborada, ou até mesmo realizar análise de nível de usabilidade e aceitação do *app* de acordo com as regiões brasileiras, a fim de desenvolver uma pesquisa

comparativa de estudos de casos de produtos turísticos que possuem uma gestão ordenada com auxílio do GTur.

Este estudo apresentou, no entanto, uma limitação que poderá ser sanada a partir do momento de sua comercialização e usabilidade. Refere-se à disponibilidade do aplicativo para uso, pois hoje está limitado apenas para usuários com sistema *Android*, já que o sistema iOS exige um custo mensal para manter o *app* disponível aos usuários que possuem *iPhone*.

A comercialização desse aplicativo depende de um conjunto de fatores, mas está diretamente relacionada à aceitação dos usuários, além da realização de campanhas de marketing com sensibilização dos benefícios acerca da governança turística, da integração entre os *stakeholders* e da facilidade de desenvolver uma atividade de forma cooperada e coletiva.

Por fim, tendo em vista que o setor do turismo é um dos que mais crescem na prestação de serviços, espera-se que o processo de construção do GTur seja referência para auxiliar muitos gestores a oportunizar a coletividade e integração entre eles, contribuindo assim para que possam gerir as atividades da melhor forma possível, com diálogo e tomadas de decisões conjuntas, além de possíveis novas criações de *apps*, seguindo as etapas de desenvolvimento do GTur.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, F. W.. **Uma abordagem de teste para aplicativos Android utilizando os cenários do Behavior Driven Development**. 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158399/001021854.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 nov. 2018.

BARBOSA, T. M. R. et al. Uso da plataforma Ionic para desenvolvimento de aplicativo móvel. *In*: MOSTRA DE ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS DA EMBRAPA INFORMÁTICA AGROPECUÁRIA, 12, 2016, Campinas. **Resumos** [...]. Brasília: Embrapa, 2016. p. 66-71.

BUSCH, A. V.; LODI, R. A.; BORBA, S. F. P.. Metodologia de desenvolvimento e aplicação de testes para qualidade de software. **Revista Ciên. Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 8, n. 1 e 2, p. 125-139, jan./dez. 2007.

DEVELOPERS. **Arquitetura da plataforma**. abr. 2018. Disponível em: https://developer.android.com /guide/platform/?hl=pt-br. Acesso em: 13 dez. 2018.

ENGHOLM JÚNIOR, H.. **Engenharia de software na prática**. São Paulo: Novatec, 2010.

GONÇALVES, A. J. R.. Desenvolvimento de Aplicativos Híbridos com o Ionic Framework. *In*: ESCOLA REGIONAL DE INFORMÁTICA DO PIAUÍ, 3, 2017, Picos. **Anais eletrônicos** [...]. Picos: Sociedade Brasileira de Computação (SBC), jun. 2017. p. 500-515. Disponível em: http://www.eripi.com.br/2017/images/anais/mini cursos/13.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

KHAWAS, C.; SHAH, P.. Application of Firebase in Android App Development - A Study. **International Journal of Computer Applications**, United States, v. 179, n. 46, p. 49-53, 2018.

LECHETA, R. R.. **Google Android**: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK. 3ª ed. São Paulo: Novatec, 2014.

MACCARI, E. A *et al*. Levantamento de Requisitos para a Proposta de um Aplicativo para Acompanhamento dos Quesitos do Sistema de

Avaliação da Capes. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 01-25, set. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2015v8n3p1/30470. Acesso em: 20 nov. 2018.

MAGELA, R.. **Engenharia de Software Aplicada**: Princípios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

MARTINS, C; FIATES, G. G. S.; PINTO, A. L.. A relação entre os clusters de turismo e tecnologia e seus impactos para o desenvolvimento local: um estudo bibliométrico da produção científica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 65-88, jan./abr. 2016. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article /view/907. Acesso em: 28 dez. 2017.

MARTINS, L. M.; VILAR, J. W. C.; SANTANA, M. de O.. A Tecnologia Móvel para Governança Turística. *In*: Congreso Iberoamericano de Turismo y Responsabilidad Social CITuRS2018, 2, 2018, La Coruña - Galícia. **Libro de Actas** [...]. México: Reprografia Noroeste, 2018. p. 215-217.

NASCIMENTO, I.; MAIA, A. F.; DIAS, P. O. de O.. A experiência como produto turístico: a emoção e a sensação do novo e diferente. **Revista Turismo: Estudos e Práticas**, Mossoró/RN, UERN, v. 1, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2012.

PAULA, L. J. L. de. **Desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis para coleta de dados georreferenciados através de reconhecimento de voz**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP, 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11152/tde-10062013-091453/pt-br.php. Acesso em: 3 nov. 2018.

PRESSMAN, R. S.; MAXIM, B. R.. **Engenharia de Software**: uma abordagem profissional. Tradução João Eduardo Nóbrega Tortello. 8ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

RAMOS, A. S. M.; MENDES FILHO, A. M.; LOBIANCO, M. M. L.. **Sistemas e tecnologia da informação no turismo**: um enfoque gerencial. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SOMMERVILLE, I.. **Engenharia de Software**. 9ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CAPÍTULO 2

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA INTELIGENTE

Muitas Velas. Muitos remos.
Âncora é outro falar...
Tempo que navegaremos
não se pode calcular.
(Cecília Meireles - O Rei do Mar - Vaga Música, 1942)

Fábio Berto Santos
Lício Valério Lima Vieira

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva da governança inteligente do turismo, os princípios científicos e tecnológicos têm contribuído para o aperfeiçoamento e padronização do gerenciamento no setor público por meio da inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como uma forma de torná-lo mais inteligente e sustentável.

Neste contexto, a governança inteligente surge com uma forma de promover a modernização do setor público de turismo através da transparência dos sistemas de governo, modernização da administração da pública e abertura de dados. Este conceito tornou-se essencial para a melhoria do desempenho da administração pública dos destinos turísticos, bem como para possibilitar o entendimento e análise do contexto de forma integrada e participativa através da construção de uma direção futura por intermédio de procedimentos adequados de antecipação e avaliação dos resultados como forma de atingir os objetivos desejados.

O presente capítulo tem como objetivo discutir aspectos e elementos para a construção de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para modernização do setor de turismo municipal na perspectiva de implementação da governança inteligente como forma de promover a melhoria da administração pública de destinos turísticos.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão teórica sistemática acerca da produção científica especializada através de dados e fontes secundárias em livros, artigos e documentos sobre o conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs), para assim, fundamentar a construção de um arcabouço denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação como forma de nortear a modernização da gestão municipal do turismo por meio de tecnologias inovadoras que auxiliarão os gestores do setor público na consolidação do modelo de governança inteligente para os destinos turísticos.

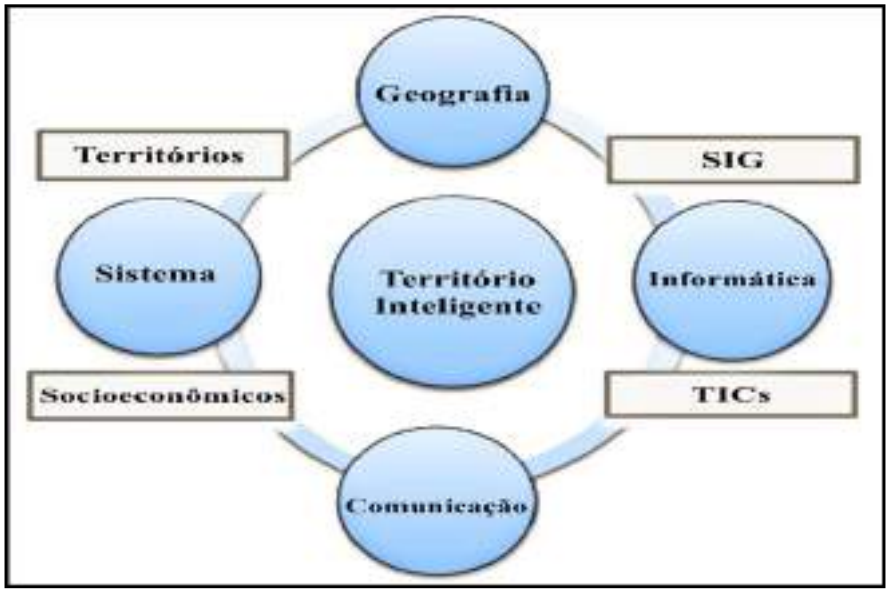
2 DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

O conceito para Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) tem sua concepção no produto turístico, que de acordo com Murphy, Pritchard e Smith (2000) é uma experiência entregue por um destino aos turistas. Segundo López Ávila e García Sánchez (2013), os destinos turísticos inteligentes devem estar estabelecidos sobre uma infraestrutura inteligente para promover o desenvolvimento eficiente e sustentável da urbe, agregando valor a experiência turística e, consequentemente, na melhoria das condições de vida dos residentes.

Desse modo, a consideração acerca de um destino turístico inteligente deve ser fundamentada na inteligência territorial que contribui para o desenvolvimento do espaço turístico de forma inteligente (GIL; FERNANDÉZ; HERRERO, 2015). Introduzir a inteligência territorial aos destinos turísticos requer interligar dinamicamente os *stakeholders* através de uma plataforma tecnológica na qual as informações e atividades turísticas possam ser trocadas instantaneamente, melhorando a experiências do turista e a eficácia da gestão do turismo a nível micro e macro.

O sistema territorial inteligente está composto por elementos que se inter-relacionam produzindo dados e informações essenciais para a gestão do espaço, como representado na figura 1. Dessa forma, para uma gestão territorial inteligente é necessário fazer uma análise sistêmica dos elementos que integram esse ambiente, para assim, entender a dinâmica dessas relações e contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável do território.

Figura 1: Sistema Territorial Inteligente

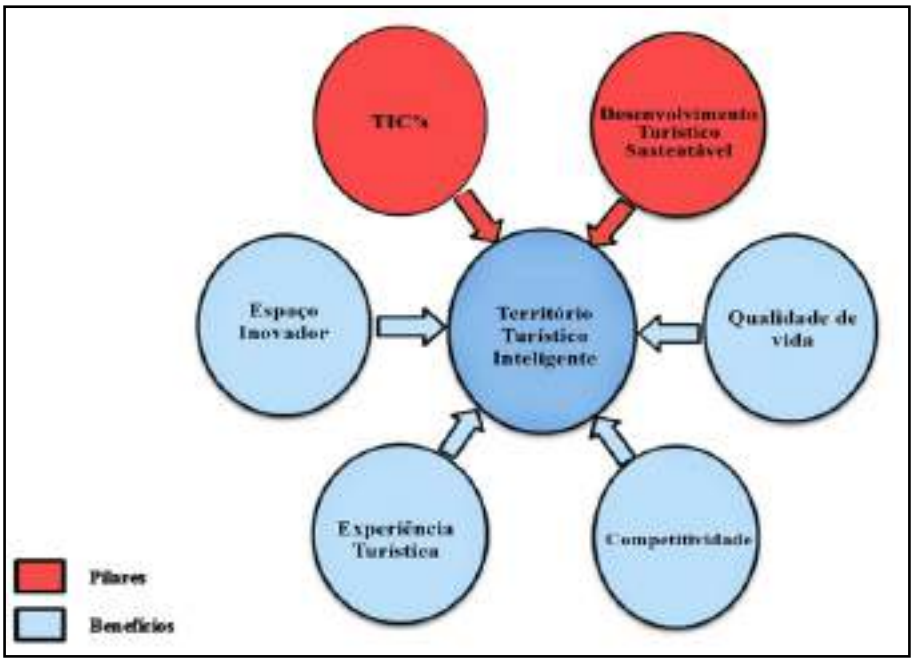


Fonte: Adaptado a partir de Gil, Fernandéz e Herrero (2015).

Conforme as bases de construção das cidades e dos territórios inteligentes, o desenvolvimento dos destinos turísticos inteligentes também envolve pessoas e processos tecnológicos. Esta transformação de um destino turístico tradicional num destino turístico inteligente exige comprometimento da administração pública, principalmente, no que diz respeito à escolha do gestor e da equipe responsável pelo projeto, pois a gestão de um destino é dita como uma tarefa extremamente desafiadora (MARIANI et al., 2014).

As relações ambientais nos DTIs, de acordo com os pilares dos destinos turísticos inteligentes e os benefícios trazidos por ele, estão representadas conforme a figura 2.

Figura 2: Relações Ambientais no Destino Turístico Inteligente

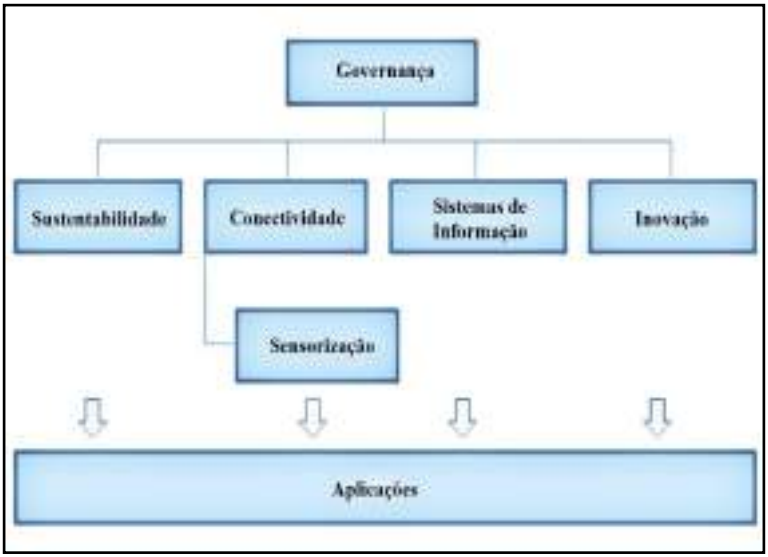


Fonte: Adaptado a partir de SEGITTUR (2013).

Segundo SEGITTUR (2013), as relações ambientais ocorridas nos destinos turísticos inteligentes, as TICs e o desenvolvimento turístico sustentável são considerados os pilares fundamentais desse ambiente, porque não somente possibilitam uma gestão inteligente dos serviços, infraestrutura e equipamentos, como também são as pedras angulares da inovação para promoção de uma boa governança e o desenvolvimento sustentável da atividade turística nesses destinos.

Destaca-se, portanto, que a governança do Destino Turístico Inteligente é composta por cinco áreas inter-relacionadas: sustentabilidade, conectividade, sistemas de informação, inovação e sensorização (Figura 3).

Figura 3: Modelo de Governança para Destinos Turísticos Inteligentes



Fonte: Adaptado de INVAT.TUR (2015).

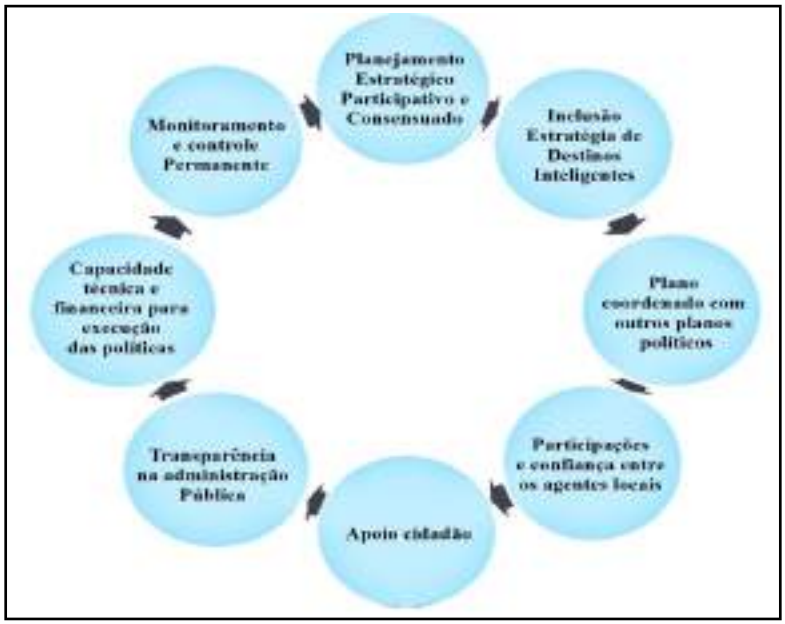
Para Dirks e Keeling (2009), é fundamental o desenvolvimento de uma estratégia para converter um destino tradicional num destino inteligente. Para isso, foram estabelecidos cinco princípios para a governança inteligente: 1) abertura dos dados das instituições, com uma comunicação mais ativa e com uma linguagem acessível ao público em geral (turistas e comunidade local); 2) ampla participação cidadã em todas as fases de planejamento, concepção e sua aplicação; 3) responsabilidade e esclarecimento de todos os agentes políticos; 4) medidas eficazes, oportunas e adaptadas a avaliação dos objetivos; 5) políticas coerentes, o que requer um líder político firme e compromissado (LÓPEZ ÁVILA; GARCÍA SÁNCHEZ, 2013).

Esse modelo de governança inteligente surgiu devido ao momento de crise que vive o modelo tradicional de gestão. Diante disso, Velasco (2008) destacou que foi proposto um modelo colaborativo envolvendo os

agentes locais (públicos e privados) relacionados com a atividade turística e a sociedade organizada fundamentados nos seguintes princípios: (i) eficácia de acordo com os objetivos definidos pela Política Municipal de Turismo; ii) eficiência com relação à otimização dos recursos; (iii) Parcerias Público-Privada; (iv) corresponsabilidade nas tomadas de decisões e no financiamento; v) transparência perante o setor turístico e da comunidade local; (vi) maior estabilidade e autossuficiência financeira; (vii) orientação ao mercado; (viii) participação de todos os agentes relacionados à atividade turística.

De acordo com Pulido, López e Pulido (2013), a aplicação desses princípios pode ser medida de acordo um marco analítico de referência, conforme o perfil do destino turístico em estudo (Figura 4).

Figura 4: Marco Analítico para Medir a Governança dos Destinos Turísticos Inteligentes



Fonte: Adaptado a partir de Pulido, López e Pulido (2013).

Este modelo de medição da governança turística inteligente deve ser baseado num processo de planejamento estratégico, elaborado a partir de uma metodologia que inclua o consenso entre os agentes locais (públicos e privados) através de uma estratégia conjunta que promova a participação coletiva (INVAT.TUR, 2015).

Neste contexto, INVAT.TUR (2015) assinala que os destinos inteligentes enfrentam dois desafios principais: consolidar a inovação no núcleo de governança e evoluir para ambientes realmente inovadores. Isto significa superar os obstáculos de inovação nos destinos e aumentar a intensidade na inovação da gestão organizacional, no gerenciamento, nos processos e nos produtos ou serviços tanto na esfera pública quanto na privada (HJALAGER, 2010).

Para isso, é necessário a elaboração de um Plano Diretor para Destinos Turísticos Inteligentes (PDDTI), que se configura num instrumento de integração com outros planos municipais e na melhoria da coordenação na medida em que este modelo de plano supera o âmbito da gestão do turismo e integra outros departamentos municipais (INVAT.TUR, 2015). Entretanto, é desejável que o modelo do plano se torne um projeto real da cidade/município, especialmente, para aqueles já consolidados como destinos turísticos, uma vez que algumas aplicações para os DTIs beneficiam tanto os turistas como a comunidade local (Figura 5).

Figura 5: Esquema de Trabalho para Elaboração e Aplicação do Plano Diretor DTI

Fonte: INVAT.TUR (2015).

Neste contexto, Blanco (2015) descreve que, de acordo com o processo de desenvolvimento dos DTIs, são abertas novas oportunidades para o desenvolvimento da atividade nos destinos turísticos a partir da inteligência dos DTIs que reside nos seguintes aspectos: a) capacidade de aprender, adaptar-se e compreender a época e a sociedade em que vivemos; b) tentativa de fazer as coisas e organizar-se de forma diferente investindo no conhecimento e no capital intelectual para estabelecer sistemas de colaboração e conexões em todas as escalas; c) tecnologia, na equidade e na segurança.

Cabe aqui no presente capítulo, apresentar alguns estudos de casos que demonstram o êxito de algumas iniciativas inteligentes implantadas em destinos turísticos (Quadro 1).

Quadro 1: Estudos de Caso sobre a Implantação de Destinos Inteligentes

Destinos Inteligentes	Estudos de Caso
El Hierro (Espanha)	***Smart Island***: foi a primeira ilha do mundo a ter redes *Wi-Fi* e *WiMax*que que facilitam e permitem a escalabilidade no gerenciamento/transporte de dados e informações.
Playa de Palma (Espanha)	**Destino Digital:** *e*-queixas; *e-parking*; aeroporto *tag.*
Marbella (Espanha)	**Agenda Digital de Marbella (ADM)**: grupo de trabalho que desenvolveu a instalação da infraestrutura tecnológica de informação e comunicação.
Badajoz (Espanha)	**Programa de Cooperação Fronteiriça Espanha-Portugal (POPTEP)**: Sistema de Inteligência Turística (SIT) para gerenciamento do território ou destino.
Reguengos de Monsaraz (Portugal)	**Projeto Beacons**: sistema de sinalização e informação turística que permite visualizar conteúdos, em tempo real, a partir de telefones móveis.

Fonte: SEGITTUR (2013).

Portanto, o conceito e a concepção de DTIs têm como objetivo oferecer aos turistas, ao *trade* e à comunidade local as facilidades e os benefícios promovidos pelos avanços tecnológicos alinhados a um modelo de governança inteligente aplicado ao turismo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo do trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica na qual foram consultados livros, artigos e documentos em fontes secundárias nacionais e internacionais, fundamentada no conceito de Destinos Turísticos Inteligentes que subsidia as bases para que um destino turístico seja realmente consolidado como inteligente (SEGITTUR, 2013).

Foram também discutidas as diretrizes para implementação do conceito de governança inteligente, tendo como ponto de partida a mudança de paradigma no modelo de administração de Secretarias Municipais de Turismo, por meio da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação como uma forma de modernizar os processos de governança através da implantação de modernas Tecnologias da Informação e Comunicação para auxiliar o gestor no gerenciamento do setor e na tomada de decisões assertivas.

A metodologia para elaboração desse Plano foi adaptada a partir do Guia de Elaboração de PDTI desenvolvido pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). De acordo com o SISP (2012), o modelo de governança inteligente consiste em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI (Tecnologia da Informação) da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização.

4 MODELO DE GOVERNANÇA INTELIGENTE PARA O SETOR MUNICIPAL DE TURISMO

À medida que o uso das TICs avança e se populariza torna-se necessário um modelo de governança inteligente que contribua para a melhoria da eficiência do setor público, e ainda, que permita o empoderamento e o envolvimento dos cidadãos nas questões que afetam a sociedade através da governança pública participativa e transparente. Este modelo caracteriza-se pelo poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil (JACOBI; GUNTHER; GIATTI, 2012).

Para a implantação de um modelo de governança inteligente no setor público de turismo municipal deve-se optar por uma abordagem sistêmica e horizontal, pautada na transparência dos dados e informações

sobre a administração pública, na sustentabilidade, na integração/interação e participação dos diversos órgãos municipais e da sociedade.

Segundo IFAC (2013), a boa governança no setor público permite: a) garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos; b) garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos; c) ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito; d) ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos; e) possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão; f) dialogar com e prestar contas à sociedade; g) garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos; h) promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores; i) definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade; j) institucionalizar estruturas adequadas de governança; k) selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais); l) avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles; m) garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos; n) utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis; o) controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e p) prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis).

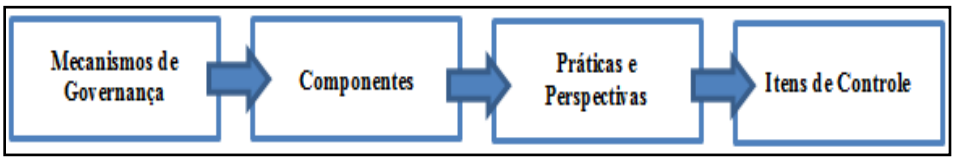
Este modelo é pauta de debates entre especialistas sobre governança e democratização da gestão do turismo, pois apresenta um consenso de que a aplicação de instrumentos legais abre perspectivas sobre a participação da sociedade no planejamento e controle dos destinos. Embora haja conflitos entre forças sociais antagônicas e divergentes sobre a implantação de um modelo de governança inteligente, observa-

se que o processo é inerente à dinâmica dos espaços públicos, já que a partilha do poder entre o Estado e a sociedade contrasta com a cultura de centralização, autoritarismo e isolamento burocrático, característico da administração pública (DAGNINO, 1994).

Segundo entendimento do World Bank (2007), se pressupõe que a existência da governança pública inteligente esteja fundamentada na existência de um Estado Democrático de Direito, onde os princípios da legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability* sejam respeitadas, a sociedade civil seja participativa, a burocracia esteja imbuída pela ética profissional, as políticas públicas sejam planejadas e seus gestores responsabilizados por suas decisões.

Para que os mecanismos de governança sejam considerados inteligentes e produzam os resultados esperados devem estar alicerçados em quatro níveis de análise (Figura 6). Esses mecanismos referem-se ao conjunto de práticas e processos que contribuem para a execução das funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) como descrito do quadro 2. Para cada um dos mecanismos de governança foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta ou indiretamente, para o alcance dos objetivos (Quadro 3).

Figura 6: Níveis de Análise de Governança



Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2014).

Quadro 2: Mecanismos de Governança

Liderança	Estratégias	Controle
A liderança é um conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental que assegura a existência das condições mínimas para avaliar o exercício da boa governança nos principais cargos das organizações.	Tem como função direcionar os procedimentos necessários à boa governança, tais como: escuta ativa de demandas; necessidades e expectativas das partes interessadas, entre outras.	É responsável por monitorar a avaliação, transparência, *accountability* e capacitação, tais como: regras e práticas regulatórias de prestação de contas das ações; responsabilização pelos atos praticados; e especialização do corpo técnico.

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2014).

Quadro 3: Componentes dos Mecanismos de Governança

Liderança	Estratégias	Controle
- Pessoas e Competências. - Princípios e Comportamentos. - Liderança Organizacional. - Sistema de Governança.	- Relacionamento com partes interessadas. - Estratégia Organizacional. - Alinhamento Transorganizacional.	- Gestão de Riscos e Controle Interno. - Auditoria Interna. - *Accountability* e Transparência.

Fonte: Adaptado de Brasil (2014).

Baseados nos dois últimos quadros, para cada um dos componentes dos mecanismos de governança foram feitas descrições e identificadas as práticas, de acordo com os quadros 4, 5 e 6.

Quadro 4: Práticas Relativas ao Mecanismo de Liderança

Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
- Estabelecer e dar transparência ao processo de seleção de membros de conselho de administração. - Assegurar a adequada capacitação dos membros da alta administração. - Estabelecer sistema de avaliação de desempenho de membros da alta administração. - Garantir que o conjunto de benefícios de membros do conselho de administração seja transparente.	- Adotar código de ética, conduta e padrões de comportamento aos membros do conselho de administração. - Estabelecer mecanismos de controle das decisões e ações de membros do conselho de administração. - Estabelecer mecanismos para garantir padrões de comportamento baseados nos valores e princípios constitucionais, legais, organizacionais e no código de ética e conduta adotado.	- Avaliar, direcionar e monitorar a gestão. - Responsabilizar-se pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão da organização e alcance dos resultados. - Assegurar política de delegação e reserva de poderes às instâncias internas de governança. - Responsabilizar-se pela gestão de riscos e controle interno. - Avaliar os resultados das atividades de controle e auditoria.	- Estabelecer as instâncias internas de governança da organização. - Garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas. - Estabelecer o sistema de governança da organização e divulgá-lo para as partes interessadas.

Fonte: Brasil (2014).

Quadro 5: Práticas Relativas ao Mecanismo de Estratégias

Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
- Estabelecer e divulgar canais de comunicação. - Promover a participação social. - Estabelecer relação objetiva e profissional com a mídia, com outras organizações e com auditores. - Assegurar que as decisões estratégicas e políticas atendam as demandas sociais.	- Estabelecer um modelo de gestão participativa. - Estabelecer a estratégia da organização. - Monitorar e avaliar o desempenho da organização.	- Estabelecer mecanismos de atuação conjunta com vistas a formular, implementar, monitorar e avaliaras políticas transversais e descentralizadas.

Fonte: Brasil (2014).

Quadro 6: Práticas Relativas ao Mecanismo de Controle

Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Transparência e *Accountability*
- Estabelecer o sistema de gestão de riscos e controle. - Monitorar e avaliar o sistema de gestão.	- Estabelecer a função de auditoria - Prover a independência e proficiência. - Assegurar valor à organização.	-Ter transparência legal. - Prestar contas com base no princípio de *accountability.* - Avaliar a organização e a satisfação das partes interessadas. - Garantir a apuração de irregularidades.

Fonte: Brasil (2014).

No documento denominado Manual de Destinos Turísticos Inteligentes, elaborado pela INVAT.TUR (2015), estão relacionados cinco princípios básicos da boa governança, os quais podem ser aplicados em todos os níveis de governo, a saber: **1) Abertura dos dados** onde as instituições devem trabalhar de forma mais aberta, com una comunicação mais ativa e conectada para acesso do público em geral; **2) Participação** com ampliação da participação do cidadão em todas as fases de cada política pública, desde a sua concepção; **3) Responsabilidade** tendo como base o esclarecimento e reponsabilidade de todos os agente públicos; **4) Eficácia** na perspectiva de que as medidas devem ser eficazes e oportunas, adaptadas aos objetivos e avaliável; **5) Coerência** na qual as políticas devem ser coerentes, o que requer liderança política e compromisso.

Estes princípios de governança pública podem ter sua aplicação facilitada nos destinos turísticos por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação para promover a eficiência e a qualidade dos serviços públicos em cinco áreas: informação ao usuário; distribuição através de multicanais; escalabilidade; benefício-custo; e coordenação de iniciativas.

Da mesma forma que o destino precisa ser adaptado às diretrizes relacionadas ao conceito de Destino Turístico Inteligente, também há necessidade de adaptação da infraestrutura tecnológica do setor público de turismo para que a implementação do modelo de governança inteligente seja realizada de forma eficiente. Para isso, a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação, definido no planejamento estratégico de TI para o setor, torna-se essencial nessa mudança de paradigma do modelo de governança.

Nessa perspectiva, Brasil (2015) afirma que o PDTI contém o planejamento das ações que visam garantir o suprimento de informação e tecnologia que o órgão precisará para cumprir seus objetivos finalísticos. Esta mudança tem como objetivos melhorar a gestão dos recursos e a

qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, mas para isso, torna-se essencial a realização de um planejamento de TI que contribua para a melhoria do desempenho organizacional.

Para que esse resultado seja alcançado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias organizacionais e as aplicações de TI, para que o PDTI permita nortear e monitorar as estratégias e os planos de ação que serão implementados (SISP, 2012). O PDTI é um instrumento que contribui de forma preditiva para que o gestor harmonize a relação entre as políticas públicas, o planejamento e as ações a serem executadas.

A organização poderá realizar a transição do modelo de gestão informacional vigente para um modelo futuro, a partir de um plano de metas e ações e de acordo com a Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93 e a Instrução Normativa nº 04/2010, que em seu art. 2°, inciso XXII, define o DTI como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período (CRUZ; ANDRADE, FIGUEIREIDO, 2011).

O PDTI deverá definir os indicadores, em conformidade com os objetivos estratégicos do setor de TI das Secretarias Municipais de Turismo, e conter o planejamento de investimentos necessários, proposta orçamentária, quantitativo e capacitação de pessoas e identificação e tratamento de riscos para proporcionar o alinhamento das soluções de TI com as metas e necessidades da organização (SISP, 2012).

Entretanto, caso esses órgãos de turismo não possuam um planejamento estratégico institucional formalizado, deve-se buscar o alinhamento por meio de outros instrumentos norteadores dispostos no art. 4º da Instrução Normativa supracitada, onde determina que na inexistência o planejamento estratégico formalmente documentado, será utilizado o documento existente no órgão ou entidade, a exemplo do Plano

Plurianual ou instrumento equivalente, registrando no PDTI a ausência do planejamento estratégico do órgão ou entidade e indicando os documentos utilizados (BRASIL, 2015).

5 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O TURISMO MUNICIPAL

A elaboração do PDTI é realizada pelos servidores das Secretarias Municipais de Turismo responsáveis pelo processo, que têm a responsabilidade de executar alguma atividade durante sua elaboração, e possui um conjunto de atribuições e/ou responsabilidades sobre as atividades que representam as funções a serem desempenhadas pelos envolvidos (SISP, 2012). Os principais envolvidos na elaboração de um plano dessa natureza estão classificados conforme o quadro 7.

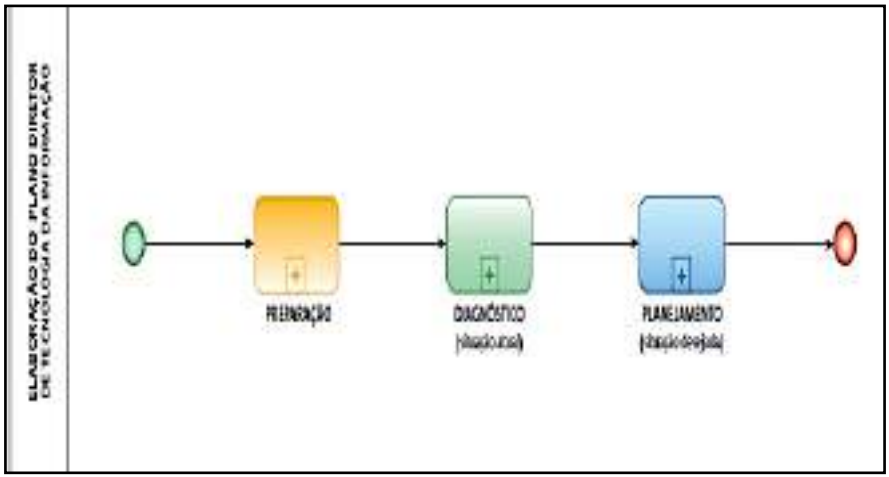
Quadro 7: Principais Envolvidos no Processo de Elaboração do PDTI

Secretário Municipal de Turismo	Comitê de TI	Equipe de Elaboração do PDTI
Ele deverá prover recursos, aprovar o Plano de Trabalho, tomar as decisões, definir premissas e diretrizes gerais, aprovar e publicar o PDTI.	Mecanismo de Governança da TI formado por representantes das áreas finalísticas e de TI, cuja função é priorizar as ações, dirigir o alinhamento dos investimentos com os objetivos estratégicos da organização e monitorar os resultados do desempenho da TI.	É ela responsável pela elaboração e operacionaliza do projeto de PDTI. Os membros dessa equipe são designados pelo Comitê de TI, que deve indicar servidores tanto das áreas finalísticas quanto da área de TI.

Fonte: Adaptado de SISP (2012).

Ainda de acordo com SISP (2012), o processo de elaboração do PDTI está dividido em 3 (três) fases, como demonstrado na figura 7. Cada uma dessas fases é representada por processos que indica o objetivo da execução, as atividades realizadas, os responsáveis e as tecnologias utilizadas no processo.

Figura 7: Fases do Processo de Elaboração de PDTI



Fonte: SISP (2012).

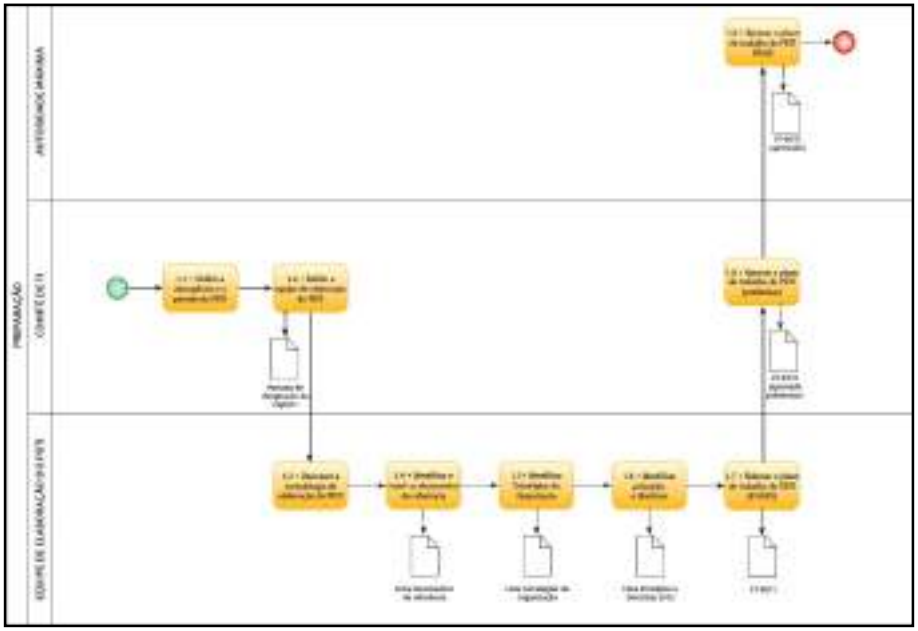
Fase de Preparação

A fase de preparação do PDTI é realizada pelo Comitê de TI através da definição da abrangência, período e equipe envolvida na sua elaboração, por meio de instrumentos legais, que conferem as atribuições dos envolvidos para conduzir a metodologia, a identificação dos documentos e os princípios e diretrizes do Plano de Trabalho, para posteriormente serem analisadas pelo Comitê de TI e pelo Secretário

Municipal de Turismo para sua aprovação ou não.

Conforme representado no fluxograma da figura 8, os processos que compõem a 1ª fase, denominada fase de preparação, assim estabelecidas: 1.1) Definir a abrangência e o período do PDTI; 1.2) Definir a equipe de elaboração do PDTI; 1.3) Descrever a metodologia de elaboração do PDTI; 1.4) Identificar e reunir os documentos de referência; 1.5) Identificar estratégias da organização; 1.6) Identificar princípios e diretrizes; 1.7) Elaborar o Plano de Trabalho do PDTI (PT - PDTI); 1.8) Aprovar o Plano de Trabalho do PDTI (Preliminar); e 1.9) Aprovar o Plano de Trabalho do PDTI (Final).

Figura 8: Fase de Preparação do PDTI

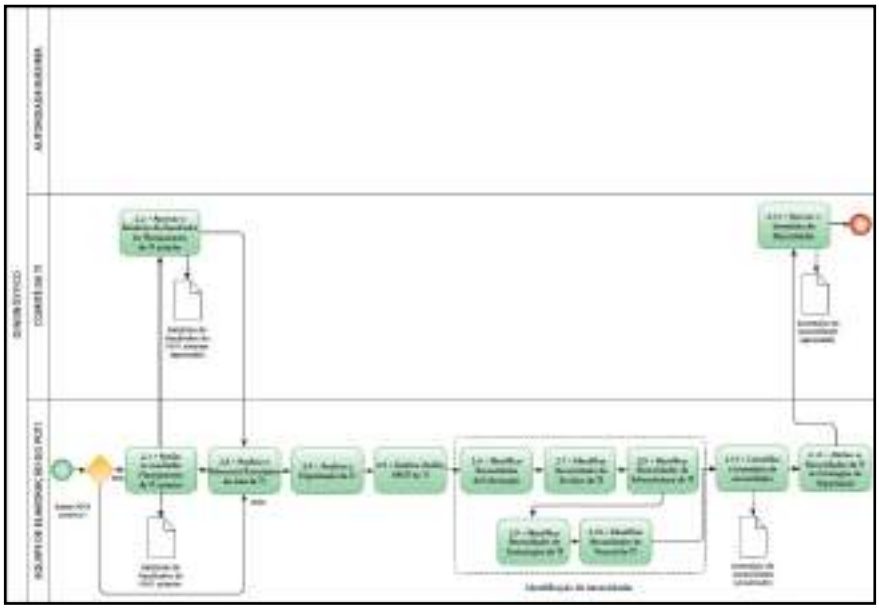


Fonte: SISP (2012).

Fase de Diagnóstico

Na 2ª fase, fase de diagnóstico, a equipe realiza a inventariação da situação atual do setor de TI da Secretaria Municipal de Turismo que será objeto de estudo, para que assim, sejam identificadas as necessidades para implementação do modelo governança inteligente que compõem esta fase, a saber: 2.1) Avaliar os resultados do planejamento de TI anterior; 2.2) Aprovar o relatório de resultados do planejamento de TI anterior; 2.3) Analisar o referencial estratégico da área de TI; 2.4) Analisar a organização da TI; 2.5) Realizar análise SWOT da TI; 2.6) Identificar necessidades de informação; 2.7) Identificar necessidades de serviços de TI; 2.8) Identificar necessidades de infraestrutura de TI; 2.9) Identificar necessidades de contratação de TI; 2.10) Identificar necessidades de pessoal de TI; 2.11) Consolidar o inventário de necessidades; 2.12) Alinhar as necessidades de TI às estratégias da organização; e 2.13) Aprovar o inventário de necessidades (Figura 9).

Figura 9: Fase de Diagnóstico do PDTI



Fonte: SISP (2012).

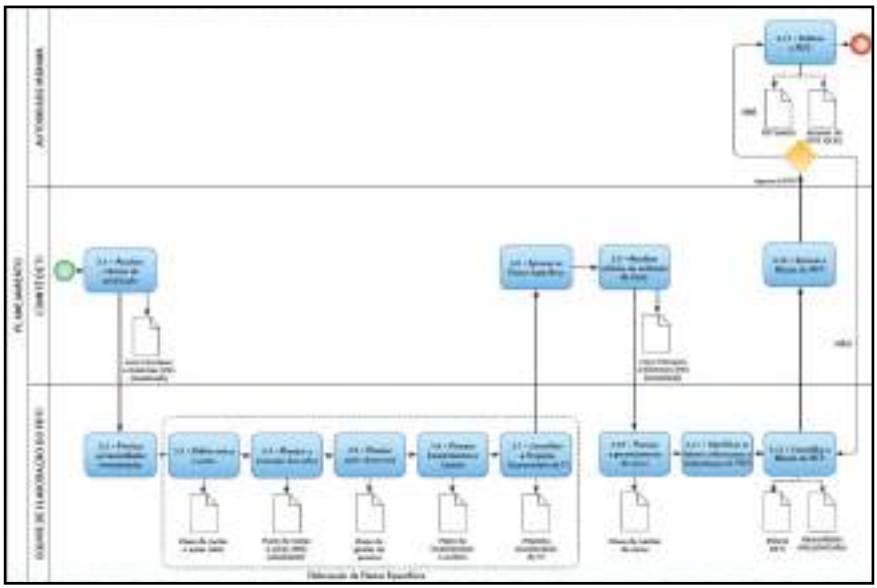
Fase de Planejamento

Essa fase é caracterizada pelo planejamento das necessidades, identificadas na inventariação realizada na fase de diagnóstico, para que os objetivos esperados sejam alcançados. Dessa forma, os processos relacionados nesta etapa priorizam as necessidades e planejamento de metas e ações que abrangem os recursos humanos, orçamentários e de gerenciamento de riscos que envolvem o desenvolvimento do PDTI.

Nesta fase, os processos realizados pela equipe responsável pela elaboração do PDTI serão analisados pelo Comitê de TI e, caso aprovada, publicadas pela Secretaria Municipal de Turismo, conforme os seguintes procedimentos descritos: 3.1) Atualizar critérios de

priorização; 3.2) Priorizar as necessidades inventariadas; 3.3) Definir metas e ações; 3.4) Planejar a execução das ações; 3.5) Planejar ações de pessoal; 3.6) Planejar investimentos e custeio; 3.7) Consolidar a proposta orçamentária da TI; 3.8) Aprovar os planos específicos; 3.9) Atualizar critérios de aceitação de riscos; 3.10) Planejar o gerenciamento de riscos; 3.11) Identificar os fatores críticos para a implantação do PDTI; 3.12) Consolidar a Minuta do PDTI; 3.13) Aprovar a minuta do PDTI; e 3.14) Publicar o PDTI (Figura 10).

Figura 10: Fase de Planejamento do PDTI



Fonte: SISP (2012).

SISP (2012) define que para elaboração do PDTI alguns documentos são essenciais, cuja finalidade é apoiar a execução das atividades previstas nas fases supracitadas, dentre eles: 1) Portaria de designação da equipe

de elaboração do PDTI (EqPDTI); 2) Lista de princípios e diretrizes; 3) Plano de Trabalho para a elaboração do PDTI; 4) Cronograma; 5. Matriz SWOT; 6) Inventário de necessidades; 7) Plano de metas e ações; 8) Plano de investimentos e custeio; 9) Plano de gestão de riscos; e 10) Modelo de referência do PDTI.

Portanto, para a elaboração e posteriormente implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação devem ser seguidos os princípios, diretrizes, padrões e normas que garantam o alinhamento entre a setor municipal do turismo e as TICs, definido no planejamento estratégico, para que assim os objetivos sejam apoiados e os recursos aplicados, para que a governança do setor municipal de turismo seja classificada como inteligente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou fundamentar o modelo de governança inteligente do turismo por meio de uma abordagem teórica sobre o conceito de Destinos Turísticos Inteligentes para modernização e padronização do setor público de turismo. Ficou demonstrado que a mudança de paradigma do modelo de governança tradicional para um modelo inteligente implica em mudanças tanto organizacionais quanto culturais para que sejam implementadas e adaptadas, de forma gradual e contínua, em todos os níveis da administração pública municipal do turismo.

Para isso, foi demonstrado as diretrizes para construção de um Plano de Diretor de Tecnologia da Informação tendo em vista a melhora do desempenho do setor municipal de governança do turismo para que os objetivos e metas sejam alcançados em prol da eficiência da administração pública.

À vista disso, ficou evidenciado que os benefícios oferecidos

através do alinhamento entre as Tecnologias da Informação e Comunicação e o ambiente público procuram, especificamente, solucionar problemas e trazer benefícios, tanto para os turistas quanto à comunidade local. Dessa forma, sugere-se o aprofundamento e aperfeiçoamento do modelo proposto de governança inteligente do turismo para que seja replicado e ganhe escala para benefício do turismo.

REFERÊNCIAS

BAUDOUIN, P. **Smart cities**. 2012. Disponível em: <http://blog.idate.fr/smart-cities/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

BLANCO, J.. **Libro Blanco de los Destinos Turísticos Inteligentes: estrategias y soluciones para fomentar la innovación en el turismo digital.** Madrid: Biblioteca Altran, 2015.

BRASIL, **Governança Pública:** referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/institucional/download-de-arquivos/governanca-publica-tcu.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

_____, **Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016**. Brasília, Ministério do Turismo, 2015 Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/pda/PDTI_MTur_2015_2016_Aprovado-CETI.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

CRUZ, C. S. da; ANDRADE, E. L. P. de; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa. **Processo de Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação para Organizações Públicas**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2011.

DAGNINO, E.. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DIRKS, S.; KEELING, M. **A Vision of Smarter Cities. How cities can lead the way into a prosperous and sustainable future**. Nova Iorque: IBM - Institute for Business Value, 2009.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. M.; FERNANDÉZ, B. Z.; HERRERO, J. L. C. Los destinos turísticos Inteligentes en el marco de la inteligencia territorial: conflictos y oportunidades. **Investigaciones Turísticas,** n. 10, p. 1-25, jul/dic. 2015.

HJALAGER, Anne-Mette. A review of innovation research in tourism. **Tourism Management**, v. 31, n. 1, p. 1-12, 2010.

IFAC. International Federation of Accountants. **Good governance in the public sector: consultation draft for an international framework.** New York, 2013. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/international-framework-good-governance-public-sector>. Acesso em: 02 jun. 2017.

INVAT.TUR. Instituto Valenciano de Tecnologias Turísticas. **Destinos turísticos inteligentes**: manual operativo para la configuración de destino turísticos inteligentes. Alicante: Universidade de Alicante, 2015.

JACOBI, P. R; GUNTHER, W. M. R; GIATTI, L. L.. Agenda 21 e Governança. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 74, p. 331-340, 2012.

LÓPEZ ÁVILA, A.; GARCÍA SÁNCHEZ, S. Destinos turísticos inteligentes. **Harvard Deusto Business Review**, 224, p. 56-67, 2013.

MARIANI, M. M. et al. Managing change in tourism destinations: Key issues and current trends. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 2, n. 4, p. 269-272, 2014.

MURPHY, P. E; PRITCHARD, M. P.; SMITH, B. The destination product and its impact on traveller perceptions. **Tourism Management**, v. 21, n. 1, p. 43-52, Feb., 2000.

PULIDO, M. C., LÓPEZ, Y.; PULIDO, J. I. Methodological proposal for the incorporation of governance as a key factor for sustainable tourism management: The case of Spain. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 15, p. 10-24, 2013.

SEGITTUR. **Destinos turísticos inteligentes.** 2013. Disponível em:<http://www.segittur.es/opencms/export/sites/segitur/.content/galerias/descargas/documentos/Presentacin-Destinos-Tursticos-Inteligentes.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2017.

SISP. Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação. **Guia de Elaboração de PDTI do SISP, Versão 1.0**. Brasília, 2012. Disponível em:< http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elabora%C3%A7%C3%A3o _de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf >. Acesso em: 07 de junho de 2017.

VELASCO, M. Gestión de destinos: ¿gobernabilidad del turismo o gobernanza del destino? **VI Coloquio Doctoral de Turismo y Ocio**, ESADE, 2008.

WORLD BANK. Chapter 12: governance and management. In: **Global Evaluations Sourcebook**. Washington, 2007. Disponível em: <http://siteresoucers.worldbank.org/EXTGLOREGPARPROG/Resources/sourcebook.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

CAPÍTULO 3

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESTINOS: DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE TURISMO

Viajar! Perder países!
Ser outro constantemente,
Por a alma não ter raízes
De viver de ver somente!
Não pertencer nem a mim!
Ir em frente, ir a seguir
A ausência de ter um fim,
E da ânsia de o conseguir!
Viajar assim é viagem.

(Fernando Pessoa – Viajar! Perder países! - 1933)

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio
Jaime José da Silveira Barros de Medeiros
José Augusto Andrade Filho

1 INTRODUÇÃO

O planejamento turístico é uma ferramenta altamente eficaz para os destinos turísticos, servindo como norteador para o ordenamento da atividade, através de processos que visem orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento, de uma localidade, região, município, estado ou país, resultando em ações que contribuam com a comunidade, que garanta investimentos públicos e privados e que corrobore com os princípios da sustentabilidade (MOLINA, 2005; VIGNATI, 2012).

Nessa perspectiva, o planejamento materializado na elaboração dos Planos Municipais de Turismo (PMT) tem como pressuposto as políticas públicas norteadoras da atividade turística. Caso esses PMTs sejam implementados, monitorados e avaliados corretamente, são capazes de promover o desenvolvimento social da localidade, por meio de: distribuição mais igualitária de renda, bens e serviços; geração de emprego e trabalho; incentivo à educação e à capacitação profissional; e incentivo ao empreendedorismo e inovação nos distintos campos de aplicação (OTTONI; SCALCO, 2016).

Para tanto, em meio aos múltiplos cenários, muitas vezes complexos do turismo, tem-se visto que a inovação e a oferta de soluções tecnológicas se multiplicaram vertiginosamente ao longo dos anos, tornando-se um fator chave para a competitividade nos destinos. Logo, os desafios que garantem a continuidade do desenvolvimento do turismo em atendimento a era da ubiquidade tecnológica, perpassam pelos novos cenários propostos pela inovação, baseados nas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que direcionam a atividade em atendimento aos novos perfis de demanda e oferta, exigindo uma maior atenção ao planejamento turístico do destino.

No Brasil, o Ministério do Turismo (MTur) corrobora e reconhece

a importância da inovação e o uso das TICs na contemporaneidade, e justifica esse fato ao afirmar a necessidade de aplicação de instrumentos tecnológicos para coletar, sistematizar e difundir informações, a fim de proporcionar ao setor mais agilidade, confiabilidade e consequentemente, produtividade, qualidade e competitividade (BRASIL, 2011a). Afirma também, ser importante fomentar o uso das TICs em todas as ações empreendidas pelos atores do setor, seja na consolidação da rede de gestão em todo o país, no uso de tecnologias e ferramentas inovadoras para a promoção dos destinos, na formatação de meios alternativos de interação e contato com os turistas, seja em pesquisa, produção de conhecimento e na compreensão dos comportamentos dos mercados (BRASIL, 2013b).

É preciso então repensar a articulação entre o planejamento e sua aplicabilidade no turismo, afastando-o de uma visão estática e ultrapassada de gestão, bem como, desenvolver novos procedimentos metodológicos com abordagens sociais e tecnológicas inovadoras por meio de sistemas e processos informacionais e computacionais. Essa articulação contribui para a celeridade nos processos de planejamento e gestão dos destinos turísticos e, consequentemente, na qualidade da gestão dos espaços e atrativos que implicam diretamente na experiência dos turistas nas viagens.

Outrossim, a elaboração dos Planos Municipais de Turismo, embora seja discutida em âmbito governamental, em nível federal, estadual ou municipal, e contemple diretrizes para organização da atividade turística, ainda não é uma ferramenta obrigatória, e mesmo o Ministério do Turismo orientando a sua confecção, não há uma fiscalização efetiva quanto a sua realização por parte dos municípios.

Essa realidade permite considerar que, diante da importância do planejamento e da atual conjuntura do mundo globalizado, informatizado e cada vez mais tecnológico, é plausível propor iniciativas que corroborem e facilitem a criação dos Planos Municipais de Turismo através de ferramentas

tecnológicas que viabilizem a utilização por parte dos municípios.

Quanto ao desenvolvimento de softwares para suporte na área de planejamento e gestão pública do turismo, percebe-se que ainda é um campo pouco explorado. A evolução tecnológica perscrutada nos últimos anos permeou os cenários turísticos de modo mais expressivo nas relações de mercado, ao passo que foram desenvolvidas novas formas de gestão e estratégias competitivas para aproximação entre cliente/mercado, todavia não chegaram de maneira específica na gestão pública com o propósito de facilitar o planejamento e a gestão dos municípios turísticos (GRETZEL et al., 2015).

Sob essa perspectiva, no presente capítulo é apresentado um recorte do processo investigativo empreendido na elaboração de um procedimento metodológico de planejamento para destinos turísticos, como vistas a criação de Plano Municipal de Turismo. Este recorte insere-se no âmbito do projeto de pesquisa intitulado: Metodologia para Planejamento e Gestão Municipal do Turismo com Implementação em um Software, desenvolvida no Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), que tem como princípio norteador a vinculação temática, de ordem teórica e prática com a linha de pesquisa Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação (DTPI).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Amparado na teoria clássica da administração, o planejamento tornou-se uma área de estudo de amplo interesse para o turismo. Enquanto ferramenta de gestão, se mostrou necessário ao longo dos

anos, mediante o crescimento do interesse pela atividade turística nas regiões, e como forma de minimizar os impactos causados pelo turismo de massa (VAS, 2017). Desse modo, essa nova forma de olhar e pensar o turismo evoluiu para além do imediatismo, estabelecendo diretrizes para o planejamento, enquanto instrumento essencial para ascensão efetiva e sustentável de um destino.

Na gestão pública, o planejamento é um processo de decisão político-social que depende de informações precisas, transparência, ética, aceitação de visões diferentes, vontade de buscar soluções de modo sinérgico, que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas, além de ser visto como um processo e não apenas como um produto técnico que resulte em um documento inviável de ser implementado (SOUZA; FERREIRA, 2011; ARAÚJO; CÂNDIDO; KROTT, 2018).

No tocante à evolução das pesquisas voltadas para o planejamento turístico, bem como, seus enfoques e metodologias específicas, ficou evidente que é uma temática amplamente estudada por diversos autores que, ancorados nos princípios da administração, relacionaram essas bases precursoras a realidade do sistema turístico, norteando o desenvolvimento de diretrizes para a elaboração do planejamento dos destinos.

Nessa perspectiva, o planejamento se constitui como uma técnica de uso imprescindível pelas administrações públicas e deve ser entendido como a gestão do espaço turístico, com seus elementos: paisagem, localidade física, atores envolvidos e tudo que compõem esse meio, uma vez que o território é o elemento de concretização da atividade (CÉSAR, 2011). É o instrumento adequado para gerar os Planos Municipais de Turismo na perspectiva de formular ações determinantes para a competitividade dos destinos. Portanto, o planejamento é um conjunto de propostas de ações de interesse na gestão de territórios que serão econômica e socialmente

viáveis se forem exequíveis e devidamente monitoradas (VAS, 2017).

Quanto a essa percepção do turismo, enquanto atividade transformadora da dinâmica espacial do território, Ottoni e Scalco (2016) salientam que o planejamento é o instrumento capaz de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. A falta desse instrumento poderá acarretar, a médio e longo prazo, o esgotamento dos atrativos, gerar um processo de degradação ambiental, implicar na perda da autenticidade da cultura local, gerar problemas sociais, dentre outros. De modo que as transformações podem gerar efeitos negativos para a comunidade, inviabilizar ou diminuir a capacidade de comercialização dos produtos turísticos, e, consequentemente, diminuir a demanda turística no destino.

De acordo com Fernandes (2011), o Plano Municipal de Turismo é um documento técnico e político, no qual são expressos os estudos, pesquisas, avaliações, objetivos, metas, estratégias, e demais itens decorrentes da atividade do planejamento, que por sua vez, pode ser entendido como uma forma de levantar dados e avaliar a realidade atual do destino, reconhecer os problemas a serem solucionados e prever ações para modificar a realidade de acordo com objetivos pré-estabelecidos.

O planejamento turístico é, na realidade, a atividade que gerará o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (PMDT). Este, por sua vez, é um documento que apresenta a natureza da proposta que contempla, entre outras coisas, diagnóstico, prioridades, diretrizes, programas e objetivos a serem alcançados em períodos de tempo previamente definidos.

Ottoni e Scalco (2016) fizeram abordagens pertinentes e pontuam que um plano geralmente se refere ao sistema como um todo, ou seja, o sistema turístico com os elementos que interferem no seu desenvolvimento, envolvendo aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais que interferem no desenvolvimento do turismo. O plano, desta forma, abrange todas as variáveis que influenciam no desenvolvimento

do turismo em uma localidade ou em uma empresa.

Cabe frisar que, embora visto pelos gestores como um processo formal e burocrático, e que muitas vezes invalida a sua realização, os planos se constituem em documentos estratégicos a serem operacionalizados, e só surtem efeito, de fato, se forem implementados a partir do alinhamento dos objetivos com as diretrizes de ação. Isto é, cada diretriz traçada deve estar alinhada com o objetivo, políticas, programas e projetos para que de forma macro possa contribuir para o desenvolvimento competitivo da região.

Salienta-se, pois, que é importante o entendimento acerca dos planos municipais de turismo enquanto ferramentas de registro e de gerenciamento estratégico para os destinos. Assim, é imprescindível a sua atualização metodológica aliada a uma perspectiva que trate e viabilize seu uso através de novas tecnologias.

2.2 TECNOLOGIAS ALIADAS AO PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO

A ubiquidade tecnológica tem sido um fator chave na transformação da sociedade contemporânea, e deu origem a uma cultura em que as pessoas dependem cada vez mais de tecnologias para manter a estrutura social, complementar o trabalho e orientar muitos outros comportamentos do dia a dia (SIGALA, 2018).

A tão debatida Tecnologia da Informação e Comunicação compreende o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação, tendo como principais componentes o Hardware, Software, Sistema de Telecomunicações, Gestão de Dados e Informações (LAUDON; LAUDON, 2007). Estes, por sua vez, são elementos facilitadores que permitem um fluxo contínuo de inovações nos

processos de gestão em diversos contextos.

As novas realidades comunicativas ocasionadas a partir das TICs e implementadas na gestão e sistematização das informações se direcionam a dois níveis, de acordo com as concepções de Buhalis (1998): nível macroeconômico e microeconômico. No nível macroeconômico, tornaram-se instrumentos fundamentais no desenvolvimento e prosperidade das regiões, e possibilitaram determinar a competitividade destas nos novos mercados. Já no nível microeconômico, permeiam as funções estratégicas e operacionais de gestão e impulsionam a competitividade dos empreendimentos (BUHALIS, 1998).

No turismo, as TICs geraram transformações expressivas, ao ponto de provocarem mudanças nos paradigmas, na estrutura do produto, da oferta e demanda, além de gerar diferentes oportunidades para as relações de mercado (BUHALIS, 1998; 2006). Em meio aos múltiplos e complexos cenários do turismo, tem-se visto cada vez mais a introdução de diferentes aplicações tecnológicas que se multiplicam vertiginosamente ao longo dos anos, tornando-se um fator chave para a competitividade nos destinos.

De forma análoga, as tecnologias suscitaram o aumento da produtividade, possibilitando às organizações obterem vantagens competitivas ao proverem canais diretos e síncronos com os mais distintos perfis de clientes. Em consonância, favoreceram a comunicação entre as organizações e aumentaram consideravelmente a mobilidade dos turistas.

Desse modo, não há equívocos em considerar que as inovações, especialmente as inovações tecnológicas, são fatores primordiais para o desenvolvimento do turismo, e o acompanhamento de todo o seu percurso evolutivo permite orientar diretrizes para o planejamento e gestão dos destinos, uma vez que o perfil dos consumidores tem

mudado, se informatizado e, consequentemente, se tornado mais global e exigente.

Tendo em vista esses aspectos, o uso das TICs no planejamento e gestão do turismo se faz necessária, à medida em que colabora com um desenvolvimento mais sustentável em pelo menos duas dimensões: a primeira corresponde ao desenvolvimento de produtos com tecnologias que proporcionem uma gestão de recursos eficaz em todos os setores do turismo; e a segunda, ao desenvolvimento de TICS que facilitam o compartilhamento de informações em escala global e que promovam e intermedeiem as relações entre os consumidores turistas e os distribuidores, de modo globalizado (YALÇINKAYA; KORKMAZ, 2018).

Para tanto, Gretzel et al. (2015) consideram que a evolução tecnológica dos últimos anos permeou os cenários turísticos de modo mais expressivo nas relações de mercado, ao passo que foram desenvolvidas novas formas de gestão e de estratégias competitivas para aproximação entre cliente/mercado. Todavia não chegaram da mesma maneira na gestão pública, pelo menos no Brasil, com o propósito de facilitar, por exemplo, o planejamento e a gestão dos municípios turísticos.

Desse modo, o fluxo contínuo de inovações que se delineiam na criação dos softwares visa auxiliar os distintos e processos turísticos, tornando-os cada vez mais operacionais, à medida em que transformam dados pessoais ou corporativos de maneira que possa ser mais útil em um determinado contexto, facilitando o usuário em tarefas específicas que englobem o processamento de dados para gerar as informações de um modo mais assertivo e eficiente.

Sob esse prisma, considera-se que, diante do mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, o desenvolvimento de tecnologias, bem como, de softwares tem alcançado um patamar de elevada importância, sendo incorporado em diversas áreas, favorecendo além da otimização

dos processos, o melhoramento das práticas de gestão e aumento da competitividade das organizações.

No turismo, a circulação, manipulação, coleta e gerenciamento de informações, no que abrange a dinâmica de toda a cadeia turística, seja para fins de comercialização, realização de pesquisas ou para fins de gestão, não é possível apenas por meio de esforços manuais (REGMI, 2010). Assim, o desenvolvimento e implementação dos softwares tornaram-se uma exigência para atender as necessidades de processamento das variadas informações que estão envolvidas nos processos de planejamento, organização e gestão. No turismo, os softwares são importantes à medida em que viabilizam a gestão e comercialização dos produtos e serviços e, pela sua capacidade para armazenar dados, facilitam o processo de decisão a curto, médio e longo prazo.

Como explica Regmi (2010), cada entidade da cadeia turística oferta diferentes produtos e serviços. Em razão disso, tem sido beneficiado pelo uso de sistemas específicos para gerenciar e manter a organização dos dados, e para desenvolver a colaboração com outras partes interessadas. Assim, os softwares são as principais ferramentas para geração, processamento e entrega de informações no turismo (REGMI, 2010). Entretanto, o desenvolvimento de softwares aplicados à gestão pública do turismo ainda é bastante incipiente. Os resultados pouco expressivos são refletidos também nas reduzidas publicações científicas, que não apresentam um panorama teórico que retrate a criação e usos dos softwares com suas variáveis de aplicação na gestão pública do turismo.

Seixas e Peneiras (2015) corroboram com essa ideia ao afirmarem que não existe um percurso expressivo e consolidado para o desenvolvimento de softwares de gestão, bem como, não existe um segmento voltado especificamente para as empresas de tecnologia do

setor de turismo, havendo, portanto, espaço para a inserção no mercado de softwares de gestão, sobretudo, para o setor de turismo, uma vez que estes poderão impactar positivamente no desenvolvimento turístico e na gestão das localidades. As novas tendências tecnológicas apontam para o uso de ferramentas cada vez mais ágeis e preferencialmente aplicadas em aspectos como o planejamento e gestão do turismo. Isso implica dizer que é primordial a criação de nichos de software que atendam as demandas para além dos mercados tradicionalmente já conhecidos.

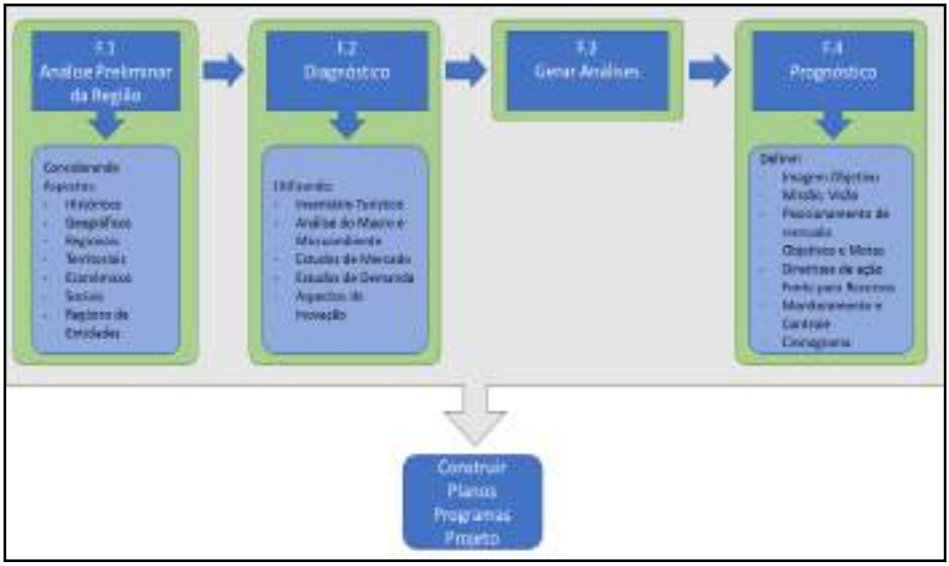
3 METODOLOGIA

A fim de atender aos objetivos dessa pesquisa de natureza aplicada, e desenvolvê-la segundo os procedimentos técnicos e metodológicos cabíveis, adotou-se tanto processos teóricos quanto práticos em distintas etapas.

Realizou-se, inicialmente, a pesquisa bibliográfica através de consultas em livros, dissertações e artigos científicos, contidos em periódicos virtuais, tais como: periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e Catálogo de Teses e Dissertações, Scopus da Elsevier, Scielo, Directory of Open Access Journals, Google Scholar e Open Library.

Quanto aos procedimentos práticos, foi realizado inicialmente o desenho metodológico de planejamento operacional do turismo, com vistas a criação de Plano Municipal de Turismo, o qual contemplou as interfaces apresentadas na figura 1.

Figura 1: Desenho metodológico de planejamento operacional do turismo



Fonte: Eliane Avelina de Azevedo Sampaio, 2017.

Nesta etapa inicial, buscou-se apresentar critérios desejáveis ao planejamento turístico, através das variáveis identificadas no contexto estudado de modo preliminar. Cabe frisar que se priorizou uma dada sequência de modo que o gestor de turismo possa ter o entendimento necessário à realização das etapas e que possa gerir uma equipe para a correta exequibilidade das etapas propostas.

A partir da definição da Metodologia de Planejamento Operacional do Turismo, foi estruturado o projeto e *layout* do software para implementação desta. Cada etapa atende a um conjunto de requisitos que se apresentam de modo sequencial, conforme apresentado na Figura 1.

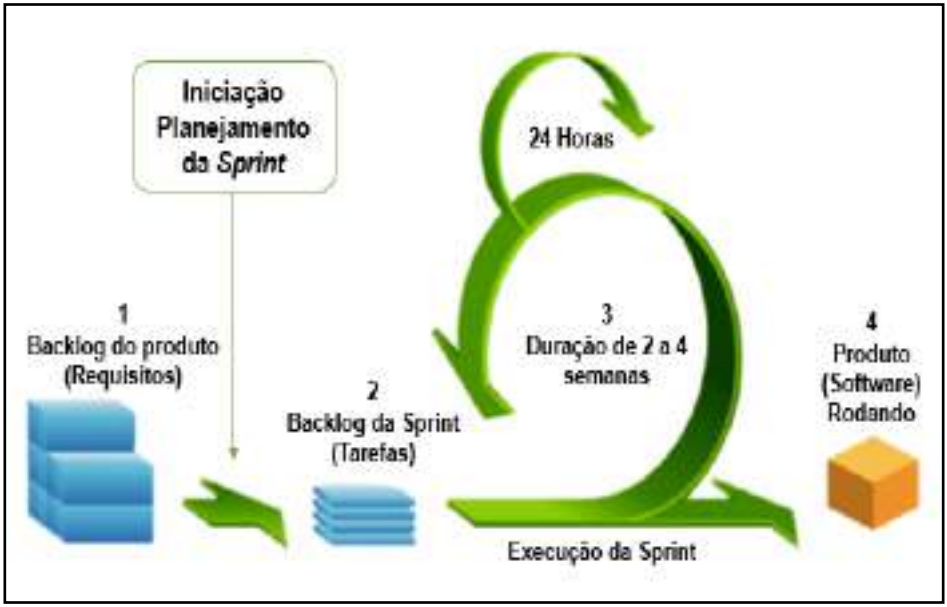
Na concepção metodológica dos requisitos e modelagem do software, os processos foram alicerçados com o embasamento nos estudos

de Pressman (2011) e abrangem o conjunto de atividades estruturais indicados pelo autor, que são: comunicação, planejamento, modelagem, construção de emprego.

Na fase de definição inicial, foram identificadas as informações a serem processadas, a função e desempenho desejado, as interfaces a serem estabelecidas, as restrições do projeto e os critérios de validação. Apesar na estruturação inicial, o percurso descrito não seguiu uma prescrição rígida, pois baseou-se em uma abordagem adaptável, que possibilitou selecionar os processos mediante as necessidades que foram surgindo no andamento da pesquisa.

Para o desenvolvimento do software foram utilizados os preceitos da metodologia *Scrum*, que, de acordo com Schwaber e Sutherlander (2017), é um *framework* estrutural utilizado desde o início da década de 1990 para gerenciar o desenvolvimento de produtos complexos. O *Scrum* não é especificamente um processo ou técnica, mas um *framework* dentro do qual se pode empregar vários processos ou técnicas, sendo muito eficaz no gerenciamento e desenvolvimento do que está sendo produzido, através de etapas distintas. No *Scrum*, o requisito mais importante é o desenvolvimento dos *Sprints*, que são os ciclos de desenvolvimento dos processos de implementação de cada uma das etapas do software. Através dos *Sprints* chega-se ao produto ou a uma funcionalidade concluída, conforme a apresentação visual (Figura 2) (SCHWABER; SUTHERLAND,2017).

Figura 2: Metodologia *Scrum*



Fonte: Adaptado de Schwaber; Sutherlander, 2017.

Para a codificação do sistema proposto, a linguagem de programação utilizada compreendeu o uso do PHP (versão 7.0), que é uma linguagem de *script open source* (código aberto), projetada para o desenvolvimento web, mas também usada como uma linguagem de programação de propósito geral, aliado ao *JavaScript* que compreende a linguagem de criação dos *Scripts* para a web, através das funcionalidades, dos formulários e da comunicação com o servidor. Quanto ao banco de dados, utilizou-se o *MySql* em virtude da sua interface simples, o que confere mais facilidade no uso do sistema e da sua compatibilidade com as mais diversas linguagens de programação. Assim, a partir dos procedimentos metodológicos descritos foi estruturado o software denominado de Sistema de Planejamento Operacional do Turismo - SPOTUR.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vale ressaltar que o software para o planejamento e gestão da atividade turística, enquanto ferramenta desenvolvida a partir da pesquisa, é um programa cujo categoria de aplicação se caracteriza por ser um software de *aplicação web* que apresenta um conjunto de arquivos de hipertextos interconectados, integrados ao banco de dados e que fornece recursos especializados, de funções computacionais e de conteúdos para o usuário final (PRESSMAN, 2011). A referida ferramenta computacional foi desenvolvida através da criação de uma base de dados e posterior disponibilização das informações para serem utilizadas por um usuário específico.

O objetivo principal da criação do SPOTUR é auxiliar os gestores do turismo na sistematização, apresentação e gestão das informações coletadas no processo de planejamento, através de uma sequência de etapas que resultem na confecção do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico.

O referido sistema foi desenvolvido com a finalidade de instruir o usuário a uma série de processos integrados e de funcionalidades básicas que possibilitem a integração das distintas fases e atividades do planejamento turístico em nível municipal, automatizando o máximo de processos.

Quanto à apresentação gráfica, o SPOTUR apresenta diversos recursos. A interface inicial traz a tela de *login* e senha (Figura 3). Ao *logar,* o usuário tem acesso direto ao sistema e poderá fazer uso da ferramenta.

Figura 3: Tela de Login do Spotur

Fonte: SPOTUR, 2019.

O *layout* inicial (Figura 4) apresenta as informações do usuário (nome, foto, e função desempenhada), o resumo com apresentação dos objetivos do sistema e o sequencial da metodologia de planejamento, conforme desenho metodológico inicial, com seus respectivos ícones de identificação e subdivisões por fases, além de um campo para orientações de como a equipe poderá realizar o planejamento turístico de modo participativo.

Figura 4: Layout Inicial do Spotur

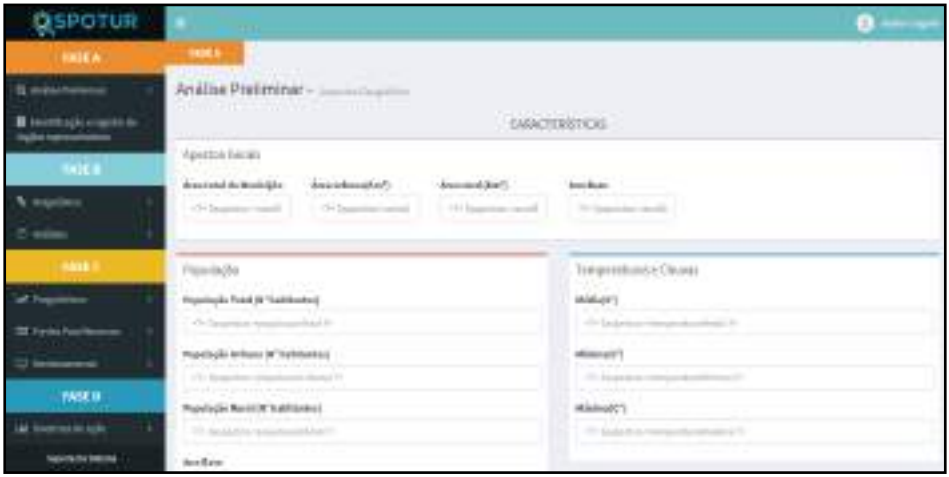
Fonte: Elaboração própria, 2019.

Ao clicar nos ícones, abrem-se os campos para realizar o registro das informações do município que se pretende realizar o planejamento, bem como os formulários para pesquisas em campo. Cada ícone abre um conjunto de especificidades a seguir apresentados:

• Análise preliminar da região

O primeiro ícone é o de análise preliminar da região, e nele constam os campos para registro dos aspectos regionais, históricos, geográficos, econômicos e sociais, para serem alimentados com as informações do destino planejado, conforme requisitos da metodologia (Figura 5).

Figura 5: Análise Preliminar da Região



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Paralelamente, o SPOTUR apresenta o espaço de identificação e registro dos Órgãos e Entidades de Classe do Turismo, com campos para cadastro do nome da entidade e do principal responsável, endereço, telefone, e-mail e principais redes sociais. As informações registradas podem ser alteradas e salvas, e podem ser impressas em documento PDF (Formato Portátil de Documento) mediante a necessidade do usuário. A partir da inserção e armazenagem dos dados nos campos apresentados, é possível ao software gerar relatórios qualitativos e quantitativos, informando por exemplo, aspectos populacionais do destino planejado, área urbana e rural, características climáticas, entre outras questões.

• Diagnóstico

Neste espaço, constam as telas para cadastro de inventário turístico,

de hierarquização dos atrativos, análise do macro e microambiente, estudos de mercado, análise *Swot*, estudos de demanda (real e potencial) e aspectos de inovação. Em cada uma das telas estão cadastrados os formulários e/ou questionários para o preenchimento dos campos com as informações correspondentes.

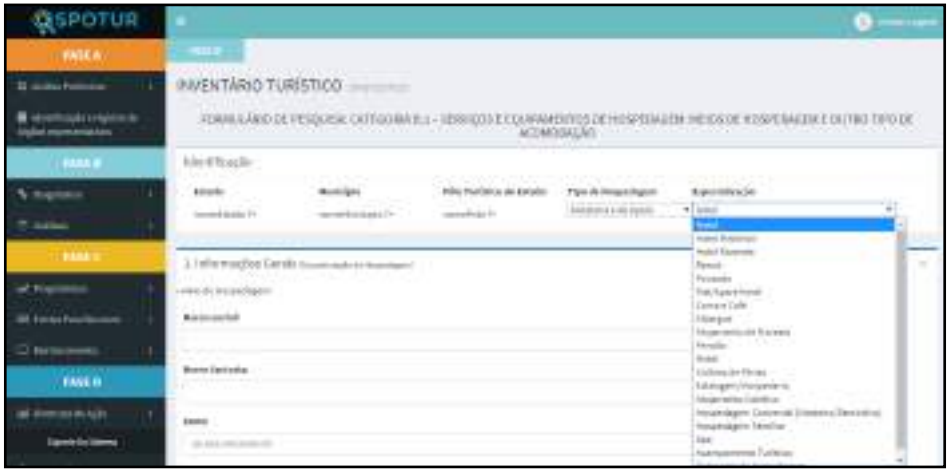
O usuário terá disponível o formulário de demanda real e potencial (Figura 6). Uma vez realizado a pesquisa de campo com o turista e tendo devidamente cadastrado as informações junto ao sistema, é possível ao software gerar análises estatísticas através do cruzamento das informações, tais como: perfil da demanda pesquisada, gênero, faixa etária, perfil socioeconômico, principal destino emissor, motivações da viagem, número de pernoites, gasto médio, satisfação no destino, avaliação do destino, entre outras. Tais aspectos, auxiliarão ao gestor na definição, por exemplo, dos tipos de segmentos a serem trabalhados, das estratégias de comunicação e marketing para atrair mais turistas, entre outros.

Figura 6: Formulário de Demanda Real

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Além disso, foram cadastrados o conjunto de formulários para inventário turístico da região referentes aos 3 módulos: Módulo A: Infraestrutura de Apoio ao Turismo (19 formulários); Módulo B: Equipamentos e Serviços Turísticos (16 formulários); Módulo C: Atrativos Turísticos (19 formulários) (Figura 7).

Figura 7: Formulário de Inventário Turístico



Fonte: Spotur, 2019.

Uma das principais funções do software é que, uma vez realizado o inventário turístico da região, e tendo armazenado os dados junto ao sistema, este fornecerá informações mais precisas, como: quantidade de serviços e equipamentos turísticos disponíveis no destino e de meios de hospedagem, apartamentos e leitos; porcentagem de apartamentos com acessibilidade; porcentagem dos meios de hospedagem, com respectiva localização, segmentos prioritários e etc; quantidade de serviços e equipamentos para alimentação, com respectivos endereços,

tipos de serviços oferecidos, etc.; de serviços e equipamentos de lazer, parques/espaços livres/área verde, com suas respectivas localizações, disponibilidade de wifi, características do tipo de acessibilidade nos espaços, e principais serviços disponíveis; quantidade de espaços para eventos com suas respectivas informações; localização dos centros de informações turísticas; principais atrativos turísticos; conjuntos arquitetônicos; eventos programados, entre outras informações.

Nessa perspectiva, o SPOTUR está apto a gerar correlações entre os três grupos de formulários (Categoria A+B+C) que possibilitarão ao gestor saber, por exemplo, quantos equipamentos de bares e restaurantes (Formulário B) estão localizados em determinada região (Formulário A), e quantos por cento desses empreendimentos estão mais próximos de determinado atrativo cultural (Formulário C). Essas correlações darão um resultado muito mais ágil aos processos de análise dos inventários, podendo direcionar ações específicas para determinada localidade.

• Campo de Análises

A apresentação desse espaço no software tem por objetivo armazenar e gerar os relatórios a partir do levantamento diagnóstico, seja por meio de processos automáticos que gerem informações a partir do banco de dados do sistema, ou através da inserção de informações adicionais, por parte do gestor, que ainda não tenham sido contempladas no diagnóstico (Figura 8). Deste modo, este campo possibilita armazenar os relatórios gerados para cada tela constante no diagnóstico. Por exemplo: relatório de análise preliminar, relatório de inventário, relatório de diagnóstico de análise macroambiental, relatório de análise microambiental, entre outras análises.

Figura 8: Tela do Campo Análises

Fonte: Elaboração própria, 2019.

• Prognósticos

Estão contidas no software telas para inserção de dados acerca da definição da imagem-objetivo, da missão e visão, posicionamento de mercado, objetivos e metas, fonte para recursos, monitoramento e controle com cronograma de ações iniciadas, em curso e finalizadas. Estes campos serão preenchidos no momento posterior ao levantamento diagnóstico (Figura 9). Vale ressaltar que este espaço será alimentado exclusivamente pelo gestor, que de posse das análises realizadas, e dos relatórios gerados pelo sistema, definirá as projeções e tendências para curto, médio e longo prazo. Posteriormente, podem ser definidos os objetivos, as estratégias para alcance destes, o plano de ação, com a inserção dos prazos de realização destas ações, e o monitoramento.

Figura 9: Tela de Inserção dos Prognósticos

Fonte: Elaboração própria, 2019.

• Diretrizes de ação: criação do Plano

Os dados contidos nas etapas de informações preliminares da região, diagnósticos, análises e prognósticos, bem como todos os itens pesquisados e as informações armazenadas no sistema, subsidiarão a confecção dos PMDT com suas respectivas informações. Este, por sua vez, será gerado como documento editável, para que sejam feitas as adaptações necessárias, seguindo o que sugere a figura 10.

Figura 10: Modelo de Apresentação Visual do Plano

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Como já informado, os referidos planos serão confeccionados a partir do cruzamento das informações, geradas em parte pelo próprio sistema, e para campos mais específicos, gerados pelo gestor do processo, tais como: definição dos objetivos, criação das estratégias, plano de ações, prazos de realização das ações, monitoramento, realizados de modo participativo. Conforme apresentado, o sistema irá fornecer campos para orientar a criação e o detalhamento das ações e diretrizes dos planos, programas e projetos, além de auxiliar na junção das partes sequenciais do plano, para que possa ser gerado efetivamente o documento físico.

Pelo exposto, o pleno desenvolvimento e conclusão do software atende de maneira concreta as demandas do planejamento turístico, e através das interfaces propostas, os processos tornar-se-ão mais ágeis na gestão. Ainda mediante o exposto, o SPOTUR traz uma precisão de informações que vai substanciar o planejamento do turismo de forma contínua, pois permite a inserção, gestão e distribuição das informações coletadas, e possibilita o cruzamento de dados nos diversos campos.

O cruzamento de dados de modo automatizado confere mais agilidade e menores riscos de erro, do que feito no modo manual. Além disso, permite que de maneira interativa, as informações inseridas possam ser retroalimentadas através de uma verificação contínua. Um software confere mais confiança a estes processos, uma vez que tendo inserido os dados, o próprio sistema pode realizar os cálculos, produzir gráficos, apresentar relatórios com as informações necessárias à tomada de decisões por parte dos gestores.

• Tomada de decisão rápida e assertiva

O SPOTUR possibilita ao gestor controlar e gerar relatórios que permitam analisar o cenário turístico de forma precisa, rápida e assertiva, além das decisões sobre fornecedores, investimentos e expansão das suas atividades, bem como facilita na tomada de decisão com relação às propostas e programas a serem desenvolvidos na localidade planejada.

• Integração e disponibilização das Informações

A inclusão de informações no software é feita de maneira integrada, possibilitando que todas as etapas do planejamento possam ser contempladas e gerenciadas. Em virtude dessa integração é possível ter uma visão abrangente do planejamento, favorecer o cruzamento das informações, estabelecer diretrizes para ampliação da atividade, e prioritariamente formar um banco de dados que permita ao destino ter o registro da série histórica dos dados, para que independentemente das mudanças comuns de gestores, possam ser utilizados para continuidade de ações, ou mesmo para consulta por parte das instituições de ensino, órgão correlacionados e sociedade de modo geral.

• Redução de Custos

O software é extremamente viável para as prefeituras, pois o mesmo tem como proposta servir como banco de dados para todas as informações coletadas anualmente no processo do planejamento. Por ser retroalimentado, à medida em que os cenários turísticos forem mudando, as informações também poderão ser atualizadas, sem necessariamente serem perdidas. Com isso, os problemas relacionados à descontinuidade de ações de planejamento tendem a ser minimizados, pois poderá ser dada continuidade ao processo em qualquer momento. Ademais, a informatização do processo demanda uma equipe menor do que se as etapas forem realizadas de modo manual.

• Planejamento mais sustentável

O software permite também um planejamento com ações mais sustentáveis no tocante à redução de uso de papel nas distintas etapas, principalmente no momento de inventariação da oferta turística, pois a extensão do material impresso implica no descarte de formulários, caso haja algum erro ou as informações fiquem desatualizadas. Desse modo, a inserção dos dados do inventário de modo automatizado, confere ao processo mais agilidade e permite a retroalimentação sem necessariamente descartar o material.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento, conforme ressaltado nas discussões anteriores, configura-se como medida de prioridade para os destinos turísticos. Para sua efetividade, é preciso inicialmente que a gestão pública desenvolva o

entendimento acerca da importância desta atividade para o desenvolvimento ordenado do turismo, que contemple uma distribuição espacial dos recursos e das atividades econômicas de modo mais eficiente. Para tal, são necessárias ferramentas que direcionem o percurso do planejamento e a consequente elaboração dos Planos Municipais de Turismo, os principais instrumentos norteadores da atividade local.

No âmbito do desenvolvimento desta pesquisa, as concepções teóricas voltadas para as temáticas do planejamento e sobre a importância das TICs aplicadas ao turismo, enquanto efeito dinamizador, apresentaram muitos aspectos relevantes que subsidiaram o desenvolvimento de uma perspectiva aplicada, com a finalidade de gerar o software.

Geroza et al. (2016) afirmam que a elaboração de software deve ter como objetivo resolver uma incerteza científica e tecnológica de uma forma sistemática, para que assim possa ser classificado como pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ser resultado de um progresso científico e tecnológico. Desse modo, a elaboração do SPOTUR se enquadra na inovação tecnológica para o processo de planejamento turístico que já é existente, embora não informatizado.

A metodologia de elaboração de Plano Municipal de Turismo, gerada de modo automatizado, tende a minimizar problemas que implicam no planejamento do turismo. São alguns desses problemas: a descontinuidade nas políticas públicas; alta rotatividade dos profissionais encarregados de gerir o turismo, o que prejudica na continuidade das ações de planejamento na transição para um novo gestor; informação estatística carente de banco de dados para gerir as pesquisas realizadas, que implicam na dificuldade de manter uma série histórica de dados com informações atualizadas; reforma administrativa, que fornece mudanças repentinas ao ambiente organizacional, entre outros fatores.

Tendo em vista esses aspectos, é salutar ressaltar que o SPOTUR

é um meio e não um fim, e o trabalho de planejamento e gestão não pode se restringir a esta ferramenta, pois não se pode conceber que o mais complexo, custoso e trabalhoso seja feito – a concepção, construção e manutenção do sistema com o suporte de bases de dados associadas e a realização das demais etapas – e depois não sejam tomadas as decisões para a implementação das ações e direcionamentos propostos no plano, por parte da gestão municipal do turismo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C.; KROTT, M. Turismo de Base Comunitária e Relação de Poder no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Brasil). **Caderno Virtual de**

BUHALIS, D.. Strategic use of information technologies in the tourism industry. **Tourism Management**, v. 19, n. 5, p. 409-421, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517798000387>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____; COSTA, C. **Tourism Management**: Dynamics trends, management and tools. Oxford: Elsevier, 2006.

CÉSAR, P. de A. B.. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

FERNANDES, I. P. **Planejamento e Organização do *Turismo***. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.

GEROZA et al. **Relatório Técnico RT-MAC-2016-01**. Departamento de Ciência da Computação. Instituto de Matemática e Estatística - Universidade de São Paulo (USP), 2016.

GRETZEL, U.; WERTHNER, H.; KOO, C.; LAMSFUS, C.. Conceptual foundations for understanding smart tourism ecosystems. **Computers in Human Behavior**, v. 50, n. 3, p. 558-563, 2015.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P.. **Sistemas de informação gerenciais**. 7ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

MOLINA, S.. **Turismo***:* metodologia e planejamento. Bauru: EDUSC, 2005.

OCDE. **Manual de Oslo***:* Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3ª ed., São Paulo: FINEP. 2005.

OTTONI, F. G.; SCALCO, R. F.. Planejamento e Gestão do Turismo. Rio de Janeiro: ETEC BRASIL, 2016.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de Software***:* uma abordagem profissional. 7ª ed. Bookman: Porto Alegre, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico***:* métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGMI, K. K.. **Software in Tourism Industry. A Study on Emerging New Niches of Software in Hotel Industry.**2010, 48f. Tese Pós-Doutoral (Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Laurea, Kerava, 2010.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J.. **Um guia definitivo para o Scrum**: as regras do jogo. *Scrum*. Creative Commons, 2017.

SEIXAS, F. dos S.; PENEIRAS, V. A.. **Análise de viabilidade mercadológica e financeira de uma *startup* de base tecnológica**. 2016. 96p.Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) -

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2016.

SOUZA, M. J. B. de; FERREIRA, Elaine. **Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade.** In: XXXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO-ANPAD, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do XXXV Encontro ANPAD, 2011.

SIGALA, M.. New technologies in tourism: from multi-disciplinary to anti-disciplinary advances and trajectories. **Tourism Management perspectives**, v. 35, n. 31, p. 151-155, Jan 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973617301435>. Acesso em: 10 out. 2018.

VAS, G. M. del. Aplicación de los principios de la planificación estratégica al turismo. **Análisis de Cuadernos Geográficos**, Granada, Espanha, v. 56, n. 1, p. 265-289, 2017. Disponível em: http://revistaseug.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/4724.

VIGNATI, F.. **Gestão de destinos turísticos**: como atrair pessoas para polos, cidades e países. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio de Janeiro, 2012.

YALÇINKAYA, P.; ATAY, L.; KORKMAZ, H.. An Evaluation on Smart Tourism. **China-USA Business Review**, vol. 17, n. 6, p. 308-315, Junho, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327794395_An_Evaluation_on_Smart_Tourism.

CAPÍTULO 4

PLANEJAMENTO TURÍSTICO: A ANÁLISE SWOT ESCALONADA COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO DO TURISMO

O fim da viagem é apenas o começo de outra.
É preciso ver o que não foi visto,
Ver outra vez, o que se viu já.
(Viagem a Portugal - José Saramago, 1981)

Mônica Maria Liberato
Lício Valério Lima Vieira

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda dos mercados turísticos e a criação de novos destinos podem causar efeitos significativos na economia, no meio ambiente e na identidade cultural da comunidade receptora (RISTESKIA; KOCEVSKIA; ARNAUDOV, 2012; KRIPPENDORF, 1982). Esses efeitos, segundo Krippendorf (1982), podem ser positivos economicamente no primeiro momento, porém, em outro momento, podem se transformar em efeitos negativos em relação ao meio ambiente e a sociedade, uma vez que as vantagens econômicas podem representar desvantagens em médio e longo prazo.

Para evitar esses efeitos negativos, faz-se necessária uma mudança de atitude dos gestores sobre o ordenamento do território de forma adequada e sustentável. Porém, na prática, alguns destinos ainda não veem o planejamento como um processo de gestão do turismo, por isso, não o faz, ou o faz de forma inadequada (MURPHY; MURPHY, 2004; HALL, 2001).

Para tanto, o uso do planejamento para o ordenamento do turismo pode tornar-se uma estratégia de gestão indispensável, deixando de ser considerada uma ferramenta de luxo, passando a ser a atividade chave da tomada de decisão para alcançar os objetivos e manter-se no mercado do turismo (DREDGE; JAMAL, 2015; MURPHY; MURPHY, 2004; CARVALHO JR, 2002). O uso de determinadas metodologias, a exemplo da análise SWOT, pode ser um importante instrumento de prevenção de problemas, refletindo na redução de impactos negativos (RISTESKIA et al., 2012).

Segundo Molina (2005), o primeiro passo para fazer o planejamento turístico de um destino é identificar os objetivos do planejamento, seguido por outras etapas: diagnóstico, prognóstico, objetivos, metas, estratégias, programas, projetos, avaliação e o plano em si.

O diagnóstico deve analisar e avaliar a situação atual do destino turístico que vai ser planejado, podendo ser feito de diversas maneiras, seja através de inventários dos atrativos turísticos, ou pelo uso de indicadores retirados dos dados secundários, estudo de demanda, estudo com a comunidade, ou ainda através de ferramentas utilizadas na gestão empresarial como o diagrama de *Ishikawa*, as cinco forças de Porter, o *balanced scorecard* (BSC) e a análise SWOT (MOLINA, 2005).

A sigla SWOT corresponde a uma abreviação de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Esta metodologia configura-se numa ferramenta que pode ajudar no diagnóstico, etapa fundamental do planejamento, permitindo uma análise crítica da real situação do turismo na localidade, com capacidade de contribuir com os gestores na escolha das estratégias mais adequadas para atingir os objetivos propostos. Segundo Tifany e Peterson (1999), a SWOT deve ser usada não só na etapa de diagnóstico, mas também na de avaliação, para rever o posicionamento estratégico.

Nesse contexto, este capítulo tem como principal objetivo apresentar o uso da metodologia de análise SWOT como ferramenta no diagnóstico do turismo, na análise dos ambientes e na identificação de cenários estratégicos, com abordagem quali-quantitativa, através de um estudo de caso, do tipo exploratório e descritivo, realizado em São Cristóvão, a 4ª cidade mais antiga do Brasil e a primeira capital de Sergipe.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO PLANEJAMENTO

Oliveira (2002) conceitua planejamento no âmbito das organizações como um processo onde se reúnem esforços, talentos, capacidades e

recursos, para atingir um objetivo buscando-se a maneira mais eficiente, efetiva e eficaz de fazer isso na empresa. O ato de planejar inclui o modo de pensar dos colaboradores e as estratégias da empresa para responder a uma série de perguntas: por quê?, para quê?, para quem?, o quê?, como?, quando?, etc., com o objetivo de reduzir a incerteza em decisões a serem tomadas, incluindo avaliações de curto, médio e longo prazo, para que a organização atinja os objetivos a que se propõe.

Cabe aqui destacar as características do planejamento: processo sistemático e constante; visa à tomada de decisão; e reúne ações que buscam alcançar objetivos propostos de antemão com implicações futuras. Para Chiavenato e Sapiro (2004), o planejamento estratégico reformula estratégias organizacionais a fim de inserir na empresa a sua missão no ambiente onde atua.

O planejamento, segundo Tiffany e Peterson (1999), não é uma ciência absoluta, mas uma ferramenta que pode contribuir com a organização em relação ao futuro, analisando a situação atual e criando estratégias para atingir os objetivos organizacionais de médio e longo prazo. É um processo sistêmico, dinâmico e flexível, que deve ser avaliado e, sempre que necessário, reiniciado (REZENDE, 2011; BRAGA, 2007; MOLINA, 2005).

Para Vignati (2008), o planejamento estimula o desenvolvimento do turismo, tendo como objetivo transformar recursos em produtos turísticos e produtos em ofertas competitivas. Para esse autor, existem inúmeras vantagens para a gestão pública que faz o planejamento para o desenvolvimento do turismo. São elas: é o principal instrumento da política do turismo; orienta e define políticas de crédito e incentivo; dá segurança a investidores, empresários e população, revelando um verdadeiro interesse do município pelo turismo; direciona o destino pelos caminhos da sustentabilidade e da competitividade turística; e melhora a eficácia comercial do destino turístico.

Essas vantagens do planejamento turístico citadas por Vignati (2008) contribuem na redução dos impactos negativos que a atividade provoca, maximizando os aspectos positivos, normalmente nas dimensões econômicas, ambientais e sociais. Chiavenato e Sapiro (2009) ressaltam que as organizações que trabalham de forma planejada conseguem se destacar das demais.

> As organizações bem-sucedidas buscam uma adequação apropriada entre as condições do ambiente externo e suas estratégias. Por sua vez, a estratégia define a estrutura organizacional e os processos internos no sentido de alcançar efeitos altamente positivos sobre o desempenho organizacional (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 30).

As definições de planejamento, sejam na área da administração ou de turismo, têm como ponto em comum a projeção do cenário organizacional que se deseja alcançar. Trata-se de focar na atividade presente para o futuro desejado (DIAS, 2005). No contexto do planejamento do turismo, Molina (2005) argumenta que o planejamento é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. "Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores do país." (MOLINA, 2005, p. 46).

Portanto, o planejamento pode ser entendido como um método estratégico de tomada de decisão baseado nos objetivos propostos para o desenvolvimento da atividade. Dessa forma, o planejamento deve ser implementado através de uma metodologia que contribua para uma maior probabilidade de êxito, de forma que garanta a participação representativa de setores da sociedade.

2.2 ANÁLISE SWOT NO PLANEJAMENTO DO TURISMO

Uma das etapas do processo de planejamento no turismo é o diagnóstico, seja no início do processo, como no modelo de Molina (2005), ou no meio dele, como no modelo de Braga (2007). O diagnóstico é a base para os projetos sugeridos no planejamento (MOLINA, 2005), e nessa etapa podem ser utilizadas várias ferramentas e técnicas, entre as quais, a avaliação dos ambientes pela metodologia SWOT tem um papel importante (ŽIVKOVIĆ et al., 2015).

A análise SWOT é uma metodologia simples que pode ser utilizada no diagnóstico da atividade turística para identificar o cenário em que o destino se mostra, dando suporte a tomada de decisão da gestão e monitoramento da atividade através da análise dos ambientes internos (forças e fraquezas) e ambientes externos do mercado (oportunidades e ameaças) (DAYCHOUM, 2013). Essa ferramenta é muito utilizada na gestão empresarial e recentemente também, no planejamento do turismo (ŽIVKOVIĆ et al., 2015; DAYCHOUM, 2013). Daychoum (2013) apresenta o modelo esquemático da análise SWOT, conforme quadro 1.

Quadro 1: Modelo esquemático da SWOT

SWOT	**AJUDA (Na conquista de objetivos)**	**ATRAPALHA (Na conquista de objetivos)**
AMBIENTE INTERNO (Atributos da Organização)	Forças	Fraquezas
AMBIENTE EXTERNO (Atributos do ambiente)	Oportunidades	Ameaças

Fonte: DAYCHOUM (2013, p. 8).

A informação obtida através do cruzamento entre os quadrantes pode ser representada em uma matriz que vai auxiliar nas escolhas das estratégias para corrigir o que está errado, e aproveitar as oportunidades identificadas no mercado, para depois se blindar das ameaças (ŽIVKOVIĆ et al., 2015; TIFANY; PETERSON, 1999).

O equilíbrio dos fatores da matriz SWOT, segundo Tifany e Peterson (1999), determina o que a empresa deve fazer e quando fazer. Primeiro, deve-se eliminar as fraquezas, nas quais as ameaças do mercado apresentam maiores riscos. Segundo, devem-se capitalizar as oportunidades do mercado onde a empresa é mais forte. Terceiro, melhoram-se os pontos fracos através das oportunidades, convertendo em pontos fortes, a fim de reduzir as ameaças. E quarto, monitoram-se os pontos fortes para que as ameaças do mercado não os enfraqueçam mais ainda (MILLAN; AMADOR; ARJONA, 2018; DAYCHAUM, 2013; TIFANY; PETERSON, 1999).

> O cruzamento entre os quatro quadrantes da análise provê uma moldura onde a organização pode desenvolver melhor suas vantagens competitivas relacionando Oportunidades e Forças, por exemplo. No caso do cruzamento entre Oportunidades e Fraquezas, é possível estabelecer as bases para modificações no ambiente interno de modo a poder aproveitar melhor as oportunidades. O cruzamento entre Ameaças e Forças pode representar a possibilidade de se investir na modificação do ambiente, de modo a torná-lo favorável à organização. Se no cruzamento entre Ameaças e Fraquezas estiverem situações de alta relevância para a organização, provavelmente trata-se de uma ocasião para modificações profundas na entidade, incluindo a viabilidade de sua manutenção no próprio negócio (DAYCHAUM, 2013, p. 14).

Assim, ao analisar o resultado do cruzamento dos quadrantes da SWOT, é possível identificar em que cenário o turismo do destino

está situado. Os gestores poderão então criar estratégias focadas nas necessidades para o cenário mudar de posição, evitando desperdícios de tempo e investimentos.

A seguir, no quando 2, apresentam-se as propostas metodológicas de alguns autores analisados neste tópico.

Quadro 2: Propostas metodológicas para a SWOT

Autor	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Doris Van de Mené Ruschmann (1997)	Análise e estudo da integração dos três conjuntos que compõem o Sistur. Identificação detalhada das etapas contidas no modelo.	Fases do modelo apresentadas de modo sucinto. Algumas etapas não apresentam clareza quanto a sua função ou execução.	Detalhamento da composição do modelo. Expor de modo claro cada etapa existente no modelo.	A não utilização do modelo devido a sua falta de clareza. Realização inadequada do planejamento devido à obscuridade no modelo.
Renato Câmara Duque e Catarina Lutero Mendes (2006)	Avaliação detalhada sobre a sustentabilidade ambiental e econômica. Participação da comunidade durante o processo de planejamento turístico. Elaboração de diagnóstico, prognóstico, plano e programa de ação. Utilização da cartografia na execução do planejamento turístico.	Considera apenas as necessidades dos turistas no que se refere à infraestrutura. Resumido, falta clareza nas etapas contidas no modelo. Não aborda a participação da comunidade. Requer que o próprio agente possua o conhecimento sobre a cartografia.	Identificação das necessidades tanto dos turistas quanto dos habitantes no que se refere à adequação da infraestrutura local. Precisa ser aprimorado. Discorrer sobre a participação da comunidade local. Explicar a importância da utilização da cartografia.	Descontentamento da comunidade em relação ao desenvolvimento do turismo. Ineficácia do modelo em decorrência de sua apresentação sucinta. Problemas entre comunidade e turistas. A não utilização deste modelo, por se acreditar que ele é muito complexo e de difícil aplicabilidade.

Débora Cordeiro Braga (2007)	Estruturação do local de forma ordenada. Otimização das potencialidades e reversão dos quadros de insucesso ou decadência presentes na atividade. Utilização de ferramentas dos modelos preventivo e corretivo.	O modelo não expõe detalhadamente e com clareza as etapas que devem estar nele contidas.	Aperfeiçoamento do modelo para que possa tornar-se eficaz. Expor de modo detalhado as etapas que fazem parte do modelo.	A não utilização do modelo pelo fato de ser preventivo. Não pode ser a única ferramenta de execução do planejamento. Aplicar um dos modelos sem que este seja suficiente para auxiliar no planejamento turístico.
Mário Petrocchi de Oliveira (1998)	Integração do turista com a comunidade local. Oferta de uma ampla estrutura de hospedagem, equipamentos e lazer.	Não expõe de modo detalhado as etapas que devem estar contidas em sua estrutura. Enfatiza o isolamento entre o turista e a comunidade local.	Aprimoramento do modelo, visando torná-lo eficiente. Modificar o modelo para que o mesmo se torne adequado à realidade atual.	A utilização do modelo de forma inadequada, pelo fato de parecer muito simples. Sem ouvir a comunidade pode prejudicar o local e os habitantes
Mário Carlos Beni (2006)	Inserção de diversos setores e aspectos que estão presentes na atividade.	Apresenta a proposta de infraestrutura de modo muito sucinto.	Exposição de forma detalhada a proposta sobre a infraestrutura.	A realização do estudo sobre a infraestrutura se feito de modo superficial, pode deixar de considerar algumas necessidades básicas.
Reinaldo Dias (2003)	Destaca o espaço físico, o período de duração do planejamento e a extensão do plano que será desenvolvido.	Não expõe de modo detalhado e de forma clara as ações que devem ser executadas durante cada etapa.	Exposição de maneira clara e objetiva as etapas que devem estar contidas no modelo.	Falta de clareza nas ações que devem ser executadas pode não o viabilizar.

Fonte: Baseado em Silva; Sonaglio (2013).

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada foi quali-quantitativa, através de estudo de caso em São Cristóvão (SE). A coleta de dados foi feita através de oficinas, com agentes locais, realizadas em junho de 2017 e em setembro de 2018, nas quais foram levantados os elementos de análises com hierarquização usando uma escala de três pontos.

3.1 ETAPAS DO TRABALHO

1ª Etapa – construindo o modelo

• Revisão da literatura - foi realizada uma revisão de estudos de análise SWOT e planejamento de turismo para identificar as principais categorias de análise e as variáveis que iriam ser usadas na oficina (Quadro 3).

Quadro 3: Categoria de análise utilizada no estudo

CATEGORIA DE ANÁLISE	SIGNIFICADO
Sociocultural	Impacto social e envolvimento da comunidade local
Econômico	Impacto econômico
Ambiental	Impacto ambiental
Atrativos Turísticos	Atrativos turísticos do município
Equipamentos Turísticos	Serviços ofertados (alojamento, alimentação, ...)
Infraestrutura	Infraestrutura de acessibilidade
Gestão pública	Gestão pública e políticas públicas

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da literatura, 2018.

• Formação e desenvolvimento da oficina - para a formação da oficina foram distribuídos convites para as lideranças comunitárias e agentes do *trade* turístico do município. Os participantes levantaram os elementos de análises que impactam no turismo de São Cristóvão, bem como realizaram a hierarquização de todos os pontos analisados através de uma escala de três pontos criando uma gradação de importância (Quadro 4).

Quadro 4: Escala de hierarquização dos elementos de análises

ESCALA	PESO	DESCRIÇÃO
Muito importante	3	Refere-se ao fato de que o quesito é fundamental em termos de impacto no turismo de São Cristóvão.
Importante	2	Refere-se ao quesito que guarda importância relativa com o impacto no turismo de São Cristóvão.
Pouco importante	1	Refere-se aos quesitos que, embora relacionados ao impacto no turismo de São Cristóvão, não refletem impacto grande, devendo, de qualquer sorte, serem considerados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

2ª Etapa – desenvolvendo o modelo

• Organização e Codificação – nessa etapa foram organizadas, em uma planilha do Excel, todas as categorias e elementos de análises resultante da oficina, e codificado cada uma delas.

• Cruzamento dos Dados – na etapa de cruzamento dos dados foi utilizado o modelo de Tiffany e Peterson (1998), no qual as subvariáveis do ambiente interno (Forças e Fraquezas) são cruzadas com as subvariáveis do ambiente externo (Oportunidades e Ameaça), da seguinte forma:

a) Forças X Oportunidades – estratégias de desenvolvimento (SO): aproveitar as oportunidades para obter vantagens competitivas.

b) Forças X Ameaças – Estratégia de manutenção (ST): aproveitar as forças para superar as ameaças.

c) Fraqueza X Oportunidades – Estratégia de crescimento (WO): aproveitar as oportunidades para minimizar as fraquezas.

d) Fraqueza X Ameaças – Estratégia de sobrevivência (WT): eliminar a fraqueza que pode se potencializar com as ameaças do mercado.

3ª Etapa – validação do modelo

• Depois de finalizada a matriz SWOT, foi criada uma planilha no Excel para a análise dos dados do cruzamento e após a análise e validação foi finalizada a matriz de cenários da SWOT.

• Validação do Modelo – a validação do modelo foi feita por dois juízes conhecedores do tema, aumentando assim a confiabilidade do resultado. O primeiro juiz foi uma professora da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Administração e doutoranda em administração. O segundo juiz foi um professor do Instituto Federal de Sergipe, Doutor em Geografia, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, e coordenador do Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe. Ambos analisaram todo o processo e validaram o cruzamento do ambiente interno com o ambiente externo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), além do centro histórico, a sede e o núcleo urbano Rosa Elza, o município de São Cristóvão conta com 24 povoados, totalizando uma população de 89.232 pessoas. Com área total de 443,53 km², o município faz divisa (Figura 1) com Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga e Aracaju.

Figura 1: Localização geográfica de São Cristóvão - SE

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE, 2018.

O município está inserido no Polo Turístico Costa dos Coqueirais, que foi estruturado a partir das ações do Programa de Regionalização e Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em 2001, integrando o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDTIS), em 2003. O referido Polo é composto por treze municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Itaporanga d'Ajuda, Indiaroba, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), o Polo Costa dos Coqueirais está segmentado em turismo de sol e praia, turismo cultural e turismo de negócio (BRASIL, 2013), sendo que os dois primeiros alcançam a cifra de 79%, fortalecendo a identidade turística do polo, com os segmentos turismo sol e praia e turismo cultural (Quadro 5).

Quadro 5: Segmentos turísticos dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais

Segmento Turísticos	Municípios
Sol e Praia	Aracaju, Brejo Grande, Indiaroba, Estância e Santa Luzia do Itanhy
Cultural	Aracaju, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Pacatuba, São Cristóvão, Laranjeiras e Santa Luzia do Itanhy
Negócios e Eventos	Aracaju e Barra dos Coqueiros

Fonte: Brasil, (2013).

Em relação aos produtos turísticos potenciais, segundo Brasil (2013), os municípios do polo podem fomentar os segmentos de ecoturismo, turismo rural e turismo náutico (Quadro 6). Apesar do PDITS não apontar São Cristóvão com um potencial para o ecoturismo, o mesmo tem uma grande potencialidade para esse segmento, visto que o município é banhado pelos rios Paramopoma, Vaza Barris e Poxim, além de potenciais atrativos naturais como os balneários de Rita Cacete e Bica dos Pintos, e as Ilha Grande e a Croa do Goré.

Quadro 6: Segmentos turísticos potenciais do Polo Costa dos Coqueirais

Segmentos	Municípios
Ecoturismo	Pirambu, Pacatuba e Santa Luzia do Itanhi
Turismo Rural	São Cristóvão e Santa Luzia do Itanhy
Turismo Náutico	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Santa Luzia do Itanhy, Estância Indiaroba e Brejo Grande

Fonte: Brasil, (2013).

São Cristóvão é o município com maior quantidade de patrimônio tombado do Estado de Sergipe. São 29 patrimônios nacionais tombados em Sergipe, sendo 13 desses em São Cristóvão (Quadro 7), segundo o Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN). O município também é o único que recebeu em Sergipe o título da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Patrimônio da Humanidade. Além do tombamento nacional, possui mais 4 tombamentos estaduais e 1 municipal, apresentando assim um acervo cultural de grande importância para o país.

Quadro 7: Patrimônios tombados em São Cristóvão

Patrimônio	Esfera pública do Tombamento
Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico.	Federal
Igreja Nossa Senhora do Amparo	Federal
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Federal
Igreja e Casa de Misericórdia	Federal
Convento e Igreja do Carmo	Federal
Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Federal
Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória	Federal
Convento e Igreja de Santa Cruz	Federal
Capela Nossa Senhora da Conceição do Engenho Poxim	Federal
Sobrado na antiga Rua das Flores hoje Benjamin Constant, nº 20	Federal
Sobrado à Rua Castro Alves, nº 02	Federal
Sobrado à Rua da Matriz	Federal
Praça São Francisco	Mundial
Cidade de São Cristóvão	Estadual
Museu Histórico de Sergipe	Estadual
Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Engenho Itaperoá	Estadual
Telas de Horácio Hora do Museu Histórico de Sergipe	Estadual
Cristo Redentor	Municipal

Fonte: Iphan, (2017); Fragata (2018).

O patrimônio cultural imaterial de São Cristóvão, apesar de não ser registrado, é reconhecido pelos sergipanos. Os grupos folclóricos sancristovenses, ao som das zabumbas, ganzás, cuícas, sanfonas e triângulos, animam os festejos religiosos e culturais do município. São Cristóvão hoje conta com os seguintes grupos folclóricos: As Caceteiras do Mestre Rindú (adulto e mirim), Chegança de Acácia, Samba de Coco da Ilha Grande, Samba de Coco de São Cristóvão, Grupo Afro Negro do Ilê Axé, Reisado da Paz e a Quadrilha junina Meu Xodó. Grande parte deste patrimônio está referendada no livro "Cantos e Encantos da 4ª Cidade mais Antiga do Brasil" (LIBERTATO; VIEIRA, 2019).

Além do patrimônio cultural, a memória, a identidade, as representações sociais que registram a história do município, São Cristóvão também apresenta potencial para ecoturismo e turismo rural. A gastronomia é outro ponto forte enquanto produto turístico, pois suas iguarias gastronômicas são tradicionais no estado como a queijada, um tipo de doce típico português com tradição de mais de 100 anos, cuja produção começou com Dona Maria, escrava do engenho na cidade de Capela, e depois de cinco gerações as queijadas de São Cristóvão continuam sendo produzidas; e ainda o bricelet espécie de biscoito tradicional crocante com sabor de limão e laranja produzidos pelas freiras do Lar Imaculada Conceição, o antigo orfanato de São Cristóvão.

O Turismo Religioso no município é marcado pelas manifestações cristãs, dentre elas a Festa do Senhor dos Passos, realizada durante a Quaresma, no segundo final de semana após o Carnaval, com missas durante os dois dias e procissões, uma no sábado e outra no domingo. Vale ressaltar que a festa do Senhor dos Passos de São Cristóvão é um dos maiores eventos religiosos no Brasil, uma festa centenária do início do século XX. Ademais, durante o ano, são muitas manifestações culturais e religiosas em São Cristóvão (Quadro 8).

Quadro 8: Principais eventos religiosos e culturais de São Cristóvão

Evento Religioso	Período
Festa de Nosso Senhor dos Passos	2° domingo da Quaresma
Os Tapetes Coloridos de São Cristóvão - Semana Santa	Feriado de Corpus Christi
Festa da Padroeira de São Cristóvão (Nossa Senhora da Vitória)	8 de setembro
Procissão do Fogaréu	Quinta-feira da Semana Santa
Festa de São Cristóvão Padroeiro dos Motoristas, Peregrinos e Viajantes	25 de julho
Evento Cultural	**Período**
Festival de Artes de São Cristóvão - FASC	Novembro
Festividade do Carnaval	Período do Carnaval
Festejos Juninos	Junho
Feira Cultural São Criativos	Mensal

Fonte: organizado pelos autores.

4 RESULTADOS

4.1 A SWOT DO TURISMO EM SÃO CRISTÓVÃO (SE)

A primeira oficina para realização do diagnóstico participativo aconteceu em junho de 2017, com a presença de representantes da gestão pública, do IPHAN, da classe dos artesãos locais e da comunidade. Em 26 de setembro 2018 foi realizada a segunda oficina para revisão da SWOT. Nesta segunda oficina, além dos representantes da gestão pública, do IPHAN, da classe dos artesãos e da comunidade, estiveram presentes os representantes do Conselho de Turismo do município e do comércio local.

Para construir a matriz SWOT, foi solicitado aos participantes que escrevessem em filipetas de cartolina aspectos e elementos do turismo

de São Cristóvão que representam as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, de acordo com suas percepções vinculadas as categorias de análise dos elementos da matriz. Em seguida, foi solicitado que atribuíssem os pesos de acordo com a escala de hierarquização dos elementos de análises (Quadro 9).

Quadro 9: Análise SWOT escalonada do Turismo em **São Cristóvão/SE**

AMBIENTE INTERNO (FORÇAS E FRAQUEZAS)			
FORÇAS	**PESO**	**FRAQUEZAS**	**PESO**
Diversidade cultural	3	Comunidade desmotivada e sem visão empreendedora	3
Representatividade artística	3	Falta de participação da comunidade nas decisões	3
Potencial de turismo rural	1	Falta de recursos para investir no turismo	3
Rios e lençóis de água mineral	3	Cultura das populações ribeirinhas	3
Projeto esgotamento sanitário	3	Poluição dos rios	3
Acervo arquitetônico e Cultural	3	Falta de educação ambiental	3
Turismo religioso forte	3	Falta de infraestrutura turística e saneamento	3
Gastronomia típica (biscoitos, doces, licores ...)	3	Falta de mapeamento e roteiros dos serviços/produtos	3
Cordel tradicional	1	Falta de sensibilização empresarial	3
Grupos folclóricos	3	Mau uso dos prédios históricos	3
Artesanato representativo	1	Falta de incentivo à cultura	3
Bica dos pintos, potencial ponto turístico	1	Estrada João Bebe Água de difícil acesso e s/qualidade	3
Ponto de informação ao turista	2	Ponto de informação ineficiente	3
Convênios com o Estado	2	Faltam alojamentos (Hotéis e Pousadas)	3

Acesso da capital com o Município	3	Poucos restaurantes	3
Interesse da gestão atual em melhorar o turismo	3	Faltam guias turísticos	2
Ativação do fundo municipal de cultura	3	Transporte público sem qualidade e ineficiente	3
-	-	Falta de continuidade dos projetos	2
-	-	Falta de planejamento e Plano de Marketing	2
AMBIENTE EXTERNO (OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)			
OPORTUNIDADE	**PESO**	**AMEAÇA**	**PESO**
Aumento do dólar	2	Sensação de insegurança	3
Turismo de navegação	2	Crise econômica	3
Chamadas públicas para projetos	3	Desemprego	3
Oferta de linhas de créditos	3	Dependência de Recursos Federais	2
Plano de MKT do Estado	2	Enchentes período de chuva	3
Investimento da iniciativa privada	3	Morte dos mestres dos grupos folclóricos	3
Potencial turístico de Sergipe	3	Falta de divulgação a nível estadual	3
Via de acesso BR 101	1	Deterioração dos prédios históricos	3
Sistema de integração viária da Região Metropolitana	3	Falta de investimento	3
PAC - Cidades Históricas	3	Má conservação das estradas estaduais	3
Parcerias dos Sistemas S	2	Instabilidade política	3
Parcerias com Universidades	2	Assaltos nas estradas	3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

4.2 CODIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES

Para facilitar a elaboração da matriz cruzada da SWOT, foram codificadas também as seguintes categorias de análise: Sociocultural (SC), Econômica (E), Ambiental (A), Atrativos Turísticos (AT), Equipamentos Turísticos (ET), Infraestrutura (I) e Gestão Política (G) (Quadro 10).

Quadro 10: Codificação das Categorias de Análises

SOCIOCULTURAL (SC)
FORÇAS: Diversidade cultural (SC1); Representatividade artística (SC2). FRAQUEZAS: Comunidade desmotivada e sem visão empreendedora (SC3); Falta de participação da comunidade nas decisões (SC4); Cultura das populações ribeirinhas (SC5). OPORTUNIDADES: Não foi levantada nenhuma oportunidade pelos participantes nessa categoria de análise. AMEAÇAS: Sensação de insegurança (SC6); Desemprego (SC7).
ECONÔMICO (E)
FORÇAS: Potencial de turismo rural (E1). FRAQUEZAS: Falta de recursos para investir no turismo (E2). OPORTUNIDADES: Aumento do dólar (E3). AMEAÇAS: Crise econômica (E4); Dependência de Recursos Federais (E5).

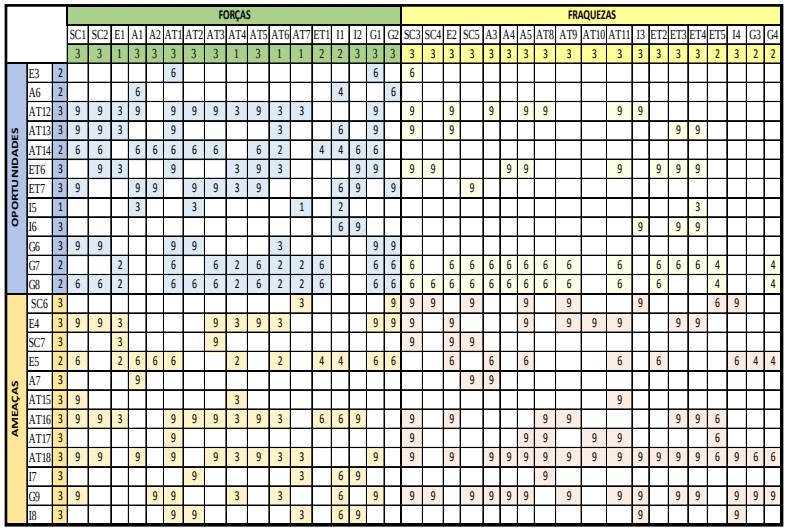
AMBIENTAL (A)
FORÇAS: Rios e lençóis de água mineral (A1); Projeto esgotamento sanitário (A2). FRAQUEZAS: Poluição dos rios (A3); Falta de educação ambiental (A4); Falta de infraestrutura turística e saneamento (A5). OPORTUNIDADES: Turismo de navegação (A6). AMEAÇAS: Enchentes período de chuva (A7).
ATRATIVO TURÍSTICO (AT)
FORÇAS: Acervo arquitetônico e Cultural (AT1); Turismo religioso forte (AT2); Gastronomia típica (biscoitos, doces, licores...) (AT3); Cordel tradicional (AT4); Grupos folclóricos (AT5); Artesanato representativo (AT6); Bica dos pintos, potencial ponto turístico (AT7). FRAQUEZAS: Falta de mapeamento e roteiros dos serviços/produtos (AT8); Falta de sensibilização empresarial (AT9); Mau uso dos prédios históricos (AT10); Falta de incentivo à cultura (AT11). OPORTUNIDADES: Chamadas públicas para projetos (AT12); Oferta de linhas de créditos (AT13); Plano de Marketing do Estado (AT14). AMEAÇAS: Morte dos mestres dos grupos folclóricos (AT15); Falta de divulgação a nível estadual (AT16); Deterioração dos prédios históricos (AT17); Falta de investimento (AT18).
EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS (ET)
FORÇAS: Ponto de informação ao turista (ET1). FRAQUEZAS: Ponto de informação ineficiente (ET2); Falta alojamentos-Hotéis e Pousadas (ET3) OPORTUNIDADES: Poucos restaurantes (ET4); faltam guias turísticos (ET5); Investimento da iniciativa privada (ET6); Potencial turístico (ET7). AMEAÇAS: Não foi levantada nenhuma oportunidade pelos participantes nessa categoria de análise.

INFRAESTRUTURA (I)
FORÇAS: Convênios com o Estado (I1); Acesso da capital com o Município (I2). FRAQUEZAS: Estrada João Bebe água de difícil acesso e sem qualidade (I3); Transporte público sem qualidade e ineficiente (I4). OPORTUNIDADES: Via de acesso BR 101 (I5); Sistema de integração viária da Região Metropolitana (I6). AMEAÇAS: Má conservação das estradas estaduais (I7); Assaltos nas estradas (I8).
GESTÃO PÚBLICA (G)
FORÇAS: Interesse da gestão atual em melhorar o turismo (G1); Ativação do fundo municipal de cultura (G2). FRAQUEZAS: Falta de continuidade dos projetos (G3); Falta de planejamento e plano de Marketing (G4); Sensação de insegurança (G5). OPORTUNIDADES: PAC - Cidades Históricas (G6); Parcerias dos Sistemas S (G7); Parcerias com Universidades (G8). AMEAÇAS: Instabilidade política (G9).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A matriz SWOT cruzada apresenta a análise dos elementos chaves com seus respectivos pesos da escala (Figura 2). Esse cruzamento foi feito com o objetivo de construir cenários quanto aos aspectos e elementos das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças.

Figura 2: Matriz SWOT cruzada do Turismo em **São Cristóvão/SE**



			FORÇAS																FRAQUEZAS																					
			SC1	SC2	E1	A1	A2	AT1	AT2	AT3	AT4	AT5	AT6	AT7	ET1	I1	I2	G1	G2	SC3	SC4	E2	SC5	A3	A4	A5	AT8	AT9	AT10	AT11	I3	ET2	ET3	ET4	ET5	I4	G3	G4
			3	3	1	3	3	3	3	3	1	3	1	1	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	3	2	2
OPORTUNIDADES	E3	2						6										6		6																			
	A6	2				6										4			6																				
	AT12	3	9	9	3	9		9	9	9	3	9	3	3				9		9		9		9	9			9	9								
	AT13	3	9	9	3			9					3			6		9		9											9	9						
	AT14	2	6	6		6	6	6	6	6		6	2		4	4	6	6																				
	ET6	3		9	3			9			3	9	3				9	9		9	9			9	9				9		9	9	9				
	ET7	3	9			9	9		9	9	3	9				6	9		9				9															
	I5	1				3			3					1		2																	3					
	I6	3														6	9													9		9	9					
	G6	3	9	9				9	9				3					9	9																			
	G7	2			2			6		6	2	6	2	2	6			6	6		6	6	6	6	6	6	6		6		6	6	6	4			4
	G8	2	6	6	2			6	6	6	2	6	2	2	6			6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		6		6			4			4
AMEAÇAS	SC6	3												3					9	9	9		9			9		9			9				6	9		
	E4	3	9	9	3					9	3	9	3					9	9	9		9			9		9	9	9			9	9					
	SC7	3			3					9										9		9	9															
	E5	2	6		2	6	6	6			2		2		4	4		6	6			6		6		6			6		6				6	4	4
	A7	3				9																	9	9														
	AT15	3	9								3																		9									
	AT16	3	9	9	3			9	9	9	3	9	3		6	6	9			9		9					9	9				9	9	6			
	AT17	3						9												9						9	9		9	9				6				
	AT18	3	9	9		9		9		9	3	9	3	3				9		9		9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	6	9	6	6
	I7	3							9					3		6	9									9											
	G9	3	9				9	9			3		3			6		9		9	9		9	9	9		9		9	9		9	9		9	9	9	
	I8	3						9	9					3		6	9													9					9			

Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Após a construção da matriz SWOT cruzada, foram somados os pesos totais de cada quadrante para identificar os cenários estratégicos em que o destino se apresenta para que a gestão possa usar como indicador na tomada de decisão (Figura 3). Assim, o cruzamento das Forças com as Oportunidades resultou em um cenário positivo com 552 pontos; o cruzamento das Forças com as Ameaças no cenário moderado, 434 pontos; o cruzamento das Fraquezas com as Oportunidades em um cenário propositivo identificou 370 pontos e o cruzamento das Ameaças com as Fraquezas o cenário negativo, 647 pontos. Estes cenários apontam a necessidade de desenvolver ações para eliminar tanto as fraquezas quanto minimizar o impacto que a ameaça do mercado possa ter no turismo de São Cristóvão.

Figura 3: Cenários e Estratégias da Matriz SWOT do Turismo em **São Cristóvão/SE**

	PONTOS FORTES	**FRAQUEZAS**
OPORTUNIDADES	**CENÁRIO POSITIVO** (Estratégia de Desenvolvimento) (552)	**CENÁRIO PROPOSITIVO** (Estratégia de Crescimento) (370)
AMEAÇAS	**CENÁRIO MODERADO** (Estratégia de Manutenção) (434)	**CENÁRIO NEGATIVO** (Estratégia de Sobrevivência) (647)

Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Apesar do cenário negativo do turismo de São Cristóvão ser predominante, os resultados também apresentam uma atividade com grande potencial para ser desenvolvido, que acompanhado do planejamento não só estratégico, mas tático e operacional, poderá usar as forças e oportunidades para eliminar as fraquezas e combater as ameaças do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicação das estratégias metodológicas da análise SWOT como ferramenta de planejamento do turismo, foi possível perceber a importância da mesma quanto a sua eficiência, pois além de se configurar uma estratégia que contribui no diagnóstico, torna-se um componente importante na elaboração de planos, programas e ações para o desenvolvimento do turismo.

Por sua vez, não basta fazer o levantamento das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, para que a matriz SWOT seja mais eficiente, é necessário fazer o cruzamento dos quadrantes (Oportunidades x Forças; Oportunidades x Fraquezas; Forças x Ameaças e Fraquezas x Ameaças) atribuindo pesos, para que se possa fazer, não só uma análise qualitativa, mas uma análise quantitativa, pois o mais importante do que os fatores internos e externos para o futuro de um destino é identificar em que cenário se encontra o destino, e a partir daí priorizar as possíveis estratégias para o desenvolvimento do turismo local.

O método da análise SWOT no planejamento do turismo é uma ferramenta estratégica bastante eficaz para a tomada de decisões. No entanto, a SWOT concentra-se principalmente na análise dos ambientes internos e externos para a tomada de decisão, sendo difícil evitar a subjetividade em algumas decisões. Por isso, é importante combinar a análise qualitativa, como a validação de juízes conhecedores do tema, com a quantitativa, no processo de hierarquia analítica através de escala e cruzamento dos ambientes, contribuindo assim para a construção da matriz de cenários estratégicos. Portanto, não é uma ferramenta utilizada apenas na fase de diagnóstico do planejamento, pois é possível utilizá-la de forma contínua para acompanhar o progresso de evolução das ações.

REFERÊNCIAS

ARSIĆ, S., NIKOLIĆ, D., Živković, Ž. Hybrid SWOT-ANP-FANP model for prioritization strategies of sustainable development of ecotourism in National Park Djerdap, Serbia. **Forest Policy and Economics**, v. 80, p. 11-26, 2017.

BRAGA, D. **Planejamento turístico**: teoria e prática. São Paulo: Elsevier Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – PDITS – do Polo Costa dos Coqueirais. 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/dprod/pdits/sergipe/pdits_polo_costa_dos_coqueirais.pdf Acesso: 17/07/17.

CARVALHO Jr. C. Informação, Planejamento e Instituições de Pesquisa, **Revista Bahia Análise e Dados**. Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 2002.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elservier. 2009.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DAYCHOUM, M. 40 + 10 ferramentas e técnicas de gerenciamento. Brasport. 2013. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl =ptBR&lr=&id=6zIuAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=40+t%C3%A9cnicas+de+gerenciamento&ots=QiKcm5ZGN&sig=VBFU8Zzp43OENttDrnQScEmMOzI#v=onepage&q=40%20t%C3%A9cnicas%20de%20gerenciamento&f =false>. Acesso em: 24/01/2018.

DREDGE, D.; JAMAL, T. Progress in tourism planning and policy: A post-structural perspective on knowledge production. T**ourism Management**, v. 51, p. 285-297, 2015.

FRAGATA, T. Cicerone de São Cristóvão. Disponível em <http://thiagofragata.blogspot.com/> Acesso em 18/03/2018.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE),

Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama. Acesso em: 12/11/2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43. Acesso em 28/02/2017.

KRIPPENDORF, J. Towards new tourism policies: The importance of environmental and sociocultural factors. **Tourism Management**, v. 3, n. 3, p. 135-148, 1982.

LIBERATO, M. M.; VIEIRA, L. V. L. **Cantos e Encantos da 4ª cidade mais Antiga do Brasil**. Aracaju: J. Andrade, 2019.

MILLAN, G.; AMADOR, L.; ARJONA, J. Turismo rural sustentável na Andaluzia: uma análise SWOT. **International Journal of Advances in Management and Economics.** v. 2, n. 1, 2018.

MOLINA, S. **Turismo**: metodologia e planejamento. Guarulhos/SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração. 2005.

MURPHY, P. E., & MURPHY, A. E. Strategic management for tourism communities: Bridging the gaps, **Channel View Publications**. v. 16, 2004.

OLIVEIRA, Zaíla. Aferição de métodos de medição da imagem de destino turístico. Tese de Doutoramento em Gestão. Universidade do Porto, 2017.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. São Paulo: Atlas, 2011.

RISTESKIA, M.; KOCEVSKIA, J.; ARNAUDOV, K. Spatial planning and

sustainable tourism as basis for developing competitive tourist destinations. Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 44, p. 375-386, 2012.

SILVA, J. E; SONAGLIO, K. E. A dinâmica do “Roteiro Seridó” em Currais Novos/RN. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 391-408, dez. 2013.

TIFFANY, P.; PETERSON, S. D. Planejamento Estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

VIGNATI, F. Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.

YAN, L.; GAO, BW; ZHANG, M. Um modelo matemático para avaliação do potencial turístico. Tourism Management, 63, p. 355-65, 2017.

ŽIVKOVIĆ, Ž., NIKOLIĆ, D., DJORDJEVIĆ, P., MIHAJLOVIĆ, I., SAVIĆ, M. Analytical Network Process in the Framework of SWOT Analysis for Strategic Decision Making (Case Study: Technical Faculty in Bor, University of Belgrade, Serbia). Acta Polytechnica Hungarica, v. 12, n. 7, p. 199-216, 2015.

CAPÍTULO 5

TURISMO E GEOGRAFIA: PERSPECTIVAS DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL[1]

(...).
Sou um reflexo... um canto de paisagem
Ou apenas cenário! Um vaivém
Como a sorte: hoje aqui, depois além!
(...).
(Flor Bela Espanca, Minha Culpa, 1930).

Roberta Nascimento Gonçalves Soares
Lício Valério Lima Vieira

1 Texto originalmente publicado na Revista Caderno Virtual de Turismo, 2019, 19(3), que gentilmente autorizou a republicação na presente coletânea, com ligeiros ajustes e adaptações para ao formato de capítulo de livro.

1 INTRODUÇÃO

As possibilidades de criação de atrativos turísticos dentro dos territórios através relação turismo/geografia, cultura/patrimônio e homem/produto têm apontado meios para dinamizar o planejamento do setor e estabelecer caminhos para a gestão participativa no desenvolvimento do turismo. A melhor compreensão dessa construção social viabiliza uma diretriz fundamental na atividade turística contemporânea que é o desenvolvimento sustentável.

Fontoura e Andrade (2008) discutem a notável importância adquirida pelo turismo na sociedade contemporânea como prática social, econômica e ecológica, que produz e organiza o espaço, estabelecendo relações de poder e territorialidades que justificam o interesse do fenômeno a partir de um paradigma geográfico.

O geógrafo suíço Claude Raffestin (1993), ao expor o debate sobre conceitos de espaço e território, afirma de maneira categórica que tais termos não são equivalentes. O uso sem critério no campo do turismo acabou esbarrando em análises conflituosas, deturpadas, privando turismólogos e geógrafos de distinções realmente úteis e necessárias. É dentro desta abordagem que o presente artigo traz a reflexão sobre a teoria do espaço turístico de Boullón (2002) e a organização dos territórios em rede adaptados ao turismo, com a finalidade de melhorar a gestão e o planejamento turístico.

A tendência mundial reforça a necessidede de se ressaltar a singularidade de cada território, a fim de oferecer um produto diferenciado, como estratégia para posicionar rotas turísticas em zonas rurais, e incentivar, deste modo, a crescente demanda de turistas que procuram fazer contato com alimentos regionais.

Há inúmeras iniciativas que buscam a diferenciação e

valorização dos produtos com especificidade territorial como o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e a adoção de indicação geográfica (IG), um dos maiores instrumentos de valorização do capital social desenvolvido com base na tradição, *terroir*, cultura e aspectos geográficos e territoriais.

Segundo Costa e Reubens (2014), os produtores de bens endógenos e os gestores da atividade turística utilizam as indicações geográficas como elemento fundamental na divulgação do produto, construção dos roteiros e elaboração de produtos turísticos que se tornam competitivos por serem diferenciados frente ao mundo globalizado.

> Os produtos com indicações geográficas são um diferencial na atividade turística, pois trazem na essência elementos que ajudam a manter a cultura local. Trata-se de produção controlada de bens que não permitem a descaracterização da identidade sociocultural e que promove a sustentabilidade das regiões (COSTA; REUBENS, 2014, p. 39).

A relação de conhecimento e o saber-fazer local marcam a identidade territorial e a capacidade dos atores locais de promoverem um desenvolvimento com características internas. O resultado dessa produção, que traz, na essência, aspectos da tradição e da geografia, distingue o capital cultural e social, estabelecendo os potenciais de cada território dentro de sua região. No turismo, esses fatores podem fundamentar a criação de atrativos ou produtos turísticos com base na solidariedade, parceria e cooperação, essenciais para criação de redes sociais entre territórios e o exercício da dinâmica do contemporâneo e do tradicional.

O presente capítulo foi estruturado em três seções, seguido pela metodologia e conclusão. A construção do texto foi realizada com base

em revisão teórica com intenção de articular os conceitos de território, identidade territorial e indicação geográfica (IG), para mostrar como funciona o desenvolvimento regional associado ao turismo, concluindo com uma visão panorâmica e os possíveis benefícios de uma IG no planejamento territorial. Essas reflexões demonstram a riqueza em abordar o instituto da Propriedade Intelectual (PI), para o fortalecimento e proteção de patrimônios intangíveis, bem como o fortalecimento da identidade territorial em muitas regiões turísticas do país.

2 METODOLOGIA

Ao considerar a complexidade do fenômeno turístico associado a produtos locais com intrínseco apelo cultural, histórico e identitário, com reflexo direto na atividade turística, optou-se pela revisão sistemática composta pelas pesquisas bibliográfica e documental, considerando os temas abordados.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa assenta-se dentro da base de estudos descritivos, pois seu objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Para Veal (2011, p. 29), “a pesquisa descritiva é muito comum na área de lazer e turismo por três motivos: o caráter incipiente do ramo, a natureza mutante dos fenômenos estudados e a frequente separação entre pesquisa e ação”.

Já na avaliação de Uwe (2004), a abordagem qualitativa sobre a pesquisa permite ao cientista social maior visão e sensibilidade sobre os estudos empíricos das questões de ordem social em constante mudança (diversidade do ambiente, cultura, história, desigualdades sociais, estilo de vida).

Martins (2006 p. 6) destaca ainda características importantes

em relação à pesquisa do tipo qualitativa como sua natureza voltada para a observação do cotidiano, além dos princípios teóricos que são colocados em análise, mas a sua exatidão e quantificação ganham a compreensão relativa, dada a complexidade e processos dinâmicos dos fenômenos sociais.

3 RECORTES TEÓRICOS DO TURISMO, DA GEOGRAFIA E DO TERRITÓRIO

Observa-se, nas pesquisas sobre o turismo que é concebido como ciência social aplicada, que há uma grande tendência para o viés da análise da geografia. Isso ocorre porque o objeto de estudo deste fenômeno socioambiental e complexo também está relacionado às categorias de base da geografia, como a paisagem, o lugar, a região, o território e o espaço, que, por sua vez, fundamentam a teoria do espaço turístico.

No Brasil, muitos pesquisadores têm se posicionado a favor dessa abordagem devido à complexidade do planejamento turístico e da gestão das políticas públicas em dimensão continental, distribuídos por estados com características próprias de clima, vegetação, economia, sociedade, cultura, história e política.

Referendando esse pensamento, Boullón (2002, p. 79) afirma que

> o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento é do patrimônio turístico, mais o empreendimento e infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Com base nesse recorte teórico, o turismo só funcionaria quando alinhado à infraestrutura, operacionalização e localização precisa em um dado território. Através de uma visão sistêmica e metodológica, o autor assinala ainda os componentes desse espaço turístico, representados por Zona, Área, Complexo, Centro, Unidade, Núcleo, Conjunto, Corredor, Corredor de Traslado e Corredor de Estada, que devem ser trabalhados a partir da visão macro para a micro, de forma interligada.

De acordo com Panosso Netto e Lohmann (2012), a teoria de Boullón é

> importante, porque ela se torna uma das bases para o ordenamento dos fluxos turísticos para o estabelecimento das demais ações do setor, uma vez que o planejamento turístico deve iniciar a partir da identificação dos aspectos físicos e geográficos do destino que será desenvolvido (PANOSSO NETTO; LOHMANN, 2012, p. 62).

O debate sobre espaço turístico realizado pelo geógrafo Fratucci (2009) destaca que é necessário um grande esforço para o entendimento das combinações existentes e possíveis entre as diversas lógicas de apropriação dos espaços turísticos pelos agentes produtores do turismo contemporâneo (turistas, agentes do mercado, poder público, trabalhadores no setor e comunidade receptora em geral) e a aplicação da gestão participativa, para a construção do processo do desenvolvimento sustentável dentro de um destino turístico.

O pesquisador propõe uma revisão emergencial dos modelos nas escalas de atuação político-administrativas atuais (nacional, estadual e municipal), consideradas insuficientes para atender às demandas, e incorporar as oportunidades geradas pelo turismo a partir

da ação dos seus agentes produtores, individual ou coletivamente. Uma das alternativas seria analisar a territorialidade, mais facilmente perceptível nas escalas local e regional.

A ideia de trabalhar a identidade territorial, neste contexto, tornar-se uma grande ferramenta na geração de novos itinerários no processo de desenvolvimento do turismo, inclusive na construção de novas territorialidades. As abordagens sobre identidade no processo de transformação contemporâneo e de globalização revelam que os indivíduos não estão mais ligados somente a um código cultural homogêneo, coerente e distintivo, embora haja uma busca incessante para a acomodação de identidade.

Nesse sentido, há uma tendência pelas "novas formas de turismo que buscam um contato mais íntimo com outras culturas e com a natureza e o recorrente discurso da sustentabilidade - que entre outras coisas privilegia a biodiversidade e a diversidade cultural" (FROEHLICH, ALVES, 2007, p. 67).

Para o geógrafo Milton Santos, o território antecede o espaço, embora o espaço geográfico seja mais amplo e complexo, resultado da expressão da história, natureza, relações sociais e produtivas, economia, cultura. O conceito de território, segundo Santos, abrigaria o entendimento como área delimitada, constituída nas relações de poder do Estado com seus atores sociais, que territorializam suas ações com o passar do tempo. O território surge da dialética de pertença, de lugar como identidade, e também como "palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho" (SAQUET, 2008, p. 11).

Raffestin (1993) segue essa mesma análise, definindo território como resultado do jogo de poder entre os atores sociais que atuam em um determinado espaço. Em consequência, sua identidade nasce

dentro desses limites geográficos, tanto pela apropriação física como simbólica, num processo de construção social de forma sistemática por meio de rede, malha e nós.

> Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos as suas diversas ações. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Há ainda duas abordagens que complementam a tradução de território: a antropológica, que o define como ambiente de vida, de pensamento da comunidade e, portanto, de construção de identidade; e a sociológica, que revela o seu envolvimento com as raízes históricas, configurações políticas e identitárias, estas ainda pouco exploradas e conhecidas como meio de desenvolvimento econômico (FLORES, 2006).

Vale salientar que a interação desses grupos, agentes sociais dentro do território, pode ser um meio propício para desenvolver o processo conhecido como turistificação. Assim como se dá o sistema territorial analisado por Claude Raffestin (1993), o turismo tem em sua estrutura contemporânea a formatação também interligada de forma descontínua, balizada pelas relações hierárquicas, fluxo de mercadoria e informações. Essa organização dentro do plano espacial, caracterizada de ponto a ponto ou nós, com limites e fronteiras.

Fratucci (2009) defende o planejamento do turismo por meio dos territórios-rede como estratégia para avançar as políticas públicas e

acompanhar mais de perto a ação e articulação dos agentes produtores do turismo. É importante frisar que o próprio termo território-rede aglutina o conceito e o sistema territorial abordado por Raffestin (1993), só que neste contexto, adaptado ao planejamento turístico.

Sob outro enfoque, é possível perceber esse planejamento a partir das articulações de seus agentes sociais com outros destinos turísticos geograficamente próximos, envolvendo outras localidades circunvizinhas, ampliando, assim, aquele território-rede para a escala regional.

Lohmann e Panosso Netto (2012) ao tratarem sobre planejamento turístico destacam alguns fatores que devem ser levados em consideração, a exemplo do(a):

> planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável; valorização do produto turístico como um dos diferenciais do setor; [...] valorização do patrimônio histórico e artístico-cultural; formação e capacitação de mão de obra [...] desenvolvimento de uma forma integrada, considerando-se todos os elementos, de acordo com uma visão sistêmica, em que uma das partes pode afetar o todo e vice-versa (PANOSSO NETTO; LOHMANN, 2012, p. 139).

Essa é a lógica de envolvimento do turismo, enquanto fenômeno que mobiliza economia, rede de informações, transportes, deslocamento de pessoas, oferta de produção direta e indireta. E quando há o aumento do fluxo de turistas, há também uma maior movimentação dos produtores do turismo, incremento do consumo dos produtos locais, artesanato e busca por produtos tradicionais, que carregam a identidade territorial.

O desenvolvimento do turismo acaba induzindo a ampliação do espaço turistificado, levando o turista a explorar outras fronteiras, limites, circular em torno do próprio destino por motivação própria ou por estímulos dos agentes que atuam na região. Por isso, é esperado que

se criem atrativos diferenciados, dentro do contexto territorial, como uma alternativa também para diminuir os impactos do próprio turismo, gerando ainda o aumento do consumo por tempo de permanência.

O grande gargalo do setor está na relação de poder dentro do território turistificado e o planejamento das políticas de desenvolvimento. Observa-se uma visão equivocada, determinada pela ação centralizada e hierarquizada do Estado diante dos agentes sociais, dos produtores do turismo, e dos setores da economia, quanto às metas e estratégias alternativas do turismo. Segundo Inskeep (1986), tais metas deveriam ser racionalmente avaliadas em relação a todos os tipos de benefícios e custos - econômico, sociocultural e ambiental - como parte do processo de desenvolvimento global local, por meio da gestão participativa.

A cidade que serve ao turista, antes precisaria servir aos seus residentes, incluindo boa qualidade de transportes, vias de acesso, sinalização, alimentos e bebidas, água, energia, espaços de lazer e espaços da memória. Sob esta ótica, a complexidade das relações socioambientais e econômicas promovidas pelo turismo ganha maior densidade em escala regional, mas os gestores não podem perder de vista a importância e diferenciação do aprimoramento das políticas públicas em âmbito local, territorial.

> Para tornarem-se públicas devem ser frutos de um amplo processo, aberto, democrático e inclusivo que observe e respeite as práticas sociais existentes nas comunidades onde serão implementadas. Políticas decididas nos ambientes fechados de gabinetes de autoridades do governo não podem e não ganham o *status* de políticas públicas, limitando-se a serem políticas de governo (FRATUCCI, 2009, p. 404).

Por isso, é imperativo liberar-se da dicotomia global x local, para que haja de fato a participação e emancipação plena de todos os agentes sociais envolvidos e garantia de uma gestão democrática em todos os processos do planejamento. Beduschi Filho e Abramovay (2014) destacam justamente a importância da "aprendizagem por interação" entre empresas e os atores locais, que detém o conhecimento tácito de sua localidade, dentro da ótica do planejamento regional.

Em outras palavras, não dá para o hóspede arrumar a casa do anfitrião, sem ao menos conhecê-la direito, e isso ocorre quando as políticas regionais se tornam modelos locais. Esse olhar de quem vem de fora deve ser guiado pelos donos da casa, pois são eles que mostrarão os seus potenciais, suas belezas, os melhores cenários e seus desafios. Os autores completam essas ideias afirmando que "a política territorial não consiste mais em redistribuir recursos e riquezas já criadas e existentes, mas, ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas, iniciativas e coordenações novas" (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2014, p. 44).

4 IDENTIDADE CULTURAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

O processo de globalização, promovido pela revolução da comunicação em rede e do próprio capitalismo, foi determinante para o avanço dos transportes e do turismo. Paradoxalmente, essa transformação permitiu a construção de um mundo global, sem fronteiras, com novos padrões culturais (CAPRA, 2005). Neste contexto global, abriu-se um caminho para que o turista explorasse territórios que transmitissem o senso de pertença, com seus produtos artesanais, identidade cultural, histórica e geográfica, com grande

valor social agregado em torno de pequenas comunidades, arranjos produtivos locais e agricultura familiar.

Há, de forma evidente, um consumo padronizado, disponível nas prateleiras, que supre e induz as demandas diárias, através do apelo à praticidade, conforto, custo, mobilidade etc. Mas há, também, o sentimento contemporâneo, que insiste na volta às origens; que deseja consumir um produto ou serviço diferenciado, no qual revele sua identidade, história, geografia; que faça parte ou valorize o comércio solidário, a sustentabilidade e todas as riquezas das tradições culturais.

Murilo Flores (2006, p. 6) destaca que

> essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições, de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreria com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais.

Dentro desse contexto, a relação entre territórios turísticos e arranjos produtivos locais, envolvendo a agricultura familiar, quando bem ordenados por políticas públicas, pode aglutinar qualidades e vantagens para a inovação e competitividade dos produtos e dos serviços locais, além de outros mercados e surgimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais. Vale destacar os espaços com apelo para o desenvolvimento do turismo rural, agroturismo, turismo de propriedades rurais, turismo sertanejo e turismo gastronômico.

Para o turismo, a abordagem dos sistemas produtivos locais é considerada vantajosa. Costa e Souto-Maior (2009) destacam que, haja vista a necessidade de cooperação entre os participantes da cadeia produtiva para efetivar os destinos turísticos e a competitividade com

outros aglomerados vizinhos, a que se considerar os arranjos produtivos locais. Esses sistemas podem se configurar de diferentes formas através de *clusters*, distritos industriais, arranjos produtivos locais (APL) e redes. De forma geral, todos os modelos dizem respeito ao sistema de produção geograficamente aglomerado que convertem a proximidade em vantagem competitiva devido à relação sinérgica e concentração territorial.

Fica clara a necessidade de fomentar o turismo por meio da cooperação nas localidades, para que se possa prestar um serviço de qualidade. No Brasil, isso ganha relevância na medida em que o diagnóstico do turismo, exposto no Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2003), revela a falta de estruturação da cadeia produtiva do setor como uma causa para sua baixa competitividade.

A perspectiva contemporânea do debate em torno do planejamento do turismo no Brasil tem avançado desde a formulação do sistema turístico regional, com a implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Plano Nacional do Turismo 2003-2007 e com o próprio programa dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional, pesquisa encomendada pelo MTur à Fundação Getúlio Vargas, para medir o grau de competitividade e qualidade dos destinos. Neste plano, o foco é o desenvolvimento turístico sustentável e o planejamento coordenado e participativo dentro dos territórios.

Algumas políticas públicas de estímulo à cooperação no turismo são encontradas na agenda do país, como o projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização, promovido pelo Sebrae, em parceria com o Ministério do Turismo. Na teoria, o projeto propõe trabalhar o uso racional do território e seus recursos a partir dos interesses coletivos para posteriormente pensar na articulação regional e a roteirização, que segundo a definição apresentada pela SEDETEC/EMSETUR (2009), é uma forma de organizar e integrar a oferta de turismo de uma região, criando produtos

lucrativos e comercialmente duradouros.

Em outras palavras, pode ser um meio de conferir realidade turística. Por isso, desde 2007, através do convênio com o Ministério do Turismo, a SEDETEC/EMSETUR uma espécie de cartilha com o plano de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil no Estado de Sergipe para aplicar as estratégias e diretrizes definidas pelo Programa de Regionalização Roteiros do Brasil, com o objetivo de orientar a população e todos os segmentos envolvidos com o turismo.

Vale ressaltar que a identidade cultural do território turistificado é uma grande ferramenta para o fomento dos produtos turísticos, formados pelo conjunto de atrativos, equipamentos e pelos serviços turísticos propriamente ditos. Esse conjunto de atrativos pode e deve incorporar os produtos com IG para fortalecer o turismo, já que, via de regra, acolhem bens e patrimônios intangíveis como a gastronomia, cultura local e o artesanato. Isso fica bem claro na região da Serra Gaúcha, no Vale dos Vinhedos, onde os vinhos e outros produtos receberam notoriedade da IG e maior valor agregado nos atrativos turísticos, bem como a Uva Goethe, na região de Santa Catarina com festivais gastronômicos e o movimento Slow Food, são dois exemplos de como uma IG pode contribuir para o desenvolvimento turístico local.

Ao se voltar ao entendimento das teorias de Boullón (2002), convém ressaltar que a matéria-prima do turismo é o próprio atrativo turístico, que "é o recurso natural ou cultural formatado em negócio, que atenda todas as especificações necessárias para comercialização e recepção de turistas, com responsabilidade social, ambiental e cultural" (SEBRAE/SP 2016, p. 10). Nesta relação de apropriação do espaço, onde os atrativos (atividades de aventura, feiras de artesanato, feiras de gastronomia, unidades de conservação UCs, fazendas históricas, museus, igrejas, balneários) podem estar aglomerados ou não, configuram-se novos territórios.

A proposta do Programa Nacional de Regionalização seria incluir os municípios por meio de suas qualidades particulares. Se um município, por exemplo, está voltado para a "atividade agropecuária, fornecendo leite, queijo e derivados, organizados ou não em APL, poderia integrar-se à rede de desenvolvimento regional, transformando-se em uma unidade de apoio ao roteiro turístico do município vizinho", caracterizado por um itinerário com um ou mais elementos que lhes conferissem identidade (SEDETEC/EMSETUR, 2009, p.37).

> A construção social de um território, portanto, pode ou não ser associada a estratégias de valorização de produtos locais, de forma diferenciada, se a eles se associa os fatores que diferenciam o território, ou melhor, dizendo, os fatores que lhe são específicos. Esses fatores, na maioria das vezes, são formados pela interação entre o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural presentes no território (FLORES, 2006, p. 9)

A proposta de IG para produtos com identidade cultural pode viabilizar uma nova alternativa para a valorização, proteção e desenvolvimento sustentável de muitas comunidades do campo. Normalmente esses produtos envolvem notoriedade, reconhecimento popular adquirido pela tradição e singularidade, como diferenciais do produto efetivamente enraizado na cultura local, dada a sua ligação com a geografia e territorialidade.

Assim como em muitos países da Europa, o Brasil tem criado meios de certificar os produtos marcados pela sua territorialidade, favorecendo o desenvolvimento regional. Uma das IGs mais marcantes e com profundo impacto no turismo está localizada na região sul, referindo-se aos "produtos coloniais" produzidos pelos imigrantes na serra gaúcha e os vinhos do Vale dos Vinhedos, que mantêm tradições, mesmo associados a novos

conhecimentos agregados aos seus processos produtivos incentivando o turismo rural, turismo de experiência e ecoturismo.

A experiência com as vinícolas gaúchas que obtiveram a Indicação de Procedência (IP) resultou na valorização das terras e elevação da autoestima da população, que hoje se preocupa em manter o foco em suas tradições. As vinícolas também passaram a investir alto em tecnologia e no planejamento do turismo, mercado que reforçou a notoriedade da enogastronomia e cultura italiana. Hoje, a Serra Gaúcha tornou-se uma grande atração turística nacional pela sua capacidade de entretenimento e infraestrutura, agregando atrações de outros municípios daquela região.

Segundo Murilo Flores (2006) muitos autores alertam para a compreensão de que muitas localidades, aparentemente, não possuem um patrimônio histórico-cultural-geográfico reconhecido. No entanto, ele afirma que as sociedades podem ser estimuladas a explorar seu potencial territorial e o saber-fazer local, num processo de construção coletiva cujo resultado poderia ser a diferenciação de produtos com qualidade para o mercado, agregando valor para o turismo.

Normalmente, observa-se a construção de uma identidade de caráter sociocultural e econômica que possibilita a formulação de uma estratégia competitiva ancorada no território, que comumente pratica o agroturismo, turismo rural e turismo gastronômico.

> Los establecimientos han hecho un importante trabajo de conciencia reflexiva sobre sus producciones y saberes, otorgándoles un valor social y pudiendo interpretar el alcance que tiene este ejercicio en términos de “identidad cultural”. Asimismo, se evidencia el desarrollo de una actividad turística más formalizada, tendiente hacia la profesionalización en la gestión integral y la comercialización (CORDISCO, 2013, p. 18)

Muitos pesquisadores associam a IG ao desenvolvimento territorial devido ao seu enraizamento sociocultural com os produtos e local de origem. Na visão de Cerdan (2009), a IG mostra-se importante ao valorizar as particularidades de diferentes produtos de diferentes regiões, valorizando territórios através da proteção de seus patrimônios e também da biodiversidade cultural das comunidades. “Cria um fator diferenciador para produto e território, que apresentam originalidade e características próprias. Assim, as indicações geográficas não diferenciam, portanto, somente os produtos ou serviços, mas os territórios. (CERDAN, 2009, p. 281).

Niederle (2011, p. 98) reforça também que “as IGs constituem uma noção genérica que faz sentido para diferentes contextos e atores sociais. De fato, sua fortaleza reside no modo flexível com que permite aos indivíduos e organizações mobilizarem os recursos materiais e simbólicos peculiares de cada território”.

É preciso ter clara esta noção, pois a obtenção da IG, por si só, não confere a sustentabilidade de um produto, ao contrário de uma rota turística bem articulada com suas potencialidades contribui para o ensejo de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da localidade. Dentro do turismo, a IG funciona como uma forma de valorização dos atrativos, com a comercialização de produtos com maior apelo cultural, diferenciação e segurança para o turista que vai consumir um produto com certificação, conhecimento sobre produção, envolvendo manejo sustentável, proteção de cultura e patrimônios locais, envolvimento com as comunidades locais, agricultura familiar etc.

5 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO PROTEÇÃO DO PRODUTO

Há uma longa trajetória histórica sobre o aparecimento de produtos com indicação geográfica no mundo. De acordo com o MAPA (2014), isso ocorreu de forma gradativa por produtores e consumidores, ao perceberem qualidades específicas de produtos que provinham de determinados lugares. Havia na origem desses produtos uma relação intrínseca envolvendo território, condições socioambientais, históricas, relação homem-natureza e herança de um saber-fazer cultural distinto.

Há registros de indicações geográficas citadas pela Bíblia, que mencionam na antiguidade o cedro do Líbano (REIS, V, 6; CÂNTICOS, III, 9) e os vinhos de En-Gedi (CÂNTICOS, I, 14), e mesmo na Roma e na Grécia Antiga, muitos produtos eram reconhecidos e diferenciados pela sua origem como o mármore de Paros, o bronze de Corinto, o mel da Sicília, as amêndoas de Naxos, os vinhos de Corinto, os tecidos de Mileto e Sídon, as espadas de Cálcis e as estatuetas feitas de terracota de Tânagra (COSTA; REUBENS, 2014).

Bruch e Dewes (2013) destacam que neste período muitos produtos de corporações ganhavam selos com nome da cidade ou da localidade, como forma de proteção contra falsificação, resguardar a reputação e demarcar sua origem. Mas foi só a partir do século XVIII que a certificação de uma IG ganhou dimensão internacional. A primeira intervenção estatal para proteção dos produtores, mercado e consumidores ocorreu em Portugal, em 1756, em virtude da queda das exportações do Vinho do Porto para Inglaterra, instituída pelo Marques de Pombal (MAPA, 2014).

A adoção de uma IG para um produto veio garantir não só o reconhecimento e valorização de sua região de origem, como de seu território, de características peculiares e fator de diferenciação entre

produtos de um mesmo segmento, atuando sobremaneira como forma de proteção de seus consumidores e benefícios comerciais. É por isso que, via de regra, é do interesse de produtores e agentes a organização para valorizar as características de sua região, dos produtos de sua terra, e a mobilização do direito de propriedade intelectual, para obtenção da IG.

O estado da arte tem definido a IG como o caminho para a valorização de produtos que assumem os patrimônios identitários de seus territórios e a cultura regional de produtos marcados por sua geografia e saber-fazer exclusivo. Como propriedade intelectual do tipo industrial, coletiva e exclusiva a produtores de determinado local, um dos seus benefícios é proteger seus consumidores, manter a cultura local, promover o turismo, a abertura do comércio, e o estímulo do agroturismo (MAIORKI e DALLABRIDA (2015).

A identidade geográfica assume desta forma, grande papel socioeconômico e cultural no cenário contemporâneo mundial do comércio. Em movimento contrário à produção em grande escala industrial, massiva e padronizada, a IG é uma certificação que, em sua essência, tem salvaguardado a sobrevivência dos produtos que envolvem tradição, patrimônio territorial e, sobretudo, as produções de ordem artesanal, difundidas geralmente dentro da agricultura familiar e nos pequenos arranjos produtivos, estimulando a autoestima de sua comunidade e evitando o movimento de migração para grandes centros.

Maiorki e Dallabrida (2015) fundamentam a discussão sobre o tema indicação geográfica em torno de questões essenciais como a concepção de território, identidade e desenvolvimento territorial. Há, dentro deste aspecto, uma semelhança sobre a visão aplicada às políticas públicas no turismo, como forma de fomentar os atrativos dentro de uma rota ou destino.

Reconhecendo a sua importância para o fortalecimento da agricultura e manutenção dos produtos do campo, o Ministério da Agricultura no Brasil tornou-se uma das instâncias de fomento de atividades e ações com suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG através da Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), Coordenação Geral de Qualidade (CGQ), Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e Produção Sustentável (DDCP), órgãos da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC).

Ainda no Brasil, a lei 9.279, de 14 de maio de 1996, define os direitos de propriedade industrial, e, especificamente, os artigos 176 a 182, regulamentam a IG. O registro dos produtos é realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que os classifica como Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

Bruch (2008, p. 10) ressalta que a IG é "mais que um instituto jurídico ou um objeto de *marketing*, é a indicação geográfica uma possibilidade de se garantir a sustentabilidade de uma determinada região, sem que isso implique sua transformação em um pólo industrial ou uma região de monocultura".

O Brasil tem uma posição insignificante na aquisição de IGs, se comparado a qualquer país da Europa. Apesar disso, na última década, o número de registros de IGs concedidos pelo INPI chama atenção de pesquisadores pelo crescimento expressivo. Vale lembrar que a lei que criou as IGs é de 1996, mas só após seis anos foi reconhecida a primeira IG brasileira, a do Vale dos Vinhedos, em 2002.

Até o ano de 2010, somente mais cinco IGs haviam sido certificadas, revelando a morosidade e a burocracia do processo para o reconhecimento de produtos tradicionais, em sua maioria de base agroalimentar mapeados em APLs e na base da agricultura familiar. Entre 2011 e 2012, no entanto, esse número saltou para mais 18, e hoje, já são 55 IGs espalhadas por

várias regiões do país, 45 delas por IP e 10 por DO. Vale ressaltar que os Estados que mais obtiveram IGs reconhecidas desde o início da lei foram o Rio Grande do Sul (arroz, vinhos, carne, couro, doces) e Minas Gerais (cafés, biscoito, peças de estanho, cachaça, queijos da Canastra e do Serro, própolis verde), dez e nove registros, respectivamente, com base em informações disponíveis no portal do INPI.

As regiões Norte e Centro-Oeste do país, apesar do grande potencial, da riqueza e diversidade histórica e biocultural, são as que menos têm IGs reconhecidas, seguida do Nordeste que começa a reverter o quadro, em busca de estratégias de cooperação para identificar produtos com potencial de IG. Em relação aos novos depósitos para requerer o reconhecimento de IG, o estado que mais avançou foi o Paraná com oito pedidos, segundo dados do INPI. A tabela 1 revela a distribuição de IGs pelas cinco regiões do país.

Tabela 1: IGs reconhecidas nas regiões brasileiras - 2017

IG pelas Regiões do País	Indicação de Procedência	Denominação de Origem
Norte	2	
Nordeste	10	3
Centro-Oeste	5	
Sudeste	15	5
Sul	13	2
Total	45	10

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INPI (2017).

As matérias informativas postadas no site do INPI destacam que há um esforço para divulgar cada vez mais as atribuições do instituto e a importância da propriedade intelectual. No dia 10 de março de 2016, o INPI, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria

e Comércio Exterior (MDIC), firmou um acordo de cooperação técnica com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), válido por três anos, até 2019. O objetivo é ampliar o acesso à proteção de patentes e ao registro de marcas e de indicações geográficas para tornar os pequenos negócios mais competitivos e inovadores, estimulando o desenvolvimento de tecnologias e o uso das informações tecnológicas contidas em patentes (INPI, 2016).

A crescente procura e interesse pela IG é uma realidade que tende a ser consolidada devido às novas necessidades de consumo (segurança, qualidade, origem e sustentabilidade). A maior parte das IGs concedidas no Brasil são direcionadas para alimentos e bebidas, e o grande desafio é inserir procedimentos técnicos e normas, sem que descaracterize o sistema de produção e reverta-se em melhoria a longo prazo para os produtores. Por isso, a necessidade da orientação dos estudos de antropologia, sociologia, entre outras disciplinas, bem como a união com instituições de pesquisa, universidades para o acompanhamento do processo de construção da IG.

Reconhecidamente, a indicação geográfica atua na indução do comércio dos produtos tradicionais à medida que permite o acesso entre mercados interno e externo, pois, normalmente os produtos que obtém o registro passam por uma reavaliação técnica para o aperfeiçoamento dos métodos de produção e sustentabilidade dos recursos utilizados. Em suma, ela garante não só uma maior confiança do consumidor (turistas), que sabe que está levando produtos com identidade e indicativos de seu terroir, como se reverte em benefícios sociais e culturais para produtores de regiões desfavorecidas com a geração de renda e maior valor agregado.

Um caso bastante emblemático no mundo, de acordo com Cerdan et al. (2014) é o da região de Champagne, na França, que antes era considerada

uma região carente, mas a dinâmica da IG associada ao planejamento e fortalecimento da governança local, transformou sua realidade de forma muito positiva. A partir de suas particularidades, produção de uva, solo e método "champenoise", seu produto não só elevou o nome da região, como também a sua economia, abrindo espaço para outros segmentos como turismo e gastronomia.

Isso ocorreu também no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, e mais tarde com a uva Goethe, em Santa Catarina, mas, apesar de todos os ganhos comprovados das IGs, a maioria dos planos de ação para fomentar o desenvolvimento de certificação ainda é escasso, com grande necessidade de uma visão sistêmica e interdisciplinar a respeito do tema. Niederle (2011) afirma que a construção de uma IG é uma inovação que ocorre em um contexto interativo, devendo envolver o esforço de apoio técnico, institucional e a participação direta da comunidade.

> Isso significa que, ao invés do foco no empreendedor individual, a formação deste mecanismo exige uma abordagem em termos de redes sociais ou sociotécnicas. Em ambos os casos, a análise volta-se para as ligações entre distintos atores, a circulação de recursos, os processos de tradução e o modo como este tipo de estrutura favorece a inovação (NIEDERLE, 2011, p. 101)

Em Sergipe, há somente um produto com indicação geográfica, que é a renda irlandesa de Divina Pastora, renda de agulha em lacê, com titularidade da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora (ASDEREN), que recebeu certificação em 26 de dezembro de 2012. Foi a primeira renda do país a receber certificação, envolvendo o longo processo de estudos e mobilização

de políticas públicas para sua obtenção desde 2008, quando recebeu o registro de patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN. O próprio trabalho do instituto do patrimônio facilitou o caminho para o reconhecimento da IG, que também teve o apoio do Sebrae, que na oportunidade fez um mapeamento de outros produtos com potencial de IG em Sergipe.

Dias (2016) destaca que as IGs são responsáveis pelo desenvolvimento da maior parte do território europeu, através do reconhecimento do capital social e econômico dos produtos endógenos. No Brasil, esse instituto carece de maior percepção e acúmulo de pesquisas, sobretudo em torno de casos particulares para avaliação dos seus reflexos positivos e impactos na comunidade. Para o autor:

> É de fundamental importância enriquecer o debate das indicações geográficas em razão da biodiversidade produtiva e da democratização econômica que proporciona, superando o modelo predominante da agricultura tradicional, baseado no mercado de *commodities agrícolas.* Vale ressaltar que o instituto jurídico econômico das indicações geográficas se coaduna com as políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e sociais do país (art. 170, VII da CRFB). (DIAS, 2016, p. 179).

O MAPA (2014) vê a IG como uma ferramenta de desenvolvimento regional e territorial, e suas vantagens estão relacionadas com a capacidade de transformação de pequenas comunidades e inclusão social e econômica. Suas principais vantagens estão associadas à proteção do produto, preservação do patrimônio, bem como acesso à novos mercados e maior confiança dos consumidores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo enquanto fenômeno transformador da sociedade tem capacidade de mobilizar a economia, dinamizar a rede de informações e de transportes, incentivar o deslocamento de pessoas, e ampliar oferta de produção direta e indireta. Está implícito que o aumento do fluxo de turistas reflete numa maior movimentação dos produtores do turismo, do incremento do consumo dos produtos locais, artesanato, e na busca por produtos tradicionais, que carregam identidade territorial.

Pensar o planejamento turístico a partir dos territórios, por meio da comunicação em rede, observando o processo de construção social participativa torna-se o caminho para o fortalecimento de identidades culturais e do capital social. Ordenar as políticas públicas para o bom funcionamento dos territórios turísticos através da valorização dos arranjos produtivos locais, comprovadamente pode gerar estratégias e vantagens competitivas para os produtos e serviços locais, incentivando habilidades e capacidades dos atores sociais. O estímulo de uma comunidade nas decisões participativas na governança local colabora para fortalecimento do planejamento regional do turismo.

A identificação de produtos com potencial de IG associados às perspectivas do turismo poderá servir ainda como subsídio para reforçar a importância socioeconômica e cultural da certificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial para os produtos tradicionais. Como resultado, pretende-se gerar um novo olhar a respeito dos produtos tradicionais, aprendizagem, quebra de paradigmas, e novas estratégias e subsídios para a comunidade aperfeiçoar seus produtos dentro das rotas turísticas com potencial para valorizar a gastronomia e produtos artesanais.

A proposta de indicação geográfica para produtos com apelo identidade cultural pode se tornar uma estratégica dinâmica para a valorização, preservação e desenvolvimento comercial sustentável de muitas comunidades rurais, que tem como base a agricultura familiar e os arranjos produtivos locais. Normalmente esses produtos envolvem notoriedade, reconhecimento popular - adquirido pela tradição -, e singularidade, como diferenciais do produto efetivamente enraizados na cultura local, além da ligação com a própria geografia e territorialidade.

REFERÊNCIAS

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R.. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, v. 14, n. 3, 2009, p. 35 a 70.

BOULLÓN, R. C.. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo**: diretrizes e metas e programas 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo (MTUR), 2003.

BRUCH, K. L.. **Indicações geográficas para o Brasil**: problemas e perspectivas. Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

BRUCH, K. L.; DEWES, H.. A relação entre os signos e o vinho na história. **Revista Jurídica do Cesuca**, v. 1, n. 1, p. 151-173, 2013.

CAPRA, F.. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

CERDAN, C. M. et al.. Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: PIMENTEL, Luiz O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: módulo II, indicação geográfica. Florianópolis: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/FUNJAB, 2014, v. 4, p. 32-58.

CERDAN, C.. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & sociedade**, v. 8, n. 14, p. 277-300, 2009.

CORDISCO, M. et al. Cultura, identidad y territorio: reflexiones para el desarrollo de una estrategia de diferenciación del servicio agroturístico en emprendimientos de un Grupo de Cambio Rural (INTA) del partido de Coronel Suárez (Buenos Aires). **Mundo Agrário**, v. 14, n. 27, 2013.

COSTA, C.; REUBENS, E.. As Indicações Geográficas (IGs) como elementos fortalecedores para a atividade turística. **Revista Turismo: estudos e práticas**, v. 3, n. 1, 2014.

DIAS, J. C. V.. **Propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação**: conflitos e perspectivas. Gramma, 2016.

FLORES, M.. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. Março, 2006, p. 3-47.

FONTOURA, L. M.; ANDRADE, S. de A.. Turismo e geografia: O Planejamento Territorial do Turismo. **Anais...** II Fórum Internacional de Turismo Do Iguaçu, junho de 2008. Foz do Iguaçu – Paraná

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, dezembro 2009.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, Heberton F. Inocêncio. Novas identidades, novos territórios: Mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Revista Extensão Rural**, v. 14, p. 65-90, 2007.

INPI. **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Modificado pelo CGCOM em 30 de março de 2017. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil Acesso: 30 de março 2017.

INPI. Pequenos negócios terão incentivo para proteger patentes, marcas e IGs. 11 de março de 2016. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/noticias/pequenos-negocios-terao-orientacao-e-incentivo-para-proteger-patentes-marcas-e-indicacoes-geograficas. Acesso em: 10 de fev. 2017.

INSKEEP, E.. Environmental planning for tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 14, n. 1, p. 118-135, 1987.

MAIOR, A. P. S.; COSTA, H. A.. Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 1, n. 1, 2008 p. 1ª-a.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R.. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

MARTINS, L. M.. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.

Anais da Reunião anual da ANPED, v. 29, p. 1-17, 2006.

NIEDERLE, P.. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

PANASSO NETTO, A.; LOHMANN, G.. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2012.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014.

PORTAL BRASIL. **Produtos com registro de identificação geográfica se destacam no setor agropecuário**, 2014. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2012/01/produtos-com-registro-de-identificacao-geografica-se-destacam-no-setor-gropecuario":://http://www.brasil.gov.br/governo/2012/01/produtos-com-registro-de-identificacao-geografica-se-destacam-no-setor-agrop Acesso em: 15 de maio 2016.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia de Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A.; DA SILVA, S. S.. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2011.

SEBRAE/SP. 1. Entendendo o Atrativo Turístico. **Cadernos de Atrativos Turísticos**. São Paulo: SEBRAE, 2016. 1 a 168. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatrativosturisticoscompleto.16.pdf.pdf. Acesso em: 22 abr 2017.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Empresa Sergipana de Turismo. **Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil no Estado de Sergipe – Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.

UWE, F.. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VEAL, A. J.. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

CAPÍTULO 6

FERRAMENTAS INTERPRETATIVAS PARA NOVAS PERSPECTIVAS DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA - SE

(...)
Sejamos simples e calmos,
Como os regatos e as árvores,
E Deus amar-nos-á fazendo de nós
Belos como as árvores e os regatos.
(...).

(Fernando Pessoa, O Guardador de Rebanhos - VI - 1911 - 1912)

Emanuella Santos de Carvalho
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

O ambiente natural tem se apresentado como uma das principais matérias-primas para a criação de unidades de conservação (UC) e desenvolvimento da atividade turística. Em Sergipe, um espaço importante para conservação da biodiversidade que permite visitação é o Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), inserido no Polo das Serras Sergipanas e na rota do turismo do Estado, atraindo visitantes motivados principalmente por lazer.

O PARNASI teve seu Plano de Manejo[2] (PM) publicado em junho de 2016, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e está estruturado em diagnóstico, com caracterização da área e levantamento da visitação, e planejamento, com visão de futuro, estratégias de ação, zoneamento e normas gerais de uso e administração do parque.

Os parques nacionais geralmente possuem potencial para visitação, fazendo-se necessário, entretanto, planejamento turístico para a abertura de trilhas e intervenções para facilitar o acesso e as condições do trajeto, além de instalações para garantir a segurança dos visitantes, meios interpretativos e sinalização, com construções simples e de fácil manutenção, aproveitando materiais do próprio ambiente, com a finalidade de causar o mínimo impacto ambiental e visual (ANDRADE, 2003; ANDRADE; ROCHA, 2008).

2 Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>.

Dos segmentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo (MTur), as práticas relacionadas ao Ecoturismo são mais diretamente ligadas à natureza, e seus princípios norteadores são compatíveis com os objetivos das UC. Essas práticas seguem a tendência mundial de valorização da natureza, utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivo a sua preservação e busca da formação de sensibilidade ambiental, através de atividades de interpretação do ambiente, promovendo ainda o bem-estar das populações (BRASIL, 2010c).

O presente capítulo foi motivado pela reconhecida importância do PARNASI, que resguarda legalmente patrimônios naturais, e pelo histórico de visitação por pessoas que buscam lazer em contato com a natureza, especialmente na Área do Poço das Moças, que é uma das cinco áreas agrupadas de acordo com a caracterização do uso público e pela aproximação entre os atrativos.

Entretanto, os visitantes adotam comumente práticas que provocam impactos significativos com alargamento de trilhas, abertura de novas trilhas, inscrição em rochas e troncos de árvores, descarte inadequado de resíduos sólidos produzidos durante as visitas, dentre outras práticas identificadas no Plano de Manejo e nas atividades de campo.

Nessa direção, esta pesquisa tem como objetivo discutir a importância da implantação de ferramentas interpretativas para melhorar a experiência dos visitantes e preservação do PARNASI, atendendo aos princípios do modelo de gestão do Ecoturismo para a Área do Poço das Moças do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe.

Os resultados obtidos poderão subsidiar a continuação de pesquisas relacionadas ao tema visando alcançar estratégias de ordenamento da visitação na Área do Poço das Moças, contidas

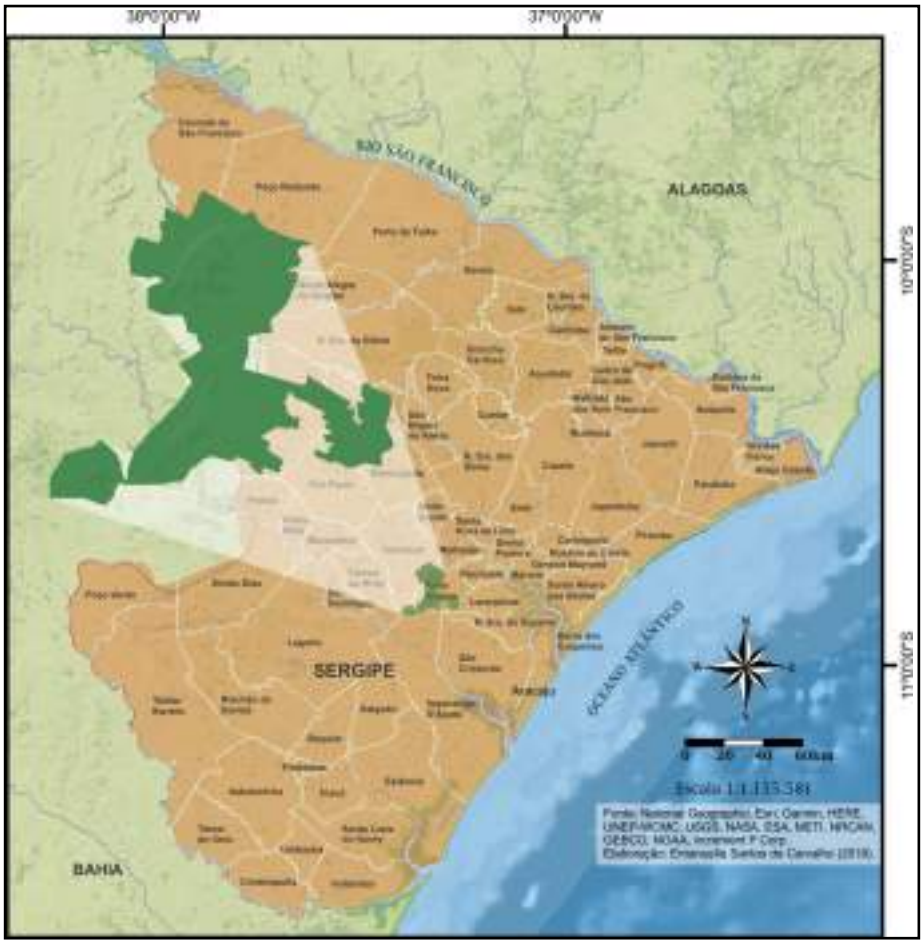
no Programa de Operacionalização que reconhece a importância da visitação, compreendida como ferramenta para promover a sensibilização dos visitantes, que poderão estender à sociedade o conhecimento adquirido através das informações a respeito da geobiodiversidade local, transmitidas por condutores/guias de turismo e por elementos interpretativos nas trilhas, contribuindo assim para a mudança de comportamento quanto à necessidade de proteção da natureza, viabilizando a minimização dos impactos negativos e proporcionando experiências positivas.

2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O PARNA Serra de Itabaiana (Figura 1) é a única UC no Estado Sergipe nesta categoria e foi o 56º parque nacional criado no Brasil, com uma área aproximada de 7.966ha, correspondendo a 0,36% do Estado (BRASIL, 2005; BRASIL, 2008b).

Figura 1: Localização do Parque Nacional Serra de Itabaiana



Elaboração: Emanuella Santos de Carvalho, 2018.

O PARNASI está inserido no Polo Turístico das Serras Sergipanas, abrangendo terras de municípios pertencentes às Mesorregiões Geográficas de Agreste Sergipano e Leste Sergipano, que são: Areia Branca (76,28%), Itabaiana (18,95%), Laranjeiras (2,67%), Campo do Brito (1,64%), Itaporanga D'Ajuda (0,46%) e Malhador, que foi inserido

por estar situado nos limites da UC. Distante aproximadamente 38km da capital, Aracaju, localiza-se entre as coordenadas geográficas 10°42’36” e 10°50’16” sul, 37°16’42” e 37°25’14” oeste, com acesso à Sede pela BR-235, Km 37, pelo município de Areia Branca (BRASIL, 2005; BRASIL, 2008b; BRASIL, 2016a).

O Parque Nacional Serra de Itabaiana foi criado pelo Decreto s/nº, de 15 de junho de 2005, com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais ali existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico, previstos no SNUC, abrangendo uma área caracterizada como zona de transição dos Biomas Mata Atlântica e Caatinga, com peculiaridades que ampliam sua importância para conservação (BRASIL, 2005; BRASIL, 2016a).

Dentre as atividades desenvolvidas no PARNASI, há o atendimento monitorado na Serra de Itabaiana a grupos de estudantes para realização de práticas educativas e sensibilização ambiental, com registro de atendimento de aproximadamente 8.000 estudantes, no ano 2009, e quase 30.000 visitantes para lazer na Área do Poço das Moças, conforme livro de registro da portaria principal de acesso. Vale ressaltar que tais cifras não representam a realidade, devido à existência de acessos não oficiais, resultando em visitação desordenada, e à redução acentuada de visitantes devido ao índice de assaltos realizados no interior do parque, que já foi um dos destinos sergipanos mais procurados para atividades de lazer (BRASIL, 2016a).

Em estudo realizado sobre perfil dos visitantes do PARNASI, Oliveira (2008a) identificou que a maioria dos entrevistados eram moradores de Itabaiana e Aracaju, representando um percentual de 69%; quanto à faixa etária, havia o predomínio do público jovem, com idades entre 20 e 29 anos; a maior parte com grau de escolaridade de primeiro

grau incompleto, atual ensino fundamental; a frequência de visitação de quase metade dos visitantes era de 1 a 9 vezes ao ano; e a maioria realizava as visitas na companhia de amigos.

Além das atividades diretamente ligadas à visitação, o parque realiza proteção por meio de fiscalização, prevenção, combate e controle de incêndios; bem como, inicitivas para inibir as atividades ilegais, como desmatamento, caça, extração mineral e urbanização; permite também pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento; consolidação territorial com a orientação em processos de regularização fundiária; integração externa com ações visando à criação do Conselho Consultivo da unidade, participação em eventos; dentre outras atividades (BRASIL, 2016a).

A área onde o PARNASI está inserido possui solos rasos nas regiões de escarpa e topo das serras, entretanto, nas partes baixas, a pedologia é caracterizada por solos profundos e lixiviados. Quanto à geomorfologia, está localizado na zona de transição entre os domínios morfoclimáticos dos mares de morros e das depressões interplanálticas do semiárido do Nordeste, apresentando como principal feição de relevo as serras residuais, correspondendo a 75,15% da sua área, com altitude variando entre 60 e 659m. Apresenta uma hidrografia rica em nascentes, e está localizado entre as Bacias dos Rios Sergipe e Vaza-Barris, compostas por importantes rios e riachos que abastecem parcialmente os municípios de Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju (BRASIL, 2016a).

A Mata Atlântica do PARNASI, de acordo com Carvalho; Vilar (2005) e Dantas; Ribeiro (2010) apresenta diferentes aspectos paisagísticos definidos pela sua proximidade com o semiárido, constituindo uma zona de transição com feições de cerrado, campos rupestres e mata de restinga, com uma enorme riqueza de espécies vegetais.

O PARNASI também possui diversidade de fauna, estando muitas espécies ameaçadas de extinção a nível local, nacional e/ou mundial, reforçando a importância da UC para resguardar espécies de interesse para a conservação. Além das riquezas bióticas, abióticas e paisagísticas que o parque abriga, justificando sua preservação, a Serra de Itabaiana compõe a História de Sergipe pelas buscas das minas de prata, lendas e mitos que permeiam o imaginário popular, compondo a identidade e a religiosidade que domina a cultura da região agreste (BRASIL, 2016a).

O parque conta com infraestrutura básica para administração da unidade e atendimento a visitantes: portaria de acesso pela BR-235; base de apoio à Brigada contra Incêndios, anexo à portaria; escritório administrativo; centro de visitantes, que não apresenta boas condições; banheiros sem adaptação para pessoas com deficiência; e área utilizada como estacionamento para visitantes, sem sinalização e ordenamento do espaço, por onde se tem acesso às trilhas. O quadro de funcionários é bastante reduzido, constando à época da entrevista, um chefe, três analistas e uma estagiária, dificultando as ações de fiscalização das atividades conflitivas dentro da UC e de monitoria dos visitantes.

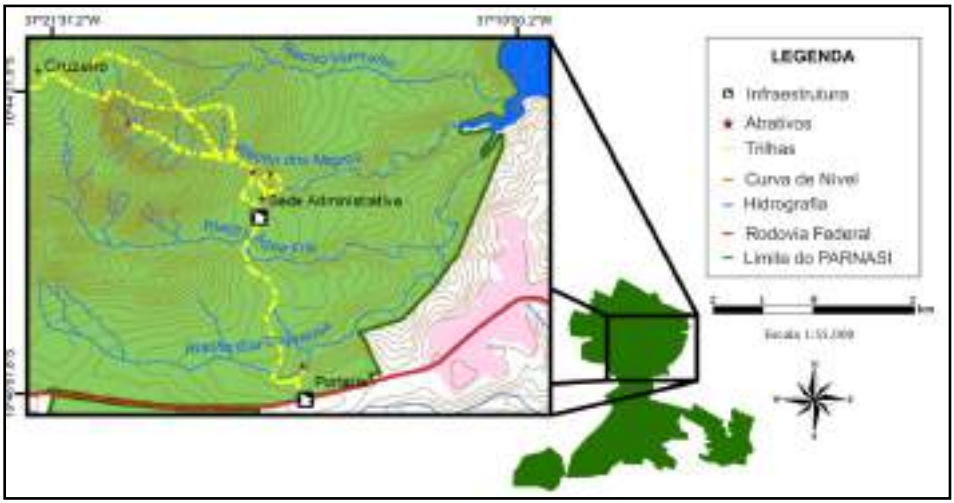
A Área do Poço das Moças[3] (Figura 2), objeto desse estudo, está inserida em grande parte nas zonas primitivas e de uso intensivo[4], cujo

3 Área definida no Plano de Manejo, mediante caracterização do uso público, agrupando atrativos de acordo com a consolidação do uso e ocupação do solo, acesso e aproximação entre eles, gerando a identificação de cinco subespaços territoriais: Poço das Moças, Riacho das Pedras, Mata do Encantado, Serra Comprida e Topo da Serra de Itabaiana (BRASIL, 2016a).

4 O zoneamento é estabelecido para fins de manejo, no qual são definidas as seguintes áreas: Zona Primitiva - corresponde à zona caracterizada pela pequena ou mínima intervenção humana e seu objetivo de manejo é preservar o ambiente natural, permitindo atividades de pesquisa científica, educação ambiental e recreação; e Zona de Uso Intensivo - composta por áreas naturais cujo objetivo de manejo é facilitar a recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio, permitindo construção de equipamentos para atender aos visitantes, mantendo o máximo possível as características naturais (IBAMA, 2002).

acesso principal se dá pela estrada de 2.400m, que se inicia na portaria do parque, conduzindo aos seguintes atrativos: Poço das Moças; Gruta da Serra; Cachoeira Véu de Noiva; Buraco da Velha (também conhecido como Salão dos Negros); Trilha da Via Sacra; Riacho dos Negros; Queda d'água Piçarreiras, Riachos Coqueiro, Água Fria e outros poços com potencial para banho (BRASIL, 2016a).

Figura 2: Área do Poço das Moças, Parque Nacional Serra de Itabaiana



Fonte: Brasil (2016a).
Adaptação: Emanuella Santos de Carvalho, 2018.

Embora tenham sido identificadas outras quatro áreas, de acordo com a caracterização do uso público e pela aproximação entre os atrativos, a Área do Poço das Moças concentra maior número de atrativos conhecidos, apresenta maior histórico de visitação e está localizada mais próxima à Sede Administrativa, servindo como ponto de apoio para as atividades.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho adotou como metodologias a pesquisa descritiva exploratória das fontes secundárias, a observação dos fenômenos sociais e pesquisas quali-quantitativa. A pesquisa exploratória se refere à coleta de dados levantados anteriormente, com o desígnio de obter, analisar e selecionar informações que foram complementadas pelos dados da pesquisa de campo. A observação dos fenômenos sociais implicou a participação dos pesquisadores no universo de ocorrência desses fenômenos, compreendendo uma metodologia do tipo qualitativo (DENCKER, 2001).

Para melhor compreensão do turismo na Serra de Itabaiana, foi realizado estudo do perfil de visitantes a partir de levantamento do livro de registros de 2017, bem como, análise da percepção dos visitantes com relação ao turismo, entrevista semiestruturada com chefia do PARNASI realizada em 05 de março de 2018 e visita de campo para checar dados coletados.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ECOTURISMO NO BRASIL

Na discussão ambiental a riqueza terminológica é muito grande. Numa leitura a partir da base legal é possível afirmar que meio ambiente corresponde ao conjuntos de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), primeira lei ambiental de âmbito federal, instituída sob o nº 6.938/1981, com os objetivos de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental favorável à vida, de modo a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e

à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

A relação antrópica com a natureza faz parte da história humana, a princípio apropriando-se para subsistência, gerando com o passar do tempo uma exploração cada vez maior, concomitante ao avanço das civilizações, do capitalismo e das tecnologias, acompanhada de um gradativo despertar para a preocupação com as questões ambientais, principalmente a partir da década de 1970.

Posterior à PNMA, a Constituição Federal do Brasil de 1988 apresenta orientações quanto ao usufruto e preservação do meio ambiente, dispondo no título VII (da Ordem Social), capítulo VI (do Meio Ambiente), no caput do artigo 225 a seguinte afirmação: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988).

Na perspectiva de alcançar os objetivos da PNMA no tocante à conservação, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, em 18 de julho de 2000, constituindo um conjunto de 12 categorias de UC, que se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos, podendo ser em âmbito federal, estadual ou municipal. Dentre os objetivos do SNUC, vale destacar: garantir a preservação da biodiversidade; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; proteger as comunidades tradicionais, além de regulamentar a participação da sociedade na gestão das UC e potencializar a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente (BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2016b).

Para melhor provisão das ações na Política Nacional para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, foi criado em

28 agosto de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), regulamentado pela Lei nº 11.516/2007, que corresponde a uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que passa a assumir a gestão das unidades de conservação federais (BRASIL, 2007).

As unidades de conservação são espaços territoriais com recursos ambientais relevantes e limites bem definidos, instituídos para fins de conservação, administrados em regime especial, aplicando-se garantias adequadas de proteção para cada categoria. De acordo com seus objetivos específicos, as UC foram divididas em dois grupos: Unidade de Proteção Integral, com o objetivo de preservar a natureza, admitindo uso indireto dos seus recursos naturais; e Unidade de Uso Sustentável, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza permitindo o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Cada grupo foi ainda subdividido em categorias de manejo de acordo com suas finalidades específicas, sendo de proteção integral as seguintes: Estação Ecológica; Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONA); e Refúgio de Vida Silvestre. As categorias do grupo de manejo de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2016b).

Destas categorias de manejo, parque nacional é a mais adequada para visitação, porque corresponde a áreas geográficas extensas e bem delimitadas, dotadas de atributos naturais essenciais para manutenção da vida, além de possuir como objetivos a preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental,

recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 1979; BRASIL, 2016b).

A primeira área protegida em território brasileiro, com administração federal, foi o Parque Nacional de Itatiaia, institucionalizado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, sob o Decreto nº 1.713, em 14 de junho de 1937, situado na Serra da Mantiqueira, abrangendo os municípios de Itatiaia e Resende, no Estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, no Estado de Minas Gerais (ICMBIO, 2017; BRASIL, 1937).

Em Sergipe existem vinte e três UC, das quais somente uma corresponde à categoria de parque nacional, o PARNA Serra de Itabaiana, criado pelo Decreto s/nº, de 15 de junho de 2005, abrangendo terras de municípios pertencentes às Mesorregiões Geográficas de Agreste Sergipano e Leste Sergipano. Ademais, apresenta Plano de Manejo (PM), publicado em junho de 2016 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e está institucionalizado seu Conselho Consultivo[5], criado pela Portaria nº 566, de 1º de setembro de 2017, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil (ICMBIO, 2018c).

A relação do turismo com o ambiente natural vem de longa data e é bastanete evidente, uma vez que se manifesta apropriação da natureza como uma das matérias-primas para o seu desenvolvimento, o que torna fundamental a orientação das atividades turísticas de acordo com os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e

5 Conselho consultivo é uma instância colegiada que tem a função de tratar de temas afetos à unidade de conservação, subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da unidade, no que couber. (ICMBIO. Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014). Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf>.

político-institucional, divergindo do turismo de massa, mais convencional (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2007).

Neste viés, o Ecoturismo vem ganhando destaque, uma vez que, segundo Fennell (2002), seu crescimento é consequência da insatisfação com as formas convencionais de turismo que muitas vezes ignoram os elementos sociais e ecológicos, detendo-se no lucro dos seus produtos turísticos, sem considerar os princípios da conservação do meio ambiente.

O Ecoturismo é uma forma de turismo que se baseia na experiência com os recursos naturais, proporcionando aprendizado sobre a natureza, com gestão de baixo impacto, de forma a contribuir para a conservação e preservação de espaços naturais e garantir benefícios para a localidade, revelando que práticas deste segmento turístico devem estar assentadas sobre o tripé que compreende a interpretação, conservação e sustentabilidade (FENNELL, 2002; BRASIL, 2008a).

Contudo, para sua viabilização, é necessário planejamento a partir de inventário e análise da potencialidade de atratividade dos recursos naturais, estruturação do destino com equipamentos, serviços básicos e de apoio ao turismo, com a participação da comunidade no processo, proporcionando o atendimento das necessidades locais e dos turistas (BRASIL, 2008a).

Com o desenvolvimento do Ecoturismo, apesar da fragilidade dos ecossistemas e das alterações antrópicas que estes ambientes podem sofrer, há o empenho em proporcionar significativos benefícios, tais como: diversificação da economia regional; geração local de empregos; fixação da população no interior; melhoramento das infraestruturas de transporte, comunicação e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as unidades de conservação; diminuição do impacto

sobre o patrimônio natural e cultural e sobre o aspecto estético-paisagístico; e melhoria nos equipamentos das áreas protegidas, aspectos positivos que tornam possível desenvolver a atividade de forma harmônica (BRASIL, 1994).

As práticas, os serviços e os produtos relacionados ao Ecoturismo devem ocorrer em harmonia com os princípios da sustentabilidade, atentando também para o porte das instalações, estilo arquitetônico e materiais utilizados, técnicas e procedimentos adotados, e para o mínimo de impacto negativo dos meios e vias de transporte. As atividades comumente associadas ao Ecoturismo são: observação de fauna, flora, formações geológicas e demais atrativos naturais, e contemplação, abrangendo as práticas de caminhadas, mergulho, safáris fotográficos, trilhas interpretativas e uma série de outras atividades (BRASIL, 2008a).

Aliada às práticas de observação, contemplação e interpretação da natureza, têm-se a Educação Ambiental, compreendida como um processo de aprendizagem permanente que extrapola os limites do campo formal, viabilizando a transformação do homem e da sociedade, através da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, estimulando a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, configurando-se como uma ferramenta para a preservação e conservação da natureza, um bem de uso comum, essencial à qualidade de vida saudável e à sua sustentabilidade (BRASIL, 1999; BRASIL, 2008a).

No Ecoturismo, a interpretação é a arte de explicar o significado do atrativo natural ou do produto turístico, associando o ecossistema à dinâmica sociocultural do entorno, seguindo alguns princípios, como por exemplo: direcionamento do visitante para conscientização

das características do ecossistema vivenciado; encorajamento para explorar o ambiente interpretado através dos sentidos; estabelecimento de uma conexão entre os dados técnicos da fauna, flora e ocupação do território local com causos e lendas; estímulo à troca de conhecimentos dos saberes e dos fazeres da comunidade local; viabilização da interpretação para todos os públicos; destaque da diversidade ambiental e suas relações socioculturais com o entorno (BRASIL, 2008a).

Considerando que ambientes naturais, a exemplo dos parques nacionais, são locais ideais para implementação de projetos de interpretação e Educação Ambiental, capazes de proporcionar ampliação de conhecimento e contato direto com a natureza, é necessário que se faça planejamento utilizando instrumentos consistentes e adequados ao local, como a elaboração de projetos, planos e programas com linguagem acessível, por equipe multidisciplinar, envolvendo a comunidade local na preparação dos instrumentos interpretativos (BRASIL, 2006a; MOREIRA, 2014).

4 TRILHAS INTERPRETATIVAS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO

A principal função das trilhas sempre foi viabilizar o deslocamento, mas ao longo do tempo se tornou um novo meio de contato com a natureza, oportunizando aos visitantes desfrutar e se familiarizar com o meio natural, com maior conforto, segurança e satisfação, de forma que as necessidades de lazer sejam supridas sem causar instabilidade no ambiente visitado (ANDRADE, 2003; ANDRADE; ROCHA, 2008).

Para o uso público de visitação, as trilhas consistem em um

conjunto de percursos com função educativa e vivencial, autoguiadas ou guiadas por condutores ou guias capacitados, implicando conhecimento biótico, abiótico, histórico e cultural da região, podendo conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitação, de acordo com o tipo e grau de dificuldade (BRASIL, 2008a).

Os percursos podem ser caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, devendo possuir facilidades, infraestrutura e instrumentos de apoio para atividades e, quando bem construídas e manejadas adequadamente, proteger o ambiente e minimizar os impactos causados pelo uso humano (ANDRADE, 2003; PAGANI, 1996).

As trilhas estão intimamente relacionadas ao Ecoturismo, podendo ser usadas para chegar a um atrativo turístico ou um dos principais atrativos de uma localidade, fazendo-se necessária a identificação de locais de maior potencial de atratividade em função das informações disponíveis no ambiente e dos recursos cênicos, ampliando a satisfação e interesse dos visitantes nos momentos de interatividade (BRASIL, 2008a; JANÉR; MOURÃO, 2003).

Os parques nacionais geralmente possuem potencial para a implantação de trilhas, mas necessitam de adequação e melhoria das já existentes a partir de propostas de reestruturação ecoturística. A abertura de novas trilhas deve contar com um planejamento territorial, tornando possível o acesso a diversos tipos de públicos para a realização de diferentes atividades sem provocar sobrecarga do ambiente nem conflito entre visitantes, devido aos vários objetivos possíveis (ANDRADE; ROCHA, 2008).

O planejamento de trilhas deve considerar os objetivos da UC, a variação climática, as características bióticas, geológicas, geomorfológicas, topográficas, hidrográficas, históricas, culturais e

sociais da área, as informações técnicas disponíveis e a probabilidade de volume de uso futuro, para definir o traçado de forma que proporcione melhor experiência ao visitante (ANDRADE, 2003; LECHNER, 2006; SALVATI, 2003).

A partir da definição do traçado ou forma da trilha, é realizado o seu levantamento, o cálculo da metragem por trechos, sua duração, sentido de direção e declividade, sempre orientados a minimizar os possíveis impactos que a visitação causará ao ambiente onde as trilhas estão ou serão implantadas (ANDRADE, 2003).

Assim como o planejamento das trilhas e seu manejo adequado são importantes, a classificação das trilhas se mostra indispensável. Embora não haja consenso quanto aos critérios adotados, a classificação das trilhas deve ser transmitida de forma padronizada e sistematizada, facilitando o acesso às informações, permitindo comparações e consequente escolha por parte do visitante.

Para Andrade (2003) e Andrade; Rocha (2008), as trilhas podem ser classificadas de acordo com a função (para serviços administrativos, atividades de fiscalização e patrulhamento ou pelo público visitante), a forma (trilha circular, em forma de oito ou trilha em atalho) e o grau de dificuldade (classificação subjetiva que varia de acordo com o condicionamento físico de cada pessoa e peso da bagagem carregada, com classificação distinta para trilhas guiadas e autoguiadas).

As propostas para classificação de trilhas apresentam diferentes concepções e graus de detalhamento, mas convergem na preocupação com o grau de dificuldade e riscos que podem oferecer aos visitantes, mostrando a importância dessas informações estarem disponíveis para que cada tipo de público possa escolher o trajeto a percorrer.

Recomenda-se ainda a criação de base cartográfica com imagens

de satélites e mapas existentes em banco de dados georreferenciados e efetuar confirmações de campo obtendo as coordenadas geográficas com uso de receptor GPS para mapeamento das trilhas, dos pontos de interesse e dos pontos com ou para edificações (AGUIAR et al., 2002; SALVATI, 2003).

As obras e intervenções realizadas nas trilhas, de acordo com Andrade (2003), devem ser construções simples e de fácil manutenção para evitar o seu desgaste precoce, resumindo-se basicamente à implantação ou adequação da orientação de drenagem, sobreposição de corpos d'água e contenção de erosão, podendo necessitar também da construção de corrimões, escadas e guarda-corpos[6] com a finalidade de garantir a segurança do visitante, e passarelas, quiosques e mirantes com meios interpretativos, bem como, sinalização, que deve ser sistemática, compreensível e à prova de vandalismo.

Para Andrade e Rocha (2008), também podem ser realizadas intervenções para regularização ou pavimentação do terreno, eliminando ou reduzindo as irregularidades que causam desconforto e insegurança nas trilhas, com uso do próprio material que compõe o terreno, para regularização, e areia, madeira ou concreto para pavimentação.

Desta forma, além de proporcionar uma experiência positiva para os visitantes em atividades que aliam trilhas, contato com a natureza e ferramentas interpretativas, o ambiente ecoturístico poderá contar com a sensibilização proporcionada pela interpretação como recurso para a preservação do patrimônio natural, minimizando a possibilidade de maiores impactos negativos que podem ser causados pela visitação.

6 Guarda-corpo é um elemento também conhecido como parapeito, gradil e balaústre, que serve como proteção de acidentes e possíveis quedas de pisos/locais mais altos e são comumente utilizados em sacadas, varandas, escadas, balcões, mezaninos, terraços etc. Disponível em: <http://construindodecor.com.br/10-modelos-de-guarda-corpo-para-seu-projeto/>. Acesso em: 24 abr. 2018.

5 ATIVIDADE TURÍSTICA NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA

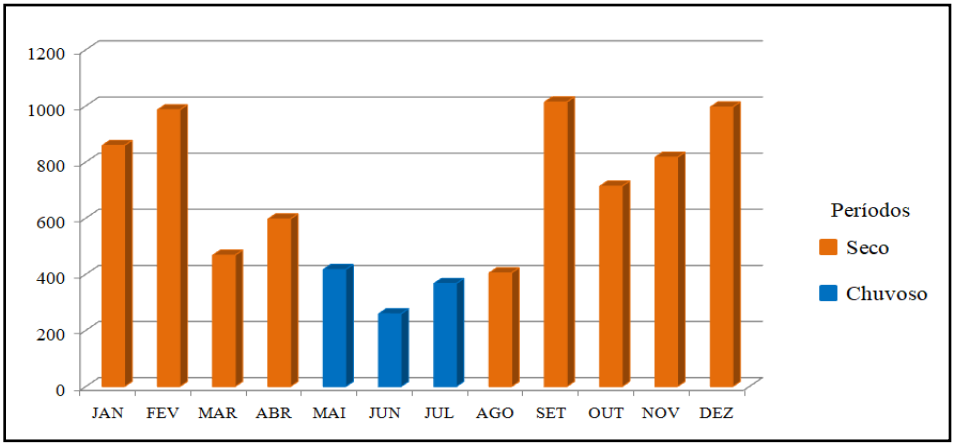
5.1 O TURISMO NO POÇO DAS MOÇAS

Das cinco áreas com uso público consolidado no PARNASI, identificadas e caracterizadas na elaboração do Plano de Manejo, a Área do Poço das Moças, com acesso principal pela portaria do parque, é a que possui maior concentração de atrativos e fluxo de visitantes registrados. A Área do Poço das Moças chegou a receber cerca de 30.000 visitantes, em 2009, período mais expressivo de visitação, mantendo uma frequência média de 23.000 visitantes nos anos seguintes, como foi apresentado no PM, que mencionou esse número também para 2013. Entretanto, segundo levantamento realizado pela gestão do parque, em 2017, a entrada principal registrou o acesso de 7.899 visitantes, mostrando uma acentuada redução de 74% entre os dois últimos períodos expostos.

Tal situação requer conhecimento do público frequentador do parque, seu perfil e sua percepção enquanto visitantes, além de buscar identificar possíveis causas para a redução das visitas registradas na portaria e soluções factíveis, de forma a compreender a situação atual para o turismo no PARNASI e o esperado para o futuro.

A apuração mensal do número de visitantes do ano de 2017 apontou que os meses com maior visitação estão inseridos no período seco (janeiro, fevereiro, setembro, novembro e dezembro), com número mais expressivo no mês de setembro, havendo recebido 1.014 visitantes, enquanto junho, que faz parte do período chuvoso, recebeu 259 visitantes, correspondendo ao mês com menor fluxo (Figura 3).

Figura 3: Fluxo mensal de visitação ao Parque Nacional Serra de Itabaiana em 2017



Fonte: ICMBIO (2018a).
Organização: Emanuella Santos de Carvalho, 2018.

De acordo com entrevista concedida pela analista ambiental do PARNASI, em 05 de março de 2018, o período chuvoso apresenta maior risco de acidentes com automóveis e caminhantes, sobretudo nas travessias dos riachos Coqueiro e Água Fria, devido ao aumento exponencial do nível fluvial em decorrência das chuvas e à falta de estrutura adequada para facilitar o acesso com segurança.

Quanto à origem dos visitantes que acessaram o PARNASI pela entrada principal no ano de 2017, a tabulação realizada identificou que são, predominantemente, procedentes de municípios sergipanos, sem haver maiores informações no documento confeccionado, embora exista o campo para preenchimento da cidade de origem.

A tabulação dos dados contidos no livro de registro de visitantes apontou também que o principal objetivo das visitas ao parque, em 2017,

correspondeu à atividade de lazer, com o expressivo percentual de 87%, em seguida, iniciativas relacionadas à Educação Ambiental, com 12%, e com menor representatividade, atividades de pesquisa, com somente 1%. Tais dados se coadunam com a principal vocação do PARNASI e atende a um dos objetivos da sua criação, no que concerne à promoção da visitação, lazer e recreação de forma ordenada, voltados para a valorização e conservação do patrimônio natural.

Em síntese, a tabulação de dados do livro de registro de visitantes no PARNASI, para o ano de 2017, permitiu compreender que os meses do período seco são preferíveis para visitação, com destaque para os meses de setembro, dezembro e fevereiro, feitas por moradores de Aracaju, Itabaiana e Areia Branca, adotando o lazer como principal objetivo das visitas.

A partir da análise do material consultado, foi possível verificar a situação atual do turismo no parque, compreendendo os **atrativos** mais visitados, a percepção dos visitantes quanto à **imagem do PARNA**, sua representação e a sensação da **experiência da visita** e do uso das trilhas.

Dos atrativos do PARNASI, a maioria dos usuários costuma visitar o Poço das Moças, com a justificativa de ser o mais conhecido, pela facilidade do acesso e por ser um ambiente agradável, seguido pelos que costumam visitar as cachoeiras, atraídos pela beleza e com o intuito de renovação de suas energias (CARVALHO, 2018).

Os aspectos mais agradáveis aos visitantes do PARNASI foram relatados principalmente com respostas genéricas, como “a natureza”, “o ambiente”, “o clima”, seguido por menção a elementos específicos, como cachoeiras, poços e riachos, contato percebido de diferentes formas, a exemplo das sensações de paz, calma, tranquilidade, relaxamento e reconexão, apontando o contato do homem com a natureza como uma necessidade. Dentre os aspectos descritos como menos agradáveis, a falta de segurança assume destaque, em seguida, o descarte inadequado dos

resíduos sólidos, deficiências na estrutura do parque e na manutenção das trilhas e a conduta inadequada dos visitantes (CARVALHO, 2018).

De acordo com a percepção dos visitantes e observação em atividades de campo, o PARNASI apresenta aspectos relevantes capazes de manter a atratividade para visitação, sobretudo ao Poço das Moças, que desperta diversos sentimentos positivos, mas que merece atenção e identificação de solução para as situações que geram insegurança e medo.

5.2 PERSPECTIVAS PARA O ECOTURISMO

A partir do ponto de vista dos visitantes, da análise do Plano de Manejo e das observações em atividades de campo, vislumbrou-se possibilidades mais aprazíveis para o turismo no PARNASI, de forma a promover melhores condições para preservação da geobiodiversidade, assim como para visitação, contando com o envolvimento dos frequentadores.

O futuro almejado esboçou um desenvolvimento viável para o Ecoturismo no PARNASI, apontando, portanto, a necessidade de melhorias relacionadas à infra-estrutura, revelando primordialmente a preocupação com o acesso de visitantes e grupos de excursão, sinalização, equipamentos recreacionais e de apoio a visitantes, acessibilidade, divulgação, presença de guias, ações de fiscalização ambiental e maior investimento do governo, que podem contribuir para o ordenamento da visitação. Na sequência foram mencionadas sugestões referentes à segurança exprimindo anseio por ações efetivas, bem como, orientações aos visitantes apontando preocupações relacionadas à Educação Ambiental para sensibilização dos visitantes e orientações para boa conduta, estimulando o envolvimento dos ecoturistas na preservação do parque (CARVALHO, 2018).

Como estratégia de Educação Ambiental, a interpretação das trilhas desperta o interesse do visitante, proporcionando vivência e

entendimento a respeito da natureza e da cultura, servindo para estimular a sensibilização e conscientização em relação a estas questões, bem como, contribuindo para mudar ou fortalecer a percepção do turista sobre a importância da UC e, por conseguinte, minimizar os impactos negativos (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2008a).

De acordo com as sugestões apresentadas, os visitantes se mostraram sensíveis aos problemas e necessidades do parque, evidenciando preocupações oportunas e soluções coerentes, constatadas em atividade de campo. As sugestões se mostram ainda alinhadas às metas 1 e 2 do Plano de Manejo, que estão inseridas na estratégia de ordenar a visitação, primeira das seis estratégias definidas para o PARNASI, considerada como eficiente para sensibilização e mudança de comportamento dos frequentadores.

Na perspectiva de melhorias que possibilitem experiências mais positivas aos visitantes, contribuindo igualmente para preservação do patrimônio natural, faz-se necessário, além de construções e implantação de equipamentos, a instalação de mapa das trilhas com a classificação do grau de dificuldade, sinalização das trilhas, dos acessos e atrativos, placas educativas e de advertência, de forma a promover melhor orientação aos visitantes e sensibilização mediante o uso de ferramentas que estimulem a interpretação do ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques nacionais se mostram como importantes ferramentas para a disseminação da Educação Ambiental através da caminhada em trilhas interpretativas, atividade relacionada ao Ecoturismo, que compreende, além da interpretação, a preservação, a conservação e a sustentabilidade, compatível com os objetivos deste tipo de área protegida.

Em Sergipe, o Parque Nacional Serra de Itabaiana é uma importante

unidade de conservação, única no Estado nesta categoria, e apresenta relevante potencial para visitação, alcançando a cifra expressiva de trinta mil visitantes anuais, com registros de redução para quase oito mil, em 2017, sem apresentação ainda de causa comprovada.

A partir da compreensão da situação atual do turismo no PARNASI e do futuro almejado, elucidando preocupações e anseios dos visitantes, que convergem com metas do Plano de Manejo, foi possível compreender a necessidade de implantar ferramentas interpretativas.

As ferramentas interpretativas se mostram capazes de contribuir fundamentalmente para orientar a visitação no Parque Nacional Serra de Itabaiana, balizada em princípios de sustentabilidade, promovendo sensibilização ambiental e mudança de comportamento dos frequentadores.

Contudo, faz-se necessário intervenção na estrutura do parque, de forma a garantir melhores condições para atender os diferentes públicos, efetivação de soluções que proporcionem segurança aos frequentadores, além da orientação aos visitantes, a fim de sensibilizá-los a adotar condutas responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento do Ecoturismo, que possui como parte de suas premissas, a valorização da experiência do visitante e a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. R. et al. **Mapeamento das trilhas ecoturísticas e integração de dados geográficos do Parque Estadual da Ilha Anchieta**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

ANDRADE, W. J. Implantação e manejo de trilhas. In: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento. Brasília: WWF Brasil, 2003. p. 247-260.

ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. **Manual de trilhas**: um manual para gestores. São Paulo: Biblioteca do Instituto Florestal, n. 35, mai. 2008.

BRASIL. Congresso. Decreto n. 1.713 de 1937. **Cria o Parque Nacional de Itatiaia**. Brasília, 14 jun. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. Congresso. Decreto n. 84.017 de 1979. **Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. Brasília, 21 set. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. Congresso. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981b. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 28 de fev. de 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

BRASIL. Congresso. Lei n. 9.795, de 27 de abril 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Congresso. Decreto s/n de 2005. **Cria o Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado nos Municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda e Campo do Brito, no Estado de Sergipe, e dá outras providências**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10557.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial, 2006a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: MTUR, 2008a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Turismo. **Programa de turismo nos parques**. Brasília, 2008b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, 2010c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/ publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Parque Nacional Serra de Itabaiana**. Brasília, jul. 2016a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao?print=1&tmpl=component>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CARVALHO, C. M.; VILAR, J. C. Introdução - Levantamento da biota do Parque Nacional Serra de Itabaiana. 2005. p. 9-14. In: CARVALHO, C. M.; VILAR, J. C. (Coords.). **Parque Nacional Serra de Itabaiana - Levantamento da Biota**. Aracaju: Ibama/Biologia Geral e Experimental - UFS.

CARVALHO, E. S. de. **Reestruturação Ecoturística de Trilhas no Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe**. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/893>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DANTAS, T. V. P.; RIBEIRO, A. S. Caracterização da vegetação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe - Brasil. **Revista Biotemas**, 23 (4): 9-18, dez. de 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/536/1/

CaracterizacaoVegetacaoItabaiana.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico de planejamento**: parques nacionais, reserva biológica, estação ecológica. Diretoria de Ecossistemas/DIREC do IBAMA, Brasília, 2002.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O parque nacional do Itatiaia**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>. Acesso em: 31 mar. 2017.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação**. Brasília, 2018c. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JANÉR, A.; MOURÃO, R. Elaboração do produto de Ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento. Brasília: WWF Brasil, 2003. p. 145-188.

LECHNER, L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Ano 3, n. 3, jun. 2006.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

OLIVEIRA, I. S. S. **Estratégias para o planejamento e gestão do Ecoturismo no Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008a.

PAGANI, M. I. et al. As trilhas interpretativas da natureza e o Ecoturismo. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 151-163.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento. Brasília: WWF Brasil, 2003. p. 33-88.

CAPÍTULO 7

CLUSTER GASTRONÔMICO DO SERTÃO: INOVAÇÃO SOCIOECONÔMICA NA ROTA DO CANGAÇO

Gastronomia é comer olhando pro céu.

(Millôr Fernandes)

Isabelle Andrade Brito
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

1 INTRODUÇÃO

O conceito de *cluster* se adequa a atividade turística pela necessidade de constituir uma série de setores de serviços e empresas, que devem trabalhar em conjunto para o desenvolvimento e exploração do destino turístico como um todo.

Segundo Maior e Costa (2008), c*luster* é um termo bastante difundido para remeter à noção de aglomeração geográfica de empresas similares, relacionadas ou complementares entre si, admitindo que sejam intensamente articuladas. Este conceito é complementado por Watkins e Bell (2002) ao entenderem que as aglomerações surgem quando várias empresas reconhecem a interdependência com outras, e, com o intuito de obterem vantagem competitiva, procuram cooperar e colaborar. Por sua vez, para Zacarelli (2004, p. 200), "um *cluster* completo deve incluir outras características relacionadas à tecnologia, assim como a competitividade, sustentabilidade ambiental e cultural, qualidade de vida e sinergia, como resultado de relações sistêmicas".

E no tocante a atividade turística, Beni define o cluster turístico como (2001, p. 74)

> (...) o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas.

Analisando os autores citados, compreende-se que um *cluster* turístico está associado a um conjunto de empresas e instituições

vinculadas à oferta de um produto ou um conjunto de produtos turísticos. Estas empresas e instituições estão espacialmente concentradas e estabelecem entre si relações dentro da cadeia produtiva do turismo e também envolvendo o intercâmbio de fatores, competências e informações entre agentes similares vinculados à oferta do produto turístico. Para isso ocorrer, diversos setores e atores fazem parte desta formação, tais como: o setor governamental, com as políticas públicas de incentivo ao turismo, a exemplo da infraestrutura de acesso e infraestrutura de urbanização; o setor privado, com a implantação de empresas que atendam ao fluxo turístico como hospedagem, alimentação, entretenimento; e a população local com a receptividade, interação cultural e hospitalidade. Para o *cluster* turístico obter sucesso competitivo, deve existir uma identidade sociocultural, vantagens competitivas coletivas, organização simultânea de relações de concorrência e cooperação entre os agentes.

A competitividade de um *cluster* de turismo deve ser construída com a união do território, instituições e empreendimentos e suas respectivas vantagens competitivas, conforme defende Silva (2012, p. 374):

> (...) competitividade do turismo é a capacidade dos agentes de interferir nas atividades do turismo de um país, região ou zona turística, para atingir suas metas acima da média do setor de uma forma sustentada e sustentável, o que pode ser alcançado por concessões lucrativamente financiadas acima da média do setor, e por ganhos sociais e ambientais como consequência de intervenções de organizações e instituições públicas, além de obter a máxima satisfação do turista. Assim, o objetivo último da competitividade é atender da melhor forma possível às expectativas de todos os agentes que participam na atividade de turismo.

Nesse sentido, Costa (2005) entende que a competitividade não é sinônimo de competição, mas sim de recursos e/ou posicionamento de mercado que figurem como diferenciais e possibilitem estabelecer vantagens competitivas. Gulati, Nohria e Zaheer (2004) entendem que as vantagens competitivas podem ser compartilhadas ou coletivas, combinando competição e cooperação. As partes do aglomerado são, em geral, efetivamente dependentes entre si. O mau desempenho de uma delas compromete o êxito das demais, portanto, o desenvolvimento local terá êxito se todas as partes forem envolvidas no processo de formação da atividade turística de forma conjunta.

Para Silva (2012), o conceito de *cluster* em turismo compreende, além de uma localização espacial numa determinada região, também um conjunto de identidade social e territorial, com poder de atrair investimentos públicos e privados que criarão um rótulo competitivo para a atividade. Essas características fortalecem os vínculos e as atividades locais, tornando mais efetivo o desenvolvimento econômico. A regionalização, portanto, seria um fator importante para o *cluster* turístico, pois afirma valores locais, respeita valores culturais, preserva as identidades e propicia relevância econômica no contexto regional.

Diante de todos os conceitos e opiniões dos autores explanados acima, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os aspectos socioeconômicos da rota do Cangaço em Sergipe com o intuito de propor a criação de um *cluster* turístico fomentado pelos valores identitários da gastronomia local.

Para se atingir tal objetivo, fazem-se necessárias algumas considerações metodológicas. Após a contextualização dos autores, foi realizada uma pesquisa de campo com 28 estabelecimentos de alimentação no município de Canindé do São Francisco, no período maio de 2016 a junho de 2017. A escolha destes restaurantes ocorreu por conta da sua

participação mais efetiva no setor de alimentação e por já fazerem algum atendimento ao turista.

A pesquisa tem uma percepção fenomenológica. O tipo da pesquisa realizada foi a descritiva exploratória, de caráter qualitativo, pois teve como finalidade mapear, investigar, descrever e analisar o comportamento e as atividades do setor gastronômico em relação ao turismo no Município de Canindé de São Francisco.

O objeto de estudo foi delimitado e compreende as áreas do centro comercial e da prainha do município de Canindé do São Francisco (Sergipe), situados nas avenidas Ananias Fernandez e Praia Beira Rio, pelo fato de serem os espaços físicos de maior representação gastronômica turística neste recorte geográfico.

O instrumento de coleta de dados foi o formulário, composto por perguntas abertas e fechadas, utilizado no controle da observação, preenchido pela pesquisadora, servindo como base orientadora durante as entrevistas. A tabulação foi do tipo simples através do uso do aplicativo Excell do programa da Microsoft.

2 GASTROCULTURA: UMA INOVAÇÃO COMPETITIVA PARA O TURISMO NA ROTA DO SERTÃO SERGIPANO

A “economia criativa” ou “economia cultural” tem como matéria-prima a criatividade, abrangendo atividades relacionadas ao design, moda, arquitetura, artes, produção cultural, cinema, turismo, mídia, entre outros. O turismo criativo é uma modalidade de turismo que se baseia nos conceitos da economia criativa e na inovação dos seus recursos de forma sustentável. Assim, não foca apenas nos recursos materiais, mas também na cultura e nos recursos imateriais. O turismo gastronômico se insere no contexto do turismo criativo, pois

a alimentação não compreende apenas os aspectos nutricionais, mas também os fatores sociais, econômicos e históricos relacionados entre o que se consome e suas simbologias.

Para a implantação do processo criativo no turismo gastronômico deve ser planejada a criação de novos produtos turísticos através dos recursos já existentes, desenvolvidos através do contato do turista entre o ambiente (destino turístico); o conhecimento de seus aspectos geográficos, tais como clima e vegetação e as experiências vividas com os aspectos históricos e culturais da região também deve ser ressaltado. Isso significa, para Cooper & Hall (2008, p. 28) que: "os fatores que compõem consumo e produção são constantemente realimentados um sobre o outro, influenciando assim o desenvolvimento de produtos turísticos e seu apelo para os clientes".

Para Hall (2003), os turistas estão interessados nas oportunidades que os produtos do destino lhes oferecerem para ajudar a criar as suas próprias experiências, sensações, estilos de vida, identidades e status social, ainda que dentro do contexto da oferta de produtos e sociedade em geral. Na visão de Chang & Huang (2014), a partir da perspectiva de criação de suas próprias sensações, os destinos podem ser descritos como ambientes onde as experiências dos produtos turísticos são coproduzidas pelos moradores da comunidade local em ação conjunta com os turistas através de ações que ativem suas próprias experiências pessoais, estilos de vida e identidades.

Dessa forma, a rota Cangaço, situada em pleno Sertão Sergipano, pode se tornar um destino turístico mais competitivo, com o aumento da demanda turística através da promoção de produtos inovadores, baseados na experiência gastronômica. Esta pode ser criada pelos produtores locais através da promoção de festivais gastronômicos que incentivem a cultura local, associado aos hábitos alimentares do sertanejo. Pode

ser desenvolvida também pelos próprios consumidores, à medida que conhecem o bioma local, identificam os alimentos específicos da região, vivenciam os aspectos históricos culturais e assim relacionam todos essas experiências com a alimentação típica local.

Cunha e Oliveira (2009) ratificam esse entendimento quando sugerem que os organismos públicos responsáveis pelo planejamento, gestão e promoção dos destinos bem como a "indústria do turismo", devam desenvolver um conjunto de iniciativas valorizadoras do patrimônio gastronômico. Entre estas iniciativas destacam-se a organização e promoção de festivais de comida e vinhos, bem como todo o conjunto de eventos relacionados com alimentação. Paralelamente, outros domínios de ação podem ser referenciados, tais como o apoio à investigação das tradições gastronômicas, a publicação de livros de gastronomia local, divulgação da gastronomia regional através de brochuras promocionais, incentivo às parcerias público-privadas (no sentido de valorizarem a gastronomia), entre muitas outras. Richards (2002) também evidencia que as feiras gastronômicas podem relacionar-se cada vez mais com um novo conceito de turismo: o criativo. Ainda segundo Richards (2002, p. 18) "(...) os turistas podem 'aprender a cozinhar, aprender sobre os ingredientes usados e como as tradições culinárias surgiram".

O presente estudo propõe uma dinamização da economia local, através do turismo gastronômico e para tanto, foi analisado os dados econômicos do município de Canindé do São Francisco através do observatório da SEPLAG (2014) e observou-se que a participação econômica do município, durante o período de 2003 a 2012, esteve entre os três primeiros em relação à posição e participação no PIB estadual, por conta da sua contribuição no valor arrecadado (VA) dos royalties da hidrelétrica de Xingó. Por questões políticas administrativas, após o ano de 2012, os royalties foram divididos entre outros municípios

do estado sergipano e a participação econômica de Canindé caiu para 12ª posição, e em contrapartida, o setor de serviços cresceu em torno de 19% nesta região.

Não foi possível obter dados estatísticos do quanto o setor de alimentos e bebidas representa na participação geral do segmento de serviços no município, no entanto analisando o histórico, desde a abertura dos principais bares e restaurantes na região, iniciadas por volta do ano de 2006, percebe-se que devido à diminuição da arrecadação dos royalties, alguns setores fomentaram sua participação na economia, como o setor de alimentos e bebidas.

Diante do exposto, fica evidenciado que a probabilidade de estruturação turística através de uma economia criativa, tendo como fator diferencial as singularidades da cultura gastronômica, são elevadas e podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico local.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para identificar os aspectos socioeconômicos da gastronomia regional do Sertão Sergipano, foram analisados alguns indicadores econômicos e sociais, tais como: porte do estabelecimento para compreender sua contribuição financeira na economia local; residência do proprietário para identificar se as receitas apuradas seriam investidas no local ou fora da região; público consumidor para analisar a fonte de recursos externos ou internos; quantidade de funcionários e a necessidade de mão de obra especializada para verificar a participação da população local na geração de emprego e renda; e a aquisição de insumos através dos fornecedores locais ou de fora da região para verificar o impacto financeiro do negócio na

agricultura, pecuária e nos pequenos produtores locais.

Para Mascarenhas (2006), a utilização de indicadores econômicos atrai agentes para a realização de investimentos, pois os mesmos terão informações concretas da dinâmica da economia municipal. Entretanto, já que o IMEC (Índice de Movimentação Econômica**)** mensura o consumo de bens e serviços, então um crescimento deste indicará que a economia está aquecida, auxiliando o setor privado, uma vez que ele será diretamente afetado nas vendas e prestação de serviços. Portanto, conclui-se que a utilização de indicadores de movimentação econômica beneficiará tanto o setor público, quanto o setor privado.

O Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa define o porte da empresa do setor de comércio e serviços baseado no número de funcionários: "I - Microempresa - até 09 pessoas ocupadas; II - Pequena empresa - de 10 a 49 pessoas ocupadas; III - Média empresa - de 50 a 99 pessoas ocupadas; IV - Grande empresa - 100 pessoas ocupadas ou mais" (SEBRAE, 2013, p. 17).

Dos vinte e oito restaurantes pesquisados, vinte e um foram classificados como microempresa. Esses estabelecimentos têm em média dois a cinco funcionários. E dois deles são classificados de pequeno porte. Estes estabelecimentos têm em média quinze funcionários, embora de pequeno porte porque estão no início da escala definida pelo Sebrae que inicia com dez até quarenta e nove funcionários, portanto está saindo da escala de microempresa para a classificação de pequena empresa. Dessa forma, verifica-se que a maior parte dos estabelecimentos de alimentação consultados é de micro e pequenos empresários, o que ratifica a participação do setor no PIB municipal. Conforme os dados da Secretaria de Planejamento e Gestão de Sergipe, o setor de serviço no município de Canindé do São Francisco contribuiu em 2014 com o valor de R$ 242.964,73 do montante do PIB

de R$ 681.998,45, o equivalente a 35,62% das receitas arrecadadas no município. O setor da indústria contribuí aproximadamente com o dobro do que é arrecadado com o setor de serviços, e os valores arrecadados dos royalties da hidrelétrica CHESF contribuem com o triplo. Por consequência, o valor de arrecadação do PIB pelo setor de serviços pode ser aumentado através do fomento do turismo e em especial do setor de alimentos e bebidas.

Para propor este fomento, foi necessário melhor compreender os dados econômicos do PIB local, através da análise das divisas econômicas operadas pelo setor de serviço. Foi analisado se os serviços eram operados por proprietários locais, residentes na região do estado de Sergipe, de outros estados ou estrangeiros, e se a arrecadação, na maior parte era investida em consumo de outros serviços internos. Dos restaurantes pesquisados, vinte e dois são administrados por residentes do próprio município; três residem em outros municípios do estado de Sergipe. E não foram identificados restaurantes cujos proprietários residem em outros estados ou são estrangeiros. Através dos dados pesquisados, confirma-se que a renda arrecadada pelos estabelecimentos de alimentação praticamente retorna para o próprio município, uma vez que em 88% dos estabelecimentos pesquisados, os proprietários residem na região e suas outras necessidades básicas, como moradia, educação, vestiário, são supridas localmente, contribuindo para as divisas do PIB local.

Também foi questionado se as entradas financeiras se davam por recursos externos, por turistas ou por recursos internos pela população local, analisando se o maior fluxo do público consumidor do estabelecimento estava composto de turistas passantes, turistas de grupos fechados (pacotes) ou pela população local. Dos restaurantes pesquisados, vinte e quatro recebem turistas de passagem que estão sozinhos ou em pequenos grupos familiares. Dezenove restaurantes

têm público variado, porque além dos turistas, os estabelecimentos são frequentados pela população local. Vale ressaltar que seis restaurantes possuem o maior público consumidor de turistas, e somente um restaurante teve seu maior público formado exclusivamente pela população local. Dois restaurantes tem um público com pacotes fechados em grande volume.

O restaurante Karrancas (Foto 1) tem seu pacote fechado pelas agências de turismo receptivo que comercializam o passeio de embarcação para os cânions do São Francisco com o almoço incluso e, portanto, seu público principal são os grupos de turistas. Tem um preço muito elevado para a população local, além de ter uma proposta restrita ao turista, portanto, seu público em grande maioria é o turista de pacote e o turista de passagem. Não é frequentado pela população local.

Foto 1: Restaurante Karrancas – Canindé de São Francisco

Crédito fotográfico: Isabelle Andrade Brito

Os restaurantes Caçuá (Foto 2) e Bode Assado tem um público de eventos muito expressivo. São realizados diversos eventos sociais como festas de aniversário, confraternizações, formatura entre outros no salão do restaurante, o que movimenta as finanças do estabelecimento e proporciona o uso do público local. Por sua vez, o Gran Café vende principalmente açaí, doces e salgados finos e cafés gourmet, o preço á superior ao da média local e por isso atende em sua maioria a turistas e a uma pequena parte da população local. Os restaurantes Spartacus e Lontras oferecem uma alimentação mais refinada, com pratos gourmet mais elaborados e atende na sua maioria aos turistas. A população local quando se utiliza desse equipamento gastronômico é para datas comemorativas especiais.

Foto 2: Restaurante Caçuá - Canindé de São Francisco

Crédito fotográfico: Isabelle Andrade Brito.

O restaurante Luar do Sertão (Foto 3) é frequentado basicamente por turistas de passagem, pois está localizado no ponto considerado de maior fluxo de turista, a prainha, mas por sua capacidade ser menor, não comporta um volume maior de turista de grupo e não é frequentado pela população local, uma vez que o preço não é acessível comparado à média local.

O restaurante Sabor do Sertão, por estar localizado fora do centro urbano e na rodovia de acesso à cidade de Canindé, para quem vem do estado de Sergipe, tem em torno de setenta por cento do seu público frequentado por turistas de passagem (Foto 4).

Foto 3: Restaurante Luar do Sertão - Canindé de São Francisco

Crédito fotográfico: Isabelle Andrade Brito.

Foto 4: Restaurante Sabor do Sertão - Canindé de São Francisco

Crédito fotográfico: Isabelle Andrade Brito.

Os restaurantes Ecopark e Angicos possuem uma estrutura direcionada para as atividades turísticas e os preços dos alimentos são mais elevados que de outros restaurantes à beira do rio, além disso o acesso se dá apenas por embarcações, por isso seu público principal é o turista. Os quatorze restaurantes localizados na prainha, que estão na beira do rio, possuem preços mais acessíveis e são frequentados tanto por turistas como pela população local.

Portanto, 84% dos estabelecimentos pesquisados são frequentados por turistas e pela população local, o que indica uma participação da população nos equipamentos turísticos. No entanto, em sua maioria esses estabelecimentos são menos expressivos no percurso turístico.

Os 16% dos restaurantes, que representam seis unidades, possuem uma estrutura maior e são mais expressivos no trade turístico, três deles pertencem a um único dono que tem um domínio maior do mercado turístico local. Assim, analisando os conceitos de Cunha e Cunha (2005), ao definir que para o cluster turístico obter sucesso competitivo, deve existir uma identidade sociocultural, vantagens competitivas coletivas, organização simultânea de relações de concorrência e cooperação entre os agentes, percebe-se que existe uma concorrência desigual entre os restaurantes pesquisados, com amplas discrepâncias em relação à infraestrutura e divulgação dos estabelecimentos. O que enfraquece o conceito de cooperação e vantagens competitivas coletivas para fortalecimento do cluster regional.

Ratificando os conceitos de Costa (2005), para que se possa discutir a competitividade de destinos turísticos no contexto dos sistemas produtivos locais, é preciso considerar que os interesses em questão sejam ampliados, não considerando apenas os privados como o lucro, a rentabilidade ou a taxa de ocupação de leitos. Também devem ser observados aspectos de interesse público ou comum - como a geração de renda e emprego, a preservação da natureza e o bem-estar da comunidade local - aproximando os conceitos de competitividade e sustentabilidade. Com isso, foi avaliado se a produção agropecuária era consumida pela população municipal, pelos estabelecimentos comerciais de alimentação ou se era escoada para fora da região. Assim, foi verificado se a procedência dos insumos adquiridos pelos restaurantes se originava de fornecedores locais, do estado de Sergipe ou de outros Estados.

O resultado da pesquisa indicou que 92% dos estabelecimentos abastecem-se de insumos de produtores locais o que fortalece a cadeia econômica local e o crescimento econômico dos pequenos

produtores. Nesta região existem um fornecedor de peixe tilápia, criada em viveiros, que atende satisfatoriamente aos restaurantes. Os produtores da agricultora irrigada também escoam suas mercadorias para esses estabelecimentos. Os produtos adquiridos em outros estados representam apenas 8%.

Para que a atividade turística seja promissora na região, além dos índices econômicos, também precisa desenvolver índices sociais que expressem a melhoria das condições de vida da população local. Foi analisado o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida comparativa usada para classificar países e regiões pelo seu grau de desenvolvimento humano. A fonte de dados foi obtida através do Observatório da SEPLAG Sergipe (2014), e foram analisados o IDH da renda do município de Canindé do São Francisco. O índice econômico de geração de emprego e renda, que é formulado pela Organização das Nações Unidas, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante, para o estado de Sergipe é 0,742 e 0,566 para Canindé do São Francisco. Ou seja, para verificar a participação dos trabalhadores do setor de alimentos e bebidas em relação ao índice sugerido como um indicador social de qualidade de vida, foi feita uma análise a partir dos seguintes itens: quantitativo de contratação de mão de obra especializada de trabalhadores locais ou de fora da região, visto que o funcionário mais capacitado representa um valor salarial mais elevado que a média; renda média dos trabalhadores do setor da alimentação; e a forma de contratação por carteira assinada e recolhimento dos direitos dos trabalhadores.

Os resultados da pesquisa evidenciam que todos os restaurantes contratam mão de obra local. Segundo relato do proprietário do restaurante Café Nordestino, o mesmo trabalhou por mais de dez anos

na cidade de Aracaju e, portanto, o seu aprendizado especializado é transferido em forma de capacitação para os funcionários. Vale ressaltar que a proprietária do restaurante Churrascaria Sirone só contrata funcionários locais e que residam próximo ao seu estabelecimento por conta do horário de funcionamento que se inicia às cinco e meia da manhã, e por isso a proximidade facilita o deslocamento e a chegada dos colaboradores no horário, sem atrasos. No restaurante Caçuá, sua proprietária faz frequentemente treinamentos em Aracaju e capacita seus funcionários. Assim, os restaurantes Caçuá e Café Nordestino não contratam mão de obra especializada de forma direta, mas se utilizam da capacitação em cursos e treinamentos da mão de obra do estado de Sergipe. O restaurante Karrancas por fazer parte de uma rede de restaurantes necessita de mão de obra especializada constantemente, por isso contratam diretamente, além da mão de obra local, funcionários de Sergipe e de Alagoas. Portanto, fica constatado que estes estabelecimentos que compõem o setor de alimentos e bebidas da região geram emprego direto para a população local.

Quanto à carteira assinada, onze estabelecimentos possuem funcionários com carteiras de trabalho assinadas, mas treze restaurantes não possuem, pois, os próprios proprietários são os trabalhadores do negócio; apenas nos finais de semana ou em épocas de maior movimento, como nos meses de maior fluxo turístico (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro), se verifica algum tipo de contratação de mão de obra com pagamento por diária. De uma forma geral, os estabelecimentos possuem uma mão de obra familiar não computados na quantidade de funcionários do estabelecimento, principalmente por conta da informalidade. Os funcionários que estão em fase de experiência também não têm sua carteira assinada. Uma boa parte dos funcionários são contratados por diárias e

também permanece na informalidade.

Quanto à média salarial paga aos funcionários dos restaurantes foi tomado como referência o salário mínimo, dois salários mínimos ou mais de dois salários mínimos. Apenas dois restaurantes pagam em média dois salários mínimos para os funcionários. Todos os outros vinte e três restaurantes pagam um salário mínimo para os funcionários. Nenhum restaurante pesquisado paga mais de dois salários mínimos em média para os funcionários. Há relato de um funcionário que não quis ser identificado que na prática eles recebem valores menores que o salário mínimo, pois embora tenha a carteira assinada com o valor do salário mínimo, esta referência só é utilizada para o cálculo do pagamento dos encargos sociais, tais como INSS e FGTS. Na prática, recebem em torno de seiscentos a setecentos reais. Não recebem comissões nem vale transporte. Embora o piso salarial médio fixado pelo sindicato de bares e restaurantes, para cozinheiros seja de R$1.200,00 e o de garçom de R$1.090,00, não é o que ocorre de fato no mercado local, portanto verifica-se que este é um setor que emprega uma boa parte da população local de forma direta, porém com média salarial muito baixa.

Verificou-se que a renda per capta do município de Canindé do São Francisco é das mais altas do estado, e, conforme dados do Observatório da SEPLAG, contempla em 2014, o valor de R$ 24.608,00, devido principalmente às divisas dos royalties da Chesf transferidos para o município, mas o trabalhador do setor de alimentação recebe em torno de R$ 600,00, muito inferior à renda per capita estabelecida. É conveniente esclarecer que durante o período de 2003 a 2012, boa parte da população se beneficiava de auxílios, tais como bolsa alimentação, bolsa família, entre outros, mas a partir de 2012, com a diminuição dos repasses dos royalties, a população

perdeu parte dos benefícios e se tornou mais disponível para a inserção no mercado de trabalho ativo.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil define que para alcançar bons resultados no processo de estruturação da cadeia produtiva do turismo, o desenvolvimento produtivo exige a formalização dos serviços e qualificação de pessoas; fato que não está sendo bem desenvolvido nas atividades turísticas no setor de alimentação do município de Canindé, visto que, como elucidado nos resultados da pesquisa, os postos de trabalho ainda são, em sua maioria, para mão de obra menos qualificada e com um teto salarial inferior ao de mercado de trabalho.

Igualmente, o referido programa promove a ampliação dos micros e pequenos empreendimentos, organizações associativas e cooperativas, através do aumento de empreendedores no setor de alimentos. Requer, também, a oferta de produtos e serviços segmentados que agreguem valores ao patrimônio sociocultural e ambiental e que gerem, como resultado, a ampliação da capacidade de produção, de postos de ocupação, de difusão e de distribuição de produtos e serviços, além da circulação da renda no território. Este trabalho, portanto, sugere a formação de um produto gastronômico identitário local para que seja comercializado nos estabelecimentos de alimentação com um maior valor agregado fomentando o turismo local através da gastronomia.

Este produto ocorreria a partir da criação de um circuito gastronômico na Rota do Cangaço, baseado em outros modelos de rotas gastronômicas no Brasil, tais como a rota dos vinhos, no Rio Grande do Sul. Este estudo corrobora com a proposta de diversificação dos produtos turísticos oferecidos na rota do sertão sergipano, com uma maior participação do turista através de experiências gastronômicas.

A proposta é a criação de um selo que possa identificar os estabelecimentos participantes. Para a sua concepção, os potenciais atrativos turísticos e a identidade cultural local deverão ser analisados para sua composição. Este selo deve ser um símbolo simples, claro e único. A marca deve ser objeto de abrangente e permanente campanha de promoção e divulgação, para tanto precisa ter uma identidade com a comunidade.

Como a rota deve ser fomentada a partir de um tema, a história e cultura do homem sertanejo seriam evidenciados através dos atrativos naturais e da sua produção alimentícia regional. Esses elementos fortaleceriam a identidade local e os produtores de alimentos regionais, dinamizando a economia local.

A implementação de um selo gastronômico além de ser um elemento de fácil identificação para o turista, asseguraria critérios de segurança alimentar e de preservação da cultura local. Esses elementos são de fundamental importância para a continuidade da atividade turística no setor alimentício.

Por fim, vale ressaltar que a imagem dos cânions, por ser o atrativo âncora, é a que tem maior expressão na comercialização deste destino, mas a gastronomia, que ainda não é tão representativa, pode ser uma via de fomento da Rota do Cangaço como um incremento a renda local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que as políticas públicas são inadequadas ao turismo, visto que há pouco incentivo financeiro. Existe uma precariedade nas vias de acesso a Canindé do São Francisco, pois, falta sinalização, e há uma limitação, sendo apenas de forma terrestre. Ademais, a valorização

e venda de um único atrativo turístico é algo que torna o destino frágil, no entanto, um conjunto de oportunidades pode capacitar este destino turístico para torná-lo mais competitivo. A forte divulgação e marketing turístico através da exibição de programas de televisão sobre a região em rede nacional, a existência de uma beleza natural peculiar e um bioma característico da região, a caatinga, e a valorização de produtos específico da região, são elementos essenciais para o fortalecimento deste destino turístico. Explorar de forma sustentável, como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais são critérios que também devem ser levados em consideração para a continuidade das atividades turísticas na região.

Por estar na divisa com dois estados (Sergipe e Alagoas), esta região tem uma integração e participação social ativa, que pode ser um ponto positivo para fortalecer o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional, no conjunto dos municípios, e nos processos de gestão das políticas públicas. Ademais, apresenta um potencial histórico e cultural muito forte através da história do Cangaço e de Lampião. Todos esses fatores propiciam aumento de competitividade, pois as experiências pessoais são únicas.

Este estudo propõe a diversificação dos produtos turísticos oferecidos na rota do Sertão Sergipano através de novas experiências gastronômicas, no qual o turista conheceria os alimentos produzidos na região, faria a sua extração do meio ambiente, de forma sustentável e monitorada e em seguida participariam nos restaurantes da produção e degustação do alimento através de oficinas gastronômicas.

Por fim, vale ressaltar que a imagem dos cânions, por ser o atrativo ancora, é a que tem maior expressão na comercialização deste destino, mas a gastronomia pode ser uma via de fomento da rota como

um incremento à renda local. Esta poderá aumentar as atividades do setor de serviços, em detrimento da perda financeira de arrecadação do município em decorrência da diminuição da contribuição dos royalties emitidos pela CHESF.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 5ª ed. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2001.

BRAMWELL, B.; LANE, B.. **Tourism Collaboration and Partnerships**: Politics, Practice and Sustainability. Nova York: Biddles Ltda, 2000.

CHANG, T.; HUANG, S.. **Urban experience and the experience economy**. Chichester, EUA: Wiley Blackwell, 2014. p. 220-229.

COOPER, C.; HALL, M.. **Contemporary tourism**: An international approach. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008.

COSTA, H. A. Análise das redes e do perfil de competitividade de destinações turísticas: estudo comparativo entre São Francisco do Sul e Laguna (SC). 2005. **Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria)** - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Camboriú, 2005.

CUNHA, K.; OLIVEIRA, L.. **A Gastronomia enquanto atrativo turístico cultural.** Universidade Estadual de Goiás, 2009. Disponível em: http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/A-GASTRONOMIA-ENQUANTO-ATRATIVO-HIST%C3%93RICO-CULTURAL1.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2020.

CUNHA, S. K. da; CUNHA, J. C. da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo

sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Rev. Adm. Contemp.,** Curitiba, v. 9, n. especial 2, p. 63-79, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141555520050006000006&lng=en&nrm=iso Acesso em: 17 de março de 2017.

GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. **Strategic networks**. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F3-540-30763-X_15. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

HALL, M.; MITCHELL, R. Consuming tourists: food consumer behaviour. In: HALL, M. et al. (Eds.), **Food Tourism around the world – Development, Managemente and Markets**. Elsevier, Oxford, 2003, p. 60-80.

MAIOR, A. P. Souto; COSTA, H. A.. Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, p. 13 a 14, nov. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5608>. Acesso em: 21 de março de 2017.

MASCARENHAS, C. C. Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades: uma aplicação no município de Jacareí. 2006. **Dissertação de Mestrado**. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, São Paulo, 2006.

RICHARDS, G. (Ed.). **Tourism and Gastronomy**. Routledge: London, New York, 2002.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013**. Site disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/

Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2020.

SILVA, J. A. S.. **O conceito de cluster e o desenvolvimento turístico regional:** um caminho para os países menos desenvolvidos. Turismo planejamento estratégico. Barueri: Manole, 2012.

WATKINS, M.; BELL, B.. The experience of forming business relationships in tourism. **International Journal of Tourism Research**, Australia, n. 4, p. 15-28, 2002.

ZACARELLI, S. B. **Estratégia e Sucesso nas Empresas**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2004.

CAPÍTULO 8

INICIATIVAS DE TURISMO ACESSÍVEL EM PRAIAS NO BRASIL

No te asustes: el mayor de los vícios es la ligereza (...).
(Oscar Wilde, De Profundis, 1903 - Edição espanhola de 1995)

Waleska Diniz Santana
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que se encontra em ampla expansão. Dumazedier et al. (1994, p. 38) ressaltam a importância da atividade turística no que tange ao lazer: “O turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”.

Sendo o lazer um direito de todos os cidadãos, assegurado pela Constituição Federal, o turismo é um bem cultural e social de importância fundamental, que deve estar ao alcance de todos cidadãos, sem que nenhum grupo da população deva ser excluído. Todavia, atualmente o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos os cidadãos, em especial às pessoas com algum tipo de limitação de natureza motora, visual, auditiva ou intelectual.

A inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida nas atividades de turismo é uma questão de gestão pública e privada, e a inclusão social passa a ser um fator importante para o desenvolvimento de turismo local. E uma sociedade feita para todos é uma sociedade justa. O turismo acessível a todos os cidadãos passou a ter um reconhecimento a nível mundial, após ações da Organização das Nações Unidas (ONU), não apenas pela sua expressão social e demográfica, mas também pela capacidade e potencial econômicos associados.

Incentivar a humanização, proteger a saúde e integridade física e promover o bem-estar são alguns dos objetivos alcançados quando se leva em consideração o problema da acessibilidade em projetos arquitetônicos e urbanísticos voltados para o turismo de praia. Nos espaços públicos, a acessibilidade arquitetônica em calçadas adaptáveis, sinalização sonora, rampas de acesso, e estacionamentos privativos, entre outros, representam um fator prevalecente para a autonomia destas pessoas no

turismo (FEITOSA, 2010). Igualmente, na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante, atualizadas por novas legislações e normas da ABNT.

O turismo acessível não se concentra apenas em criar uma nova oferta turística, mas sim em potencializar as já existentes, e é neste cenário que se constitui o desafio de planejamento para destinos turísticos maduros e consolidados. A essencial significância dessas ofertas é que o turismo passa a ser uma atividade possível de ser alcançada por todas as pessoas, independentemente de suas mobilidades, permitindo assim, a inserção social e melhoria na qualidade de vida.

O turismo acessível de praia apresenta-se como um grande desafio contemporâneo, e a falta de estrutura adequada para atender a este público ainda é uma barreira a ser vencida. O litoral brasileiro é amplo e nele constituem-se espaços propícios para práticas de lazer, atualmente explorado como produtos turísticos de sol e praia.

É nesse ambiente de paisagem natural que algumas ações sociais de acessibilidade em praia têm trazido a oportunidade de pessoas com algum tipo de deficiência realizar atividades de lazer. Diante desse contexto, o presente capítulo apresenta os seguintes objetivos: trazer à tona um segmento emergente do turismo; realizar uma revisão de literatura tendo como marco referencial a Declaração de Manila de 1980 e, por fim, apresentar e caracterizar três iniciativas de acessibilidade em praias brasileiras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No contexto da luta pelos direitos das pessoas com deficiência, surge o conceito de acessibilidade, em decorrência dos soldados que voltavam das guerras mutilados ou com outras sequelas (JARDIM,

2014). Em 1961, os Estados Unidos da América publicaram a primeira normatização que se aplicava exclusivamente à acessibilidade, no tocante à prevenção na construção ou reformas de espaços físicos. Todavia, essa norma de adaptação dos espaços urbanos não tinha um caráter obrigatório, continuando assim a existência de edificações e áreas construídas em que as normas não eram obedecidas voluntariamente. Sendo assim, para amenizar essa questão, pouco tempo depois é criada uma lei que obriga a construção de edifícios mais acessíveis.

No ano de 1975 houve um progresso pela luta da inclusão das pessoas com deficiência, quando a ONU proclamou na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes um novo conceito de acessibilidade (JARDIM, 2014). O intuito deste documento foi o de proteger as pessoas com deficiências físicas e mentais para que pudessem prosperar as suas capacitações e integrar-se na sociedade (SILVIA, 2016).

Segundo Silvia (2016), somente na segunda metade do século passado foram iniciadas as discussões sobre os problemas e preconceitos relativos à deficiência e incapacidade, movida após denúncia da existência de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e nos meios de transporte, por profissionais de reabilitação.

O marco internacional do turismo acessível foi dado pela Organização Mundial do Turismo, através da Declaração de Manila, em 1980, quando pela primeira vez foram associados turismo e acessibilidade. Essa Declaração reconhece que o turismo é um direito fundamental e necessário para o desenvolvimento humano (HOYO E VALIENTE, 2010).

As leis que ditam os direitos e os deveres dos cidadãos possibilitam que se possa viver de forma pacífica em sociedade, não devendo existir assim desigualdades e injustiças sociais. Todavia, as pessoas com deficiência possuem no seu dia a dia necessidades diferentes daquelas

que não têm algum tipo de limitação. Muitas vezes, as pessoas com deficiência, infelizmente, não têm os seus direitos assegurados e por muito tempo foram desprovidas de seus direitos sociais, que as dificultavam em trabalhar ou realizar outras atividades primordiais ao seu bem-estar e à inclusão na sociedade (SILVIA, 2016).

A Declaração de Madri, de 23 de março de 2002, estabeleceu convenções sobre a inclusão de pessoas deficientes na sociedade, ressaltando os direitos humanos como fator de inclusão, de oportunidades sociais, como emprego e fim de barreiras, que geram exclusão (MENDES, 2008).

Ainda na Espanha, em julho de 2003, foi realizado o Congresso Ocio, Inclusión y Discapacidad, ainda hoje uma referência na abordagem do tema acessibilidade, o que levou aquele ano a ser declarado como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Nesse evento foi redigido o "Manifesto por um Ócio Inclusivo", que no seu Artigo 15, se expressa nos seguintes termos: "No âmbito do turismo, devem ser garantidas as condições de acessibilidade global das infraestruturas e espaços turísticos e impulsionar a possibilidade real para que todas as pessoas participem das ofertas de diversos turismos temáticos" (BRASIL, 2006, p. 12).

Vale ressaltar que após a Declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), a abordagem de turismo acessível impulsionou a acessibilidade na agenda global de turismo. E hoje, cada vez mais a discussão sobre acessibilidade de pessoas com deficiência tem alcançado relevância a nível mundial. A busca por uma sociedade centrada na inclusão e na responsabilidade cívica de igualdade de direitos é um anseio secular. Essa preocupação atual provoca questões de adaptações e mobilidade nas cidades que, por sua vez, são dificultadas por barreiras arquitetônicas, urbanísticas, estruturais,

comunicacionais e sociais (SILVIA, 2016).

De acordo com Duarte et al. (2015), a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é um fator primordial no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser garantidos todos os elementos dos direitos constitucionais, os quais prezam pelo humanidade e cidadania, tais como: acesso à informação e à comunicação. Assegurando-se, assim, melhores padrões na qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei, e no artigo 6º, assegura o lazer como direito social de todos. Esses direitos dão a possibilidade de integração social das pessoas com deficiência utilizando o turismo, como um bem cultural e social de importância fundamental, que deve estar ao alcance de todos os cidadãos sem que nenhum grupo da população deva ser excluído. Todavia, atualmente o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos, em especial às pessoas com algumas limitações de natureza motora, visual, auditiva ou intelectual.

Somente na década de 1970 surgiram as primeiras excursões organizadas por agências de viagem e destinadas para pessoas com deficiência, primeiramente apenas para cadeirantes, e ainda de forma tímida. A década de 1980 foi impulsionada pelo movimento social de integração, quando a problemática das viagens começa a proporcionar novas discussões sobre a temática (SASSAKI, 2005 apud MENDES, 2008). No entanto, atualmente ainda são poucas as agências de turismo que estão preparadas para trabalhar com esse público específico (MENDES, 2008). Este aspecto pode ser considerado uma importante oportunidade para o setor atingir novos clientes, desde que se faça valer da acessibilidade como um diferencial característico de outros destinos.

No Brasil, um dos maiores desafios de nossa sociedade contemporânea e democrática é a questão da igualdade social. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2015), existem cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência no país, ou seja, 23,92% da população. É preciso ainda levar em consideração os números de pessoas com mobilidade reduzida temporária e o aumento da taxa de expectativa de vida, elevando o número de idosos no país. Também é necessário lembrar que normalmente os turistas acessíveis costumam viajar acompanhados, devido a suas limitações, o que significa um número maior de turistas (AMORIM e SOARES, 2013).

Segundo Sibirino e Figueiredo (2015), a acessibilidade é direito de todos. Os espaços turísticos e os segmentos do turismo precisam ser acessíveis a qualquer pessoa. A acessibilidade é um direito que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida possuem para se deslocar com autonomia e segurança nos espaços públicos, bem como utilizarem os equipamentos e serviços turísticos (ALBUQUERQUE, 2012).

Quanto à crescente responsabilidade social, Sibirino e Figueiredo (2015) destacam que a acessibilidade é uma obrigação para com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, portanto elas precisam ter as mesmas possibilidades para aproveitar os serviços de lazer e turismo. Ainda segundo Sibirino e Figueiredo (2015), as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm direito a acesso a qualquer lugar, inclusive para a prática do lazer e turismo.

Como afirma Mendes (2008), atualmente o direito das pessoas com deficiência aborda as várias oportunidades de turismo, esporte e lazer além da importância do desenvolvimento e bem-estar pessoal é do exercício do empoderamento, pois todas as pessoas devem ter a autonomia de escolher suas opções de lazer e assumir todo o processo de definição, expandindo assim suas experiências e relações interpessoais e sociais.

O conceito de acessibilidade não está ligado apenas às pessoas com deficiências, e sim ao fato de em qualquer momento da vida, em função da saúde, podemos nos tornar pessoas dependentes da ajuda de terceiros. Nesse sentido, é possível considerar a mobilidade reduzida temporária, incluindo grávidas, idosos e pessoas que viajam com crianças em carrinhos de bebê, como um fator também de necessidade de acessibilidade.

A contribuição do turismo para a acessibilidade é proporcionar que as pessoas com deficiência identifiquem e desenvolvam suas habilidades de forma prazerosa em contato com novos ambientes, e conheçam pessoas diferentes do seu círculo habitual. Ademais, o turismo pode possibilitar a compreensão do que melhor deseja e necessita, com ganho na qualidade de vida e maior participação como cidadão. Desta forma, possibilita que a pessoa com deficiência saia do papel de coadjuvante e passe a se tornar protagonista (MENDES, 2008).

Motivados a sair de casa em busca de novas experiências, e de maneira cada vez mais independente, o turismo acessível muda os paradigmas de consumo. Atrair esse público específico deve ser cuidadosamente planejado, podendo ser um diferencial de destino turístico em relação a outros concorrentes (AMORIM e SOARES, 2013).

Como afirmou Nunes (2011, p. 06), "a acessibilidade afeta todas as áreas da sociedade. Os serviços turísticos, enquanto qualidade são um diferenciador de sucesso muito importante no que toca a vantagens competitivas". Neste sentido, ainda segundo Nunes (2011), o turismo acessível possibilita uma oferta de soluções e respostas, um conjunto com o nível de envolvimento das várias entidades, como os setores públicos, privados e associações de várias áreas, não exclusivamente do turismo.

O turismo acessível nasce assim com a potencialidade motivadora de inclusão social, visando à expansão da participação de todos nessa jornada, com a finalidade de propiciar às pessoas com deficiência a oportunidade de

acesso às atividades comuns de lazer. Ainda nesse sentido, o setor turístico cria novas oportunidades de mercado, uma vez que o setor possibilita uma atividade que gera resultados positivos para o estado psicológico, emocional e físico, e para o bem-estar dessas pessoas (DUARTE et al., 2015). Turismo Acessível é, portanto, o termo técnico usado para definir a "possibilidade e condição do portador de deficiência em alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico" (BRASIL, 2009, p. 4).

Segundo o Ministério da Justiça do Brasil, são classificadas pessoas com deficiência, aquelas que possuem alguma limitação ou incapacidade para desenvolver algum tipo de atividade. A Organização Mundial da Saúde divide e caracteriza as deficiências em cinco grupos: deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência intelectual (leve, moderada, severa e profunda), deficiência visual (cegueira total e baixa visão) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiência associadas). A esse grupo também se acrescenta a parcela da população que possuem algum tipo de mobilidade reduzida (BRASIL, 2009a).

As abordagens das deficiências, segundo a Organização Mundial da Saúde (2014) e o Ministério do Turismo (2006), caracterizam-se da seguinte forma:

• **Deficiência física**: corresponde a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

• **Deficiência auditiva**: são perdas bilaterais, parciais ou totais, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. O Decreto nº 5.626/2005 considera pessoas surdas aquelas que, pela perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando-se principalmente pela Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em termos clínico-patológicos, é classificada conforme o seguinte nível de perda: leve, moderada, severa ou profunda.

• **Deficiência visual**: corresponde à acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60˚; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

• **Deficiência intelectual**: corresponde ao funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

• **Deficiência múltipla**: são associação de duas ou mais áreas de deficiências. Complementando com as palavras de Neves (2013), caracteriza-se por uma combinação entre diferentes deficiências podendo ser física, sensorial, mental, emocional, ou de comportamento social, com possíveis probabilidades de associação. Todavia não é exclusivamente o somatório de deficiências que será a condição determinante para caracterizar a múltipla deficiência, mas a conjuntura de desenvolvimento e a capacidade funcional de comunicação e interação social.

• **Mobilidade reduzida**: é a dificuldade de movimento, permanente

ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência. A NBR 9050-2004 entende por pessoa com mobilidade reduzida, além da pessoa com deficiência, o idoso, o obeso e a gestante.

Os países membros da ONU devem garantir que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os países membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos neste sentido.

No que se refere à normatização, a NBR 9050-2004 determina que nos parques, praças e locais turísticos que adotarem pavimentação, mobiliário ou equipamentos, sejam edificados ou montados, devendo ser acessíveis e mesmo assim observar nesses locais os atributos ambientais para que sejam legalmente preservados. Deste modo, todas as edificações de uso coletivo e os locais turísticos estão obrigados às adaptações legais exigidas. Ainda segundo a NBR 9050-2004, os locais onde houver a prática de atividades ao ar livre, devem contar no momento do embarque e desembarque dos atrativos com acessibilidade adequada e se faz necessário observar, nos casos de trilhas, a existência de elementos da vegetação, como galhos e arbustos nas rotas de circulação.

Na aspiração à inclusão social para a construção de uma sociedade mais igualitária, é necessário eliminar fatores que impossibilitam e dificultam o acesso e a utilização de todos os cidadãos, evitando assim que uma parcela desfavorecida da população seja privada de seus direitos. Esses fatores são denominados barreiras e a sua presença ou

ausência podem limitar o indivíduo e, consequentemente, potencializar a sua incapacidade (NEVES, 2013).

Tendo em vista esse processo de inclusão, é necessário a suspensão das barreiras físicas e sociais e seus diferentes segmentos, ou seja, obstáculos que limitem o acesso, a liberdade de circulação com segurança e a possibilidade de se comunicarem ou terem acesso à informação. É preciso, para tanto, analisar o papel da sociedade e do poder público, procedendo com mecanismos de planejamento e gestão, como também da própria pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, uma vez que este deve lutar e exigir seus direitos. As barreiras que essas pessoas enfrentam são bem marcantes, ainda que a sociedade esteja mudando gradativamente a sua forma de se relacionar com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência (ALBUQUERQUE, 2012).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se a abordagem qualitativa. De acordo com Carmo e Ferreira (2008), o método qualitativo permite ao investigador completar lacunas no conhecimento existente, bem como consolidar as situações em que são detectadas inconsistências, nomeadamente entre o que a teoria prevê e os resultados da investigação realizada.

Quanto ao método de pesquisa adotado, optou-se pela pesquisa exploratória e o estudo de caso em três projetos no Brasil que se destacam pela apropriação de práticas inclusivas em praias: **Praia para Todos** (Rio de Janeiro - RJ), **AC Social** (João Pessoa - Paraíba) e **Estrela do Mar** (Aracaju - Sergipe).

De acordo com Dencker (2007), é essencial ao pesquisador obter

em campo as variáveis subjetivas e diversificadas dos fenômenos sociais estudadas, provocando o pesquisador a definir os procedimentos adequados ao estudo do caso específico. Esta ação exige do investigador leitura e observação da problemática, além da participação no universo estudado e de contato com agentes envolvidos. Tal linha de pensamento é confirmado por Gil (2008): "assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador".

Os autores supracitados ponderam ainda que a abordagem qualitativa, com um caráter exploratório, corresponde ao método que melhor oferece uma visão e compreensão do problema, e é especialmente indicado para solucionar questões quando o pesquisador precisa coletar em campo as variáveis que serão analisadas.

As pesquisas de campo foram utilizadas como um meio indispensável para o trabalho de observação, para salientar as atividades, infraestruturas, atrações e tratamento dado à acessibilidade dos locais visitados. Os estudos de campo examinam gradualmente a aplicação das demandas propostas, utilizando a técnica de observação (GIL, 2008). Diante do exposto, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram conduzidos em quatro etapas:

1 - Pesquisa bibliográfica: realizada seguindo os argumentos de Denker (2007) para a revisão da literatura existente, elaboração conceitual da pesquisa e definição dos marcos teóricos relevantes para o turismo acessível de sol e praia.

2 - Escolha dos projetos a serem estudados: esta fase foi motivada por uma consulta na plataforma aberta de internet utilizando as seguintes palavras chaves: turismo acessível de sol e praia, Brasil e acessibilidade. Em seguida, buscou-se o agendamento de entrevista com os idealizadores dos respectivos projetos.

3 - Visita de campo com registro fotográfico e entrevista estruturada

com os idealizadores de cada projeto investigado. A pesquisa de campo e a entrevista com o Sr. Ricardo Gonzalez, do Instituto Novo Ser - Acessibilidade Plena e Inclusão Social (Praia Para Todos), ocorreu em novembro de 2017. A pesquisa realizada na praia de Cabo Branco - João Pessoa - Paraíba, com levantamento fotográfico e entrevista ao idealizador projeto, Genilson Machado, ocorreu em março de 2017. E por último, a entrevista com Byron Silva do projeto Estrela do Mar foi realizada em setembro de 2018, na cidade de Aracaju - SE.

4 - Análise e interpretação dos resultados: nesta etapa elaborou-se um quadro de caracterização dos projetos pesquisados. Além disso, evidenciou-se as principais práticas inclusivas de cada projeto, destacando as dificuldade e facilidades que cada um deles apresenta para atrair residentes e turistas com deficiências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O segmento de turismo de sol e praia no Brasil consiste em uma atividade de importância econômica e social que utiliza recursos naturais como atrativos turísticos e se consolidou como destino litorâneo. O Brasil possui uma grande extensão costeira, cerca de 8.500 km (BRASIL, 2010), com clima tropical predominante e agradável, paisagens deslumbrantes e praias diferenciadas pela vegetação de ecossistema distintos, além de ambientes naturais ainda preservados.

O despertar da praia como atração de lazer é entendida ao longo dos tempos de diversas formas, inicialmente produzidas no imaginário do homem ocidental por teorias religiosas e terapêuticas (LIMA, 2011). Em meados do século XVIII, a função balneária terapêutica aparece na Europa, primeiramente sob as concepções benéficas do banho de mar, receitado por médicos para atender as pessoas que padeciam de alguma

moléstia e que tinham no ambiente urbano, um lugar insalubre. O conjunto composto pelo mar, a salinidade da água, o calor do sol no verão, a brisa e a paisagem marítima, são entendidos nessa época como um conforto para o restabelecimento físico e mental (BRASIL, 2010).

No Rio de Janeiro, a associação de práticas marítimas aos tratamentos terapêuticos e a construção do túnel velho, ligando o bairro de botafogo a Copacabana, deu início ao processo de desenvolvimento do segmento de turismo de sol e praia; acentuado pelo surgimento das segundas residências no litoral (BRASIL, 2010). Segundo Dantas (2009, p.23), "com suas casas planas cercadas de jardins, Copacabana somente é verdadeiramente valorizada pelo veraneio em 1904, com a construção de uma via litorânea". Essa ideia se projeta para as outras praias das regiões Sudeste e Sul, e posteriormente para todo o litoral brasileiro. Morar na praia passa a ser uma prática propagada nos principais centros urbanos litorâneos, resultando em um crescente fenômeno social que utiliza o litoral como suporte para o desenvolvimento do turismo (LIMA, 2011). Esse litoral abundante é cenário privilegiado para práticas de lazer, vilegiatura e convívio social, aos esportes náuticos ou simplesmente para contemplação e descanso. Um cenário assim deve ser aproveitado por todos.

A expansão do turismo de sol e praia se consolida no Brasil após a década de 1970, devido às construções de segunda residências no litoral, e segue crescendo à medida que estes destinos se mantém como potencial turístico. De acordo com Lima (2011), as praias do Nordeste brasileiro representam um dos mais significativos espaços de ocupação turística do litoral, deve-se esse potencial à imensa diversidade de suas praias e a sua imagem de natureza paradisíaca, com sol o ano todo, vinculadas pelo marketing turístico.

O Caderno de Orientações Básicas do Turismo de Sol e Praia,

publicado pelo Ministério do Turismo (2010), além de destacar a importância econômica e cultural local, decorrente da dinâmica de uso e ocupação do solo nos espaços litorâneos, realça ainda, aspectos gerais para estruturação de destinos turísticos de sol e praia e procedimentos para o desenvolvimento da atratividade, salientando a concepção de produtos acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os empreendimentos situados nas praias devem assim adequar seus projetos arquitetônicos e de engenharia, consoantes às normas e especificações de adaptação e acessibilidade. Segundo a NBR 9050-2004, alguns itens de acessibilidade devem ser respeitados nas praias brasileiras, para garantir a utilização por pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

No Brasil, são desenvolvidas algumas iniciativas de projetos de acessibilidade de praia. Foram entrevistados os idealizadores de três projetos implantados e observados as estruturas físicas das praias para o atendimento aos deficientes, conforme quadro 1. Analisando o referido quadro de caracterização dos projetos, observa-se que o fator motivador para idealização dos projetos Praia para Todos e AC social foi uma necessidade pessoal dos coordenadores, uma vez que ambos são cadeirantes e tinham a ideia de voltar a ter o prazer de um banho de mar. No projeto Estrela do Mar, o idealizador foi motivado por uma ação social com portadores de síndrome de *down* e autismo no sentido de ajudá-los na prática de *bodyboard*. Vale ressaltar que os três projetos estudados são organizações não governamentais e possuem parcerias de iniciativas privadas, porém apenas o Praia Para todos e o AC Social apresentam algum tipo de apoio do Estado e Prefeitura Municipal. Com relação à variável disponibilidade para o público, a ação do projeto Praia Para Todos- RJ somente se realiza no decorrer do verão de cada ano, enquanto o AC Social e Estrela do Mar executam ações continuadas que ocorrem todos os sábados pelas manhãs.

Quadro 1: Caracterização dos Projetos de Acessibilidade de Praia no Brasil

Cenários \ Projetos		Praia Para Todos - RJ	AC Social - PB	Estrela do Mar - SE
Fator Motivador		Necessidade pessoal do idealizador	Necessidade pessoal do idealizador	Trabalho social de inclusão
Classificação da instituição		ONG Não governamental	ONG Não governamental	ONG Não governamental
Parcerias atuais		Corpo de Bombeiros Prefeitura Iniciativa privada	Prefeitura Estado Iniciativa Privada	Iniciativa Privada
Público Alvo		Todas as deficiências	Todas as deficiências	Todas as deficiências
Infraestrutura	Cadeira anfíbio	X	X	X
	Rampa de acesso	X	X	X
	Esteira	X		
	Banheiro adaptado			X
	Espaço acolhimento	X	X	X
	Estacionamento			X
	Lava pés			X
	Alimentação			X
Equipe de apoio Voluntária		Fixos e rotativos	Fixos e rotativos	Fixos e rotativos
Atividades de lazer		-	Vôlei de praia sentado e caiaque	Bobyboard
Nº deficientes atendidos		40 /dia	50/cadastrados	150/cadastrados
Disponibilidade para público		Intermitente	Contínua	Contínua

Fonte: Baseado em entrevistados os idealizadores de três projetos implantados.
Elaboração: Waleska Diniz Santana e Letícia Bianca Barros de Moraes Lima.

Observa-se também através do quadro 1 que todas as iniciativas são realizadas com equipe de apoio fixa e voluntários intermitentes, além de desenvolver atividade de lazer complementar, como vôlei sentado, caiaque, *bodyboard* e *surf*.

No que diz respeito à infraestrutura disponibilizada e ao material de apoio de cada iniciativa, todas os projetos possuem cadeiras anfíbios para deficientes, rampas de acesso fixas ou removíveis e espaço de acolhimento sombreado para o início das atividades, porém apenas o Projeto Estrela do Mar de Sergipe possui estacionamento próprio, banheiros adaptados, espaço de lava pés e área de alimentação em parceria com um bar local. Nota-se que o Estrela do Mar, apesar de ser uma iniciativa sem apoio do poder público, oferece uma infraestrutura mais adequada aos assistidos pelo projeto.

Nessa visão global, é possível firmar que os projetos avaliados possuem relevância em termos de inclusão social, porém percebe-se que não dispõem ainda de infraestrutura física adequada que contemple as necessidades das pessoas com algum tipo de deficiência.

Faz-se necessário também discutir alguns aspectos desses projetos, vistos individualmente. É o que será feito a partir de agora.

• Projeto Praia Para Todos – RJ

O Praia Para Todos é o primeiro projeto de acessibilidade em praia no Brasil. Idealizado pelo Instituto Novo Ser em 2008, como projeto piloto, no Rio de Janeiro, tem como objetivo principal proporcionar infraestrutura acessível para as pessoas com deficiência. O projeto foi iniciado através de uma parceria entre os setores públicos e privados e funciona em um posto em algumas praias da cidade, composto com recursos assistidos (cadeiras anfíbias, esteiras, material desportivo e de apoio) e uma equipe técnica

para auxiliar a desenvolver atividades esportivas inclusivas para pessoas com deficiências, proporcionando toda segurança possível e necessária. Para isso, as normas exigidas de acessibilidade foram implantadas no entorno dos postos de atendimento (PRAIAPARATODOS.COM, 2018).

Intitulado inicialmente de Praia Acessível - Lazer Para Todos, este projeto foi levado a cabo posteriormente no ano de 2009, na Praia do Leblon, no posto 11, aproveitando a esteira de bambu já instalada em 2006 pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, feito em parceria com o CVI – Centro de Vida Independente (PRAIAPARATODOS.COM, 2018).

De caráter original e inovador no Brasil, este projeto foi o pioneiro na época, pois não havia nenhuma ação conhecida de inclusão de deficientes em praias, mesmo com a considerável iniciativa de instalação dois anos anteriores, das esteiras de bambu, uma vez que as mesmas não eram usufruídas por cadeirantes, pois eles necessitam de um apoio e infraestrutura mais específica. Devido ao grande sucesso do programa, um importante apoio e parceria foi feita entre a empresa Michelin e a Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro, além da colaboração de um grupo de surf adaptado, agregando mais valor de caráter esportivo ao projeto (PRAIAPARATODOS.COM, 2018).

De acordo com Ricardo Gonzales, idealizador do projeto, as parcerias com Prefeitura e Estado do Rio de Janeiro e iniciativas privadas são importantes para fornecer a infraestrutura básica para o funcionamento do projeto: “(...) banheiro acessível, esteira para a passagem de cadeira de rodas na areia, cadeiras anfíbias, rampeamento do calçadão para a parte arenosa feita de concreto e todo o entorno acessível também, para deficiente físico e para outras deficiência, como o deficiente visual, que são os semáforos sonoros para atravessar, piso

tátil desde o ponto de ônibus ao ponto do projeto ou posto do quiosque" (GONZALES[7], 2017).

Esse conjunto de iniciativas sensibilizou o uso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida pela utilização de um espaço de poder público muito pouco explorado por eles. Fez-se então necessária a expansão e a redefinição da estratégia do projeto. Despontou o Praia para Todos, instaurado no início de 2010 de forma itinerante. O projeto tinha o objetivo de beneficiar diferentes cenários e comunidades e propagar os conceitos de acessibilidade e inclusão. Circulou em 2011 e 2012 nas principais praias da cidade, Barra da Tijuca, Copacabana, Ipanema e Piscinão de Ramos, porém em 2013, com o objetivo de consolidar um local como referência de acessibilidade, um ponto fixo foi estabelecido na praia de Copacabana, em parceria entre o Instituto Novo Ser e o 3º Gmar (Grupamento Marítimo de Copacabana), com a colaboração do Ten. Cel. Marcelo Pinheiro. Essa ação conjunta auxiliou o suporte logístico de armazenamento e transporte de materiais, além de proporcionar uma enriquecedora troca de experiências entre os envolvidos (PRAIAPARATODOS.COM, 2018).

O projeto atende às necessidades de cerca de 50 pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por dia, e desde o início até o momento da entrevista foram realizados cerca de 3.500 atendimentos diretos, tornando-se uma referência nacional e internacional em acessibilidade nas praias. Vale ressaltar que representantes de outros estados brasileiros fizeram contato para conhecer o projeto de forma a replicá-lo em suas regiões (PRAIAPARATODOS.COM, 2018).

7 GONZALES, R. Entrevista concedida a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima, Rio de Janeiro, 2017.

• Projeto AC (Acesso Cidadão) Social – Paraíba

Todos os sábados pela manhã, na Praia de Cabo Branco em frente a Fundação Casa José Américo, na cidade de João Pessoa (Paraíba) se concretiza o projeto AC Social (Acesso Cidadão Social). O coordenador, Genilson Machado, redescobriu há seis anos o prazer do banho de mar, afastado de uma de suas paixões após sofrer um acidente durante um mergulho em piscina que o deixou tetraplégico. A paixão pelo mar o fez buscar e compartilhar sua vitória com outras pessoas deficientes e atualmente coordena uma organização que auxilia o acesso ao mar com a ajuda de voluntários e cadeiras anfíbias.

Para o acesso ao mar de João Pessoa, o projeto possui além das cadeiras anfíbios, coletes salva-vidas e caiaques. Outras atividades são desenvolvidas no projeto com equipamentos para a prática de vôlei sentado, frescobol e *handbikes*. O projeto tem parceria com o governo do Estado da Paraíba, que facilitou um contêiner que serve de depósito para o material utilizado, e com Prefeitura da cidade de João Pessoa, através da doação de caminhão pipa com água do mar que preenche duas piscinas infláveis no intuito da prática da talassoterapia (terapia com o uso da água do mar). O apoio da Prefeitura Municipal da capital paraibana também se dá por conta da doação de uma estrutura em forma de toldo, montado na areia (Foto 1). É possível notar que toda estrutura do projeto é adaptada, não possuindo espaço físico adequado às necessidades das pessoas com deficiência. E neste caso, como funciona somente aos sábados, não é possível atender aos turistas em outro momento.

Hoje o projeto atende acerca de 50 frequentadores com algum tipo de deficiência e suas famílias; conta também com a

colaboração de voluntários fixos e esporádicos de instituições educacionais, comunitárias e religiosas (Foto 2). A dedicação de sua equipe e as oportunidades oferecidas aos assistidos pelo projeto são relatadas pelo coordenador:

> Eu e minha equipe nos dedicamos inteiramente todos os dias para manter o projeto funcionando e assim continuar proporcionando a acessibilidade ao lazer. Cada pessoa que vejo entrar no mar, jogar vôlei, ou andar de bicicleta pela primeira vez na vida ou depois do acidente, é uma emoção enorme, pra eles e pra mim. É um motivo cada vez maior para que possa continuar fazendo e que isso perdure para sempre. Para mim é um sonho realizado (MACHADO[8], 2017).

Foto 1: Projeto AC Social **-** Estrutura montada com Toldo

Crédito fotográfico: Waleska Diniz Santana, 2018.

Foto 2: Projeto AC Social - Assistência com cadeira anfíbia

8 MACHADO, G. Entrevista concedida a Waleska Diniz Santana. Paraíba, 3 de março de 2018.

Crédito fotográfico: Waleska Diniz Santana, 2018.

É válido ainda ressaltar que o projeto possui diversos equipamentos para atividades esportivas adaptadas. A disposição desse material no calçadão da praia no início das atividades é para atrair a atenção dos que transitam no local e despertar o interesse dos participantes.

• Projeto Estrela do Mar - SE

O projeto Estrela do Mar é uma ação empreendida por cerca de 40 voluntários associados que desenvolvem atividades de lazer na praia para pessoas com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida. Por ser um projeto permanente, funciona há seis anos, todos os sábados, no qual são atendidas aproximadamente 150 pessoas com deficiência, cadastrados no projeto. O grupo é constituído por crianças, adolescentes, adultos e idosos que apresentam deficiência auditiva, motora, visual e ou intelectual (Foto 3).

Foto 3: Projeto Estrela do Mar - Assistidos pelo projeto

Crédito fotográfico: Waleska Diniz Santana, 2018.

O projeto foi fundado pelo coordenador Byron Silva e tem o objetivo de oferecer atividades esportivas de lazer para pessoas com algum tipo de deficiência, com a finalidade maior do banho de mar. A sede do projeto Estrelas do Mar, ocupa uma área do Bar Solarium, uma concessão feita pelo governo do Estado de Sergipe de aproximadamente mil metros quadrados, localizada à beira da praia na Rodovia José Sarney, na Zona de Expansão de Aracaju. Conta com uma estrutura de restaurante, composto por salão principal, cozinha, depósito, dois banheiros, quiosques de palha, área externa não pavimentada destinada às atividades de lazer e estacionamento (SILVA[9], 2018).

As atividades recreativas começam com o aquecimento, que

9 SILVA, B. Entrevista concedida a Waleska Diniz Santana. Sergipe, 25 de setembro de 2018.

vai desde aulas de ginástica aeróbica, disputa de cabo de guerra, pula corda, jogo de peteca, até as aulas de capoeira e outras animadas brincadeiras. Depois disso, enfim o momento esperado, os voluntários após um treino específico, utilizam cadeiras anfíbios e pranchas adaptadas de *bodyboarding* para o banho de mar, como ferramenta de inclusão social para que as pessoas possam experimentar novos desafios e superar suas dificuldades (Foto 4).

Foto 4: Projeto Estrela do Mar – *Bodyboarding* com assistência

Crédito fotográfico: Waleska Diniz Santana, 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, a inclusão de pessoas com deficiência foi vista como uma questão isolada, apenas das famílias. Aos poucos foram surgindo instituições e grupos de apoio com a preocupação de integração social dessas pessoas, tendo o direito ao lazer como ferramenta específica.

A praia passa a ser um cenário atingível e o turismo acessível de praia, uma maneira saudável de as integrar.

Neste sentido, o turismo acessível de sol e praia tem assumido gradativamente uma perspectiva mais atenta, observando-se nos últimos anos medidas utilizadas nas adequações dos equipamentos e na nova postura dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências desejam tratamentos e oportunidades igualitárias nas mais diversas atividades turísticas, que sejam respeitadas as capacidades e mobilidades individuais, apenas necessitando de algumas adaptações.

No que tange às visitas técnicas empreendidas durante o processo da pesquisa, em especial na Praia de Aruana, em Aracaju - Sergipe, destaca-se uma evolução tanto de práticas inclusivas atitudinais como na implementação de novos equipamentos de lazer acessíveis no Projeto Estrelas do Mar. Esta percepção motiva a continuidade de projetos futuros dirigidos às pessoas com deficiência e necessidades especiais.

Como podemos verificar nos exemplos de casos estudados, já existem boas práticas desenvolvidas no Brasil, porém ainda se faz necessária a continuação de projetos futuros dirigidos a esse público específico com necessidades especiais. Vê-se assim a acessibilidade como o objetivo de um mundo melhor, porque uma sociedade feita para todos é uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. da C. L.. **Acessibilidade no Turismo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Turismo da UFRN, 2012.

AMORIM, E.; SOARES. O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 11, nº 3, p. 97-10, 2013. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/11313special/PS0313_10.pdf. Acesso em: agoosto/2017.

BRASIL, **Turismo e acessibilidade**: Manual de orientações. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: https://goo.gl/jzrm94. Acesso em: fevereiro/2018.

BRASIL, **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações. Brasília: Ministério do Turismo. 2009. Disponível em: https://goo.gl/DijgEs. Acesso em: agosto/2018.

BRASIL, **Turismo Acessível**: Introdução a uma Viagem de Inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo. 2009. Disponível em: https://goo.gl/XVRC7Y. Acesso em: fevereiro/2018.

BRASIL, **Turismo de Sol e Praia**: Orientações básicas. 2ª edição, Brasília, Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: março/2018.

CARMO, H. & FERREIRA, M.. **Metodologia da investigação** – Guia para autoaprendizagem. 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta. 2008.

DANTAS, E. W. C.. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: UFC, 2009.

DENCKER, A. D. F. M.. **Pesquisa em turismo:** planejamento, métodos e técnicas. Futura, 2007.

DUARTE, D. C., BORDA, G. Z., MOURA, D. G., & SPEZIA, D. S.. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 9(3), (2015), p. 537-553.

DUMAZEDIER, J.; LIMA CAMARGO, L. O. de; ANSARAH, M.. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel. 1994.

FEITOSA, A. R. Turismo e inclusão social: um estudo sobre as contribuições do marketing social para a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto do turismo no Brasil. **Monografia**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, curso de Turismo. 2010.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA. 2008.

GONZALES, R. **Entrevista concedida a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima**. Rio de Janeiro, 2017.

HOYO, M. M.; VALIENTE, G. C.. Turismo accesible, turismo para todos: la situación en Cataluña y España. **Cuadernos de Turismo**, 2010, (25), p. 25-44.

IBGE, **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3326&z=cd&o=7&i=P. Acesso em: agosto/2018,

JARDIM, M. P. R. P.. **Condições de acessibilidade no espaço público**. 2014. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462803/Dissertacao.pdf. Acesso em:

fevereiro/2018.

LIMA, L. B. B. de M.. O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos Sistur e Talc. **Tese de Doutorado em Geografia**, UFS, 2011.

MACHADO, G. **Entrevista concedida à Waleska Diniz Santana**. João Pessoa - Paraíba, 3 de março de 2018.

MENDES, B. C.; DE PAULA, N. M. A hospitalidade, o turismo e a inclusão social para cadeirantes. **Revista Turismo em Análise**, 19(2), 2008, p. 329-343.

NEVES, T. R. Turismo e acessibilidade: um estudo nos equipamentos turísticos natalenses, Aquário Natal e Fortaleza dos Reis Magos com base na Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT). **Monografia de Bacharelado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

NUNES, C. A. D. A. Turismo acessível: o caso da Lousã, **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Coimbra, 2011.

PANOSSO, N., LOHMANN, G.. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo, 2012.

PRAIA PARA TODOS, 2018. Disponível em: http://www.praiaparatodos.com.br/index.html. Acesso em: março/2018.

SIBIRINO, R. S.; FIGUEIREDO, L. F. G. **Uma análise das condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis-SC**. Projetica, v. 6, n. 2, p. 122-133. 2015.

SILVA, B. A. R. Á.. **Turismo e acessibilidade na ilha Terceira**: da caracterização das necessidades ao design inclusivo de produtos turísticos. 2017. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/4230. Acesso em: fevereiro/2018.

CAPÍTULO 9

PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO PARA COMUNIDADES RURAIS DE TOBIAS BARRETO - SE

(...).

Yo trabajo ... (no me digas nada), trabajo para morir viviendo. No quiero trabajar para vivir muriendo. Me renuevo. Gracias a Dios, en quien cada día que pasa pongo mi empeño y mi ilusión. (...).

(Federico García Lorca – Epistolário I - 1983)

Rosangela Vilela Sobral Silva
Irinéia Rosa do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

O turismo configura-se como um fenômeno socioeconômico importante, visto a sua capacidade em atrair investimentos, gerar empregos e incentivar o desenvolvimento de novas atividades, além de fortalecer as já existentes nas regiões. A atividade turística quando construída a partir de um planejamento e de políticas públicas voltadas ao turismo, contribui para a promoção de destinos atraentes e diversificados, aumentando o fluxo de turistas em todo o país e, consequentemente, estimulando a economia local.

As políticas de turismo são instrumentos que colaboram para viabilizar a atividade, subsidiando o seu desenvolvimento nos municípios e nas regiões com potencialidades turísticas. Para tanto, é preciso analisar e "respeitar as peculiaridades e especificidades de cada região e entender o papel de cada município no processo de desenvolvimento regional do turismo" (BRASIL, 2015, p. 9), para o direcionamento eficiente das políticas públicas de acordo com as necessidades de cada região.

Dentro desta ótica, o Governo Federal através do Ministério do Turismo (MTUR) produziu em 2015, a Cartilha de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento propôs a melhoria nas tomadas de decisões e implementação de políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros (BRASIL, 2015).

Dois anos após a elaboração da referida cartilha, o Programa de Regionalização do Turismo elaborou o Mapa do Turismo Brasileiro. Essa importante ferramenta propõe identificar os municípios que possuem potencialidades turísticas e colaborar para o desenvolvimento regional das políticas públicas voltadas ao turismo. O documento considera a dinâmica do turismo e realiza atualizações a partir de avaliações periódicas, como a exclusão ou inclusão de municípios

contemplados para o incremento da atividade Brasil (BRASIL, 2017).

De acordo com o referido mapa, o país apresenta 328 regiões turísticas inseridas em 3.285 municípios. O Estado de Sergipe, considerando a atualização do documento em 2017, obteve representação de 58 municípios (BRASIL, 2017a). De acordo com o mapa, em 2004, Sergipe possuía cinco regiões/polos turísticos, identificados como: Costa dos Coqueirais, Velho Chico, Serras, Entre Rios e Tabuleiros. No ano de 2006, ocorreu a alteração nas nomenclaturas de duas regiões: Serras passou a ser chamado de Serras Sergipanas e Entre Rios passou a ser identificado como Sertão das Águas (SERGIPE, 2009).

Em relação às ações e investimentos do MTUR nos últimos anos, os polos sergipanos que se destacaram foram o Polo Costa dos Coqueirais e o Polo Velho Chico. Quanto ao Polo Sertão das Águas, observou-se a ausência de referência documental e de investimentos do MTUR, apesar da identificação de potencialidades para o desenvolvimento do turismo. Localizado na região centro-sul do estado de Sergipe, o Polo Sertão das Águas contempla os municípios de Itabaianinha, Lagarto, Simão Dias, Tobias Barreto, Arauá, Umbaúba, Boquim, Cristinápolis, Pedrinhas, Riachão do Dantas e Salgado (GURGEL, 2017).

Considerando ainda a categorização realizada pelo Ministério do Turismo, que classifica os municípios quanto a infraestrutura para o turismo em A, B, C, D e E, têm-se nas três primeiras categorias (A, B, C) os municípios que apresentam trabalhos e estabelecimentos formais em meios de hospedagem e contém fluxo doméstico ou fluxo internacional. Enquanto as categorias D e E representam os municípios que possuem apoio às cidades geradoras de fluxo turístico (GURGEL, 2017).

Conforme a classificação descrita, até o ano de 2017, o município de Tobias Barreto estava incluído na categoria C, enquanto os demais municípios do Polo Sertão das Águas foram incluídos nas categorias D ou

E. No entanto, na atualização do Mapa do Turismo, publicada em 2018, Tobias Barreto foi classificado na categoria D. Esses índices classificatórios evidenciam a necessidade de uma reflexão sobre a condução e estruturação da atividade turística no Polo Sertão das Águas, especialmente no que se refere ao município de Tobias Barreto, que apresenta um potencial para o desenvolvimento de atividades e produtos turísticos.

Tobias Barreto é reconhecido, regionalmente, como um importante centro comercial com uma variedade de indústrias têxteis, e diversidade de produtos artesanais, como os bordados e a cerâmica, atraindo compradores e visitantes de diferentes pontos do Estado de Sergipe e de outros estados nordestinos. O Plano Diretor do município apresenta, no seu artigo 13, inciso 2, a importância de instigar as atividades que podem ser relacionadas à atividade turística, através de segmentos como turismo rural, cultural e ecológico, investindo nas potencialidades existentes no município (SERGIPE, 2006).

Dessa maneira é imperativo conhecer o espaço urbano e o rural do município e, ainda compreender a dinâmica das atividades turísticas desenvolvidas, visando a promoção do turismo local. O intenso comércio na sede municipal e os elementos culturais ali presentes podem ser considerados atrativos para os visitantes. Citam-se como exemplos a Casa de Cultura (onde está instalada a Secretaria de Cultura do município) e a Casa de Tobias Barreto, local que apresenta e resgata a história do filósofo e poeta Tobias Barreto de Menezes.

Neste contexto, o questionamento norteador perpassa pela possibilidade de elaboração do planejamento participativo para a implementação do Turismo de Base Comunitária e no fortalecimento daquelas já existentes. O desenvolvimento do turismo rural e de base comunitária no município, certamente contribuirá para permanência do Polo Sertão das Águas no Mapa do Turismo, ao considerar o potencial turístico do povoado Jacaré e imediações.

Indubitavelmente, a organização e o planejamento são elementos essenciais para o sucesso da atividade. Objetivou-se com esse trabalho elaborar um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) na perspectiva de desenvolvimento de um Turismo Rural de Base Comunitária no município de Tobias Barreto/SE, como ferramenta de auxílio na organização do turismo na região.

2 DO PLANEJAMENTO AO PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO

O planejamento pode ser conceituado como um "processo dinâmico, [...] lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante" (BARRETTO, 1991, p. 13), já que permite a reflexão durante e após a sua execução. Braga (2007) acrescenta ainda que o planejamento pode ser considerado como um processo que ocorre de forma permanente, contínua e retomável. Ao traçar e adequar os objetivos e metas que irão garantir uma situação estabelecida, o planejador deverá então acompanhar todo o processo, a fim de tomar decisões lógicas e hábeis no futuro (FERNANDES, 2011).

A realização do planejamento é importante, pois colabora para que as atividades sejam realizadas de forma correta, os objetivos sejam atingidos e, consequentemente, possa "mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher caminhos alternativos" (PETROCCHI, 1998, p. 20) para sanar e encontrar estratégias que contribuirão para a resolução dos problemas.

O processo contínuo do planejamento "envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou escolhas" (SANTOS, 2004, p. 24). Essa técnica de envolvimento e organização integram o conjunto de fases do planejamento que, segundo Molina (2005) e Lohmann e Panosso Netto

(2008), são compostas por análise do ambiente, diagnóstico, prognóstico, estratégia, implantação e avaliação. Autores como Dias (2003) e Fernandes (2011) entendem que a primeira etapa a ser desenvolvida é o diagnóstico, onde a análise do ambiente está inserida nesse primeiro momento de contato com o objeto de estudo. Entretanto, através da análise dos autores já citados, compreende-se que o momento de chegada ao ambiente para uma análise prévia seria inicialmente um complemento ao diagnóstico, aprimorado na etapa seguinte.

Ao analisar o ambiente interna e externamente, o planejador coleta informações para a elaboração de um diagnóstico. Essa etapa é primordial, pois segundo Lohmann e Panosso Netto (2008), o pesquisador identifica as características e especificidades do local onde será desenvolvido o planejamento. Após o diagnóstico, deverá ser levantado o prognóstico, que Molina (2005, p. 60) conceitua como a "projeção das variáveis identificadas no diagnóstico, tal como estas se desenvolvem no tempo", onde são traçadas hipóteses sobre o que pode ser desenvolvido, a partir do que foi identificado no diagnóstico. Elaboradas as previsões, o pesquisador delimita os objetivos e informa onde quer chegar com as estratégias que guiarão ao planejamento. Com a finalidade de almejar os objetivos pretendidos, Molina (2005) orienta ainda a importância de traçar metas e etapas, que propõem valorizar e ressaltar mais ainda os objetivos.

Definidos esses elementos, conforme Dias (2003), é o momento de desenvolver na prática o plano, através de "oficinas de conscientização dos moradores" (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 131), com intensa participação da comunidade. Por fim, cabe ao planejador após a execução das atividades, avaliar se as atividades conseguiram trazer os resultados esperados.

Fernandes (2011) ressalta ainda que essa etapa não deve ser transmitida como um encerramento do plano, pois em virtude da dimensão contínua do planejamento, é na avaliação que há a percepção de que os

objetivos e estratégias foram alcançadas. Caso haja erros, essa etapa proporciona a sua correção, já que essa é "a fase de retroalimentação do planejamento, uma vez que a mesma é uma atividade permanente, que deve se manter em constante atualização" (FERNANDES, 2011, p. 22).

No turismo, segundo Molina (2005, p. 46), o planejamento tem como "objetivo maior [...] assegurar o crescimento e desenvolvimento turístico", ao vincular os subsistemas turísticos (oferta e demanda). O planejamento turístico pode ser considerado ainda como "[...] o instrumento idôneo para racionalizar as manifestações do fenômeno, para vinculá-las ao processo de desenvolvimento global no nível econômico" (MOLINA, 2005, p. 38).

Para Rose (2002), há elementos que provocam um aumento ou redução da demanda no turismo, como a renda do comprador, preço, mudanças no clima, sazonalidade, calamidades artificiais, como ataques terroristas, e catástrofes naturais, a exemplo de tsunamis e furacões que atingem diretamente nos deslocamentos. Para apresentar a atividade turística em toda sua extensão, é necessário saber conceitualmente sobre a oferta turística, entendida como um "conjunto de recursos naturais e recursos culturais, que são, em suma, os grandes responsáveis pelos deslocamentos e permanência, durante um determinado período de tempo, de um público visitante" (ROSE, 2002, p. 45). São bens e serviços (atrativos turísticos, equipamentos, infraestrutura de apoio) que são oferecidos e estão à disposição do turista (DIAS; AGUIAR, 2002).

Entretanto, em muitos casos o planejamento turístico é realizado sem a participação da comunidade, sem um modelo de metodologia que incentive a sua participação, ou muitas vezes pela falta de interesse dos gestores em ter a comunidade junto a eles, como é o caso do Plano Estrutural das Ilhas Langkawi (Malásia), analisado por Marzuki, Hay e James (2012). Segundo os autores, o planejamento ocasionou a exclusão da comunidade em etapas do planejamento e principalmente, sobre o não

entendimento da comunidade acerca do plano.

Abreu e Costa (2014) enfatizam que o planejamento turístico deve envolver quatro atores fundamentais para a sua execução: o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a sociedade civil. O planejamento deve integrar o maior número de envolvidos para o bom desenvolvimento da atividade, e a falta de um desses pode acarretar em perdas ao destino turístico. Ainda segundo Abreu e Costa (2014, p. 2), "os resultados que o sistema espera serão sempre os positivos, entretanto, o sucesso ou fracasso da atividade turística depende do envolvimento e ações conjuntas de todos os agentes que participam da atividade turística".

Simmons (1994), afirma que é de extrema importância a participação da comunidade, seja em aspectos básicos, como saúde, educação e moradia, além da superestrutura do planejamento do turismo, já que ao implementar a atividade em um determinado destino, a comunidade é quem mais sente os impactos negativos e positivos durante o seu desenvolvimento.

De acordo com o estudo realizado por esse autor, "as metas para o turismo devem ser integradas aos objetivos gerais da comunidade, uma vez que representam apenas uma das várias atividades dentro de muitas economias" (SIMOMNS, 1994, p. 2, tradução nossa). Dentro dessa perspectiva, para a consolidação do turismo em comunidades é necessário a participação comunitária na construção do planejamento, a fim de conseguir a igualdade na participação e a eficácia no planejamento.

O planejamento turístico atrelado à participação comunitária, deve "estar acompanhada de boa administração pública, preocupada com o bem-estar da comunidade e envolvida em projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da localidade" (DIAS, 2003, p. 115).

De acordo com Ryan (2002), para que o planejamento turístico seja desenvolvido de forma adequada e correta, é essencial a participação dos

agentes locais para que tenham um olhar crítico e igualitário beneficiando a todos no resultado final, pois como afirmou Vignati (2012, p. 98).

> a solução encontrada para que o planejamento continue sendo um instrumento útil para a gestão de destinos turísticos foi a democratização de seu processo de formulação, isto é, foi torná-lo participativo [...]. Sem o envolvimento e o comprometimento real de todos os atores locais, é difícil levar adiante iniciativas de desenvolvimento turístico.

Para tal, Molina (2005) e Beni (2007) propõem a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) como base para trabalhar todos os sistemas em conjunto, uma vez que

> 1. Permite elaborar um conceito totalizador do turismo; 2. Aborda o turismo de uma maneira integral (as partes que o compõem e as relações entre estas partes: a complexidade organizada). O turismo é compreendido como um objeto orgânico; 3. Oferece uma linguagem que facilita à comunicação entre profissionais que foram formados em diferentes áreas científicas. Isso ocorre porque a TGS constitui um campo de referência que utiliza um vocabulário comum às ciências (MOLINA, 2005, p. 41).

Com isso, pensar o planejamento como um sistema aberto é perceber que essa forma se difere do planejamento tradicional, que muitas vezes é repleto de mecanismos desconectados e não contribui para o desenvolvimento do sistema e das comunidades. Já o planejamento participativo preocupa-se com o todo e analisa as necessidades e percepções dos envolvidos para que a atividade turística se torne exequível.

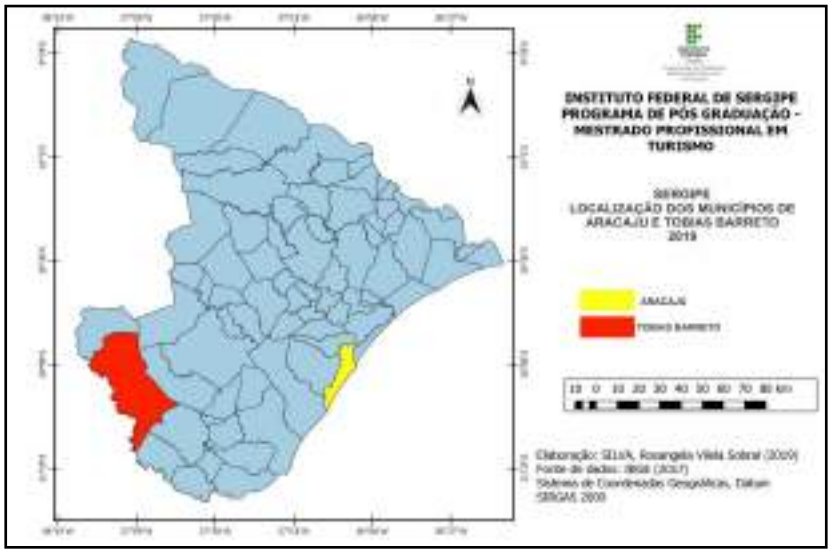
> [...] para que o planejamento do turismo tenha natureza e caráter orgânicos, é necessária a participação ativa, tanto quanto influente, negociadora, dos planejadores, das comunidades locais receptoras, dos membros do setor privado com interesses no turismo e dos próprios turistas. [...]. Assim, o planejamento do turismo condiciona os planejadores e as comunidades receptoras, turistas e investidores, a estabelecer uma estreita relação (MOLINA, 2005, p. 42-43).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O presente trabalho foi conduzido no povoado rural Jacaré e comunidades vizinhas pertencentes ao município sergipano Tobias Barreto. O município localiza-se na região centro-sul do Estado de Sergipe, a 105 km da capital, Aracaju. Faz divisa com o Estado da Bahia a Oeste, com os municípios de Poço Verde, Simão Dias e Riachão do Dantas, ao Norte; Itabaianinha e Tomar do Geru, ao Leste (Mapa 1).

Mapa 1: Localização do Município Tobias Barreto/SE



Fonte: Silva, 2019.

De acordo com os dados do IBGE (2018), o município possui área de 1.024,186 km², com população estimada de 51.843 habitantes e densidade demográfica de 47,04 hab/km². O clima dessa região é megatérmico semiárido, com transições para o clima seco e sub-úmido. Apresenta um relevo pediplanado e tabular erosivo, com formas dissecadas dos tipos tabuleiros e colinas, e aprofundamento de drenagem, com variação de muito fraco a mediano (BOMFIM, 2002).

Segundo Lopes e Lima (2005), o município faz parte do semiárido ocidental, uma subdivisão do semiárido sergipano, e compreende os municípios de Carira, Frei Paulo, Macambira, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Poço Verde, Pinhão, Ribeirópolis, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto. O acesso terrestre ao município dá-se através das rodovias BR 101, SE- 065 e SE-170. A foto 1 mostra a atual configuração espacial da sede municipal de Tobias Barreto.

Foto 1: Configuração espacial do município Tobias Barreto

Crédito fotográfico: Google imagens, 2018.

O município é um dos componentes do Polo Turístico Sertão das Águas, e apresenta diversos equipamentos turísticos como o Museu Casa de Tobias Barreto, a Casa da Cultura**,** Memorial de Tobias Barreto e a Igreja Nossa Senhora Imperatriz dos Campos. Destaca-se ainda, a Feira da Coruja, tradicional no município por ser realizada todas às segundas-feiras, das 00h às 17h, com a comercialização de artigos artesanais.

De modo geral, os municípios que fazem parte do Polo Sertão das Águas possuem o comércio e agropecuária como atividades econômicas predominantes. Tobias Barreto tem um forte destaque no Estado com relação à economia, com a concentração de indústrias, artesanato, através de produção de bordados e cerâmica, além da agricultura familiar.

O povoado rural Jacaré, segundo seus habitantes, recebeu esse nome em virtude de um lago no local que seria um habitat de jacarés.

Constituído basicamente por agricultores familiares (cerca de 30 famílias), com desenvolvimento de culturas agrícolas (milho, feijão e mandioca) destinadas ao auto sustento das famílias e à geração de renda, com a venda do excedente da produção.

Historicamente, a comunidade Jacaré recebeu forte influência do Tropeirismo, atividade que pode ser definida como tradição de transportar mercadorias por meio de tropas evidenciada no Brasil Colonial (PAES, 2001; STRAFORINI, 2001). Tal fato histórico incentivou a criação de um espaço de resgate da história local, com atrativos para o turismo denominado de Recanto da Serra (Foto 2), situado na área conhecida como Alto do Jacaré, na rodovia SE – 290, a 23 km da sede municipal.

Foto 2: Recanto da Serra, Tobias Barreto/SE

Crédito fotográfico: Rosangela Vilela, 2016.

O estabelecimento, em meio a vegetação típica da região, é um ambiente que possui objetos de época cedidos pelos moradores da comunidade, como documentos e registros fotográficos de personagens importantes da região, guardados no espaço denominado de "Museu D. Maria". O Recanto da Serra oferece chalés para pernoite, uma bodega do tropeiro, além de lago, piscina, restaurante, parque infantil, tendo em suas construções a presença marcante de materiais reciclados (pneus, troncos de árvores, entre outros). O local oferece ainda, passeio de charrete e a "trilha do tropeiro" onde é refeito o trajeto realizado pelos tropeiros quando passavam pela região.

Além do Recanto da Serra, as comunidades vêm desenvolvendo atividades culturais com a finalidade de valorizar a identidade local e resgatar a história dos residentes. O atrativo vem se consolidando pela visitação de moradores de cidades vizinhas e intercâmbios com estados mais próximos. No ano de 2016, a comunidade do Jacaré somou esforços para fortalecer as atividades turísticas na região, como a implantação do Busto do escritor Epifânio Dória, natural do povoado Jacaré.

O busto foi assentado ao lado das ruínas da antiga residência do escritor com o objetivo de resgatar a sua história e as suas contribuições, enquanto escritor para o Estado de Sergipe. Além disso, pretende-se em uma área próxima restaurar a casa em que o escritor viveu para transformá-la em um museu. Outro projeto que está sendo planejado é a construção do "Museu da Senzala" na entrada do povoado, onde será guardado os artefatos, que se encontram no Museu de D. Maria. A finalidade é valorizar a história colonial, retratando faces da escravidão da região.

3.2 O CAMINHAR DA PESQUISA

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, a fim de proporcionar familiaridade do pesquisador com o tema, além de uma análise precisa da

situação e perceber as relações existentes (SEVERINO, 2016). Através da pesquisa exploratória, houve um novo olhar ao entrar em contato com a comunidade, com a descrição das situações recorrentes, identificação dos vínculos existentes entre os atrativos e os agentes locais, além de verificar se a comunidade realmente acredita na possibilidade de implementação do modelo de gestão proposto. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa exploratória é o primeiro passo para a realização da pesquisa e contribui de forma significativa, visto que procura não trabalhar com hipóteses, mas elencar possibilidades que poderão ser inseridas ao objeto de estudo.

Já a pesquisa descritiva ocorreu através da análise e registro de fatos ou fenômenos inseridos no objeto de estudo, "suas características e peculiaridades dentro de um contexto específico", com o objetivo descrever o povoado Jacaré, analisar e correlacionar os fatos e fenômenos encontrados (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 73).

Quanto à conduta dos dados, a pesquisa seguiu uma investigação bibliográfica. A pesquisa bibliográfica possibilita, segundo Dencker (1998), a investigação de dados históricos, através referências presentes em livros, artigos, dissertações e teses que abordam a temática aqui em tela.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, utilizando variadas fontes de informações, indicações e esclarecimentos que auxiliaram na elucidação de determinadas questões sobre o povoado Jacaré. Diferente da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental "vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas" (GIL, 2010, p. 30), como documentos primários, que não receberam o devido tratamento, mas que podem ser utilizados visando desenvolver a investigação e análise dos dados. Em virtude desses documentos serem primários, Dencker (1998) e Severino (2016) ressaltam que é necessária uma interpretação correta, desenvolvendo uma investigação e estratégias adequadas para a análise dos dados coletados.

Quanto a abordagem, foram utilizados métodos qualitativos e a

pesquisa-ação. No primeiro grupo se busca analisar "todos os fenômenos [...]: a constância, a interrupção, a fala e o silêncio" (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 71), através das narrativas coletadas nas visitas que foram realizadas durante a pesquisa. A pesquisa qualitativa objetiva compreender os grupos sociais, para completar lacunas que muitas vezes não foram elucidadas.

Já a pesquisa-ação tem por objetivo diagnosticar um problema e buscar solucioná-lo, através da relação entre o pesquisador e a comunidade. Severino (2016, p. 127) afirma que "(...) ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe um conjunto de sujeitos envolvendo mudanças que levam a um aprimoramento das práticas analisadas".

Um dos elementos principais na coleta de dados foi o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), entendido como "um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento" (VERDEJO, 2006, p. 12).

Para a construção do diagnóstico, utilizou-se como referencial a análise SWOT. Verdejo (2006, p. 41) afirma que esse tipo de análise, conhecida também como Matriz FOFA, busca "identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizado". Esse tipo de análise contribui para identificar os pontos fortes, fracos, as ameaças e oportunidades existentes em um destino ou comunidade. Já Liberato e Vieira (2018, p. 2) afirmam que esse tipo de análise permite "uma análise crítica da real situação do turismo na localidade, com capacidade de contribuir com os gestores na escolha das estratégias mais adequadas para atingir os objetivos propostos". O quadro 1 mostra as técnicas de DRP aplicadas junto aos representantes das comunidades, durante as oficinas participativas.

Quadro 1: Técnicas de DRP aplicadas nas oficinas participativas

Ferramentas	Objetivos
"O que essas mãos já fizeram"? e "O que essas mãos são capazes de fazer?"	Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento
Linha do tempo	Permitir que os participantes conheçam com mais profundidade as suas histórias de vida, criar laços de pertencimento e de identificação com as demais pessoas da comunidade
Mapa de recursos naturais e econômicos	Representar como se inter-relacionam os diferentes elementos do sistema produtivo, além de criar uma concepção compartilhada sobre a utilização do espaço e dos recursos
Diagrama de Venn	Colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros das comunidades e as instituições para reconhecer a importância destes fatores nos processos de decisão e desenvolvimento comunitário.
Análise Swot	Identificar, analisar e visualizar a situação atual dos grupos para conseguir um fortalecimento organizativo.

Fonte: Verdejo (2006), adaptado pela autora.

Foram realizadas seis oficinas durante os meses de agosto a novembro de 2018 e fevereiro de 2019. As oficinas tiveram como referência a cartilha de Diagnóstico Rápido Participativo, elaborada por Verdejo (2006), e as metodologias participativas utilizadas por Teixeira, Duarte e Morimoto (2017). Contaram com a participação de moradores do Povoado Jacaré e de integrantes das comunidades circunvizinhas: Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília e Samambaia. Moradores de Poço Verde, município vizinho, também participaram com o intuito de aprimorar os conhecimentos acerca do turismo e desenvolver atividades semelhantes no seu município.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As oficinas para a realização do Diagnóstico Rápido Participativo foram realizadas nas dependências do Recanto da Serra e constaram inicialmente da aplicação das seguintes técnicas: “O que essas mãos já fizeram”?; “O que essas mãos são capazes de fazer”; e “Linha do tempo”.

O quadro 2 apresenta os resultados da aplicação da técnica “O que essas mãos já fizeram”? retratando as habilidades auto reconhecidas pelos participantes. Foram descritas diferentes habilidades, permitindo a classificação em atividades culturais, artísticas e educativas; atividades econômicas de sustento e de geração de renda; e atividades domésticas.

Quadro 2: Atividades e habilidades identificadas através da ferramenta “O que essas mão já fizeram?”

O QUE ESSAS MÃOS JÁ FIZERAM?	
Atividades	**Habilidades**
Culturais, Artísticas e Educativas	Confecção de artesanatos; Decoração de eventos; Artesanato em madeira; Bordados; Costura Autoria de história de cordel; Leitura de livros (contador de histórias); Capacitação de jovens em cultura e meio ambiente (instrutor); Composição de canções; Canto; Narração de experiências de viagens
Econômicas de sustento e de geração de renda	Trabalho na agricultura e pecuária; Pescaria; Vendedor; Fotografo; Guia de turismo; Empreendedor
Domésticas	Cozinhar; Cuidar de crianças; Fazer doces; Limpar casa Lavar roupa

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Vale ressaltar que o caráter econômico permeou todas as modalidades de atividades apresentadas no quadro 2. Assim, o exercício das diferentes habilidades está relacionado, de forma direta ou indireta, ao sustento e geração de renda dos participantes. A maioria dos participantes se mostrou surpresa com a diversas atividades que havia exercido ao longo da sua trajetória de vida. Isso favoreceu a identificação de saberes comuns ao grupo, e as possíveis complementariedades das atividades, a partir de ações conjuntas.

Considerando as apresentações individuais e a discursão coletiva decorrentes da aplicação da ferramenta, foi possível constatar uma forte tendência local para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. A discursão sobre as habilidades e sobre as histórias de vida, motivou a construção coletiva de futuros projetos culturais, tendo como palco o Recanto da Serra.

Outras habilidades apresentadas pelos participantes poderão ser potencializadas e aprimoradas, com o objetivo de contribuir para o processo de implantação do TBC no povoado Jacaré. A experiência e saberes sobre a região no que se refere ao exercício da atividade de guia de turismo e de fotógrafo são exemplos possíveis de serem agregados ao projeto de turismo local.

Quanto ao questionamento "O que essas mãos são capazes de fazer", as perspectivas de caráter individual e coletiva são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: "O que essas mãos são capazes de fazer?" - Perspectivas dos participantes da oficina

O QUE ESSAS MÃOS SÃO CAPAZES DE FAZER?	
Categorias	**Perspectivas**
Coletivo	Ajudar uns aos outros; Participar das atividades em conjunto
Individual	Ser mais solidário; Aprender mais; Desenvolver o seu próprio negócio com criatividade; Buscar novos conhecimentos; Orquestrar um coral de crianças; Dedicar mais as atividades já desenvolvidas.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Apesar da subjetividade da maioria das respostas, observa-se uma correlação entre aquelas de caráter coletivo e as de caráter individual. O interesse em trabalhar de forma coletiva, expresso pelos participantes, é um dos fatores determinantes para a efetivação do TBC no local, a partir das experiências concretizadas no estabelecimento Recanto da Serra. Além disso, a disposição dos participantes em adquirir novos conhecimento, e de dedicar mais às atividades que já realizavam, são preposições que podem ser classificados como primordiais para o desenvolvimento do TBC. Diante da concepção de multifuncionalidade do espaço rural, estimula-se a busca de novas possibilidades de geração de renda compatível às demais atividades econômicas já desenvolvidas (de função agrícola ou não), alicerçadas nos princípios da sustentabilidade.

Durante a aplicação da ferramenta “Linha do tempo”, os participantes foram divididos em três grupos, visando obter resultados de cada comunidade e melhor apresentação dos seus históricos. Os grupos retrataram as histórias de suas comunidades, trazendo informações relevantes sobre suas localidades, como por exemplo: os principais elementos históricos/econômicos, o significado do nome do município, além de curiosidades e características da região. A apresentação e discussão entre os participantes instigaram a reflexão sobre outros elementos que existem nos povoados e que poderiam ser integrados aos atrativos já existentes no município. A sistematização da discussão entre os grupos encontra-se apresentada no quadro 4. Entretanto, se faz necessário analisar se os atrativos listados podem ser inseridos em futuros roteiros, especialmente quanto à acessibilidade e aos impactos ambientais resultantes das visitações.

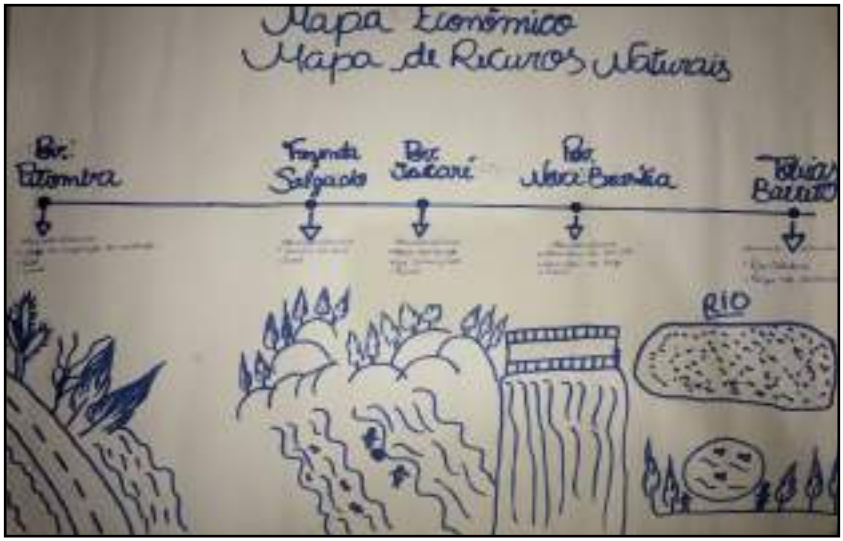
Quadro 4: Principais Atrativos locais com potencial turístico

Povoados	Atrativos locais com potencial turístico
Samambaia	Mata de incidência de maricata e papagaios; Serra dos Macacos e a rota "Toca da Onça"; Lagoa do Saco do Meio; Mirante da Oração; Cachoeira "Boqueirão Feio"; Capela do Mata Sete; Rota dos Umbuzeiros
Nova Brasília, Pitomba e Sítio Salgado	Artesanato - Associação de Bordadeiras do povoado Nova Brasília; Praça com réplica do monumento dos palácios do Governo Federal; Fabricação de doces caseiros típicos da região; Novenários da igreja.
Jacaré	Recanto da Serra; Busto de Epifânio Dórea; Igreja católica no centro do povoado Jacaré; Cachoeira da Serra dos Macacos.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Aplicação das ferramentas "Mapa de recursos naturais e econômicos/Mapa da comunidade" e Diagrama de Venn ocorreu na segunda oficina. Os participantes retrataram os recursos naturais e os fluxos econômicos de suas comunidades através da confecção de painéis ilustrativos: o mapa da comunidade (Foto 3).

Foto 3: Mapa dos Recursos Econômico e Naturais



Fonte: Autoras, 2018.

Todas as comunidades investigadas na presente pesquisa apresentam na agricultura/pecuária familiar um forte elemento econômico, tendo em vista sua identidade rural. Isso pode ser um atrativo para aqueles turistas que desejam vivenciar a prática da agricultura e pecuária. Deve ser considerado, também o crescente interesse das populações em consumir alimentos saudáveis, a partir dos produtos provenientes da agricultura familiar. O incremento de uma agricultura de base sustentável, poderá ser um atrativo turístico, proporcionando a experiência de visitar um estabelecimento rural familiar e ao mesmo tempo consumir alimentos saudáveis.

Como visto anteriormente, o município Tobias Barreto apresenta uma economia diversificada, que pode ser considerada como uma infraestrutura necessária para atender a demanda de turistas. Já nos povoados, a economia está concentrada no setor primário, associado

a atividades artesanais desenvolvidas tradicionalmente na região. Os recursos naturais identificados pelos participantes foram as serras, as formações rochosas, os rios e barragens que remetem à paisagem das regiões semiáridas, típicos do ecossistema caatinga.

A aplicação do Diagrama de Venn constituiu da identificação das entidades e instituições que influenciam as comunidades e de que forma se relacionam entre si. Os participantes identificaram que a prefeitura se encontra distante das comunidades rurais, tanto em espaço físico, quanto as funções organizacionais, (execução de obras de infraestrutura e saneamento básico inexistentes nas comunidades). Já as associações e cooperativas comunitárias são as instituições que estão mais próximas.

As limitadas ações da gestão municipal na área rural, foram confirmadas diante da falta de informações sobre a situação da infraestrutura básica nas comunidades rurais, quando da entrevista realizada junto ao diretor municipal de turismo. Independente da presença do turismo em um município, as questões de saneamento básico e infraestrutura devem ser itens primordiais na gestão pública. E quando se refere a locais que possuem potencialidades para o turismo em áreas rurais, o descaso com essas localidades retoma à questão da percepção que essas regiões obtiveram por muitos anos: ser um local de atraso é inviável para o turismo. O turista que almeja conhecer uma área rural pode compreender as dificuldades enfrentadas pelos moradores, entretanto cabe à gestão pública melhorar as condições de vida da população que vive nessa região.

Os resultados da aplicação da Análise Swot no tocante ao turismo municipal encontram-se no Quadro 5.

Quadro 5: Análise SWOT do Turismo Municipal

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Manifestações Culturais e religiosas; Áreas de lazer; Museus; Culinária diversificada; Agricultura comercial e familiar; Artesanato; Monumentos históricos; Rios, serras e nascentes; Calendário de eventos do município.	Pouca divulgação dos atrativos pelos órgãos públicos e pelas comunidades; Ausência do sentimento de pertencimento da comunidade; Avanço da agricultura nas matas ciliares/preservação ambiental; Desmatamento das serras; Desinteresse na continuidade do artesanato e manifestação cultural; Ausência de pousadas e restaurantes.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Participação em feiras para exposição dos produtos; Parcerias com instituições e empresas privadas; Participação em cursos de capacitação para os moradores; Exploração do potencial local (agricultura, recursos naturais e culturais); Parcerias com Universidades e Institutos Federais (UFS e IFS).	Deficiência para a prestação de primeiros socorros (para a comunidade e turistas); Falta de inovação na diversificação da oferta para o turismo; Ineficiência da infraestrutura básica; Ausência de diálogo e parceria entre os membros das comunidades; Falta de receptividade; Ausência do poder público.

Fonte: elaboração própria, 2018.

Os pontos fortes elencados apresentaram a diversidade cultural e histórica presentes no município de Tobias Barreto, através da figura do escritor Tobias Barreto, das manifestações culturais e religiosas, da presença de museus no município (Casa de Tobias Barreto) e também na comunidade Jacaré (Museu de D. Maria e o projeto do museu de Epifânio Dórea e o Museu da Senzala).

Destacou-se ainda os elementos naturais com a presença de serras, a exemplo da Serra dos Macacos, onde é feita a trilha do Tropeiro, e rios; o artesanato que atrai diversos turistas para a Feira da Coruja, mas que também podem ser encontrados nas comunidades; a agricultura familiar, e o Calendário de Eventos do município, que ressalta a existência da diversidade cultural e contribui para a manutenção das manifestações.

Ao mesmo tempo que se elencou a presença de diversos elementos socioculturais que podem ser fortalecidos, a ausência da divulgação desses atrativos pelos órgãos públicos e pela comunidade e a ausência do sentimento de pertencimento da comunidade, foram uns dos pontos fracos listados.

Segundo os participantes das oficinas, a ausência do sentimento de pertencimento por parte da comunidade, é entendida pela postura negativa de alguns moradores, diante da possibilidade do incremento do turismo na região. Essas pessoas não acreditam no aumento de visitas de turistas e não tem interessam em participar do processo. Os participantes acreditam que isso pode afetar a continuidade das atividades e a articulação de outras pessoas da comunidade no processo. A falta de organização e de conhecimento da história das comunidades por alguns moradores pode ser um dos motivos do não pertencimento.

A mesma justificativa pode ser utilizada para o desinteresse na

continuidade do artesanato e manifestação cultural, já que a falta de incentivo na continuidade das tradições acarreta no desanimo dos artesãos e na descontinuidade das atividades manuais.

A degradação dos recursos naturais locais foi apontada pela comunidade como pontos fracos para o turismo. A invasão da agricultura nas matas ciliares, coloca em risco a utilização dos rios, tendo em vista que a possibilidade de assoreamento, decorrente da retirada das raízes e da exposição do solo, resulta na formação de bancos de areia nos rios. Da mesma forma, o desmatamento das serras foi listado pelos participantes, já que pode promover o deslizamento de terra. Essa ação pode trazer transtornos para o turismo e para a comunidade como por exemplo, o soterramento de trilhas e de casas próximas à serra.

A ausência de pousadas e restaurantes nas comunidades também foi destacada como ponto fraco. Apenas o Recanto da Serra possui chalés e um restaurante na região. Por outro lado, a inexistência desses serviços, pode gerar outras oportunidades, considerando a oferta de refeições e pernoite nas casas dos moradores no segmento cama e mesa.

No tocante às oportunidades é possível destacar a participação em feiras para exposição e promoção dos produtos e atrativos da região, parcerias com instituições e empresas privadas, como a divulgação dos atrativos pelos hotéis, pousadas, restaurantes e a feira de artesanato de Tobias Barreto.

Além disso, a participação em cursos de capacitação para os moradores foi evidenciada pelos participantes. Segundo eles, a oficina foi uma oportunidade que chegou à comunidade para compreender como podem melhorar a promoção da atividade na região e explorar de maneira responsável o potencial local.

Desta forma, a inserção de outros cursos e oficinas de

capacitação contribuem na troca de experiências e conhecimento. Isso pode acontecer através da formalização de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas e outras entidades, na oferta de cursos para promoção do turismo, a exemplo do curso de guia de turismo, ministrados no município.

Quanto às ameaças, os participantes indicaram a deficiência para a prestação de primeiros socorros tanto para a comunidade como para os turistas. Na região existem postos de saúde, mas não há base do SAMU. Caso um turista passe por algum problema em uma trilha ou na comunidade, deverá se deslocar para o município de Lagarto que fica a 30 Km de Tobias Barreto.

Assim como a questão de atendimento à saúde, a falta de infraestrutura está relacionada com a ausência do poder público no meio rural. Foi identificada a ineficiência da infraestrutura básica que precisa ser aprimorada não só para a consolidação do turismo, mas principalmente para o bem-estar das comunidades. Cita-se como exemplos: água encanada de qualidade e estradas asfaltadas. O trajeto da sede municipal de Tobias Barreto para o povoado Jacaré é pavimentado, porém já necessita de melhorias devido ao excesso de buracos no percurso.

Outro elemento importante é a falta de inovação na diversificação da oferta. Através da percepção dos participantes, a ausência contribui para que as atividades não tenham visibilidade e se tornem iguais as atividades que são realizadas em outros locais. A ausência de diálogo, parceria entre os membros das comunidades e a falta de receptividade também foram elementos elencados como ameaça à atividade turística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da atividade turística de forma participativa, vinculada ao desenvolvimento local e regional, envolve a comunidade no processo de planejamento, e proporciona um modelo de gestão autêntico que presa pela promoção e preservação dos valores socioculturais da localidade.

Entende-se ainda que as atividades desenvolvidas no ambiente rural podem fortalecer o empoderamento dos agentes locais, que veem no turismo uma possibilidade de agregar valor à renda já existente, além de valorizar os atrativos turísticos da região.

A identificação dos atrativos, do potencial humano, das atividades realizadas no povoado Jacaré e o envolvimento das comunidades Sítio Salgado, Pitombas, Nova Brasília e Samambaia, juntamente com os residentes do município de Poço Verde, podem ser configuradas como elementos que auxiliam o desenvolvimento do TBC, haja vista as potencialidades identificadas durante as oficinas de DRP.

Entretanto, para a consolidação desse modelo de gestão é necessário o fortalecimento das comunidades. A presença majoritária de jovens pode ser considerada um fator positivo, por perceber que a inserção do turismo na localidade pode ser um elemento complementar às atividades já desenvolvidas.

Outro ponto importante discutido pelos membros das comunidades diz respeito a necessidade de organização comunitária, um dos pontos importantes para a execução do TBC. É importante que os participantes que pretendem continuar com as atividades, já que houve a possibilidade de criar uma organização/coletivo, comecem a desenvolver as ações identificadas nas oficinas participativas para o fortalecimento da atividade turística.

Além disso, é preciso o aprimoramento das políticas públicas, principalmente àquelas destinadas a infraestrutura e sinalização da região para que as comunidades tenham condições de receber o turista. No que diz respeito a importância do planejamento, os participantes compreenderam que a inserção e, consequentemente, a consolidação das atividades turísticas só serão alcançadas através de ações planejadas coletivamente.

O planejamento turístico participativo é o modelo que deve ser utilizado não só pelo setor público e privado, mas também por comunidades que pretendem traçar objetivos e metas de forma coletiva, e estejam preocupados com questões relacionadas ao desenvolvimento de benfeitorias tanto para o turista, mas principalmente para a comunidade receptora. Uma destinação que não considere a importância do planejamento, transferirá e acumulará problemas relacionados às esferas sociais, ambientais, políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. B.; COSTA, S. R. Planejamento Participativo e sua Contribuição para Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística. *In:* XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11, 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2014. p. 1-14 Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/43720503.pdf. Acesso em: 07 mar. 2018.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do turismo**. 12ª ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BOMFIM, L. F. C. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura** Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Tobias Barreto. p. 1-22. 2002. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/cadastro_infraestrutur a_sergipe/Tobiasbarreto.pdf. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRAGA, D. C. **Planejamento turístico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Roteiros do Brasil:** turismo e sustentabilidade. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007. 27 p. (Programa de Regionalização do Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** Brasília: Ministério do Turismo. 2015. 28 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sergipe amplia número de municípios no mapa do turismo brasileiro.** (2017a). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/assuntos/8161- sergipe-amplia-número-de-municípios-no-mapa-do-turismo-brasileiro.html. Acesso em: 22 fev. 2018.

CARPEGEANI, C. B. F.; REZENDE FILHO, C. B. Caminho das Tropas: A Importância da preservação histórica e cultural como meio de preservação ambiental no Vale do Paraíba. **Revista Ciências Humanas**, UNITAU, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DENKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas: Editora Alínea, 2002.

FERNANDES, I. **Planejamento e organização do turismo**: uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GURGEL, G. **Sergipe tem novo mapa turístico.** Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6461-sergipe-tem-novo-mapa- tur%C3%ADstico.html. Acesso em: 30 dez. 2017.

IBGE. **IBGE Cidades**: Tobias Barreto, Sergipe. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/tobias-barreto.html?. Acesso em: 02 jan. 2018.

LIBERATO, M. M. VIEIRA, L. V. L. A Análise SWOT Escalonada como Ferramenta no Planejamento Turístico: Um Estudo de Caso em São Cristóvão/SE. **In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON TECHNOLOGICAL INNOVATION**. 9, 2018, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: Hotel Del Mar, 2018. p. 1-12.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph. 2008.

LOHMANN, P. A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Duque de Caxias, v. 7, n. 2, p. 2-16, abr. 2012.

LOPES, E. S. A.; LIMA, S. L. S. **Análise do Programa Um Milhão de Cisternas P1MC no município de Tobias Barreto, estado de Sergipe**. 2005. 21 p. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/eliano2.pdf. Acesso em: 26 jan. 2018.

MARZUKI, A.; HAY, I.; JAMES, J. Public participation short comings in tourism planning: the case of the Langkawi Islands, Malaysia. **Journal of Sustainable Tourism**, [*s.l.*], v. 20, n. 4, p. 585–602, 2012. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2011.638384. Acesso em: 20 fev. 2018.

MOLINA, S. **Turismo:** metodologia e planejamento. Bauru: Edusc, 2005.

PAES, J. M. **Tropas e Tropeiros na primeira metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 2001. Disponível em: https: //ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2001._paes_jurema_mascarenhas._tropas_e_trope iros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_sertao_baiano.pdf. Acesso em: 09 mai. 2018.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120- 144, jan./mar. 2014.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. M. **Desmistificando a metodologia científica**: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos. Erechim: Habilis, 2008.

ROSE, A. T. **Turismo**: planejamento e marketing. Barueri: Manole, 2002.

RYAN, C. Equity, management, powersharing and sustainability Fissues of the 'new tourism'. **Tourism Management**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 17–26, 2002. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/journal/tourism-management/vol/23/issue/1. Acesso em: 17. Nov. 2017.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SERGIPE. **Regionalização do turismo:** Roteiros do Brasil no Estado de Sergipe - Aracaju: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). EMSETUR, 2009. 27 p.

SERGIPE. **Plano Diretor Democrático de Tobias Barreto.** Governo Municipal de Tobias Barreto, 2006. 42 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SIMMONS, D. G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, Oxford, v. 15, n. 2, p. 98-108, 1994. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261517794900035. Acesso em: 10 dez. 2017.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

STRAFORINI, R. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TEIXEIRA, D. L.; DUARTE, M. F.; MORIMOTO, P. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário.** São Paulo: Instituto Ecoar: York University. 2017. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20 PROGRAMAS/MANUAL_DE_METODOLOGIAS_PARTICIPATIVAS.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

VEAL, A. J.; ALDRIGUI, M. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático. Secretaria de Agricultura familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para polos, cidades e países. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2012.

ZAMPIERI, W. **SERGIPE TRADE TOUR**. 13ª ed. Aracaju: S & Z Comunicação, 2017.

CAPÍTULO 10

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS, ESTADO DE SERGIPE, BRASIL

Povo negro unido é povo negro forte.
Que não teme a luta,
Que não teme a morte.
(Epígrafe escrita na parede de uma casa abandonada - Comunidade Remanso - Chapada Diamantina, 2019)

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro
Irinéia Rosa do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

As mudanças nas relações produtivas e socioeconômicas evidenciadas nas últimas décadas, vêm incentivando o surgimento de novas concepções de espaço rural, com formas de trabalho diversificadas em atividades não agrárias. De acordo com Reis e Miorin (2013), as mudanças reorganizam o espaço abrindo novas atividades e formas de obtenção de recursos de renda, ainda que aumente o trabalho no campo. Igualmente identificam-se outras potencialidades e oportunidades de concretizar ideias e projetos que visam à inclusão de antigas e novas atividades envolvendo produtos e também a própria paisagem.

Essas alterações foram particularmente absorvidas pela agricultura familiar, que é valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais associadas à atividade agrícola, via-de-regra ignoradas pelos enfoques economicistas ou produtivistas estritos (CARNEIRO; MALUF, 2003). Neste contexto, emerge o Turismo de Base Comunitária - TBC, como uma fonte alternativa de geração de renda e promotor da preservação e valorização cultural e ambiental no espaço rural. O TBC é considerado como uma forma de gestão do turismo, onde o planejamento e operacionalização da atividade são desempenhados pelas comunidades receptoras.

No Estado de Sergipe, a região do Baixo São Francisco é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar, representada por um número de 6.900 estabelecimentos familiares, 907 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas (MDA, 2017). Historicamente a região tem na agricultura um dos seus pilares econômicos de sustentação, atividade marcada pelos conflitantes interesses dos sistemas patronais e dos sistemas familiares de produção rural.

Nesta região, litoral norte do estado, está localizado o território

quilombola Brejão dos Negros, abrangendo os municípios de Brejo Grande e Pacatuba. O território quilombola está inserido numa região de grande potencial turístico, dispondo de uma variedade de recursos naturais, a exemplo da foz do rio São Francisco. Soma-se à paisagem natural, os aspectos culturais e históricos locais que são reflexos das relações sociais e do processo de uso e ocupação da terra, evidenciados desde o período de colonização.

Por outro lado, as comunidades que formam o território sobrevivem da agricultura de autoconsumo, do extrativismo e da renda gerada pela venda de produtos excedentes, enfrentando as dificuldades de inserção no mercado, inerentes aos agricultores familiares. Estas condições levam ao questionamento da promoção de um desenvolvimento rural sustentável, frente as opções de geração de renda, em consonância com a valorização da cultura quilombola e a preservação dos recursos naturais.

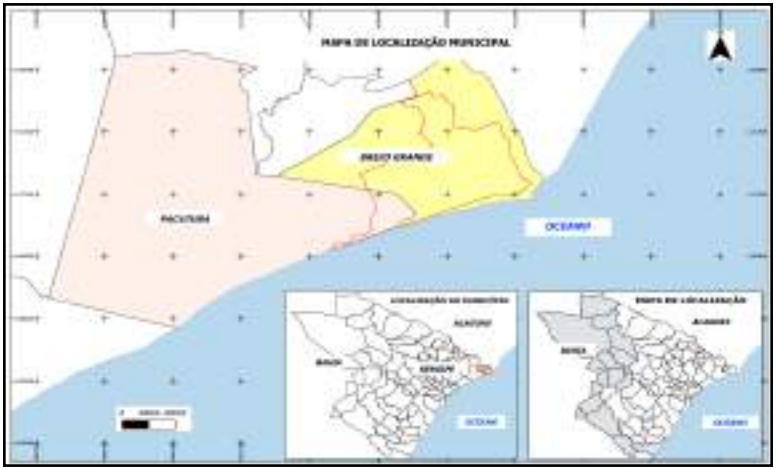
Diante deste quadro, a atividade turística, pautada no Turismo de Base Comunitária, pode ser uma alternativa de inserção das comunidades no mercado sob uma nova ótica de valor, assim como, uma opção para um público em busca de destinos diferenciados daqueles oferecidos pelo turismo de massa.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo levantar as ações necessárias para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Quilombo Brejão dos Negros. Para tanto, foi necessário conhecer o território a partir das dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas, e levantar as problemáticas relacionadas ao desenvolvimento turístico local junto à comunidade de forma participativa, como base para o levantamento das ações estratégicas necessárias.

2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS E O TURISMO

Localizado no Baixo São Francisco Sergipano, o território quilombola Brejão dos Negros está situado na zona da Mata Atlântica, no litoral norte de Sergipe (Figura 1). Banhada pelo oceano Atlântico e pelo rio São Francisco, em pleno domínio da planície costeira, a área é privilegiada pelas formações do ecossistema manguezal e pela presença significativa de remanescentes de mata de restinga. Conhecida por suas belezas naturais, a região tem também como destaque a foz do rio São Francisco, onde o rio deságua entre os estados de Sergipe e Alagoas.

Figura 1: Localização do Território Quilombola Brejão dos Negros



Fonte: INCRA, 2016.

As águas do rio São Francisco e do oceano Atlântico influenciaram e ainda influenciam profundamente a dinâmica social, econômica e cultural das comunidades locais. Historicamente, a região do Baixo São Francisco

Sergipano foi uma grande produtora de açúcar, cultura explorada ao longo do litoral do estado. Em 1857, o município sergipano de Neópolis - antiga Vila Nova, da qual fez parte o município de Brejo Grande até o ano de 1926 - contava com cinquenta e dois engenhos, cada um com uma média de vinte e quatro escravos (INCRA, 2016), o que demonstra a presença do negro na região, como força motora da exploração açucareira.

A área onde atualmente se encontra o território fazia parte do antigo engenho Cajuípe, o que reforça a presença da escravidão na memória coletiva, bem como as suas consequências sociais, políticas e econômicas. O Bandarra é outro engenho bastante conhecido e, assim como outros engenhos desativados, guarda vestígios concretos da escravidão e da produção açucareira na região. As ruínas das senzalas e as sedes de engenhos compõem um patrimônio histórico material que poderiam ser utilizados como atrativos turísticos, mas são espaços privados e não estão abertos ao público. Um dos mais conservados e de maior acervo é o engenho Cajuípe (Fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2: Antigo engenho Cajuípe, localizado no município de Brejo Grande/ Sergipe

Crédito fotográfico: Anderson Araújo, 2017.

Com a abolição da escravidão, os negros libertos saíram das senzalas dos antigos engenhos e foram ocupar as terras alagadiças, despovoadas e improdutivas economicamente. Essa região, que atualmente corresponde ao território quilombola, era de propriedade dos senhores de engenho que consentiram essa ocupação e, em contraponto, exerciam forte fiscalização sob as famílias que viviam na área e sobreviviam fazendo uso coletivo dos recursos existentes (INCRA, 2016).

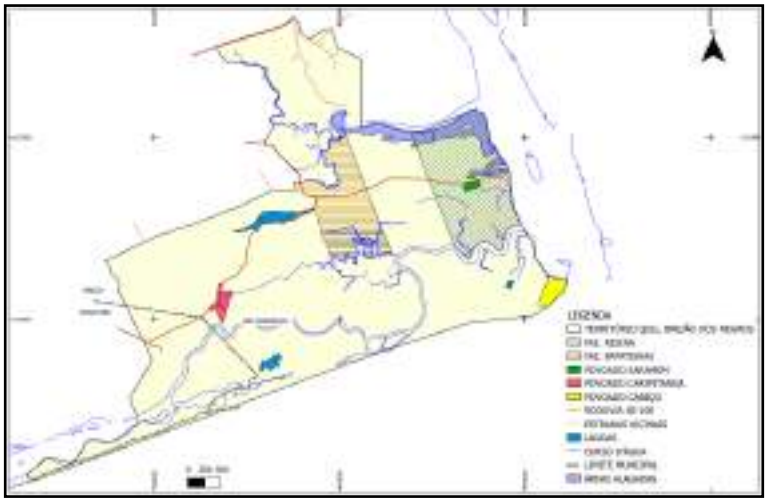
No entanto, com o declínio da produção açucareira local, a região ocupada pelas famílias remanescentes de escravos despertou o interesse dos herdeiros dos senhores de engenho. Assim, as famílias foram expulsas dos locais onde residiam e plantavam ao passo que as pequenas capoeiras, os rios, riachos e lagoas foram cercados e transformados em fazendas de arroz, coco e algodão. Sem-terra, as famílias remanescentes se aglomeraram em áreas próximas às fazendas e deram origem a alguns dos atuais povoados brejo-grandenses. Frente à nova realidade, muitas famílias passaram a trabalhar nas fazendas como uma forma de garantir a sua sobrevivência, vendendo sua mão de obra como diarista ou trabalhando no sistema de meeiros na plantação de arroz (INCRA, 2016).

Em 2005, as comunidades se reconheceram remanescentes quilombola e começaram a se organizarem, conhecerem e buscarem os seus direitos. Formaram a Associação Quilombola Santa Cruz do Brejão dos Negros e receberam a certificação de remanescentes de quilombo junto à Fundação Cultural Palmares. Após a certificação, foram iniciados os estudos antropológicos pelo INCRA para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), quando foi possível delimitar o território.

Estimado em 8.125,5 hectares, 88% localizado no município de Brejo Grande - SE e 12% em Pacatuba - SE, o território quilombola Brejão dos Negros está composto pelas comunidades de Brejão dos

Negros, Carapitanga, Guaratuba, Saramém, Resina e Santa Cruz (Figura 2) (INCRA, 2016).

Figura 2: Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros - SE



Fonte: INCRA, 2016.

O processo de titularização das terras que compreendem o território quilombola Brejão dos Negros, com um histórico de ocupação que já perfaz mais de dois séculos (INCRA-SE, 2015), ainda está em andamento. Atualmente, a comunidade já tem sob sua titularidade a área que compreende a fazenda Batateiras, onde está localizada a comunidade Santa Cruz, e uma parte da área que compreende a Fazenda Resina, onde estão localizadas as comunidades Saramém e Resina.

Nos últimos anos, a diminuição da vazão do rio São Francisco – como uma das consequências da poluição gerada pelo despejo irregular do esgoto das cidades ribeirinhas e dos agrotóxicos, da destruição das matas ciliares do rio e dos seus afluentes e principalmente da construção da hidrelétrica de

Xingó – tem acarretado mudanças severas na região, entre elas a salinização e a erosão das margens do rio e seu consequente assoreamento.

Frente à nova realidade, as comunidades ribeirinhas, como Saramém e Resina, ficaram sem acesso à água potável, sendo necessário o uso de caminhão para o abastecimento. Além do acesso à água, as comunidades tiveram suas atividades econômicas prejudicadas, pois a maioria das famílias vive da pesca artesanal, com uma brusca queda em suas produções. Diante disso, as comunidades buscam novas alternativas de renda e trabalho.

Nessa perspectiva, o turismo apresenta-se como uma atividade alternativa para essas comunidades quilombolas, uma vez que busca o uso sustentável dos recursos cultuais e naturais. O principal atrativo turístico do território quilombola é a foz do rio São Francisco, explorado por diversas empresas de receptivo, tanto da capital sergipana quanto da alagoana, que realizam passeios turísticos (Foto 3).

Foto 3: Rio São Francisco - Praia no Porto - Povoado Saramém

Crédito fotográfico: Roberto Pinheiro Oliveira, 2017.

Ao longo do seu curso pelo município de Brejo Grande, o rio São Francisco dá forma a ilhas, croas e praias que compõem paisagens de forte apelo turístico. O rio é marcante na dinâmica territorial e sempre foi um elemento imprescindível no desenvolvimento das atividades econômicas no município. Junto com o oceano Atlântico, o rio São Francisco diversifica os ecossistemas locais, e traz para as comunidades a possibilidade de sustento e desenvolvimento.

A população local também tem o rio São Francisco como um ambiente de lazer. Nos finais de semana e feriados, os portos do município Brejo Grande recebem um elevado número de banhistas, em especial o porto do povoado Saramém, situado nas imediações da comunidade Resina, onde existe uma ocupação urbana irregular, com casas de taipa e alvenaria destinadas ao veraneio.

O farol São Francisco do Norte (Foto 4), parcialmente submerso, foi o que restou do povoado devastado pelas águas do mar a partir de um processo erosivo na década de 1990. Esse farol é uma das imagens mais vinculadas à foz do rio que lhe dá o nome. Inaugurado em 1873, constitui um patrimônio histórico local, mas se encontra em avançado estado de degradação, pois sua estrutura em ferro vem sendo corroída desde que foi desativado em 1998 (RIBEIRO JR; RAMBELLI; SANTOS, 2012).

Foto 4: Farol São Francisco do Norte, antigo povoado Cabeço, Ilha do Arambipe, Brejo Grande/SE

Crédito fotográfico: Rafaelle Pinheiro, 2009.

Formados a partir do rio São Francisco, os riachos alagam grande parte do território quilombola, formando pântanos, lagoas e pastagens naturais onde as comunidades desenvolvem suas atividades agrícolas e extrativistas (Foto 5). Por muitas décadas e até meados da década de 2010, nas áreas alagáveis pelos riachos de água doce eram desenvolvidas as plantações de arroz, sempre associadas à cocoicultura e à criação de gado. Entre os espaços alagados, algumas áreas tradicionalmente foram usadas para o plantio de produtos de subsistência, tais como milho, mandioca, macaxeira, feijão, melancia, batata doce, quiabo e maxixe.

Foto 5: Paisagens de influência do rio Paraúna - Território Quilombola Brejão dos Negros - SE

Crédito fotográfico: Rafaelle Pinheiro, 2018.
Nota: 1 - Cocoicultura na estrada do povoado Brejão dos Negros; 2 - Riacho na entrada do povoado Brejão dos Negros; 3 - Cultivo associado de coco e mandioca na Fazenda Batateiras; 4 - Brejo com criação de gato, Fazenda Batateiras.

De águas salobras e formado pelas águas do rio São Francisco e do oceano Atlântico, o rio Parapuca compõe a paisagem do manguezal, um ecossistema de grande diversidade biológica e importante fonte de renda e alimentação para as comunidades locais. Esse ecossistema é um dos meios de sobrevivência para as comunidades que retiram caranguejo uçá, sururu, ostra, comilonge, massunim de água salgada, unha de veio, entre outros crustáceos, mariscos e moluscos. Grande parte dos pescados é comercializada em Aracaju via atravessadores. Também são retirados do manguezal madeiras destinadas à construção de cercas, casas de taipa e outras estruturas de uso doméstico e produtivo a exemplo de chiqueiro, puleiro para galinha, giral, lenha para cocção, entre outros.

Na antiga Fazenda Batateiras, onde está localizada a comunidade Santa Cruz, existe uma vegetação nativa de potencial turístico, tanto por sua diversidade da flora e fauna, quanto pela sua paisagem e ambiente natural. A mata na comunidade Santa Cruz, como é conhecida pelos moradores, é caracterizada pela vegetação de restinga, com espécies de grande e pequeno porte. Na mata é possível percorrer estradas abertas que atualmente servem para a comunidade retirar lenha (madeira) e acessar ao manguezal (Foto 6). Estas estradas podem ser utilizadas para fins de visitação, necessitando antes serem devidamente estruturadas.

Foto 6: Estrada na Mata da Santa Cruz, antiga fazenda Batateiras

Crédito fotográfico: autoras, 2017.

As possibilidades de uso turístico para o local estão associadas às trilhas ecológicas de caráter pedagógico e de lazer, através das quais os visitantes poderiam ter um maior contato com uma gama de vegetação nativa, conhecendo as espécies endêmicas e se sensibilizando em relação

à necessidade de preservação da biodiversidade local, principalmente dos ecossistemas costeiros, sempre ameaçados pela ocupação humana.

A gastronomia no território quilombola é resultado da diversidade de produtos obtidos para alimentação. O baião-de-dois é um dos pratos típicos da região, que na versão local é feito de forma simples a partir do cozimento de três produtos locais: o arroz branco (a rizicultura já foi a principal atividade da região), o feijão de corda (largamente cultivado nos roçados) e o leite de coco (um dos principais produtos agrícolas locais).

Geralmente, peixes, mariscos, crustáceos e moluscos disponíveis na região são os elementos principais na culinária local, e quando são ensopados, o leite do coco é um dos ingredientes necessários (Foto 7). Outros elementos marcantes da gastronomia local são a farinha da mandioca, a macaxeira, a batata doce, a banana, o caju e o coco.

Foto 7: Pratos da gastronomia quilombola do território em Santa Cruz

Crédito fotográfico: Adriele Bispo, 2018.
Organização: as autoras, 2018.

Além de estar presente nos pratos salgados, o coco é utilizado na fabricação do beijú, da tapioca, pé de moleque, bolos, doces e atualmente é utilizado na fabricação artesanal de óleo por um grupo de mulheres das comunidades. Vale ressaltar que as doceiras do povoado Saramém fabricam cocadas de diversos sabores, comercializadas na Foz do rio São Francisco.

No artesanato local o destaque é dado à fabricação de esteira com o junco (Pirirí) extraído das lagoas de brejo, e de chapéu, bolsa e vassouras, a partir das palhas do ouricurí retirado das matas. Outras formas de artesanato são o crochê e os bordados de ponto cruz, utilizados na vestimenta e utensílios domésticos. Para a pesca, também são fabricados uma diversidade de instrumentos artesanais, como o covo, o puçá, a tarrafa, ente outros.

Cada comunidade do território apresenta uma festividade principal, geralmente ligada aos padroeiros e às comemorações do calendário católico, uma vez que a maioria da população é católica, seguida da comunidade evangélica. As festas nas comunidades podem agregar valor à experiência dos visitantes locais, sendo necessária a organização de um calendário festivo que contemple as principais festas e outras festividades das comunidades próximas.

Em relação à dança e à música, a comunidade Santa Cruz possui um grupo de percussão e de dança afro e um grupo de maracatu. Todos esses grupos são formados por crianças, jovens e idosos. No maracatu, os integrantes interpretam os personagens de rei, rainha e embaixadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi conduzido como uma pesquisa de caráter exploratório realizado a partir dos princípios da pesquisa-ação, durante o período de 02 anos (2016 a 2018). Teve como intuito conhecer e analisar as potencialidades turísticas e a realidade das comunidades

Santa Cruz e Resina para formular possíveis ações para a implantação do Turismo de Base Comunitária.

A pesquisa-ação, de base empírica, se apoia nas experiências vividas e na observação realizadas pelo(a) pesquisador(a), sendo voltada para a descrição de situações concretas e para a intervenção ou ação orientada para a resolução dos problemas detectados junto aos grupos considerados (THIOLLENT, 1988). Com estreita relação à ação ou resolução de um problema coletivo, a pesquisa-ação tem como características o uso de critérios qualitativos, um planejamento flexível e a integração pesquisador-comunidade, tendo como objetivo a ação numa realidade imediata (DENCKER, 1998).

Thiollent (1988, p. 14) conceitua a pesquisa-ação como

> um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, o objetivo principal da adoção da pesquisa-ação é a resolução de um problema coletivo através do estabelecimento de uma relação entre pesquisador e os membros da comunidade da situação investigada, onde "a atitude do pesquisador é sempre uma atitude de 'escuta' e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções" (THIOLLENT, 1988, p. 17).

Quanto aos procedimentos técnicos, foram adotadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a realização de oficinas participativas. No trabalho de campo, foram aplicadas ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP (VERDEJO, 2010), tendo como fundamento a abordagem pedagógica da Intervenção Participativa

dos Atores – INPA (FURTADO; FURTADO, 2000). As metodologias participativas de DRP foram aplicadas junto às comunidades durante visitas que ocorreram de acordo com a disponibilidade dos participantes, respeitando o calendário de atividades econômicas e culturais das comunidades. Nas ocasiões, oficinas foram realizadas como um método didático de construção participativa de conhecimentos e saberes. As oficinas contaram com a participação dos representantes e demais integrantes das comunidades, quando foram aplicadas técnicas e dinâmicas grupais de conhecimento da realidade, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Técnicas e dinâmicas participativas aplicadas nas comunidades de estudo

Ferramentas de Conhecimento da Realidade	Objetivos
Caminhada transversal (transect walks)	Promover a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas realizadas no tempo e no espaço, identificando características naturais da comunidade atual e do ponto de vista histórico.
Painel coletivo	Levar o grupo a construir uma imagem coletiva da comunidade, para perceber que ainda há coisas que não conhecem. Complementar à caminhada transversal, objetiva descobrir e ilustrar a visão que a comunidade tem dos aspectos físicos e humanos da realidade, uma vez que a representação da paisagem engloba as ideias e ações dos participantes no tempo, no espaço em relação a eles próprios e ao ambiente.
O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?	Resgatar a história de vida dos participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento.
Árvore de problemas	Discutir os problemas e suas causas coletivamente para que as decisões também sejam tomadas de forma coletiva.

Fonte: Modificado a partir de Furtado; Furtado, 2000 e Verdejo (2010).

O reconhecimento dos aspectos ambientais e produtivos das áreas estudadas se deu através da ferramenta caminhada transversal ou simplesmente Travessia. Conforme Souza (2009), essa ferramenta consiste em percorrer uma determinada área, acompanhado de informantes locais e que conheçam bem a região. Nesta caminhada é possível observar e descrever o ambiente por onde se passa. Além de permitir o reconhecimento da área através dos usos, da ocupação do solo, dos recursos naturais e das limitações ambientais, a caminhada transversal permite identificar os problemas ambientais, situações do passado, a realidade presente e as perspectivas (FURTADO; FURTADO, 2000; VERDEJO, 2010).

A partir da aplicação da técnica do painel coletivo foi possível notar o engajamento das comunidades locais na construção de uma imagem que estivesse de acordo com o imaginário coletivo. Para a construção do painel foi solicitado aos participantes que representassem a comunidade numa espécie de mapa mental, identificando os locais mais importantes.

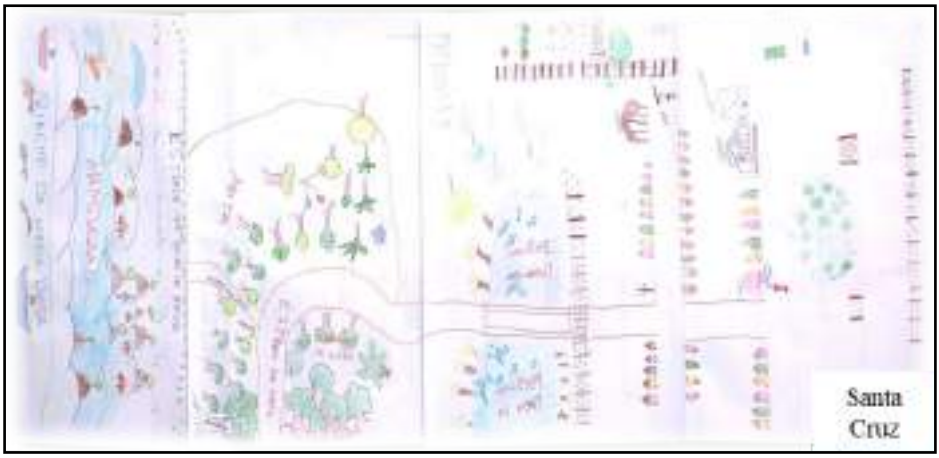
A ferramenta "o que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?" foi utilizada com o intuito de obter dados sobre a lógica social das comunidades. A técnica permitiu o resgate da história de vida dos participantes, através da identificação de suas habilidades e experiências de vida, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento e proporcionando uma integração entre os participantes, ao aumentar o vínculo entre eles.

Durante a aplicação da "Árvore de Problemas", foi solicitado que a comunidade escrevesse os problemas que podem afetar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento do turismo local, a fim de que priorizassem às problemáticas relacionadas à atividade em questão. Em seguida, eles deveriam pensar nas causas desses problemas e colocá-las na raiz da árvore.

4 NÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação da ferramenta painel coletivo possibilitou obter informações socioeconômicas, produtivas e ambientais das comunidades, a exemplo dos estilos das moradias, o uso da terra, as espécies da fauna e da flora encontradas no local e as atividades agrárias e de extrativismo desenvolvidas comumente na região. As figuras 3 e 4 mostram a visão dos integrantes sobre as comunidades em que vivem. É possível observar que, além de representar os locais mais importantes, a comunidade retratou aspectos relacionados ao seu cotidiano.

Figuras 3 e 4: Painéis coletivos elaborados pela comunidade Resina e Santa Cruz



Fonte: autoras, 2017.

Através dos painéis elaborados pelos quilombolas, foi possível verificar, por um lado, diferenças no uso e ocupação das terras e, por outro lado, uma estreita relação com o meio ambiente, diante da representação do mangue, do rio, da mata e das atividades agrárias. Através dos painéis, os participantes da oficina identificaram as áreas com potencial turístico, como a mata, o rio e o manguezal.

As caminhadas transversais possibilitaram a realização de um percurso pelo espaço geográfico das comunidades estudadas, possibilitando conhecer os vários lugares, já indicadas anteriormente pela comunidade como de potencial turístico. Durante as caminhadas realizadas na mata local foi observada e analisada a possibilidade de realização de trilhas ecológicas. Em meio à vegetação nativa, com espécies vegetais utilizadas com fins alimentício, medicinal e econômico, descritas pelos participantes (Quadro 2), as trilhas apresentam-se como uma alternativa de lazer e aquisição de conhecimentos e saberes locais.

Quadro 2: Utilização de espécies vegetais no Território Quilombola Brejão dos Negros - SE

Nome popular	Nome científico	Utilização local	Observação
Amesca ou amescla	Trattinickia rhoifolia Willd	A seiva e a casca da árvore são usadas em incensos, para tratamento de dores de cabeça, de dente, de barriga e sinusite. Tem fruto de sabor adocicado, também usado na alimentação humana.	Seiva usada em rituais religiosos na região, devido seu aroma agradável.
Cambuí	Myrcia laruotteana cambuíla	Os frutos, apesar de serem muito pequenos, são comestíveis. São usados na alimentação humana e de pássaros	Árvore de grande ocorrência no território quilombola. Apresenta um fruto de gosto adocicado, utilizado em bebidas alcoólicos, sucos e sorvetes, geleias nas comunidades locais.
Ouricurí	Syagrus coronata (Mart.) Becc	A palmeira de ouricurí produz fruto e sementes comestíveis, utilizados na alimentação humana e de animais. As palhas da palmeira são usadas para confecção de chapéus, bolsa, vassouras, entre outros produtos artesanais.	O fruto, conhecido como “coquinho”, em outras regiões do estado é chamado de ouricurí, é comercializado após cozimento com casca nas feiras locais.
Ubaia	Eugenia uvalha	Árvore encontrada nas matas locais, de fruto comestível. É usado na alimentação humana.	O fruto de cor amarelo, apresenta um forte sabor cítrico, utilizado em sucos e doces.

Crédito fotográfico: Adriele Bispo, 2018.
Organização: as autoras, 2018.

As habilidades e experiências dos participantes foram identificadas através da aplicação da ferramenta “O que essa mão já fez e o que é capaz de fazer?”. Foi possível relacionar as experiências e conhecimentos com as atividades necessárias para o desenvolvimento da cadeia local do turismo, tais como alimentos e bebidas, hospedagem e atendimento ao turista, identificando as ações necessárias em termos de qualificação profissional em turismo.

A essas informações, somam-se aquelas coletadas durante a realização da oficina “Árvore de Problemas”, quando foi possível a exposição dos problemas locais relacionadas com a atividade de Turismo de Base Comunitária. Na comunidade Santa Cruz foi possível perceber diversas preocupações no que diz respeito à qualificação profissional, saneamento básico, geração de resíduos, serviços de hospedagem e alimentação, organização local para o turismo, estruturação de atrativos locais e formas de acesso.

Além das dificuldades já identificadas no povoado Santa Cruz, os participantes das oficinas na comunidade Resina ressaltaram as problemáticas da salinização do rio, as condições de habitação, o acesso à educação e saúde, oportunidades de trabalho e a pouca valorização cultural. No que se refere à cultura, as comunidades contavam com um grupo de percussão musical e dança afro. Esse grupo se reúnem aos finais de semana para ensaiar apresentações durante as festas religiosas regionais, eventos locais e durante a recepção de visitantes à comunidade Santa Cruz.

As duas comunidades identificaram como problema a falta de investimentos no setor do turismo pelo poder público municipal e estadual, a falta de conhecimento e comprometimento comunitário para o desenvolvimento de atividades turísticas e a falta de recursos financeiros para empreender.

Os problemas indicados pelos representantes das comunidades interferiam diretamente no desenvolvimento do turismo, associados aos aspectos de infraestrutura da região. Em consequência disso, não existiam passeios ou roteiros turísticos formais que contemplassem os potenciais atrativos turísticos das comunidades quilombolas locais. No entanto, ocorriam visitas informais de pesquisadores e técnicos de entidades públicas e privadas, voltadas para o desenvolvimento de estudos de pesquisa e extensão. Foi verificado também que na comunidade Resina existia um fluxo mais expressivo de outras categorias de visitantes, que se deslocam com objetivo de lazer, influenciadas pelo banho no rio São Francisco, porém nada ocorria de forma organizada e planejada.

Vale ressaltar que existe um fluxo considerável de visitantes na região de Brejo Grande, que compram passeios turísticos nas agências de receptivo de Maceió - AL e Aracaju - SE. Em Sergipe, os passeios saem da capital por volta das 6h00min, chegando ao município de Brejo Grande por volta das nove horas, de onde os visitantes fazem um percurso de catamarã até a foz do São Francisco, com parada de uma hora para banho, voltando à cidade para almoçar em um dos dois restaurantes à beira rio, retornando para a capital por volta das treze horas do mesmo dia. A problemática desse tipo de comercialização turística é o baixo impacto financeiro para as comunidades e o elevado custo ambiental na localidade. Assim, é de grande importância que o poder público local desenvolva ações que viabilizem o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

No território quilombola não existem equipamentos de hospedagem regular, os mais próximos estão localizados na sede do município de Brejo Grande. Assim, quando um grupo ou indivíduo pretendia pernoitar no local, as comunidades se organizam e

conseguem abrigar as pessoas nas casas das comunidades. Já os serviços de alimentação são disponibilizados por grupos de cozinheiras, sendo necessária uma prévia comunicação para contratar esses serviços, com um cardápio que inclui os alimentos consumidos pela população local.

Diante disso, foi possível inferir que as atividades turísticas no território quilombola Brejão dos Negros se encontram em fase de exploração. De acordo com Butler (1980) *apud* De Paula; Stein; Mecca (2016), as destinações turísticas possuem um ciclo de vida representado por seis fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e, a partir dessa última, rejuvenescimento ou declínio.

Em fase de exploração, o meio físico e social encontra-se inalterado, pois o destino turístico não possui instalações específicas para os turistas, que são em pequeno número e realizam suas viagens individualmente, como exploradores, utilizando as acomodações destinadas à comunidade local (DE PAULA, STEIN & MECCA, 2016).

A partir dos dados coletados de forma participativa, foi elaborada uma matriz de análise SWOT. Foram identificadas e organizadas as Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades para o desenvolvimento do TBC no território. A análise do ambiente externo está organizada no quadro 3.

Quadro 3: Ambiente externo para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros - SE

Oportunidades	Ameaças
- Políticas públicas para as comunidades quilombolas. - O interesse de pesquisadores de instituições de ensino no desenvolvimento de pesquisa e extensão no território. - Editais para financiamento de projetos nas áreas de desenvolvimento social, cultura, turismo, agricultura familiar, entre outros. - Atuação de agentes públicos e privados no território: Petrobrás - PEAC; Emdagro; Incra; Universidades e Institutos Federais; Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco; Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco, entre outros. - Crescimento do mercado de bens e serviços voltados ao desenvolvimento sustentável e à agricultura familiar. - Crescente número de pessoas com interesse em vivenciar experiências.	- Acesso aos serviços de saúde pública. - Acesso aos serviços de educação pública. - Instabilidade política. - Salinização do rio São Francisco. - Falta/Inadequação de sistema de saneamento básico (destinação dos resíduos sólidos e de esgoto). - Especulação imobiliária nas margens do rio São Francisco, próximo ao porto do povoado Saramém. - Destruição dos mangues pelo avanço da carcinicultura na região. - Inadequadas manutenção e sinalização básica e turística das vias de acesso ao município, SE-204 e SE-100. - Dificuldade nos meios de comunicação no que se refere à cobertura de redes de telefonia e internet. - Pouca atuação do governo municipal no território quilombola no que diz respeito ao turismo.

Fonte: autoras, 2018.

Dentre as ameaças que foram listadas e que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo local, está a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e saneamento básico. As comunidades não possuem escolas, postos de saúde e o saneamento básico é precário ou inexistente. Aliado a isso, há a dificuldade de acesso aos meios de comunicação, com baixa cobertura dos serviços de telefonia e internet. Ademais, as vias de acesso às comunidades ainda não estão sinalizadas nem asfaltadas.

No contexto nacional, a instabilidade política dificulta a execução das políticas voltadas às comunidades remanescentes de quilombo e,

principalmente, o processo de titularização das terras. No contexto ambiental, a salinização do rio São Francisco, a destruição dos manguezais pela carcinicultura e a especulação imobiliária são fatores que geram insegurança aos remanescentes em relação ao futuro econômico, social e ambiental da comunidade.

Os recursos turísticos disponíveis no território, aliados ao crescimento do mercado de bens e serviços voltados ao desenvolvimento sustentável e à agricultura familiar e o crescente interesse de visitantes de vivenciar experiências que agreguem lazer e cultura em ambientes tradicionais, apresentam-se com oportunidades de desenvolvimento do turismo nas comunidades.

Mas é necessário que as comunidades se organizem para decidirem como irão desenvolver o turismo e como vão empreender para oferecer a estrutura necessária para receber os visitantes e os turistas. Os empreendimentos devem estar de acordo com as condições das comunidades, já que o investimento em restaurantes e pousadas exige um grande montante de recursos financeiros que a população local não tem disponível.

Assim, devem ser criadas alternativas de oferta de serviços de alimentação e hospedagem que sejam uma oportunidade atraente e possível para as comunidades locais e uma opção de qualidade para os visitantes. Entre as opções, tem-se restaurante comunitário e o sistema de Cama & Café, modelos de empreendimentos que são largamente adotados nos modelos de TBC.

Como atrativo turístico a ser desenvolvido pelas comunidades do território quilombola, o rio São Francisco oferece as possibilidades de prática de esportes aquáticos, tais como caiaque, *stand-up paddle* e mergulho, e passeios com foco na preservação e educação ambiental que podem contemplar as praias, croas, flora e fauna local.

O artesanato do território precisa ser fortalecido através de ações

de disseminação do saber fazer entre as gerações, uma vez que os avanços tecnológicos enfraqueceram essa troca de saberes, ocasionando uma perda de conhecimentos e identidade. É preciso que essas ações sejam pautadas na gestão sustentável dos recursos naturais utilizados na confecção do artesanato e na valorização cultural. As comunidades, além da venda do artesanato, podem oferecer uma imersão cultural para que os visitantes aprendam “o saber fazer” artesanal.

As paisagens formadas pelas águas do rio, aliadas às atividades agrárias e à tranquilidade do ambiente, podem ser usadas como atrativos turísticos a partir de visitas ao loteamento da Fazenda Batateiras, onde as famílias remanescentes de quilombo desenvolvem agricultura familiar, promovendo uma experiência turística diferenciada através do contato direto com o espaço rural.

A gastronomia pode ser utilizada e fortalecida através de festivais ou feiras gastronômicas, onde sejam ressaltados os ingredientes locais, como são elaborados os pratos, suas histórias, em que época são mais consumidos, incluindo o artesanato produzido para a fabricação e apresentação dos pratos.

A inserção da atividade turística na mata local, além de um caráter educativo, pode promover a valorização desse ecossistema de grande importância histórica, cultural e ambiental, bem como os saberes locais em relação aos usos dados para cada espécie.

O meio natural, as atividades econômicas e o modo de vida rural são os principais recursos para estruturar o turismo local. Para tanto, é necessário que a comunidade seja sensibilizada quanto à importância do turismo como alternativa de renda e sejam capacitadas para serem protagonistas do planejamento da atividade, assim como ocorre com as atividades que já são desenvolvidas no território. A análise do ambiente interno está organizada no quadro 4.

Quadro 4: Ambiente interno para o desenvolvimento do TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros - SE

Forças	Fraquezas
- Diversidade de recursos naturais. - Fazer parte de um território quilombola. - Posse da terra. - Identidade rural - Diversidade de atividades econômicas. - Gestão comunitária dos recursos locais. - Preservação e resgate de grupos de música e dança (Maracatu). - Conhecimento sobre o uso de plantas medicinais.	- Necessidade de diversificação das fontes de renda. - Falta de comprometimento e interesse de todos no desenvolvimento do turismo local. - Falta de projetos de valorização da cultura local na Resina. - Não existe um comitê ou associação de turismo no território. - Qualificação profissional na área de turismo: alimentação, hospedagem, atendimento, guiamento. - Deficiências na organização dos serviços de alimentos e bebidas, hospedagem e entretenimento.

Fonte: autora, 2018.

Diante das fraquezas identificadas, nota-se a necessidade de projetos de fortalecimento e incentivo ao turismo que tenham como linhas de atuação a mobilização e sensibilização das comunidades sobre a importância do seu papel como protagonistas das atividades turísticas, a capacitação para o empreendedorismo social e coletivo, a governança local para o turismo e a valorização cultural.

Dentre os pontos fortes, a variedade e qualidade dos recursos naturais e culturais disponíveis para o desenvolvimento de um produto turístico e a articulação e organização já existentes nas comunidades são os que merecem destaque para a proposta de TBC. A autonomia e

gestão comunitária atuante e os recursos disponíveis revelam uma forte potencialidade do território para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária dentro do segmento turístico do Turismo Rural, numa esfera da agricultura familiar.

São necessárias ações na estruturação e organização dos atrativos, qualificação profissional, empreendimentos de serviços e equipamentos turísticos, bem como na comercialização desse produto (Quadro 5).

Quadro 5: Ações estruturantes de apoio ao Turismo no Território Quilombola do Brejão dos Negros

Ações Turísticas
Formação de comitê de turismo local.
Sensibilização e mobilização das comunidades e agentes locais para o desenvolvimento do TBC.
Capacitação das comunidades para o TBC, através de cursos na área de manipulação de alimentos, guiamento turístico, produção cultural, meios de hospedagem alternativos, empreendedorismo, economia solidária, elaboração de roteiros.
Formalização de parcerias com instituições de ensino e com o Sistema S para o desenvolvimento do turismo.
Estruturação de roteiros turísticos.
Estruturação de trilha ecológica na Mata da comunidade Santa Cruz.
Melhoria da sinalização básica e turística das vias de acesso.
Criação de uma rede local de Cama e Café.
Organização de um restaurante comunitário.
Organização de eventos para o fortalecimento cultural, a exemplo de festivais gastronômicos.
Criação de material e recursos de promoção e comercialização do território como destino turístico.
Intercâmbio e parceria com redes de TBC.

A ações para a melhoria das condições de vida das comunidades que interferem no turismo
Coleta seletiva de lixo e compostagem.
Reflorestamento de algumas áreas.
Utilização de fontes de energia renovável.
Aquisição de selos e certificações dos produtos agrícolas.
Adoção de métodos sustentáveis de produção de alimentos.

Fonte: as autoras/2019.

Em síntese, o turismo pode auxiliar na (re)valorização identitária da comunidade quilombola, apresentando-se como uma inovação social a partir da adoção de um modelo próprio de auto-gestão que leve em consideração o levantamento e a adoção de soluções adequadas à problemáticas locais, a partir de uma abordagem teórico-metodológica focada na participação das comunidades locais na gestão desse turismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a realidade do território quilombola Brejão dos Negros, foi notada a vocação do território para o segmento do Turismo Rural, tendo o TBC como modelo de gestão. No entanto, apesar do forte potencial, a atividade turística ainda não se apresenta delineada e estruturada, notando-se também a inexistência de iniciativas do poder público local para o desenvolvimento do setor.

Algumas iniciativas isoladas para o desenvolvimento do turismo já haviam sido tomadas pelo governo estadual e por algumas entidades sem fins lucrativos. Diante dos resultados obtidos, nota-se a necessidade de ações de capacitação da comunidade. A capacitação deve contribuir para o empoderamento da comunidade para que a mesma possa realizar

ações de estruturação, nesse caso em particular, à elaboração de roteiros turísticos no território.

Por se tratar de um ambiente litorâneo, com um ecossistema rico e ao mesmo tempo tão ameaçado pelas ações antrópicas, é de fundamental importância que as atividades turísticas locais a serem desenvolvidas sejam pautadas na gestão ambiental sustentável adequada à realidade socioeconômica e às demandas locais, através de planos de manejo e da participação comunitária, com objetivo de preservar o rio como patrimônio.

As comunidades têm uma estreita relação com o meio natural, adquirindo ao longo do tempo um conhecimento vasto sobre as propriedades medicinais e alimentícias de espécies vegetais da região. É necessário que seja realizado um trabalho de levantamento dessas espécies, no intuito de promover produtos alimentícios e medicinais típicos do local que podem ser comercializados e valorizados enquanto atrativos turísticos, como é o caso do mel e dos produtos derivados do coco.

Visando à garantia do desenvolvimento sustentável através do envolvimento e da participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão, buscando um objetivo comum a todos os envolvidos, o TBC pode viabilizar a inserção das comunidades quilombolas no mercado turístico através de um modelo de gestão inovador que permite o uso sustentável e a (re)valorização dos recursos locais em busca do bem-estar coletivo, criando e/ou reforçando laços de solidariedade e compromisso entre os membros da comunidade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

DAYCHOUM, M.. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

DE PAULA, T. M.; STEIN, G. V.; MECCA, M. S.. Ciclo de Vida das Destinações Turísticas: Vila Flores, RS: 'Terra da Fé, Pão e Vinho'. **Rosa dos Ventos**: turismo e hospitalidade, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2016.

DENCKER, A. F. M.. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

FURTADO, R.; FURTADO, E.. **A intervenção Participativa dos Atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

INCRA-SE. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do TerritórVisando à garantia do desenvolvimento sustentável através do envolvimento e da participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão, buscando um objetivo comum a todos os envolvidos, o TBC pode viabilizar a inserção das comunidades quilombolas no mercado turístico através de um modelo de gestão inovador que permite o uso sustentável e a (re)valorização dos recursos locais em busca do bem-estar coletivo, criando e/ou reforçando laços de solidariedade e compromisso entre os membros da comunidade.**In: Workshop Arqueológico de Xingó (MAX/UFS), 7, 2012, São Cristóvão e Laranjeiras, Sergipe. **Anais.** Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) - Núcleo Regional Nordeste, 2012. p. 1-5.

SOUZA, M. M. O.. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). In: **Em Extensão**, v. 8, n. 1, p. 34-47, 2009.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-ação).

REIS, J. T.; MIORIN, V. M. F.. **A multifuncionalidade da agricultura familiar e sua influência na paisagem**. Disponível em: ARTIGO%20 REVISTA%20OU%20CAP.%20LIVRO_2013%20janete1[1].pdf. Acesso em: 20 de março de 2019.

VERDEJO, M. E.. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

CAPÍTULO 11

VILA DO ARTESANATO CERÂMICO: UM MODELO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, SANTANA DO SÃO FRANCISCO, SERGIPE

O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.
(Cora Coralina)

Jecson Léo de Souza Araújo
Mary Nadja Lima Santos

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiu no início dos anos 1980, como alternativa ao modelo de turismo convencional, priorizando a conservação do modo de vida tradicional e o meio ambiente nas decisões políticas. As novas tendências da demanda mundial fazem com que o turismo conquiste, constantemente, novos espaços, e incorpore novos atrativos à sua oferta. Neste novo cenário, inúmeros micros empreendedores familiares, cooperativos e comunitários enriquecem a oferta turística nos âmbitos local, nacional e internacional ao incorporarem um turismo com selo próprio, a partir de uma combinação de atributos singulares e originais (MALDONADO, 2009).

Entretanto, como qualquer atividade do setor econômico, a cadeia produtiva, baseada no turismo, pode ser estimulada ou não em função da lucratividade ou da distribuição de benefícios e custos (externalidades). É assim que o planejamento público desempenha papel importante no sentido de fomentar as atividades de políticas públicas, a partir de um plano de desenvolvimento nacional para o estímulo da atividade turística (GRECHI; LAMBERTI, 2016).

Nesta perspectiva, em Sergipe o artesanato se configura como uma importante manifestação da cultura popular dos sergipanos e uma atividade econômica de alcance singular no Estado, onde há mais de 4.700 artesãos cadastrados em quase 90% dos 75 municípios que apresentam algum tipo de produção artesanal (CODEVASF, 2014).

O Município, objeto deste estudo, antigo povoado Carrapicho, atualmente denominado de Santana do São Francisco-Sergipe, está localizado a leste do Estado e dista 125 km da capital sergipana, Aracaju (Figura 1). Apresenta uma área territorial de 45,62 km^2 e população estimada, em 2019, de 7.780 habitantes (IBGE, 2019). Representa um

polo turístico muito procurado pelos visitantes do Estado, com elevado potencial para o desenvolvimento e valorização dos aspectos ambientais, culturais e socioeconômicos.

Figura 1: Localização de Santana do São Francisco, Sergipe.

Fonte: SEPLAG 2013.

Conhecida em todas as regiões de Sergipe e Estados vizinhos como centro de artesanato cerâmico, a então cidade de Carrapicho ganhou fama nacional. Vale ressaltar que apesar de mais de duas décadas de sua emancipação política e da mudança de nome, a cidade ainda é muito conhecida como Carrapicho.

Nesse contexto, o presente estudo é fruto de Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo, cuja abrangência foi trazer a realidade histórica e cultural da comunidade, desde o local de extração da matéria-prima, o acondicionamento e eventual tratamento para o momento da utilização, até o modo como se conduz atualmente as questões relacionadas

à preservação ambiental. Igualmente, foi proposto um modelo de Turismo de Base Comunitária que contempla o arranjo produtivo do artesanato cerâmico de Santana do São Francisco, denominado Vila do Artesanato.

A metodologia aborda e discute os métodos Fenomenológico-Hermenêutico e técnicas que norteiam o estudo em tela. Essa escolha busca uma interpretação técnico-perceptiva, que corresponde à definição do objeto de estudo, bem como à pesquisa-ação, através da oficina de diagnóstico participativo local diretamente com os artesãos.

2 O ESTADO DA ARTE

Trazer aspectos conceituais do Turismo de Base Comunitária e demais conceitos que envolvem as diversas áreas do conhecimento, tais como, administração, economia e negócios, possibilita entender o TBC como fenômeno a ser estudado. É importante compreender sua origem e princípios conceituais, identificar discussões a respeito de "novas" perspectivas do turismo e as dualidades que as envolvem.

No estudo de Santos; Lima e Da Silva (2018), para o enfrentamento dessa nova lógica se precisaria de um novo modelo que integrasse mercado e protagonistas locais; estas pesquisadoras entendem que integrar visitantes e turistas, respeitando-se o bem-estar da coletividade do lugar, traz consigo o modelo atualmente denominado de Turismo de Base Comunitária. Vale registrar que na década de 1980 houve investimentos e políticas públicas voltadas para a Política Nacional de Ecoturismo que se propunha, por um lado, substituir o turismo convencional gerador de segregação socioespacial, concentrador de renda e responsável por danos ambientais, e, por outro, capaz de nortear princípios que garantissem sustentabilidade social, econômica e ambiental. Por tanto, as características que norteiam o Turismo de Base Comunitária e os níveis de complexidade das etapas são

importantes para o sucesso da sua implantação em uma dada comunidade.

Autores como Bertalanffy (1968) contribuíram com a Teoria Geral dos Sistemas que influenciou parte dos pesquisadores na busca de estudar elementos e conjuntos, mediante um sistema como forma de entender a atividade turística. Nessa linha, Cuervo (1967) e Leiper (1979), com a proposta de construção de um Sistema Turístico antecederam os estudos de Beni (1988, p. 2006, p. 43), este considerado o autor que melhor "evidenciou os conjuntos e subsistemas que interagem entre si e formam a atividade turística".

Varisco (2013) contribuiu na utilização de conceitos sistêmicos para o turismo, pois permite uma análise complexa e supera visões reducionistas do ponto de vista socioeconômico. No entanto, Lohhman e Panosso Neto (2008) sugerem atentar-se para quando separar o sistema turístico para melhor estudá-lo, observar a relação com as demais atividades econômicas, ambientais, sociais e políticos do município, estado, região ou país.

Nessa compreensão, é natural o desenvolvimento do turismo ser influenciado não apenas pela elaboração de estratégias específicas, mas também por políticas integradas, ligadas ao desenvolvimento sustentável e considerando os Arranjos Produtivos Locais (APL's). Estes, por sua vez, são aglomerações formadas por micro e pequenas empresas especializadas e concentradas geograficamente, que mobilizam a interação e cooperação entre os diversos agentes como empresas, universidades, institutos de pesquisas, bancos de investimentos, escolas e governos (DALLAVECCHIA, 2006).

Moura (2008) inclui, também, neste rol, as associações de classes, instituições públicas e privadas, além de outras voltadas para a capacitação de recursos humanos, pesquisas, desenvolvimento e formação de mão de obra especializada, agregando, ainda, entre outras características, o maior nível de interação, cooperação e articulação.

Diante disso, o entendimento é que a organização de um sistema produtivo, independente da denominação administrativa, associação ou cooperativa, enquanto meio de subsistência de uma comunidade, necessita ser bem definida e estruturada. Esse desenho tem como objetivo criar mecanismos de ação participativa de todos os envolvidos no processo produtivo e comercial, com vistas ao maior aproveitamento e manutenção constante dos recursos utilizados no setor produtivo.

Os APL's também são conhecidos como *clusters*, sistemas produtivos nucleadores de sistemas locais de inovação, distritos industriais, redes sociais, entre outros. Para Melo e Matos (2007), as políticas de apoio aos arranjos e sistemas produtivos localizados são identificadas como importante alternativa na promoção do desenvolvimento de base local autossustentável. Sampaio et al. (2008) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que arranjos de base comunitária agregam valor aos pequenos negócios, ao tempo em que aumentam as possibilidades de sobrevivência sócio-empresarial diante de uma economia de mercado.

Para que esse compromisso apresente os resultados esperados, faz-se necessário, além do envolvimento de todos os agentes transformadores, a estruturação coordenada e bem planejada das etapas de implantação e manutenção do modelo. Santos et al. (2013; 2016); Kiblera, Salmivaarab, Stenholmc, Terjesend (2018) trazem contribuições para essas práticas responsáveis, sustentáveis e do bem-estar-social das comunidades receptoras, em especial no que se refere ao enfrentamento da pobreza.

Na perspectiva da busca de organização comunitária associativista e da sustentabilidade no âmbito do TBC, vale conceituar a resiliência como um dos pontos valiosos à necessidade de manutenção e adaptação dos valores próprios da comunidade. Na visão de Berg (2013), resiliência é a capacidade de enfrentar situações adversas como pressões, obstáculos e problemas, e passar por estas de maneira positiva. Ao invés de restaurar

o passado ela possibilita o desenvolvimento, de forma adaptável, a novos métodos e procedimentos, sem a perda do propósito principal do agente ou da comunidade (BERG, 2013).

Corrobora com esta ideia Lemos, quando afirma que fazer parte de um sistema resiliente é se colocar, com o mínimo de vulnerabilidade, diante das ameaças e consequências. Deste modo, a resiliência permite aos sistemas ameaçados a manutenção dos seus valores, funcionalidades e características, mesmo com alterações devidas às exposições às forças degradadoras e possíveis ameaças, de forma a retornar ao equilíbrio, sem exibir danos permanentes, após o final do evento (LEMOS, 2014).

Ainda sobre a resiliência como característica indispensável para o TBC: "A resiliência é a capacidade de o sistema manter suas características essenciais de estrutura e função, mesmo depois de um colapso e reorganização" (BUSCHBACHER, 2014, p. 18). O autor complementa afirmando ainda que a resiliência traz consigo uma síntese entre estabilidade e dinâmica, integrando as ideias de mudanças e limites.

Já na seara do turismo sustentável existe um paradoxo entre a necessidade de permanência das características do ambiente (sistemas ecológicos) e a necessidade de inovações e mudanças sociais (sistemas sociais), para que, de fato, haja um desenvolvimento sustentável. Segundo Gual; Norgaard (2010) é necessário um olhar sistêmico, que considere aspectos sociais e ambientais como parte indissolúvel e, portanto, de um constante processo de transformação.

Nesta perspectiva, depreende-se como oposto a resiliência, o conceito da vulnerabilidade, observado quando um sistema social ou ecológico perde resistência, tornando-se vulnerável às mudanças que anteriormente poderiam ser absorvidas. Entretanto, em um sistema resiliente a mudança tem o potencial de criar oportunidades de desenvolvimento, novidade e inovação; porém em um sistema vulnerável, mesmo pequenas

mudanças podem ser devastadoras (FOLKE, 2003).

Observando por esta ótica, a resiliência representa “a capacidade de um sistema para detectar choques, mantendo essencialmente a mesma função, estrutura, reações e, portanto, a identidade” (WALKER et al., 2006, p. 2). Dessa forma, o conceito de resiliência desloca a perspectiva do desejo de controlar a mudança, em sistemas assumidos como estáveis para sustentar e aumentar a capacidade de lidar com sistemas socioecológicos, adaptar e dar forma à mudança.

3 O MODELO TBC: VILA DO ARTESANATO CERÂMICO

3.1 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL

Como parte integrante da fase de diagnóstico e identificação da forma organizacional da comunidade, foi programada a realização de uma oficina para o diagnóstico participativo no Centro de Referência Especializado em Assistência Social, no município de Santana de São Francisco/Sergipe, no dia 27 de outubro de 2017, onde foi feito o acolhimento dos participantes, com uma apresentação do projeto e seus objetivos, explanações sobre o que é uma oficina, como seria realizada, o que se esperava colher de informações e a sua importância para obtenção dos resultados desejados.

Ato contínuo, foi feita uma explicação sobre o que é o TBC, suas características, benefícios e casos de sucessos referentes a outras regiões do país, a partir da apresentação de um vídeo documentário sobre a Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, a fim de fomentar uma discussão a respeito do tema. Foi possível, nessa ocasião, observar o interesse dos participantes da oficina (artesãos, gestores) e a atenção com que interagiam (Figura 2).

Figura 2: Oficina diagnóstica com a comunidade de artesãos do município de Santana do São Francisco, 2017.

Crédito fotográfico: Jecson Léo de Souza Araújo, out/2017.

Pode-se observar o interesse e a expectativa que esse evento despertou nos artesãos do município de Santana do São Francisco. Momentos como este, além de apresentar cunho informativo, facilitaram a interação entre as partes envolvidas nesse processo inovador para a região, bem como gerou confiança e desejo de evoluir em uma perspectiva da saída da produção do âmbito "caseiro", para um crescimento em escala produtiva associativista e cooperativista, além do ganho em qualidade e racionalidade comunitária. A participação ativa e o desejo em compreender como se dá o processo podem ser observados, tanto na atenção dos participantes como na interação e levantamentos de questões pertinentes ao modelo ali apresentado.

Num determinado momento da oficina, em que os artesãos foram solicitados a apresentarem suas opiniões e ideias sobre os problemas

existentes na implantação de um modelo TBC (brainstorming), e quais os possíveis caminhos rumo à criação de uma nova realidade para o turismo da região onde vivem, percebeu-se o grande interesse em se tornarem protagonistas de uma nova realidade. Com a ideia central apresentada nesta pesquisa buscou-se, junto a eles, inicialmente, compreender o processo histórico e evolutivo (marcantes da comunidade), que são determinantes para receber do mercado e dos órgãos governamentais, as diretrizes do funcionamento de um novo modelo denominado de Turismo de Base Comunitária. Esse interesse de serem protagonistas de suas histórias evidenciou uma quebra de paradigma que conduz para outra posição como agentes transformadores e gestores do arranjo produtivo local, cuja perspectiva é minimizar a acomodação e passividade dos agentes sociais.

A etapa do trabalho denominada "tempestade de ideias" trouxe contribuições e sugestões dos agentes, cuja riqueza de detalhes e sonhos apresentados está disposta no quadro 1.

Quadro 1: Resultados da oficina na etapa "Tempestade de Ideias"

SONHOS	RIQUEZAS NATURAIS	RIQUEZAS CULTURAIS
Sonhar junto	Argila / Barro	Pescadores/Pesca
União dos artesãos	Rio São Francisco	Dicionário com linguagem própria da cadeia produtiva do artesanato cerâmico – oleiro
Melhoria produtiva para o bem-estar da comunidade	Águas minerais (Povoado Brejo, Saúde e Sede)	Escritor Roberto Cruz - "Beto da SUCAM"
Desenvolvimento do Turismo	Povoado Brejo da Conceição	Grupo Folclórico "Batucada" Carrapicho
Ver os produtos nas redes sociais "bombando" como os demais	(Fontes de água, piscinas nos tuneis, trilhões)	Sta. Cruz das meninas

Povoado Saúde retomasse ao modo original com casas de palha e trouxesse o turista.	Grota do Negro (Rio São Francisco - SE)	Processo Produção envolve vários valores, vários agentes. Pintura, batedor de barro, “Lenhador”, apanhador-de-lenha, carregador, servente (Candangue), polidor, embalador
O artesanato como desenvolvimento		Bordado (Ponto de crivo) (Rendendê)
A felicidade do povo	Sta. Cruz das meninas (Patrimônio cultural) Material (Igreja) Promessa dos ex votos	Costureiras
O artesanato deve estar bem para agregar valores à comunidade		Pesca
Melhoria e regularização municipal para o escoamento do artesanato		Turismo
Divulgação do município para trazer o turista	(Prainha)	Artesanato

Fonte: Elaborado por Araújo, J. L. de S. & Santos, M. N. L. out/2017.

Convém ainda destacar nesta etapa, vários relatos, sobretudo dos integrantes mais velhos da comunidade. A atividade ceramista artesanal no município data de mais de 100 anos, com uma atividade de caráter hereditário, pois a tradição e ensinamentos do ofício são passadas de geração a geração em que a criança, desde muito pequena, participa das atividades em olarias. Há uma forte referência à família de “Chicô”, no início da produção artesanal.

A Oficina proporcionou se observar o engajamento de todos na criação de painéis que continham os sonhos da comunidade e a lista de riquezas naturais, que são fortes atrativos de turistas. Foi apresentada,

nessa ocasião, uma lista da cultura local, que pode ser compartilhada com os visitantes.

A motivação dos artesãos em participar dessa oficina demonstrou o interesse da comunidade em promover mudanças na forma como trabalham atualmente, e pode ser observada pelos frutos desse trabalho que consistiu em montar painéis onde são registradas várias questões, com o objetivo de compreender os aspectos da vida dessa comunidade e posterior análise das potencialidades para desenvolver o Turismo de Base Comunitária.

Como parte dos trabalhos propostos na programação dessa oficina, uma das atividades consistiu em ouvir, dos artesãos, um pouco da história do Município, suas tradições ceramistas e as formas de organização comunitária, desenvolvidas ao longo do tempo, com vistas a divulgação e ampliação do mercado ceramista artesanal e disseminação dessa cultura como promotora do turismo.

Segundo relatos apresentados, o senhor João Henrique da Costa, o João Igreja, é considerado o primeiro ceramista do Município, com produção de imagens sacras. Naquela época era denominado santeiro, por produzir imagens de santos, prática que se tornou uma tradição local. Essa produção de imagens é para presépios e são confeccionadas em todos os tamanhos. A produção de peças utilitárias, decorativas e sacras (Figura 3), torna-se, então, uma atividade cultural, artística e econômica do lugar.

Figura 3: Tipos de peças cerâmicas produzidas no antigo povoado Carrapicho, hoje município de Santana de São Francisco, Sergipe.

Crédito fotográfico: Jecson Léo de Souza Araújo, out/2017.

Em alguns momentos dessa etapa dos trabalhos era possível observar uma necessidade de "desabafar" as angústias pelas quais passam os artesãos, na sua labuta diária, por manter viva a cultura ceramista no município; suas dificuldades, desde a extração da argila (barro) para confecção das peças, como a qualidade desse insumo natural, hoje já apresentando sérios problemas de contaminação. Some-se a isso a disputa pela terra, dividida com a cultura de arroz, o que torna as jazidas de extração mais raras e, consequentemente, mais caras. Essa situação fica claramente evidenciada, a partir de alguns relatos, tais como: "No início, tirava-se barro nas margens do rio São Francisco, aos montes, hoje tudo é mais difícil e caro...".

Como etapa seguinte a esse momento de interação, passou-se a listar os principais problemas vivenciados pelos artesãos, suas eventuais soluções e sugestões dos agentes responsáveis pela execução das melhorias

que tornariam viável a produção ceramista artesanal, podendo se encaixar no TBC proposto nessa oportunidade, conforme quadro 2.

Quadro 2: Construindo a árvore de Problemas/Soluções/Responsáveis com a comunidade.

PROBLEMAS	SOLUÇÕES	RESPONSÁVEIS
Queima da madeira	Gás natural	Governo Estadual/ Municipal/ Liderança Local
Bordado de crochê (pouca produção) - (Sem associação) – inativa	Reserva Natural de Eucalipto e Exploração controlada por Lei (Madeira)	
Costureiras (Associação inativa)	Criação de empresa mista, gov. municipal e lideranças local (Para formação de uma diretoria)	
Batucada (Há redução de incentivos)	Regularizar as certidões da Prefeitura para quer possa receber recursos e novos incentivos	
Falta de sinalização, confusão semântica da denominação do município (Amparo do São Francisco e Canindé do São Francisco)	Vila do Artesão Ceramista (Espera há 15 anos)	
Burocracia para normatizar, Secretaria da Cultura e Turismo (Existe há 10 anos, mas não há atuação)	Criação de Sec. cultura, turismo e artesanato – Proposta de alteração pelo Poder Municipal e passar a ter atuação	
Poluição por queimadas (meio ambiente comprometido)	Criação de área de extração	

Falta de incentivos	Projeto de 40 tarefas de terras para disponibilizar para os ceramistas com 150 famílias cadastradas e Governo Federal, Estadual e Municipal.	
Olarias (Cerâmico de tijolos) retiram o barro em muita quantidade	Interesse e controle por parte dos gestores públicos	
Utilizam a matéria-prima de forma desordenada		
Licenças ambientais (Falta)	Ajustar-se às exigências de maneira coletiva, pois a queima de madeira, de maneira individual, é o maior problema ambiental atualmente	
Falta organização, planejamento.	União e capacitação administrativa e associativista para todos	

Fonte: Elaborado por Araújo, J. L. de S. & Santos, M. N. L, out/2017.

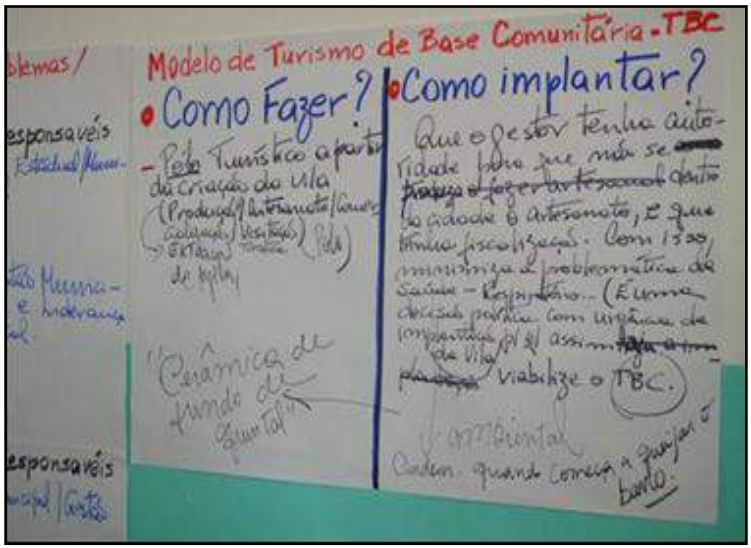
O quadro 2 traz um apanhado, de forma sucinta, dos principais problemas abordados pelos entrevistados, obtidos a partir da ampla discussão da possibilidade de agregar ao cenário atual, outras formas de participação da comunidade no conjunto de atividades que irá compor a cadeia produtiva local. Para tanto, sugere-se também modificações mais amplas, inclusive na estruturação do município, com a correta sinalização, inclusão de placas indicativas para cada área da cidade, melhoria nos aspectos organizacionais que diminuiriam a burocracia da obtenção de certos documentos.

Baseando-se nas experiências compartilhadas pelos artesãos que participaram dessa oficina de cunho diagnóstico e nas entrevistas, foi possível vislumbrar como poderia ser feita a inserção do modelo TBC na

comunidade, com vistas a tornar o ambiente autossustentável, voltado para a atenção ambiental, social e econômica, elevando o turismo como um todo a um patamar de excelência. A fim de tornar isso possível, a ideia passa pela criação de um polo turístico, a partir de uma vila de produção comunitária de artesanato com espaços de comercialização, nos quais os turistas poderiam conhecer desde a extração de argila, passando pela produção do tipo "fundo de quintal" até o local onde todos poderiam, de forma associativo-cooperativa, utilizar meios comuns como fornos, espaço para secagem, pintura e acabamento das peças produzidas.

A figura 4 aponta essa realidade discutida com os artesãos e gestores e comunga com os resultados deste estudo, no olhar dos participantes da oficina do DRP.

Figura 4: Bases deflagradas pelos artesãos para implantação do TBC, 2017.



Crédito fotográfico: Jecson Léo de Souza Araújo, out/2017.

A implantação de uma estrutura desse tipo passa pela presença de um líder comunitário (gestor) que exerceria a autoridade sobre as normas de produção e cumprimento das regras básicas de acomodação e comercialização. Esta decisão minimizaria os problemas, como por exemplo, os danos à saúde por inalação de gases tóxicos provenientes da queima de madeira que se pratica, na atualidade, no meio urbano, indiscriminadamente.

Considerando o exposto acima e seguindo os parâmetros preconizados no modelo TBC, algumas mudanças seriam inerentes ao processo adotado, como:

i) A troca da atividade 100% manual, para adoção do uso de alguns equipamentos e máquinas, o que diminuirá, a rigor, alguns riscos inerentes ao manuseio dos materiais e instrumentos atualmente utilizados;

ii) A substituição do transporte por tração animal para o uso de veículos apropriados;

iii) A manobra de equipamentos com força física ou animal por motores; uma maior produção com qualidade controlada.

Nesse trabalho se observou, por exemplo, que a cidade não tem uma cooperativa de artesãos, embora haja um prédio sede; não existe um consenso da melhor forma de organização, pois há divergências nos interesses de vários artesãos cadastrados na Associação de Artesão do Carrapicho. Além desta, existe a Associação Comunitária Pró-desenvolvimento da Cidade de Santana de São Francisco, que trabalha ligada à assistência social abrangendo outras áreas, e não especificamente para artesanato cerâmico.

Do ponto de vista da formação escolar, a cultura local está vinculada apenas a ocupar as crianças, tirando-as da rua, sem uma preocupação com a escolaridade, com a formação para um mercado de trabalho mais amplo. Nas entrevistas era comum ouvir relatos dessa natureza: "[...] Filho que aprende em

casa não vive na rua..."; "Assim, a cultura não morre..."; "[...] Cada cidadão que nasce em Carrapicho já nasce empregado...". Dadas às precárias condições de vida oferecidas à população, são citados casos em que "muitos professores saem da sala de aula e vão produzir o artesanato no fundo do quintal".

Quando questionados sobre as ações que são desenvolvidas para continuidade do aprendizado de pai para filho, no sentido de garantir o repasse às próximas gerações, foi relatado que não existe projeto político social para essa transmissão do conhecimento e que há algum tempo atrás se comentava sobre a implantação de uma escola profissionalizante, porém nunca houve execução de tal ideia. Vale ressaltar que do ponto de vista social, a possibilidades das crianças, o tempo e a dedicação à formação escolar, devem optar em seguir as tradições familiares, porém com outro nível de formação e profissionalismo: através de Cursos Técnicos e Tecnológicos.

A respeito do aprendizado passado de geração em geração foram trazidas as seguintes indicações: (i) a obrigatoriedade familiar em transmitir o conhecimento do ofício, que garante o sustento de todos; (ii) a importância de não permitir que os filhos passem pelos mesmos problemas que seus familiares enfrentaram; (iii) a importância de uma escola de artesanato cerâmico.

Sobre a visão mais abrangente e de interesse do poder público, vários pontos foram abordados e questionados posteriormente com os envolvidos no processo, quais sejam: (i) espera-se que os gestores desenvolvam projeto de capacitação do artesão; (ii) que haja a produção em bases padronizadas no que diz respeito à identificação e controle de qualidade; (iii) que se priorize todo o arcabouço documental de funcionamento, com vistas na legitima comercialização do produto final.

Para os artesãos, de forma unânime, verifica-se a necessidade de interligação dos diversos segmentos relacionados à cadeia produtiva. Dessa forma, será possível um desenvolvimento econômico e sustentável, baseando-

se em uma política com gerenciamento e seguindo os parâmetros praticados. É consenso que para a implantação de um modelo do nível que se deseja, como o TBC, é extremamente importante que a comunidade se organize sob a tutela de um gestor minimamente preparado, a fim de que se possa: (i) cadastrar todos os artesãos; (ii) realizar reuniões e treinamentos periódicos, com momentos motivacionais; (iii) entender todas as etapas do processo, desde a extração da matéria-prima com qualidade, até a comercialização do produto; (iv) divulgar os trabalhos realizados; e (v) sensibilizar todos os envolvidos, para que o atravessador entenda a importância do trabalho do artesão no momento em que leve o produto ao comércio, o que gerará uma valorização maior da cadeia produtiva como um todo.

Outro ponto levantado foi a necessidade de se obter certificações de caráter histórico-cultural como é o caso da certificação UNESCO, além das certificações de qualidade na realização do trabalho com segurança, cuidado ambiental e social.

Para a efetiva implantação do TBC é fundamental a definição de um espaço público que possa atrair os turistas a conhecerem todo o processo produtivo, pois assim poderão valorizar as etapas que precedem a obtenção daquelas peças que todos acham tão bonitas. Além desse espaço, denominado de Vila do Artesanato Cerâmico, definir outros locais de feiras típicas, além do artesanato, com oferta de serviços da gastronomia local associada às apresentações culturais.

No tocante à matéria-prima foram pontuadas questões como a necessidade do licenciamento ambiental, pois uma fiscalização pode comprometer o futuro da extração e, consequentemente, de todo o trabalho.

Na oficina, como parte integrante das atividades, os artesãos foram solicitados para ilustrarem com desenhos o que entenderam após o período de discussão das diversas questões abordadas. O objetivo maior dessa etapa da oficina foi, através do lúdico, estimular todos os artesãos a

apresentarem suas ideias e registrar, em gravuras, tudo aquilo que sentem dificuldades de expressar verbalmente. É importante, no modelo TBC, que todos possam dar suas contribuições, das diversas formas possíveis, no processo de atuação ativa para elaboração do plano de trabalho. A representação da figura 5 revela e reforça a criação de um espaço turístico, como uma Vila do Artesanato, de forma concentrada e com atividades bem organizadas, para o recebimento dos visitantes, além de diminuir os problemas decorrentes dos trabalhos realizados no fundo do quintal.

Figura 5: Ilustração feita pelos artesãos acerca do Modelo de TBC, 2017.

Crédito fotográfico: Jecson Léo de Souza Araújo, out/2017.

3.2 PROPOSTA DE MODELO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A partir dos dados coletados foi possível racionalizar e chegar à proposição de um produto que consiste na criação da Vila do Artesanato do Município Santana de São Francisco. O acompanhamento meticuloso de todas as etapas que envolvem o processo de fabricação e comercialização do artesanato cerâmico sugere que a comunidade tem informações disponíveis,

em cada etapa do processo produtivo e comercial, permitindo a criação de um espaço comum. No entanto, requer mobilização e viabilização não apenas do poder público, mas, principalmente, dos artesãos, no sentido desse sonho se tornar realidade.

Destacam-se alguns indicativos e elementos para a criação de um espaço comum e integrado de produção e comercialização do produto, por fases de obtenção produto:

i) Recepção de matéria-prima;

ii) Preparação das peças;

iii) Secagem, queima e acabamento – pintura e envernização;Administração do fluxo de material produzido, sua qualidade e determinar o processo de distribuição em condições adequadas;

iv) Disponibilização aos turistas que visitarem o local, além da exposição e possibilidade de compra, *in loco*: que o mesmo possa "colocar a mão no barro" e produzir sua própria peça de artesanato, com acompanhamento do profissional da área e treinado para oferecer conforto, segurança e personalização;

v) Criação de loja de venda e comercialização do produto em condições adequadas de atendimento.

Essa organização dos artesãos na perspectiva da integração em um mesmo espaço garantiria a outros profissionais envolvidos no processo, a redução dos impactos ambientais e na saúde do trabalhador, pois a queima é considerada agente de contaminação ambiental e causadora de problemas graves na saúde dos artesãos e de suas famílias.

A Vila do Artesanato, dentro do conjunto de ações do Turismo de Base Comunitária, tornaria o ambiente mais propício à divulgação dos atrativos potenciais da região, com o artesanato cerâmico, de tradição histórica, o eixo principal. Pode-se destacar, dentre os atrativos dessa localidade, a prainha

do povoado Saúde (bastante explorada), a Grota dos Negros e o turismo de aventura, localizados no entorno da proposta de Vila.

Nesse contexto, espera-se que haja as seguintes iniciativas: i) o engajamento do poder público, trazendo moderna e melhor infraestrutura à cidade; ii) o crescimento da rede hoteleira, pelos empresários, pois só existe uma pousada com pouca estrutura; iii) gastronomia típica, refletindo diretamente na qualidade de vida da população; iv) a criação de novas escolas de ensino formal e profissional trará consigo geração de empregos diretos e indiretos; e v) melhoria no atendimento e assistência pública de saúde.

Nesse diapasão contributivo, propõe-se a instalação do espaço denominado Vila do Artesanato Cerâmico, inserido num arranjo produtivo local, e que se preocupe essencialmente com a organização administrativa e logística (Figura 6).

Figura 6: Modelo da Vila do Artesanato Cerâmico de Santana do São Francisco, Sergipe - 2018.

Fonte: Elaborado por Araújo, J. L. de S., Março/2018.
Apoio Técnico: Moater de Almeida Paulon.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados comprovaram a possibilidade de implantação do modelo de Turismo de Base Comunitária no município de Santana do São Francisco, como instrumento de inovação e fortalecimento da cultura do artesanato cerâmico. São apontados inúmeros benefícios que este modelo pode proporcionar à cadeia produtiva do artesanato local, desde que os agentes locais e públicos observem os pontos críticos destacados.

Não obstante os sistemas de associativismo e cooperativismo na área ceramista terem uma deficiência na organização civil e, por sua vez, na luta para melhoria das condições de vida, há expectativas de união coletiva para o desenvolvimento da Vila do Artesanato Cerâmico.

A Oficina de Diagnóstico Participativo Local identificou problemas de ordem ambiental como escassez futura do barro (extração da matéria prima) e processamento dos produtos (queima), que são realizados por uma quantidade considerável de fornos de fundo de quintal, os quais agridem a saúde humana e ao ambiente, além de não serem adequados à legislação ambiental.

Foi possível identificar que existe uma quantidade considerável de artesãos que atuam na área, não apenas como "um ganha pão", mas como uma cultura viva dentro de si, o que faz com que os mesmos tenham o anseio de valorização da categoria.

Há uma desvalorização dos produtos e o escoamento de forma desordenada e individual dificulta o desenvolvimento econômico local. A infraestrutura pública é precária nas áreas da saúde, educação e segurança, embora se reconheça uma riqueza de atrativos naturais e culturais singulares, e que se destacam em âmbito nacional e internacional com suas peças produzidas.

A relação de aproximação observada, entre os artesãos e gestores públicos, levou à compreensão da importância de um trabalho de implantação

do modelo TBC, bem como o acompanhamento de profissionais aptos a capacitá-los e instruí-los, com o objetivo de aproximar os mesmos em torno da real possibilidade de valorização da cultura local, da manutenção da sua identidade e da motivação nessa linha de trabalho.

Nesse sentido, os resultados trouxeram consigo a proposição de um modelo de TBC, que contempla a proposta do arranjo produtivo do artesanato cerâmico de Santana do São Francisco, denominado Vila do Artesanato Cerâmico, de acordo com a legislação vigente. Esta indicação traz expectativas e sonhos acalentados pelos artesãos há muito tempo na concretização para uma vida melhor e unida (coletiva).

Vale ressaltar que a posposta de implementação do modelo de TBC apresentada foi aceita pela comunidade e pelos artesãos, assim como pelos gestores públicos, após a sensibilização de sua importância e de como deve ser implementada para que se possa extrair benefícios de interesse coletivo. Os poderes públicos, estadual e municipal demonstraram interesse de participar da implantação do TBC para o fortalecimento do arranjo produtivo local, o que configura a importância deste estudo como referencial para a implantação desse modelo no Município, com possibilidades de abrangê-lo a outros municípios.

Destarte, esta pesquisa tem a expectativa de ter contribuído, junto ao Programa de Mestrado em Turismo Profissional do Instituto Federal de Sergipe, para a elaboração de um novo modelo, a fim de trazer ao encontro do ser humano trabalhador, possibilidades de inserção no mercado, de maneira mais justa e equitativa, a partir das suas lutas, de forma organizativa e includente.

Esta contribuição não se esgota aqui, espera-se continuidade nessa linha de pesquisa e sugere-se o estudo de responsabilidades das diferentes esferas públicas sobre investimentos acerca da implantação e manutenção do Turismo de Base Comunitária no município de Santana do São Francisco, em Sergipe, Brasil.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C.. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC/SP, 1998.

BENI, M. C.. **Contribuição para o estudo do turismo**. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 4, Ed. Especial, p. 41-61, abr. 2016.

BERTALANFFY, L. Von. **General System Theory. Foundations, development and applications**. New York: George Braziler, 1968.

BERG, E. A.. **Você é resiliente? Conheça as 9 atitudes das pessoas altamente resilientes,** 2013. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/voce-e-resiliente-conheca-as-9-atitudes-das-pessoas-altamente-resilientes/76656/. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

BUSCHBACHER, R.. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? **Boletim Regional, Urbano e Ambiental** – IPEA, nº 9, Jan – Jun, 2014. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap3.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Artesanato faz parte da identidade sociocultural do Baixo São Francisco sergipano e gera renda para população local**. Disponível em: http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/artesanato-faz-parte-da-identidade-sociocultural-do-baixo-sao-francisco-sergipano-e-gera-renda-para-populacao-local. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

CUERVO, R. S.. **El turismo como medio de comunicación humana**. México-DF: Departamento de Turismo e Governo do México, 1967.

DALLAVECHIA, R. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento local e regional. **Revista Capital Científico**, Guaraparuva, v. 4, n. 1, p. 32-50, 2006.

FOLKE, Carl. Freshwater for resilience: a shift in thinking. In: **Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences** – The Royal Society, vol. 358, p. 2027-2036, 2003.

GRECHI, D. C.; LAMBERTI, E., Sistema turístico, dinâmicas territoriais e as possibilidades de desenvolvimento: algumas reflexões. **CAD. Est. Pes. Tur.** Curitiba, v. 5, nº 7, p. 141-163, 2016.

GUAL, M. A.; NORGAARD, R. B.. Bridging ecological and social systems coevolution: a review and proposal. **Ecological Economics**, February 2010. https://www.researchgate.net/publication/222370347. Acesso: 15 de dezembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama da população, trabalho e rendimento, educação, economia, saúde, território e ambiente**. 2019. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/santana-do-sao-francisco/panorama. Acesso: 02 de junho de 2020.

KIBLERA, E.; SALMIVAARAB, V.; STENHOLMC, P.; TERJESEND, S.. The evaluative legitimacy of social entrepreneurship in capitalist welfare systems. **Journal of World Business**, 53, p. 944-957. Journal homepage: www.elsevier.com/locate/jwb. 2018.

LEIPER, N.. **The framework of tourism. Towards a definition of tourism, tourist and the touristic industry**. Annals of tourism research. 6(4), 390-407,1979.

LEMOS, Maria Fernanda. Sustentabilidade e Resiliência. **III Encontro**

da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014. Disponível em https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST_AS_003_4_LEMOS.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2017.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A.. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MALDONADO, C.. O turismo comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras**.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MELO, R. O.; MATOS, S. M. S.. Políticas Públicas de desenvolvimento local: o caso do arranjo produtivo de cerâmica artesanal do município de Santana do São Francisco. **Revista da ABET**, v. VIII, nº 1, 2007.

MOURA, A. M. de A.. A importância dos arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento das micro e pequenas empresas. **Administradores**: **o portal da Administração**. Produção Acadêmica. Estratégia em Organizações. Abril, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.. "Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha". In: **II Seminário Internacional de Turismo Sustentável** (SITS), 12 a 15 de maio de 2008, Fortaleza (CE). Anais..., Fortaleza: 2008.

SANTOS, M. N. L., LIMA, L. B. B. de M.; DA SILVA, Q. P.. Turismo de base comunitária e educação: práticas e possibilidades na prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 10 (3), 1-15. Out/2018.

SANTOS, M. N. L.; SPEARS, D. L; STRZELECKA, M.. **Measuring Sustainability of Tourism Dvelopment on The North Coast of Sergipe: The Application of Sustainability Indicators Framework**. University of Texas: E.U.A. Projeto de Pós-Doutorado, p. 1-17. 2013.

SANTOS, M. N. L.. **Arranjo Produtivo do Turismo e Pescado, Brejo Grande, Sergipe, Brasil.** In: Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil-ABRATUR. Recife: UFPE. Anais... 07 a 09 de junho, pp. 31-32. Disponível: http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/arquivos/anais-do-forum-abratur-17-enoturismo. 2017.

VARISCO, C.. **Sistema turístico**: subsistemas, dimensiones y conceptos transdisciplinarios. Disponível em: http://nulan.mdp.edu.ar/2208/1/varisco.2013.pdf. Acesso: 17 de fevereiro de 2018.

BIOGRAFIA DOS AUTORES E ORGANIZADORES

Lício Valério Lima Vieira (Organizador e autor)

Doutor em Geografia (UFS); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS); Graduado em Geografia (UFS). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Exerceu o cargo de Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH-SE). Atualmente, é coordenador do Mestrado em Turismo (PPMTUR) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS).

E-mail: licio.vieira@ifs.edu.br

José Wellington Carvalho Vilar (Organizador e autor)

Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr), Espanha; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Licenciado e Bacharel em Geografia pela UFS. Atualmente, é Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS), lotado na CSA (Coordenadoria de Saneamento Ambiental), Campus Aracaju. Professor Colaborador do PPGEO (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UFS e Professor Permanente do PPMTUR (Programa de Pós-Graduação em Turismo) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC - CNPQ - IFS).

E-mail: wellington.vilar@ifs.edu.br

Irinéia Rosa do Nascimento (Autora)

Doutora em Química Analítica (UFBA); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS); Graduada em Zootecnia (UNESP). Professora Titular do Instituto Federal de Educação e Ciência de Sergipe e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPMTUR/IFS.

E-mail: irineia.rosa@ifs.edu.br

Jaime José da Silveira Barros de Medeiros (Autor)

Doutor em Engenharia Agrícola (UFCG); Mestre em Recursos Naturais (UFCG); Especialista em Ecoturismo (UFLA); Bacharel em Turismo (UFPB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) na área de Turismo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa INOVATUR CNPq/IFS.

E-mail: jaime.barros@ifs.edu.br

José Augusto Andrade Filho (Autor)

Pós-Doutor em Ciências da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo/São Carlos (ICMC/USP); Mestre em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo/São Carlos (ICMC/USP). Professor Permanente do PPMTUR do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professor do IFS, Campus Nossa Senhora do Socorro. Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Sustentáveis. Atualmente é Diretor de Inovação e Empreendedorismo do IFS.

E-mail: jose.andrade@ifs.edu.br

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima (Autora)

Pós Doutora em acessibilidade pela Universidade Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC), Espanha; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Especialista em Planejamento e Gestão de Eventos pela UNIRONDON, Cuiabá; Bacharel em Turismo pela PUC do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Acessibilidade para todos. Professora do Instituto Federal de Brasília. Professor Colaboradora do PPMTUR do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Atualmente pesquisa Tecnologias Assistivas e Acessibilidade Metodológica.

E-mail: leticia.lima@ifb.edu.br

Mary Nadja Lima Santos (Autora)

Professora Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (IFS). Pós-Doutorado em Turismo Sustentável pela University of North Texas, EUA. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Desenvolvimento Econômico para a América Latina pela Universidad Internacional de Andalucía (UNIA - Huelva - Espanha) e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-UFS); Especialização em Gerenciamento de Empresas de Turismo e Gestão Empresarial; Bacharela em Administração de Empresas pela UFS. Pesquisadora na área de Planejamento Regional e Local - Turismo Comunitário e Inovação, Turismo Sustentável e Desenvolvimento Territorial. Líder dos Grupos Observatório Político de Turismo e Arranjos Produtivos Locais.

E-mail: marynlsantos@gmail.com.

Eliane Avelina de Azevedo Sampaio (Autora)

Mestra em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); MBA em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela FAVENI - ES; Especialista em Docência do Ensino Superior pela Estácio - SE; Graduada em Turismo pela UFS e Técnica em Hotelaria pelo IFS. Experiência profissional nas áreas de Hotelaria, Companhia Aérea, Agência de Viagem e Gestão Pública de Turismo e como professora pesquisadora em cursos técnicos e capacitações profissionais em Turismo, Hotelaria e Atendimento

ao Cliente. Atualmente é Analista de Turismo Social no SESC - Sergipe.

E-mail: elianeavelina@yahoo.com.br

Emanuella Santos de Carvalho (Autora)

Mestra em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Especialista em Planejamento do Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Tecnóloga em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); atua em pesquisas que abrangem Meio Ambiente, Ecoturismo, Espeleoturismo, Educação Ambiental, Educação Patrimonial e Tecnologias Sociais; desenvolve atividades de planejamento e gestão de eventos, e ministra cursos de capacitação, ações de educação ambiental e patrimonial, projetos de planejamento turístico e monitoria em atividades de campo.

E-mail: manucarvalho.gtur@yahoo.com.br

Fábio Berto Santos (Autor)

Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Graduado em Tecnologia em Gestão de Turismo pelo IFS; Graduando em Engenharia de Computação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura (GPTEC-IFS).

E-mail: fabiobertomanager@gmail.com

Isabelle Andrade Brito (Autora)

Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Especialista em Gestão de Negócios pela Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), Bahia; Licenciada e Bacharel em Turismo pela Faculdade de Turismo da Bahia (FACTUR). Atua na área acadêmica como docente nos cursos de graduação de gastronomia, nutrição e turismo há 17 anos. Atualmente é coordenadora do curso de Gastronomia da Universidade Tiradentes, Sergipe e consultora autônoma de estabelecimentos na área de alimentos e bebidas (A&B).

E-mail: isabelleandradebrito@gmail.com

Jecson Léo de Souza Araujo (Autor)

Graduado em Administração pela Faculdade Amadeus (Aracaju – SE). Especialista em Licitação, Contratos e Convênios na Rede Pública pela Faculdade Amadeus. Atuou como Gestor público presidindo o Instituto Tecnológico e de Pesquisas de Sergipe - ITPS (2015 a 2018). Cursou o Mestrado Profissional em Turismo no Instituo Federal de Sergipe e defendeu a dissertação com o tema “Possibilidades e desafios na implantação do Turismo de Base Comunitária no município de Santana de São Francisco - SE”.

E-mail: leojecson@gmail.com

Leylane Meneses Martins (Autora)

Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Especialista em Gestão Estratégica de RH: Evolução e Tendências (Estácio FaSe); Graduada em Turismo (Estácio FaSe); e Graduada em Administração (UNIT – Aracaju - SE). Experiência profissional na área hoteleira, em consultoria e assessoria de eventos sociais e corporativos e na docência como instrutora de cursos técnicos profissionalizantes nos eixos de Hotelaria, Eventos, Turismo, Marketing e Recursos Humanos. Atualmente, é Executiva de Contas na Rede Atlantica Hotels International.

E-mail: leylaneturismo@yahoo.com.br

Mônica Maria Liberato (Autora)

Doutoranda em Ciências da Propriedade Intelectual pela UFS, Mestre em Turismo pelo IFS, Mestre em Marketing pela Universidade de Lisboa, Especialista em Gestão de RH pela Faculdade São Luís de França. Graduada em Marketing pela Faculdade Alagoana de Tecnologia. Foi Diretora Administrativa da SMTT de São Cristóvão/SE e Coordenadora de Projetos da Secretaria Municipal da Ação Social e da Cidadania. Também foi Professora dos cursos de Administração e Gestão de RH da Faculdade Maurício de Nassau (2013-2016). Hoje é Professora Assistente do Grupo Tiradentes e Membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura.

E-mail: prof.monicaliberato@gmail.com

Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro (Autora)

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal. Já atuou como educadora de qualificação profissional no Projovem Urbano, em Aracaju. Também atuou como professora bolsista Pronatec nos Institutos Federais de Sergipe e Alagoas. Concluiu o curso de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe em 2018, através do qual desenvolveu pesquisa sobre o Turismo de Base Comunitária, tento como objeto de estudo o Território Quilombola Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, Sergipe. Atualmente, é professora substituta no Instituto Federal de Alagoas, atuando nos cursos tecnológicos de Gestão de Turismo e de Hotelaria.

E-mail: pinhorafaelly@gmail.com

Roberta Nascimento Gonçalves Soares (Autora)

Teve sua primeira formação em Jornalismo, em 2003, atuou na imprensa sergipana em diversos veículos de comunicação e editorias como Turismo, Cultura e Arquitetura. Em 2013, trocou a redação pela cozinha, ingressou no curso de Gastronomia da Unit, com o intuito de assumir o comando do La Vecchia, trattoria de sua família, criado em 2005, reconhecido em Aracaju pela cozinha afetiva italiana. Em 2018, concluiu o Mestrado em Turismo Profissional pelo Instituto Federal de Sergipe, com o tema "Produtos associados ao turismo com Potencial de Indicação Geográfica (IG) no Velho Chico Sergipano", alinhando seu olhar de jornalista e sua natureza de cozinheira ao turismo local.

E-mail: betanascimento3@gmail.com

Rosangela Vilela Sobral Silva (Autora)

Mestra em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS); Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: rosangelaavilela@gmail.com

Walesca Diniz Santana (Autora)

Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe IFS (2019), com o tema Cenários Arquitetônicos de Turismo Acessível de Sol e Praia. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes (2000). Graduada em Gastronomia pela Universidade Tiradentes (2017). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projetos de Arquitetura e Ambientação e Gerenciamento de Obras. Pós-graduada em Segurança do Trabalho (2017).

E-mail: waleskadiniz.arq@gmail.com

A presente obra, intitulada Gestão de Destinos Turísticos: Sistemas, Processos e Inovação, corresponde a uma contribuição de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju, e está preocupada com aspectos teóricos e práticos da complexa atividade turística no momento atual. Os trabalhos aqui apresentados são resultados de dissertações de mestrado apresentadas no PPMTUR – IFS, nos anos de 2018 e 2019, correspondentes a algumas pesquisas desenvolvidas pelas duas primeiras turmas do curso. Tal iniciativa partiu do interesse dos autores em divulgar seus trabalhos para uma comunidade mais ampla e assim possibilitar uma maior visibilidade ao conhecimento acadêmico e aos produtos tecnológicos obtidos nos trabalhos desenvolvidos.

EDITORA IFS
INSTITUTO FEDERAL Sergipe
PROPEX Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão